

UNESP  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**

“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

**Faculdade de Filosofia e Ciências
Campus de Marília-SP**

Kamila Cristina Evaristo Leite

**O PROCESSO DE CRIAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E EXTINÇÃO DA ESCOLA
NORMAL RURAL NA MECA DO RURALISMO NO BRASIL
(PIRACICABA-SP, 1933 A 1968)**

MARÍLIA-SP

2024

Kamila Cristina Evaristo Leite

**O PROCESSO DE CRIAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E EXTINÇÃO DA ESCOLA
NORMAL RURAL NA MECA DO RURALISMO NO BRASIL (PIRACICABA-SP,
1933 A 1968)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação como parte das exigências para a obtenção do título de Doutora em Educação pela Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Marília.

Linha de pesquisa: Filosofia e História da Educação no Brasil

Orientador(a): Profa. Dra. Rosa Fátima de Souza Chaloba

MARÍLIA-SP

2024

L533p Leite, Kamila Cristina Evaristo
O processo de criação, implementação e extinção da
Escola Normal Rural na Meca do Ruralismo no Brasil
(Piracicaba-SP, 1933 a 1968) / Kamila Cristina Evaristo
Leite. -- Marília, 2024
254 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista
(UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientadora: Rosa Fátima de Souza Chaloba

1. Educação Rural. 2. Movimento pela Ruralização do
Ensino. 3. Escola Normal Rural. 4. Formação de
professores rurais. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da
Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências,
Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Kamila Cristina Evaristo Leite

**O PROCESSO DE CRIAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E EXTINÇÃO DA ESCOLA
NORMAL RURAL NA MECA DO RURALISMO NO BRASIL
(PIRACICABA-SP, 1933 A 1968)**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade
Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como requisito parcial para a
obtenção do título de Doutora em Educação.**

Linha de pesquisa: Filosofia e História da
Educação no Brasil

Banca Examinadora

Orientadora: Prof^a Dr^a Rosa Fátima de Souza Chaloba

Programa de Pós-Graduação em Educação - Unesp - Marília/SP

1ª Examinadora: Prof^a Dr^a Alessandra Cristina Furtado

Programa de Pós-Graduação em Educação - UFGD - Grande Dourados/MT

2º Examinadora: Prof^a Dr^a Dóris Bittencourt Almeida

Programa de Pós-Graduação em Educação - UFRGS - Porto Alegre/RS

3º Examinador: Prof. Dr. Macioniro Celeste Filho

Programa de Pós-Graduação em Educação - Unesp - Marília/SP

4º Examinador: Prof^a Dr^a Simone Burioli

Programa de Pós-Graduação em Educação - UEL - Londrina/PR

Marília, 28 de março de 2024.

*Ao meu companheiro de todas as horas,
Fabio Martins, pela compreensão,
auxílio e amor em nossa jornada como
uma família. Ao meu guardião,
Frederitzen, por ser o meu aconchego na
solidão da escrita.*

*E a minha família - Fátima (mãe);
Aparecida (tia); Lurdinha (tia); Kely
(irmã); Kaique (irmão); e a razão do
meu viver, minha sobrinha Ana Clara.*

*Eternamente, a minha avó, Belmira
Antonio Leite (in memoriam), pelo
amor e carinho que me deu.*

AGRADECIMENTOS

A espiritualidade que sempre me amparou nos momentos difíceis, na superação dos obstáculos e nas reflexões de minha existência.

Gratidão ao meu esposo, Fabio Martins, por estar comigo em todas as horas, me acolhendo, principalmente, nos momentos difíceis. Aos meus familiares, pela paciência, compreensão e incentivo.

Aos coordenadores e docentes do programa de pós-graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista Filho “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Marília-SP. Aos funcionários das Bibliotecas da Unesp de Marília, Rio Claro e Araraquara; Unifesp; Usp, pela prontidão na digitalização de materiais para a escrita desta tese. O trabalho de vocês na pandemia de Covid-19, foi fundamental, sem esta colaboração, seria inviável finalizar este trabalho.

À minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Rosa Fátima de Souza Chaloba, que com muita paciência, respeito e atenção me auxiliou no desenvolvimento desta tese. Agradeço imensamente pela trajetória acadêmica proporcionada por essa mulher forte, generosa, humana e compreensiva. No total foram mais de 12 anos de compartilhamento e ensinamentos, iniciados na graduação em Pedagogia da Faculdade de Ciências e Letras, Unesp-Araraquara, como aluna da disciplina de História da Educação III e como orientanda de Iniciação Científica; no Mestrado (2016-2018) e no Doutorado (2020-2024) em Educação, na Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp-Marília. Meu muito obrigado!

Aos professores membros do Exame Geral de Qualificação, Prof^a Dr^a Alessandra Cristina Furtado (UFGD - Grande Dourado/MT) e Prof. Dr. Macioniro Celeste Filho (Unesp - Bauru/SP e Marília/SP), pela interlocução e pelas contribuições para o aprimoramento desta pesquisa.

À banca examinadora desta Tese de Doutorado, Prof^a Dr^a Alessandra Cristina Furtado (UFGD - Grande Dourado/MT), Prof. Dr. Macioniro Celeste Filho (Unesp - Bauru/SP e Marília/SP), Prof^a Dr^a Dóris Bittencourt Almeida (UFRGS - Porto Alegre/RS), Prof^a Dr^a Simone Burioli (UEL - Londrina/PR), por aceitarem o convite para dialogar sobre a minha pesquisa e por realizarem uma leitura atenta e pontuarem pontos importantes, colaborando no desenvolvimento final do texto.

Aos funcionários dos acervos visitados - Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba (IHGP); Museu Histórico e Pedagógico de Piracicaba “Prudente de Moraes”, Centro Cultural Martha Watts, que abriga o acervo do Professor João Chiarini; Biblioteca Pública Municipal de Piracicaba “Ricardo Ferraz de Arruda Pinto”; Diretoria de Ensino de Piracicaba. Agradeço imensamente pelo acolhimento e o auxílio na identificação das fontes.

Aos meus colegas de grupo de pesquisa - GEPCIE e GEPELLB, pelos diálogos, trocas de experiências, compartilhamento de referências e materiais, para a construção das pesquisas acadêmicas. Em especial, Noely Garcia (grande amiga e incentivadora), Agnes Moraes (por sempre me receber tão bem em sua casa em Marília e por ter aceitado ser suplente da banca de qualificação e defesa), Tarcísio Silva, Reginaldo Teixeira, Maria Eduarda, Kalline, Thiago Silva, Manoela Garcia (Manu e Thi, por me receberem em sua casa, em Marília). Gratidão pelo diálogo, auxílio na escrita de textos e conversas teórica, metodológicas e do dia-a-dia.

Aos meus amigos da vida, colegas de profissão, pelos questionamentos, curiosidades e apoio constante para prosseguir em minha jornada. Agradeço em especial Andreia Rufino, pelo incentivo e acolhimento nos momentos de angústias. Meus agradecimentos aos colegas de profissão e alunos das Escolas Municipais “Jardim Esmeralda” e “Prof. Armando Grisi”. E à Secretaria Municipal de Educação de Rio Claro, por me dispensar um dia na semana para a realização e dedicação aos meus estudos.

LEITE, Kamila Cristina Evaristo. **O PROCESSO DE CRIAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E EXTINÇÃO DA ESCOLA NORMAL RURAL NA MECA DO RURALISMO NO BRASIL (PIRACICABA-SP, 1933 A 1968)**. 254fl. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2024. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rosa Fátima de Souza Chaloba.

RESUMO

A presente tese de doutorado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp, Campus de Marília, visa historicizar e reconstituir o processo de criação, implementação e extinção da primeira Escola Normal Rural existente no estado de São Paulo, a *Escola Normal Rural “Prof. José de Mello Moraes”*, em Piracicaba-SP, entre 1933 e 1968, tendo em vista o discurso do Movimento pela Ruralização do Ensino e as disputas políticas e educacionais sobre a existência desse tipo de instituição escolar no estado de São Paulo. O recorte temporal inicia-se no ano de 1933, com o decreto de criação da Escola Normal Rural e finaliza com o ano de 1968, com a reforma de ensino paulista que fixou um currículo básico e comum, sem especificidades, como o ensino ruralizado. Mediante a abordagem da História Cultural, do conceito de Representação e Cultura Escolar, utilizou-se como corpus documental: legislação; artigos de jornais; Relatórios dos Delegados de ensino de Piracicaba; Livro de memórias; e o acervo do Prof. João Chiarini. Em 1932, Sud Mennucci apresentou um projeto de criação de cinco escolas normais rurais, no estado de São Paulo, para formar professores para as escolas primárias rurais e desenvolver uma mentalidade agrícola nos docentes. No entanto, a iniciativa não obteve sucesso. Em 1933, ao retornar à Diretoria Geral de Ensino, ele expôs um novo projeto, reformulando o ensino rural no estado. A proposta foi debatida em âmbito nacional, configurando-se como uma proposição inovadora e distinta de outras regiões do país na criação de escolas normais rurais. Ainda assim, a escola normal rural paulista não se concretizou, imediatamente, demorando a funcionar. Nesse projeto, sendo instituído como decreto em 1933, o educador criou a Escola Normal Rural em Piracicaba, que, segundo Mennucci, era considerada um município vanguardista no ensino rural no Brasil. Dessa forma, conforme as suas convicções, Piracicaba deveria ser a primeira localidade paulista a ter uma escola normal rural, devido às características e as instituições de ensino rural existentes no município. O plano previa, ainda, a criação de outros estabelecimentos educacionais rurais, como os Grupos Escolares Rurais e os Clubes Agrícolas. Das iniciativas propostas no decreto n.º 6.047/1933, apenas a Escola Normal Rural de Piracicaba não obteve êxito e delongou-se 23 anos para o seu funcionamento de fato, sendo implementada no ano de 1956, sob a direção do Prof. Sólon Borges dos Reis, que estabeleceu a Comissão Pró Instalação da Normal Rural. Os resultados da presente pesquisa indicam a existência de diversas iniciativas de escolas normais rurais no estado de São Paulo, em particular a Escola Normal Rural “Prof. José de Mello Moraes”, localizada em Piracicaba. A referida unidade escolar é considerada a primeira a funcionar no estado de São Paulo. No entanto, o objetivo de formar educadores primários rurais com uma perspectiva agrícola não foi alcançado, o que resultou em uma educação ruralizada que não conseguisse integrar os habitantes da área rural à terra, contendo o êxodo rural.

Palavras-chave: Escola Normal Rural “Prof. José de Mello Moraes”. Educação Rural. Movimento pela ruralização do ensino. Piracicaba/SP.

LEITE, Kamila Cristina Evaristo. **THE PROCESS OF CREATION, IMPLEMENTATION, AND EXTINCTION OF THE NORMAL RURAL SCHOOL IN THE MECCA OF RURALISM IS BRAZIL (PIRACICABA/SP, 1933 TO 1968)**. 254fl. Thesis (PhD in Education) – São Paulo State University, Philosophy and Sciences, Marília, 2024. Mentor: Prof^a. Dr^a. Rosa Fátima de Souza Chaloba.

ABSTRACT

This doctoral thesis developed in the Postgraduate Program in Education of the Faculty of Philosophy and Sciences, Unesp, Campus de Marília, aiming to historicize the process of creation, implementation and extinction of the first School to train rural teachers existing in the state of São Paulo, the School to train rural teachers “Prof. José de Mello Moraes”, in Piracicaba–SP, between 1933 and 1968, in view of the speech of the Movement for the Ruralization of Education and the political and educational disputation about the existence of this type of school institution in the state of São Paulo. The time frame begins in 1933, with the decree creating the School to train rural teachers and ends in 1968, with the São Paulo education reform that established a basic and common curriculum, without specificities, such as ruralized education. Using the Cultural History approach, the concept of Representation and School Culture, the following were used as a documentary corpus: legislation; newspaper articles; Reports from Piracicaba Education Delegates;; Memoir book; and the collection of Prof. João Chiarini. In 1932, Sud Mennucci presented a project to create five rural normal schools, in the state of São Paulo, to train teachers for rural primary schools and develop an agricultural mentality in teachers. However, the initiative was unsuccessful. In 1933, upon returning to the General Directorate of Education, he presented a new project, aimed at reforming rural education in the state. The proposal was debated nationally, configuring itself as an innovative proposition and distinct from other regions of the country in the creation of normal rural schools. Even so, the normal rural school in São Paulo did not materialize immediately, taking a long time to operate. In this project, established as a decree in 1933, the educator created the Escola Normal Rural in Piracicaba, which, according to Mennucci, was considered a vanguard municipality in rural education in Brazil. Therefore, according to his convictions, Piracicaba should be the first location in São Paulo to have a normal rural school, due to the characteristics and rural educational institutions existing in the municipality. The plan also provided for the creation of other rural educational establishments, such as Rural School Groups and Agricultural Clubs, inspired by Thales Castanho de Andrade. Of the initiatives proposed in decree no. 6,047/1933, only the Escola Normal Rural de Piracicaba was not successful and it took 23 years for it to actually operate, being implemented in 1956, under the direction of Prof. Sólon Borges dos Reis, who established the Commission for the Installation of Normal Rural. The results of this research indicate the existence of several rural normal school initiatives in the state of São Paulo, in particular the School to train rural teachers to operate in the state of São Paulo. However, the objective of training rural primary educators with an agricultural perspective was not achieved, which resulted in a ruralized education that failed to integrate the inhabitants of rural areas into the land, containing the rural exodus.

Keywords: School to train rural teachers “Prof. José de Mello Moraes”. Ruralization of Education. Movement for the ruralization of education. Piracicaba-SP;

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Sud Mennucci	31
Figura 2 - Professor João Chiarini	50
Figura 3 - Iniciativas de escolas normais rurais em municípios paulistas, 1931 a 1954	88
Figura 4 - Chiquinha Rodrigues, 1966	101
Figura 5 - Piracicaba-SP	130
Figura 6 - Escolas Monumentais de Piracicaba, início do século XX	141
Figura 7 - Prédio Central da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (ESALQ)	151
Figura 8 - Sud Mennucci na inauguração do Grupo Escolar Rural "Dr. Kok", s/d	161
Figura 9 - Capa do livro de Sud Mennucci - Aspétos Piracicabanos do Ensino Rural	162
Figura 10 - Mapa Escolar do Município de Piracicaba, 1934	164
Figura 11 - Grupo Escolar de Godinhos, Piracicaba-SP, 1923	170
Figura 12 - Fachada do GER "Marquês de Monte Alegre", Piracicaba-SP	171
Figura 13 - Grupo Escolar de Santa Rosa, Piracicaba-SP, s/d	172
Figura 14 - Grupo Escolar de Paraíso, Piracicaba-SP, s/d	173
Figura 15 - Escola Normal Rural de Piracicaba, 1956	193
Figura 16 - Professor José de Mello Moraes	194
Figura 17 - Alunas do 1º ano da Escola Normal Rural "Prof. José de Mello Moraes" - Jogral em homenagem ao bicentenário de Piracicaba, 1967	209
Figura 18 - Formandos da Escola Normal Rural "Prof. José de Mello Moraes", Piracicaba-SP, 1966	212
Figura 19 - Escola Estadual "Prof. José de Mello Moraes", 2023	215

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Balanço das produções sobre a Escola Normal Rural no estado de São Paulo	24
Quadro 2 - Programa de ensino dos cursos normais primário e secundário em 1946	37
Quadro 3- Fontes	46
Quadro 4- Levantamento dos jornais analisados	53
Quadro 5 - Iniciativas de Escolas Normais Rurais em território paulista	86
Quadro 6 - Projetos de Leis para Criação e Transformação de Escolas Normais Rurais no estado de São Paulo, 1953	122
Quadro 7 - Grupos Escolares Rurais de Piracicaba (continua)	158
Quadro 8 - Escolas Isoladas do Município de Piracicaba, 1942	175
Quadro 9 - Professores da Escola Normal Rural de Piracicaba, 1956	198
Quadro 10 - Programa de ensino da Escola Normal Rural de Piracicaba	202
Quadro 11 - Cronologia da Formação de Professores Rurais e da Escola Normal Rural no estado de São Paulo	249

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Número de Escolas Normais no estado de São Paulo, de 1911 a 1970	62
Tabela 2 - Estabelecimentos de ensino de Piracicaba, década de 1930	143

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALESP	Assembleia Legislativa do estado de São Paulo
BPA	Bandeira Paulista de Alfabetização
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNER	Congresso Normalista de Educação Rural
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNR	Curso Normal Regional
CNRs	Cursos Normais Regionais
CPP	Centro do Professorado Paulista
EN	Escola Normal
ENR	Escola Normal Rural
ENRP	Escola Normal Rural de Piracicaba
ESALQ	Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”
FARESP	Federação das Associações de Reposição Florestal do Estado de São Paulo
GE	Grupo Escolar
GER	Grupo Escolar Rural
HEM	Habilitação Especial para o Magistério
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHGP	Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IPPLAP	Instituto de Planejamento e Pesquisa de Piracicaba
PL	Projeto de Lei
UDN	União Democrática Nacional
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
USP	Universidade de São Paulo

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	15
1 INTRODUÇÃO.....	18
1.1 Revisão bibliográfica	23
1.2 Formação de professores rurais: perspectiva nacional	35
1.2.1 Formação de professores rurais: estado de São Paulo	39
1.3 Referencial teórico-metodológico e os itinerários da pesquisa	44
1.3.1 Os jornais como fonte de pesquisa.....	50
2 O PROCESSO DE CRIAÇÃO DA ESCOLA NORMAL RURAL NO ESTADO DE SÃO PAULO: DISPUTAS POLÍTICAS E EDUCACIONAIS	56
2.1 Escola Normal Rural: o projeto paulista	56
2.1.1 Escola Normal Rural de Piracicaba: o Decreto n. 6.047/1933	72
2.2 Criação de Escolas Normais Rurais no estado de São Paulo: outras iniciativas	84
2.2.1 Iniciativas de criação de Escolas Normais Rurais pela Bandeira Paulista de Alfabetização.....	100
2.2.2 A defesa do jornal <i>Folha da Manhã</i> pela existência de normais rurais no estado de São Paulo	107
2.2.3 Projetos de Leis na Assembleia Legislativa do estado de São Paulo (ALESP): criação e transformação de escolas normais rurais	121
3 PIRACICABA: A REPRESENTAÇÃO DE UM MUNICÍPIO VANGUARDISTA NO ENSINO RURAL PAULISTA	128
3.1 Piracicaba: “um município essencialmente agrícola”	128
3.2 “Uma cidade de muitas escolas”	137
3.3 “Aspectos Piracicabanos do Ensino Rural”: a Meca do Ruralismo	144
3.3.1 A Escola Agrícola Prática de Piracicaba.....	145
3.3.2 “Rosários de contas”: os Grupos Escolares Rurais de Piracicaba	152
3.3.3 “O mal necessário”: as Escolas Isoladas de Piracicaba	174
4 PASSA A FUNCIONAR A PRIMEIRA ESCOLA NORMAL RURAL NO ESTADO DE SÃO PAULO: A ESCOLA NORMAL RURAL “PROF. JOSÉ DE MELLO MORAES” .	177
4.1 “23 anos de luta — de Sud Mennucci a Sólon Borges dos Reis”: instala-se a normal rural paulista	178
4.2 Escola Normal Rural “Prof. José de Mello Moraes”: vestígios da precariedade .	199
4.3 O processo de extinção da Escola Normal Rural paulista: uma escola fadada ao fracasso?	213
5 CONSIDERAÇÕES.....	219
REFERÊNCIAS	225
APÊNDICE A - CRONOLOGIA DA ESCOLA NORMAL RURAL E FORMAÇÃO DE PROFESSORES RURAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO	249
APÊNDICE B - LEVANTAMENTOS DE FONTES: LEGISLAÇÃO SOBRE A ESCOLA NORMAL RURAL NO ESTADO DE SÃO PAULO E NO MUNICÍPIO DE PIRACICABA	253

APRESENTAÇÃO

Este estudo, no qual apresento os resultados, está vinculado ao Projeto “Formação e Trabalho de Professoras e Professores Rurais no Brasil: PR, SP, MG, RJ, MS, MT, PE, PI, SE, PB, RO (décadas de 40 a 70 do século XX)”, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Rosa Fátima de Souza, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (Souza, 2016), já finalizado. Entretanto, essa pesquisa é um reflexo das discussões ocorridas ao longo do desenvolvimento do projeto mencionado.

A presente tese foi construída ao longo do meu processo formativo como educadora¹, no curso de Pedagogia (formação inicial) e no Mestrado em Educação, por reflexões decorrentes dessas formações, vinculadas ao projeto de pesquisa anteriormente mencionado. Dessa forma, a pesquisa atual desenvolvida é, de certa forma, uma continuação dos estudos realizados na graduação e no mestrado, momento em que me aproximei da História da Educação e dos estudos relacionados ao ensino rural, que me foram apresentados por minha orientadora a professora doutora Rosa Fátima.

A Iniciação Científica (março de 2012 a março de 2014), financiada pela CNPq, foi intitulada — As práticas educativas das escolas rurais paulistas — e desenvolvida em Rio Claro-SP para buscar vestígios sobre as práticas educativas realizadas em escolas isoladas situadas em áreas rurais por professoras primárias. Para alcançar esse objetivo, analisei os Livros Atas de Reuniões Pedagógicas de Escolas Isoladas do Município de Rio Claro, que estão no arquivo da Escola Estadual Coronel Joaquim Salles.

Foram selecionados sete Livros Atas de Reuniões Pedagógicas e analisadas 134 reuniões pedagógicas, realizadas entre 1946 e 1966, para, então, encontrar vestígios das práticas educativas de professoras primárias rurais. Dessa forma, verifiquei que as atas das reuniões pedagógicas são uma importante fonte de pesquisa para a História da Educação, ao apresentarem diversos vestígios da cultura escolar primária.

Após a análise, identifiquei que as práticas educativas descritas nas atas se baseavam, sobretudo, nos programas de ensino de base comum, com ênfase nos conteúdos de leitura, escrita e cálculo, sendo que, as atividades escolares eram restritas a jardinagem e campanhas educativas sanitárias. Outro ponto relevante é que as reuniões pedagógicas tinham como

¹ Atualmente, atuo como Professora Coordenadora na rede municipal de ensino de Rio Claro-SP, em uma escola que abrange o Ensino Fundamental, a Educação de Jovens e Adultos e o Ensino Bilingue para alunos surdos.

objetivo normatizar e prescrever a prática docente², além de servirem como instrumentos para a formação de professores em serviço. O estudo levantou diversas questões em relação à prática dos professores nas escolas rurais.

Essas perguntas estavam estritamente relacionadas a aspectos da profissão docente, tais como: a formação; as condições de trabalho; o tempo de serviço; as práticas educativas. Para aprofundar esta discussão, criei um projeto de mestrado visando investigar a docência na educação primária rural em São Paulo, especialmente nos últimos anos do século XX, quando predominava o currículo de base comum e o ensino típico rural havia sido extinto (Moraes, 2014, p.66).

Na dissertação de mestrado, entrevistei cinco professoras primárias rurais que haviam lecionado entre 1950 e 1992, em escolas rurais no município de Rio Claro–SP, e, demonstrava a formação inicial e continuada, o ingresso na carreira, as condições de trabalho e a relação dessas professoras com o meio rural.

Esses trabalhos me permitiram ter contato com a produção acadêmica sobre as Escolas Primárias Rurais, o Ensino Rural, a História da Formação de Professores Primários e os estudos sobre o Movimento pela Ruralização do Ensino no estado de São Paulo. As discussões sobre esses temas, sobretudo a ruralização do ensino, despertaram o interesse em buscar vestígios da formação de professores rurais em escolas especializadas para a docência rural.

Durante a minha dissertação de mestrado, percebi um elevado nível de escolarização do corpo docente do ensino primário rural no estado de São Paulo. Contudo, essa formação realizava-se nas escolas normais comuns e em cursos de aperfeiçoamento para professores primários, assim, levou-se à conclusão de que esses docentes tiveram pouco ou quase nenhum contato com aspectos do ensino rural durante a sua formação inicial.

Com base nessa perspectiva, proseguei com os meus estudos sobre a Educação Rural no estado de São Paulo. Essas pesquisas permitiram-me compreender e construir um conhecimento científico sobre o tema, e percebi a necessidade de analisar e aprofundar as pesquisas sobre os professores rurais, sua formação inicial e as instituições formativas. Ao examinar as fontes utilizadas em estudos anteriores, encontrei algumas referências sobre a existência de uma Escola Normal Rural no estado, mas os estudos não especificavam a existência e o funcionamento da escola e sua relação com a formação de professores para áreas rurais.

² Sobre a normatização e a prescrição das práticas educativas nas atas de reuniões pedagógicas, ver Souza e Leite (2016).

O presente estudo se concentra na história da Escola Normal Rural “Prof. José de Mello Moraes”, a primeira escola desse tipo em São Paulo, criada em Piracicaba–SP, de acordo com o Decreto Estadual n. 6.047, de 19 de agosto de 1933.

Para a organização desta tese foram estruturadas uma apresentação e quatro seções, expostas, a seguir:

Na primeira seção - **Introdução**, analisou-se o Ensino Rural no estado de São Paulo e o discurso da necessidade de escolas especializadas para a formação dos professores primários rurais, em perspectiva nacional e estadual. Apontou, também, a problemática da pesquisa, a revisão bibliográfica, a fundamentação teórica e metodológica e os itinerários da pesquisa.

A segunda seção - **O PROCESSO DE CRIAÇÃO DA ESCOLA NORMAL RURAL NO ESTADO DE SÃO PAULO: DISPUTAS POLÍTICAS E EDUCACIONAIS**, expôs o projeto de criação de Escolas Normais Rurais no estado de São Paulo por Sud Mennucci, no início da década de 1930, até a criação da primeira escola normal rural no estado, pelo decreto n.6.047 de 1933. É demonstrado, também, outras iniciativas de criação de escolas normais rurais no território paulista, como: a iniciativa do Deputado Estadual Valentim do Amaral (1950); da Bandeira Paulista de Alfabetização; e do jornal Folha da Manhã.

Na terceira seção - **PIRACICABA: A REPRESENTAÇÃO DE UM MUNICÍPIO VANGUARDISTA NO ENSINO RURAL PAULISTA**, destacou a representação de Piracicaba como a Meca do Ruralismo no Brasil, a partir das instituições escolares criadas no município: Escola Prática de Agricultura; Grupos Escolares Rurais; Escola Isoladas Rurais. E, analisou-se a justificativa de Sud Mennucci para determinar Piracicaba como o primeiro município paulista a ter uma Escola Normal Rural.

O propósito da seção quatro - **PASSA A FUNCIONAR A PRIMEIRA ESCOLA NORMAL RURAL NO ESTADO DE SÃO PAULO: A ESCOLA NORMAL RURAL “PROF. JOSÉ DE MELLO MORAES”**, foi analisar as propostas da Comissão Pró Instalação da Escola Normal Rural de Piracicaba, para colocá-la em funcionamento. Mostrar a existência da escola através da análise da cultura escolar, fornecendo dados sobre a seleção dos alunos, os programas de ensino, a participação em eventos e a exposição de trabalhos manuais, entre outros aspectos educacionais. Ao final, apresentou-se a hipótese de extinção da normal rural.

Para finalizar esta tese, são apresentadas as considerações finais, buscando expor os resultados alcançados pela pesquisa.

1 INTRODUÇÃO

A escola rural não pode ser feita sob o mesmo molde da escola urbana. Todos os elementos de vida rural diferem fundamentalmente dos da vida da cidade: as necessidades do aluno do campo são bem outras que as do discípulo da metrópole. A realidade pedagógica-social é uma para a cidade, outra para a zona rural (Pousa, 1953, p.17).

A dicotomia existente entre o campo e a cidade foi influenciada por diferentes formas de organização social, política, econômica e, sobretudo, educacional no nosso país. A escola da cidade não era a mesma da zona rural. Ao analisar estudos sobre a Educação Rural no Brasil, especificamente no estado de São Paulo, no século XX, é possível constatar que essa diferença é histórica. A escola simples, com um único professor, instalada em condições precárias, adaptadas ao ensino e com poucos materiais didáticos para ensinar, era o contraponto dos Grupos Escolares, construídos para simbolizar o progresso no início do século passado.

Não somente o ensino primário rural foi prejudicado pela falta de conhecimentos próprios para o seu meio e a ausência de políticas educacionais, como também a formação dos professores que lecionavam nessas escolas rurais no estado de São Paulo.

As pesquisas a respeito do ensino primário rural e a formação de professores primários rurais são relativamente recentes. A maioria dessas pesquisas é datada após o ano de 2010, com exceção de alguns estudos realizados anteriormente a esse período. O investimento em pesquisas acadêmicas sobre educação rural demonstra a relevância desse tipo de ensino para a alfabetização dos moradores de áreas rurais, assim como a necessidade de formação inicial para o magistério primário rural. As investigações não se limitam às unidades escolares, mas também abrangem outros tópicos, tais como: o trabalho docente, as práticas educativas e as políticas educacionais.

Para iniciar e aprofundar os meus estudos na área da História da Educação Rural, foi necessário compreender a estrutura física, pedagógica, a expansão das escolas primárias rurais no estado de São Paulo e a organização da formação e do trabalho das professoras primárias rurais.

Assim, busquei algumas pesquisas sobre a temática para delinear o conhecimento já produzido sobre a educação rural no estado de São Paulo. Alguns pesquisadores foram selecionados: Silva (2004), Souza (1998, 2009 e 2012), Teixeira (2010), Ávila (2013), Cardoso (2013), Moraes (2014), Celeste Filho (2014), Oriani (2015), Ávila e Souza (2014 e 2015), Moraes (2019), Teixeira (2019), Serra, Leite e Garcia (2020), Garcia (2022) e Assis, Leite e

Lima (2022). É de suma importância salientar que os estudos apresentados neste documento são relevantes para o ensino rural e para a profissão docente no meio rural.

Os estudos selecionados, ao analisarem o ensino rural paulista, identificaram algumas características na organização física e pedagógica das escolas primárias, como também, na formação e no trabalho docente no meio rural. Essas características são: a precariedade dos prédios escolares, a falta de mobiliário, a falta de material pedagógico, baixo número de matrícula nas escolas, a baixa frequência de alunos, o abandono escolar, curso de menor duração, o fato de não considerar as diferenças regionais, programa de ensino simplificado e não adaptado ao meio, visando fixar o homem no campo, um único professor, turmas multisseriadas, crianças em diferentes níveis de aprendizado, professores em início de carreira, a ausência e os inúmeros pedidos de remoção e licença dos professores, os baixos salários e a deficiência e irregularidade da inspeção escolar, isolamento, a falta de estímulo, às precárias condições das residências, o acesso à escola, as doenças típicas da zona rural e a formação para docência em escolas urbanas.

Leite (2018), ao explorar as memórias de professoras primárias que lecionaram em escolas rurais do interior do estado de São Paulo, constatou que a falta de estrutura física, pedagógica e material era evidente na zona rural. Os relatos das professoras apresentavam informações sobre as condições físicas e pedagógicas das escolas isoladas rurais - prédio adaptado, goteiras, falta de água encanada; fossa; móveis em péssimo estado de conservação; falta de lousa adequada para as aulas; giz para escrever; ausência de livros didáticos; cadeiras para sentar, entre outros elementos necessários para o desenvolvimento cotidiano escolar. “[...] as escolas eram construídas de madeira ou adaptadas em casas de alvenaria, os sanitários estavam quebrados e com falta de encanamento, as lousas eram pequenas ou em péssimas condições e as carteiras eram inapropriadas para os alunos” (Leite, 2018, p.78). Muitas das professoras, tiravam do bolso para suprir as necessidades das escolas.

Como também, Serra, Leite e Garcia (2020), ao investigar a formação das professoras rurais, perceberam que essa formação se deu em escolas normais, nos cursos de especialização, na habilitação para o magistério e no curso de Pedagogia, todos no meio urbano. Constituindo a sua prática docente com especificidades para o campo, no dia a dia das escolas localizadas em áreas rurais.

Apesar de as escolas isoladas serem a principal instituição de ensino que representava o ensino primário rural, Moraes (2014) apontou que, durante um período, no estado de São Paulo, houve uma combinação de dois modelos de ensino primário rural: o ensino primário rural comum e o ensino primário ruralizado (1933 a 1968). Nas escolas primárias rurais comuns —

Escola Isolada, Escola de Emergência e Escolas Agrupadas Rurais (Leite, 2018), predominava o ensino comum, com os mesmos programas de ensino das escolas urbanas, com incentivo ao cultivo de hortas escolares. Conforme os estudos de Moraes (2014), o ensino ruralizado era composto por escolas (Grupos Escolares Rurais; Granjas Escolares; Escolas Típicas Rurais) com programas de ensino e estrutura física adequada para o desenvolvimento de atividades agrícolas.

Esses estudos contribuíram para a construção do texto da dissertação de mestrado **Memórias de Professoras de Escolas Rurais (Rio Claro–SP, 1950 a 1922)** (Leite, 2018) e ainda ajudam na tese de doutorado, uma vez que, para compreender o processo de criação, implementação e extinção da Escola Normal Rural “Prof. José de Mello Moraes”, em Piracicaba, foi necessário ter conhecimento das características e necessidades do ensino primário rural paulista.

Com base no levantamento realizado por Garcia (2022), para verificar o conhecimento sobre a Educação Rural no estado de São Paulo, a autora conseguiu mapear a partir dos bancos de catálogos de Teses e Dissertações da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), algumas pesquisas acadêmicas a qual são o ponto de partida desta tese, colaborando na observação dos estudos já produzidos: sete trabalhos acadêmicos sobre a história da formação de professores rurais e quatro trabalhos acadêmicos sobre o trabalho e memória de professoras primárias rurais³. Essas pesquisas evidenciam a formação docente, mas em particular, a prática docente das professoras primárias em áreas rurais, afirmando que a formação não era específica para o campo e a prática docente era construída no dia a dia escolar com crianças rurais.

A História da Educação Rural ainda requer investigação e aprofundamento. Alguns passos foram dados nessa direção e, atualmente, grupos de diversas regiões do país estão se dedicando ao desenvolvimento da temática. Pesquisas foram realizadas no estado de São Paulo, mas outras precisam ser realizadas sob diferentes perspectivas e abordagens.

Em 2017, a professora Doutora Rosa Fátima de Souza Chaloba, orientadora desta tese de doutorado, iniciou um novo projeto de pesquisa nacional, com membros de diferentes estados da nação — *Professoras e Professores Rurais no Brasil: RS, PR, SP, MG, RJ, MS, MT, MA, PE, PI, SE, PB, RO (décadas de 40 a 70 do século XX)*, que objetivou analisar a

³ Levantamento realizado no ano de 2019.

profissionalização docente no Brasil, buscando compreender as políticas públicas empregadas em âmbito nacional e estadual para a formação do magistério rural e as formas de recrutamento, carreira, salários e condições de trabalho das(os) professoras(es) que atuaram nas escolas primárias rurais (Chaloba; Celeste Filho; Mesquita, 2020, p.13). A minha pesquisa de doutorado está alinhada a essa perspectiva.

O projeto de pesquisa apresentado no processo seletivo para o Doutorado em Educação do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp, Campus de Marília, na linha de pesquisa Filosofia e História da Educação no Brasil, em 2019, teve como foco principal o Movimento pela Ruralização do Ensino no município de Piracicaba–SP, analisando os modelos de escolas rurais paulistas e a formação docente para as escolas primárias rurais, entre 1933 e 1971.

O recorte inicial justificava-se devido à criação da primeira Escola Normal Rural no estado de São Paulo, localizada no município de Piracicaba, pelo Decreto n.º 6.047, de 19 de agosto de 1933. Este decreto também determinava a criação ou a transformação de grupos escolares em grupos escolares rurais, sendo o município de Piracicaba, segundo Moraes (2014), a cidade que mais recebeu este tipo de escola no estado de São Paulo, e, o recorte final, com a aprovação da Lei n.º 5.692, de 1971⁴, que reestruturou o ensino de primeiro e segundo graus no Brasil, extinguiu o ensino normal e criou a Habilitação Especial para o Magistério - HEM. No entanto, ao se envolver na busca por fontes e nas conversas e orientações ao longo do percurso acadêmico, percebeu-se a necessidade de reformular a perspectiva de análise da pesquisa e o recorte temporal, delimitando o período de 1933 a 1968.

Por consequência, estabeleceu-se como **objetivo geral** historicizar e reconstituir o processo de criação, implementação e extinção da primeira Escola Normal Rural do estado de São Paulo, a Escola Normal Rural “Prof. José de Mello Moraes”, localizada em Piracicaba–SP, entre 1933 e 1968, tendo em vista o discurso do Movimento pela Ruralização do Ensino e as disputas políticas e educacionais sobre as escolas normais rurais paulistas. Para tanto, me dediquei às seguintes **problemáticas de pesquisa**:

- Os motivos e as condições para a criação, implementação e extinção da Escola Normal Rural de Piracicaba;
- Os fatores que contribuíram para o atraso de 23 anos na implementação da instituição escolar;

⁴ Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.

Para além do objetivo geral, foram estabelecidos **objetivos específicos**:

- Verificar o processo de criação, implementação e extinção da Escola Normal Rural no estado de São Paulo e em Piracicaba;
- Mapear as leis e decretos estaduais e municipais que regem a criação, implementação e funcionamento da normal rural (Apêndice B);
- Avaliar os discursos apresentados em relação à criação de normais rurais no estado de São Paulo;
- Buscar indícios do funcionamento da ENRP;
- Analisar as evidências da formação de uma consciência agrícola em professores primários rurais de São Paulo;
- Contextualizar o município de Piracicaba, sobretudo no que diz respeito ao espaço rural, e compreender a designação de Piracicaba como a Meca do Ruralismo no Brasil;

A presente tese de Doutorado definiu como recorte espacial o município de Piracicaba, no interior do estado de São Paulo, sob a seguinte justificativa: foi a primeira cidade paulista, identificada pelas fontes analisadas e pela legislação, a receber e funcionar uma escola normal rural. No entanto, essa municipalidade não foi a única a ser indicada ou pensada como um espaço geográfico adequado para receber esse tipo de instituição escolar. Outras cidades do estado de São Paulo, por meio da Câmara Municipal e de organizações privadas, também desenvolveram projetos para a criação de escolas normais rurais.

O período focalizado, de 1933 a 1968, é um recorte temporal inerente ao objeto de pesquisa. A periodização não é neutra (Le Goff, 2015, p.12) em relação ao objeto de investigação — A Escola Normal Rural de Piracicaba. O recorte temporal abrange todo o processo de constituição da escola (criação, implementação, funcionamento e extinção). Assim, para Le Goff (2015, p.33), “com a periodização, o historiador formata uma concepção do tempo e simultaneamente oferece uma imagem contínua e global do passado, que acabamos por chamar “história”.

Conforme Jacques Le Goff (2015), o recorte temporal é necessário para a construção da história, mas não é apenas um fato cronológico, mas uma reflexão indispensável para o historiador.

O recorte do tempo em períodos é necessário à história, quer seja ela considerada no sentido geral de estudo da evolução das sociedades ou no de tipo particular de saber e de ensino, ou ainda no sentido de simples desenrolar do tempo. Entretanto, essa divisão não é um mero fato cronológico, mas expressa também a ideia de passagem, de ponto de viragem ou até mesmo de retratação em relação à sociedade e aos valores do período precedente. Por conseguinte, os períodos têm uma significação particular; em sua própria sucessão, na continuidade temporal ou, ao contrário, nas rupturas que essa sucessão evoca, eles constituem um objeto de reflexão essencial para o historiador (Le Goff, 2015, p.12).

Continuei com 1933 como ponto inicial, pois o decreto de criação da ENRP data desse período e defini 1968, como a delimitação final, considerando esse ano o marco do início da extinção da normal rural. A Reforma educacional (Lei n. 10.125, de 4 de junho de 1968) instituída no estado de São Paulo, é caracterizada pela eliminação formal das experiências de ensino primário rural (Moraes, 2014) e pelo reforço da escola primária comum (Azanha, 2004). Assim, é plausível supor que a extinção da Escola Normal Rural “Prof. José de Mello Moraes” tenha sido motivada pelo aumento do ensino primário básico e comum, sem a necessidade de uma formação docente específica para as áreas rurais.

Le Goff (2015) aponta que o tempo histórico é uma transcendência de acontecimentos históricos que marcam as transformações de um período. São estes marcos que definem o espaço temporal ou a passagem de um tempo para outro. Justifica-se a delimitação temporal para esta pesquisa, ao examinar o processo histórico de criação, implementação e encerramento da Escola Normal Rural de Piracicaba, que aconteceram em diferentes períodos da história da educação. Isso evidencia que não se trata de uma história pontual, mas sim cronológica (Apêndice A) e dividida em eventos que compõem o processo em questão.

1.1 Revisão bibliográfica

A falta de conhecimento sobre a Escola Normal Rural de São Paulo permanece evidente nas pesquisas acadêmicas. Ao avaliar o conhecimento existente sobre o assunto, constatou-se que poucos pesquisadores se dedicaram aos estudos sobre a escola normal rural paulista. No entanto, o profissional da história não exerce seu ofício sozinho, aprisionado em sua “torre de marfim” (Le Goff, 2011, p.26)⁵, mas sim com a colaboração de outros historiadores, que se dedicaram antes ou continuam a desenvolver investigações sobre a temática. Resumidamente,

⁵ Prefácio do livro *Apologia da História ou o Ofício de Historiador*, de Marc Bloch.

a finalidade da revisão bibliográfica sobre o tema em questão é estabelecer um repertório prévio, identificar o que já existe e o que ainda não existe, a fim de avançar no conhecimento científico.

Frente a essas ponderações, realizou-se um levantamento bibliográfico sobre o tema em questão nesta tese — a Escola Normal Rural no estado de São Paulo e no município de Piracicaba no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, com a palavra-chave Escola Normal Rural, com e sem aspas, reportando resultados referentes à estudos realizados nos programas de pós-graduação da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ) e poucos trabalhos acadêmicos que tinham como base de estudo o ensino rural e as ações e discussões deste ensino por Sud Mennucci.

Assim, a partir da leitura de alguns estudos já mencionados anteriormente, principalmente os desenvolvidos por Moraes (2014; 2019) e os localizados na plataforma da CAPES, identifiquei, no total, 11 pesquisas acadêmicas: duas dissertações de mestrado e seis teses de doutorado produzidas em universidades do estado de São Paulo; dois artigos científicos; um livro. Muitos desses materiais identificados, também foram citados em pesquisas dos colegas dos grupos de estudos e indicados por estes, como também, busca na internet, com diversos termos relacionados à Escola Normal Rural de Piracicaba.

Destaca-se, entre os estudos consultados ao discutir a Escola Normal Rural no estado de São Paulo, as 11 pesquisas apresentadas no **Quadro 1**:

Quadro 1- Balanço das produções sobre a Escola Normal Rural no estado de São Paulo

(continua)

TÍTULO	ANO	AUTOR	PUBLICAÇÃO
Lembranças Escolares dos Mestres do Ensino Secundário de Piracicaba nos anos 50 e 60	1997	Lindamir Cardoso Vieira Oliveira — Unimep	Tese de Doutorado
Em Defesa da Ruralização do Ensino: Sud Mennucci e o Debate Político e Educacional entre 1920 e 1930	2014	Henrique de Oliveira Fonseca — UFMG	Dissertação de Mestrado
Ensino Primário Tipicamente Rural no Estado de São Paulo: Um Estudo sobre as Granjas Escolares, os Grupos Escolares Rurais e as Escolas Típicas Rurais (1933–1968)	2014	Agnes Iara Domingos Moraes — Unesp	Dissertação de Mestrado

A Vida do Pensamento e o Pensamento da Vida: Sud Mennucci e a Formação de Professores Rurais	2015	Fernando Henrique Tisque dos Santos — USP	Tese de Doutorado
Sud Mennucci — Educador Paulista: Arcaico ou Profeta?	2015	Lis Angelis Padilha Menezes — UNINOVE	Tese de Doutorado
“Ruralismo Pedagógico versus Concepção de Educador do MST: Abordagens Divergentes de Projetos de Educação do Campo no Brasil”	2016	Camila Timpani Ramal — UNESP	Tese de Doutorado (conclusão)
A Formação de Professores Primários Rurais no estado de São Paulo (1930 – 1971)	2017	Rosa Fátima de Souza Chaloba — UNESP	Artigo — Revista Linhas (Florianópolis)
O Ruralismo Pedagógico no Estado de São Paulo nas Décadas de 1930 e 1940: As Escolas Normais, os Cursos de Especialização, as Escolas Técnicas e os Clubes Agrícolas	2018	Jaqueline Daniela Basso — UFSCAR	Tese de Doutorado
A Circulação das Ideias do Movimento pela Ruralização do Ensino no Brasil (1930 – 1950)	2019	Agnes Iara Domingos Moraes — UNESP	Tese de Doutorado
História e memória da Educação Rural no século XX ⁶	2020	Org. Rosa Fátima de Souza Chaloba (Unesp); Macioniro Celeste Filho (Unesp); Ilka Miglio de Mesquita (Unit);	Livro
Os cursos de especialização rural no estado de São Paulo nas décadas de 1930 e 1940	2021	Jaqueline Daniela Basso (UEMS)	Artigo — Revista Exitus
Vozes Esquecidas do Sertão Paulista: formação e trabalho de professoras e professores de escolas primárias rurais da região de São José do Rio Preto/SP (1940-1970) ⁷	2024	Noely Costa Dias Garcia (UNESP)	Livro

Fonte: Elaborado pela autora, 2024

Os trabalhos acadêmicos identificados foram mais numerosos na década de 2010, sendo que apenas uma pesquisa foi produzida nos anos 1990 do século XX. É importante salientar que a produção científica sobre Educação Rural, especificamente a formação de professores rurais e instituições educacionais para a formação de professores rurais, é relativamente recente nesse estado.

⁶ O livro - História e memória da Educação Rural no século XX, está disponível em: <https://www.culturaacademica.com.br/catalogo/historia-e-memoria-da-educacao-rural-no-seculo-xx/> Acesso em: 10.jan.2024.

⁷ Disponível em: https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog/download/433/4172/7732?inline=1 Acesso em: 16.fev.2024.

Ao examinar as pesquisas selecionadas, constatou-se que uma grande parte delas têm como base as pesquisas realizadas pelo Professor Doutor Carlos Monarcha e textos publicados sobre a perspectiva ruralista na educação. Importante ponderar que, essas pesquisas analisadas não tiveram o professor Monarcha como orientador. Entre seus escritos mais lidos e usados está o capítulo do livro - *Cânon da reflexão ruralista no Brasil: Sud Mennucci*, publicado em 2007 no livro *Educação rural em perspectiva internacional: instituições, práticas e formação do professor*, organizado por Flávia Obino Corrêa Werle.

Neste texto, Monarcha (2007) apresenta a visão do ruralismo de Sud Mennucci, sua trajetória como educador e intelectual, e suas influências para o estudo e a defesa do ruralismo no ensino. Durante sua trajetória acadêmica e profissional, Sud Mennucci se dedicou ao pensamento ruralista para a educação, tornando-se, como bem destacou Monarcha (2007, p.32), “o pai do ruralismo brasileiro”. Moraes (2019) demonstra, em sua tese de doutorado, como Sud era aclamado e reconhecido como o principal propagador do Movimento pela Ruralização do Ensino, não apenas no âmbito regional do estado de São Paulo, mas também no âmbito nacional e internacional.

Monarcha (2007), ao finalizar o seu texto, pontua um aspecto importante na vida profissional de Sud Mennucci - a instalação da Escola Normal Rural de Piracicaba. O escritor afirma que a promessa foi cumprida, no entanto, Mennucci já havia falecido quando a instituição de ensino começou a funcionar definitivamente. Logo, esta tese apresentará o processo de criação da Escola Normal Rural de Piracicaba (1933), implementação (1956) e a extinção (1968), ampliando as análises sobre a instituição de ensino rural.

Ao analisar as pesquisas, percebeu-se também a falta de estudos aprofundados sobre a representação de Piracicaba como a Meca do ruralismo no Brasil. Concluiu-se que o tema tem potencial para ser desenvolvido como tese de doutorado, ampliando o conhecimento científico sobre o tema. A seguir, apresenta-se uma análise de cada estudo encontrado para fornecer base para a pesquisa aqui desenvolvida.

Lindamir Cardoso Vieira Oliveira (1997) defendeu sua tese de doutorado, intitulada *Lembranças escolares dos mestres do ensino secundário e escola normal de Piracicaba nos anos de 1950 e 1960*, na Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep), propondo analisar o ensino secundário no município de Piracicaba, interior do estado de São Paulo. Dentre as instituições estudadas, Oliveira (1997) apresentou dados informativos sobre a Escola Normal Rural “Prof. José de Mello Moraes” e entrevistou professores que lecionaram nessa instituição. A autora descreve, nesta tese, a ampliação da oferta de cursos secundários no município de Piracicaba e a relação da escola normal rural com a Escola Superior de Agricultura “Luiz de

Queiroz”, a partir das memórias de professores e professoras secundaristas que ensinavam nessas instituições educacionais.

No caso da escola secundária de Piracicaba, as décadas de 50 e 60 são, como mostram os depoimentos, de expansão da rede. É ampliada a oferta de cursos do secundário no Colégio Piracicabano, no Colégio D. Bosco, nas Escola Estadual “Jorge Coury”, na Escola Estadual Jerônimo Gallo e é criada a Escola Normal Rural na ESALQ (Oliveira, 1997, p.49).

Esta tese de doutorado corrobora para a afirmação da existência da normal rural em Piracicaba. As entrevistas realizadas pela pesquisadora permitiram observar algumas características da escola, como: o exercício da docência, as práticas educativas, a seleção dos alunos, dentre outros. Apesar de ter demonstrado a existência da escola, a autora se concentrou pouco na escrita sobre ela, deixando claro que não era o seu foco de pesquisa, mas sim o ensino secundário de Piracicaba, o qual ela analisava.

A dissertação de mestrado de **Henrique de Oliveira Fonseca (2014)**, intitulada “*Em defesa da ruralização do ensino*”: *Sud Mennucci e o debate político e educacional entre 1920 e 1930*, defendida na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob a orientação da Profa. Dra. Thais Nivia de Lima e Fonseca, investigou a trajetória do educador Sud Mennucci, incluindo os espaços de atuação, as posições políticas e o projeto pedagógico ruralista, a fim de compreender as estratégias educacionais do educador piracicabano. Fonseca (2014) apresenta o decreto n.º 6.047, de 19 de agosto de 1933, o qual criou a Escola Normal Rural de Piracicaba, dentre outras medidas e instituições educativas, bem como o projeto educacional ruralista de Sud Mennucci. Esta dissertação auxilia no entendimento do projeto ruralista e na definição da escola normal rural proposta por Sud Mennucci. Mas, não explica o funcionamento da Escola Normal Rural de Piracicaba.

Agnes Iara Domingos Moraes (2014) defendeu a sua dissertação de mestrado na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), sob o título: *O ensino primário tipicamente rural no estado de São Paulo: um estudo sobre as granjas escolares, os grupos escolares rurais e as escolas típicas rurais (1933–1968)*, com orientação da Profa. Dra. Rosa Fátima de Souza Chaloba. O objetivo era reconstruir aspectos da história da escola primária rural no estado de São Paulo, em específico as escolas típicas rurais, que foi um modelo de ensino existente naquele período, com programa de ensino e proposta pedagógica para o campo. Moraes (2014) identificou 253 estabelecimentos de ensino rurais em São Paulo, incluindo cinco granjas escolares, 82 grupos escolares rurais e 76 escolas típicas rurais (Moraes, 2014, p.69).

Em sua pesquisa, Moraes (2014) também menciona a criação da Escola Normal Rural, no município de Piracicaba, porém não amplia a sua investigação. Pontua Piracicaba como a Meca do ruralismo no Brasil, como era reconhecida no meio ruralista. Além disso, aborda as ideias do Movimento pela Ruralização do Ensino, apontando pontos relevantes para o desenvolvimento desta tese.

Fernando Henrique Tisque dos Santos (2015), defendeu a sua tese de Doutorado, *A vida do pensamento e o pensamento da vida: Sud Mennucci e a formação de professores rurais*, na Universidade de São Paulo (USP), sob a orientação do Prof. Dr. Dislane Zerbinatti Moraes, para compreender a natureza do pensamento educacional de Sud Mennucci, a partir da sua biografia intelectual, analisando a representação de professor rural e a necessidade de criar escolas normais rurais para formar esses professores. A pesquisa focaliza as ações de Sud Mennucci como educador, jornalista, político e escritor. Santos (2015) ainda menciona a implementação da Escola Normal Rural de Piracicaba, mas não a explicita com profundidade.

Lis Angelis Padilha Menezes (2015) defendeu sua tese de doutorado na Universidade Nove de julho (UNINOVE), com o título de *Sud Mennucci — Educador Paulista: arcaico ou profeta?*, sob a orientação do Prof. Dr. Paolo Nosella, com o intuito de examinar e discutir o pensamento de Sud Mennucci em relação ao ensino rural e as soluções encontradas para o problema desse ensino. Menezes (2015), assim como outras pesquisas sobre a vida do educador, realizou uma pesquisa documental, utilizando-se da bibliografia produzida por Sud Mennucci nos anos 1930 e 1940. Nesses textos, o educador expõe os seus pensamentos a respeito da problemática do ensino rural, descreve a sua representação de professor rural e qual deveria ser, de fato, a vocação do mestre do campo.

Camila Timpani Ramal (2016) defendeu a sua tese de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP/Araraquara, intitulada *Ruralismo Pedagógico vs. Concepção de Educação do MST: abordagens divergentes de projetos de educação do campo no Brasil*, sob a orientação da Profa. Dra. Dulce Consuelo Andreatta Whitaker. O objetivo da autora foi discutir a ideologia educacional do movimento do Ruralismo Pedagógico⁸ para a educação dos habitantes da zona rural, bem como analisar, no

⁸ Bezerra Neto (2003, p.11-15) em sua tese de doutorado define o movimento do Ruralismo Pedagógico da seguinte forma: O termo ruralismo pedagógico foi cunhado para definir uma proposta de educação do trabalhador rural que tinha como fundamento básico a ideia de fixação do homem no campo por meio da pedagogia. Ou seja, um grupo de intelectuais, pedagogos ou livres-pensadores defendiam que deveria haver uma pedagogia que ajudasse a fixar o homem no campo, ou que, pelo menos, dificultasse, quando não impedisse, sua saída de *habitat*, considerado natural para as populações que o habitaram ao longo de muito tempo. Como também: [...] para essa fixação, os pedagogos ruralistas entendiam como sendo fundamental que se produzisse um currículo escolar que estivesse voltado para dar respostas às necessidades do homem do meio rural, visando atendê-lo naquilo que era

contexto atual, como o movimento dos sem-terra conduz a sua proposta de educação no campo. Em suma, concluiu-se que as duas concepções, sob a perspectiva da comparação, seguiram caminhos distintos de pensar e organizar a educação no campo. A tese de Ramal (2016) discute o Ruralismo Pedagógico e as características e finalidades da formação de professores rurais em Escolas Normais Rurais, mas a autora tem uma visão particular e crítica sobre o movimento e os pensamentos de Sud Mennucci, sobre o ensino rural.

Rosa Fátima de Souza Chaloba, publicou um artigo na Revista Linhas em 2017, intitulado - *A formação de professores primários rurais no estado de São Paulo (1930 – 1971)*. Neste artigo, a autora reconstitui aspectos da história da formação de professores primários para escolas rurais no estado de São Paulo, a partir da análise dos cursos de especialização e do fracasso na implantação das escolas normais rurais, com base nas propostas e iniciativas de Sud Mennucci. A pesquisa foi fundamentada em diversas fontes: legislação educacional; Anuários do Ensino do estado de São Paulo; mensagens dos governadores enviadas à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP); os livros produzidos na época sobre o tema; artigos publicados em periódicos educacionais; e matérias de jornais. Nas considerações finais, a pesquisadora reconhece a necessidade de investir em pesquisas sobre o tema abordado no artigo.

Jaqueline Daniela Basso (2018) defendeu a sua tese de doutorado, intitulada *O Ruralismo Pedagógico no estado de São Paulo nas décadas de 1930 e 1940: as escolas normais, os cursos de especialização, as escolas técnicas e os clubes agrícolas*, na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Bezerra Neto, para compreender como o ruralismo pedagógico se materializou no estado de São Paulo e as iniciativas de formação docente para as escolas rurais nas décadas de 1930 e 1940. Em 2021, Basso publicou em um artigo os resultados de sua pesquisa de doutorado, destacando os cursos de especialização agrícola no estado de São Paulo. Conforme a autora, os cursos tinham como objetivo formar professores primários para lecionar na zona rural. Esta iniciativa foi influenciada pelo ruralismo pedagógico, para incentivar a fixação do homem na terra. Como aponta Basso (2021), com o fracasso da criação de normais rurais no estado, a solução encontrada para a formação de professores foram os cursos de especialização agrícola, que

parte integrante do seu dia-a-dia: o currículo escolar deveria estar voltado para o fornecimento de conhecimentos que pudessem ser utilizados na agricultura, na pecuária e em outras possíveis necessidades de seu cotidiano.

ocorreram entre as décadas de 1930 e 1940, nos municípios de: São Carlos, Casa Branca, Espírito Santo do Pinhal e São Manoel (Basso, 2021, p.3)

Agnes Iara Domingos Moraes apresentou sua tese de doutorado em educação, defendida no ano de 2019, no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências da (UNESP), Campus de Marília, intitulada *A circulação das ideias do movimento pela ruralização do ensino no Brasil (1930–1950)*, com a orientação da Profa. Dra. Rosa Fátima de Souza Chaloba. A intenção era investigar a circulação das ideias do movimento pela ruralização⁹ do ensino no Brasil, usando como fonte documental o arquivo pessoal do educador Sud Mennucci. Ao analisar a documentação, Moraes (2019) percebeu que o movimento defendia a criação de escolas rurais com espírito agrícola, e não apenas as construídas em áreas rurais. Além disso, defendiam que a transformação do ensino rural estava na formação de professores rurais em escolas normais rurais, para criar uma mentalidade agrícola nesses professores. Na tese de Moraes (2019), também foi possível notar a difusão das ideias do movimento pela ruralização do ensino por meio de diversas estratégias: a implementação de Escolas Normais Rurais; cursos de formação de professores; a publicação de periódicos; a publicação de livros; a concepção e a implementação de Escolas Típicas Rurais; dentre outras ações.

Muitos dos textos identificados e analisados, descrevem a trajetória de vida e profissional de Sud Mennucci e a sua relação com o Movimento pela Ruralização do Ensino. Sud Mennucci nasceu em Piracicaba–SP, no ano de 1892, diplomou-se professor primário na antiga Escola Complementar de Piracicaba, que, anos depois, tornar-se-ia o patrono da instituição. Era professor, crítico literário, jornalista e reformador do ensino (Monarcha, 2007, p.21) e era considerado autodidata. Esteve à frente da direção do ensino de São Paulo em três momentos: de novembro de 1931 a maio de 1932; de 05 a 24 de agosto de 1933 (momento em que lança o decreto da Escola Normal Rural); e de 1943 a 1945 (institui a Assistência Técnica do Ensino Rural). Em 1930, idealizou o Centro do Professorado Paulista (CPP), para representar os profissionais do magistério paulista, almejando assegurar os direitos dos professores e fomentar a escola de qualidade¹⁰. Exerceu a presidência do CPP nos anos de 1931 a 1948.

⁹ Nesta tese, utiliza-se, o termo – Movimento pela Ruralização do Ensino, ao invés de Ruralismo Pedagógico. O primeiro termo, está relacionado ao propósito do grupo ruralista, incentivar um movimento que privilegia-se a ruralização do ensino, com escolas com programas de ensino próprios para o meio rural.

¹⁰ Disponível em: <https://cpp.org.br/missao-e-valores-2/> Acesso em: 28.jan.2024.

Na **Figura 1**, retrato do educador Sud Mennucci, retirado do livro produzido por ele – *Aspétos do Ensino Rural Piracicabano*.

Figura 1 - Sud Mennucci



Fonte: Aspétos Piracicabanos do Ensino Rural, 1934

Sud Mennucci faleceu na cidade de São Paulo, em 1948, sem ver a sua ideia concretizada - a Escola Normal Rural de Piracicaba - e a formação de professores primários rurais com uma mentalidade agrícola. A Revista do Professor, produzida pelo Centro do Professorado Paulista, após o falecimento do educador, publicou, em diferentes números da revista homenagens à Sud Mennucci, como meio de manter a memória do ruralista e exaltar os feitos realizados por ele no ensino rural piracicabano, paulista e no país, como um todo.

Como será demonstrado nesta tese, muitos dos seus colegas e parceiros do Movimento pela Ruralização do Ensino tentaram tornar a sua ideia real, concretizando-a em 1956, com Sólon Borges dos Reis, que era adepto dos pensamentos ruralistas.

Uma das razões para a falta de estudos referentes à Escola Normal Rural de Piracicaba é a temporalidade das pesquisas. A maioria das investigações concentram-se nas décadas de 1930 e 1940, período em que a escola foi criada, mas não implementada. Dessa forma, muitas

dessas investigações sustentam a hipótese de que a normal rural de Piracicaba não existiu de fato.

Mesmo com a atuação de Sud Mennucci em defesa da criação de uma Escola Normal Rural no Estado de São Paulo, essa instituição não foi implementada no estado, prevalecendo as Escolas Normais urbanas e a formação de professores rurais por meio de cursos de especialização. A única Escola Normal Rural que deveria ser instalada em Piracicaba não passou de um projeto (PEREIRA, 2011), ainda que em Mensagens dos Governadores do Estado de São Paulo sejam feitas menções a essa escola como se tivesse funcionado (Moraes, 2014, p.38).

Nesse trecho, nota-se que a pesquisadora encontrou indícios do funcionamento da Escola Normal Rural de Piracicaba, mas também identificou dados que contestavam o seu funcionamento. A Escola Normal Rural de Piracicaba existiu, de fato, como Escola Normal Rural “Prof. José de Mello Moraes”, implementada em 1956.

O livro *História e memória da Educação Rural no século XX (2020)*¹¹, organizado por Rosa Fátima de Souza Chaloba, Macioniro Celeste Filho e Ilka Miglio de Mesquita, apresenta os resultados de uma pesquisa nacional financiada pela CNPq, intitulada *Formação e Trabalho de professoras e professores rurais no Brasil: RS, PR, SP, MG, RJ, MS, MT, MA, PE, PI, SE, PB, RO (décadas de 40 a 70 do século XX)*. O livro é dividido em quatro partes: 1) um balanço histórico; 2) referências externas e circulação de modelos; 3) formação docente; e 4) memórias e representações da docência em escolas primárias rurais. Dessa divisão, considerou-se as partes 1 e 3.

No levantamento bibliográfico sobre a educação rural, é realizado um mapeamento do *Estado da Arte* sobre a educação rural no território nacional, usando-se os Anais do Congresso Brasileiro de História da Educação (CBHE), de 2000 a 2017; o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), de 2001 a 2018; e, por fim, os periódicos especializados sobre o tema, formação e trabalho docente rural, com a periodização de 1997 a 2019.

Lima (2020) estabeleceu três eixos temáticos para a análise dos Anais do CBHE (2000 a 2017): Formação; Trabalho; e Formação e Trabalho. A pesquisadora identificou 66 trabalhos expostos e divulgados durante estes congressos, incluindo 44 textos relacionados à formação de professores rurais, 19 textos relacionados ao trabalho de professores rurais e três pesquisas que se encaixam nas duas temáticas mencionadas anteriormente. Lima (2020) sustenta que o grande número de estudos sobre a formação docente faz alusão às pesquisas que abordam a

¹¹ Resenha do livro: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/63766/32803> Acesso em: 10.jan.2024

história das instituições de formação. A pesquisadora também percebeu que o maior número de estudos sobre o tema se concentra no Rio Grande do Sul, região sul do país. Nesta localidade pontuam-se os trabalhos de Dóris Bittencourt Almeida: *Vozes esquecidas em horizontes rurais: história de professores* (2001); *Memórias da rural: narrativas de uma Escola Normal Rural pública (1950-1960)* - (2007).

O estado de São Paulo apresentou um total de seis trabalhos submetidos nos CBHE. Destes, cinco se concentraram no eixo formação e uma pesquisa no eixo trabalho. Dos cinco trabalhos, apenas dois são sobre a formação de professores rurais no estado de São Paulo: *A formação dos professores primários rurais no Estado de São Paulo (1930–1971)*, de Rosa Fátima de Souza; *As representações sobre o magistério rural na Revista Educação de São Paulo (1929–1945)*, de Fernando H. T. dos Santos e Dislane Z. Moraes; ambas as pesquisas foram apresentadas no VIII CBHE, ocorrido na Universidade Estadual de Maringá, em 2015.

Costa e Chaloba (2020) debruçaram sobre a produção acadêmica de dissertações e teses, produzidas nos Programas de Pós-Graduação no Brasil. A pesquisa realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), revelou que a educação rural é a última modalidade de ensino investigada por pesquisadores em formação. Essa evidência corrobora com as observações anteriores sobre a falta de produção científica relacionada à educação rural no Brasil.

Com a temática da formação e trabalho docente rural, as autoras identificaram a totalidade de 68 trabalhos, sendo: 53 Dissertações e 15 Teses. O maior número de trabalhos encontrados pelas pesquisadoras está relacionado à formação docente, 61 textos acadêmicos. Isso inclui estudos sobre instituições de ensino como Escolas Normais Rurais, Escolas Normais Rurais Regionais e cursos de aperfeiçoamento e especialização para o magistério rural. Novamente, concluiu-se que o estado de São Paulo não é um centro de estudos que realiza pesquisas sobre a formação docente. No momento do mapeamento das Dissertações e Teses (2020), havia apenas duas Teses de Doutorado no estado.

Ivashita (2020) focou a análise nos artigos em periódicos especializados¹² em História da Educação, demonstrando que os estudos se baseiam na perspectiva de análise da História das Instituições Escolares, com 22 artigos. No que diz respeito à temática da formação, tema desta tese, há apenas três artigos publicados, demonstrando, de novo, a baixa produção acadêmica sobre o tema. Outro aspecto relevante apontado pela autora é o aparecimento de

¹² Revista de História da Educação (1997-2019); Revista Histedbr on line (2000-2019); Revista Brasileira de História da Educação (2002-2019); Cadernos de História da Educação (2002-2019).

trabalhos acadêmicos sobre o tema da educação rural. Em 2009, começaram a surgir alguns artigos sobre o tema, mas o pico de produção ocorreu nos anos de 2011, 2014 e 2016. Afirma-se que, neste período, iniciaram-se as investigações com a temática da educação rural, em diferentes programas de pós-graduação do país e a divulgação das pesquisas.

No capítulo 3, do livro, *História e memória da Educação Rural no século XX*, são relatadas algumas pesquisas realizadas em regiões do Brasil, como: Piauí, Mato Grosso, Paraná e Pernambuco, com destaque para os estados da região nordeste. A terceira parte apresenta as políticas de formação de professores rurais, a formação inadequada dos professores, a existência de professores leigos nas escolas primárias rurais, a oficialização, a expansão dessas instituições formativas, os cursos de férias, os centros de treinamento do magistério rural, a escola normal rural, o curso normal regional e a expansão da escola primária rural. Algumas dessas temáticas que norteiam a escrita da unidade 3, se assemelham a dados coletados no processo de criação e implementação da escola normal rural no estado de São Paulo, foco desta tese.

Os levantamentos apresentados anteriormente evidenciam um número expressivo de pesquisas acadêmicas nas regiões nordeste e sul do Brasil. Essas regiões se destacam pelo fato de terem abrigado uma demasia de instituições dedicadas à formação de professores primários rurais. Segundo os estudos de Lourenço Filho (2001), Santa Catarina (38) na região sul e o Ceará (12) na região nordeste eram os estados com a maior quantidade de unidades escolares regionais em 1951, estabelecimento de ensino no qual o professor regente das escolas primárias rurais era formado.

Além disso, há evidências até o momento de que a Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte, no Ceará, foi a primeira a ter esse tipo de formação docente. Dessa forma, há um considerável número de pesquisas a respeito desta escola¹³. Segundo Lourenço Filho (2001, p.83) o regulamento da instituição educativa determinava os propósitos da escola, para a formação de professores primários rurais:

- a) Preparar mestres para o ensino primário das zonas rurais do Estado, de maneira a torna-los aptos a orientar racionalmente as novas gerações para as tarefas agrícolas, dando-lhes a conhecer os meios de defesa da saúde e de incentivo do progresso nos campos.
- b) Contribuir, através do preparo conveniente dos mestres, para que a escola primária rural se torne um centro de iniciação econômica e profissional.
- c) Dar, pelos mestres, consciência agrícola e sanitária às populações rurais, além da compreensão do valor da previdência e da economia, como condição de felicidade individual e coletiva.
- d) Despertar, por meio dos mestres primário, nos futuros agricultores e criadores, a consciência do valor de sua classe, que, organizada e liberta de

¹³ Sobre a Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte, ver: Araújo (2011); Magalhães Junior; Varela (2016);

toda influência estranha dominadora, deve colaborar ao lado das demais classes no engrandecimento e no governo do País (Lourenço Filho, 2001, p.83)¹⁴.

Noely Costa Dias Garcia, publicou o livro *Vozes Esquecidas do Sertão Paulista: formação e trabalho de professoras e professores de escolas primárias rurais da região de São José do Rio Preto/SP (1940-1970)*, pela Editora Cultura Acadêmica, no ano de 2024, como resultado de sua tese de doutorado defendida no ano de 2022. Neste livro, a autora realizou uma análise da formação e do trabalho docente de professoras e professores rurais no estado de São Paulo, apresentando dados sobre a expansão do ensino normal no Estado e a formação do magistério rural, questionando se a formação para os mestres primários rurais era ausente. Nessa perspectiva, de responder o questionamento, Garcia (2024) descreve algumas informações, com base no texto de Chaloba (2017) e textos legislativos, sobre o processo de constituição da Escola Normal Rural de Piracicaba. Pontos importantes para a discussão desta pesquisa.

Assim, com a colocação de diferentes modelos de formação de professores primários rurais, no Brasil, cabe uma descrição da estrutura da formação desses docentes, em perspectiva nacional, para, então, compreender algumas características peculiares do estado de São Paulo na formação do magistério rural.

1.2 Formação de professores rurais: perspectiva nacional

Ao examinar os dados apresentados anteriormente, é possível inferir que a formação de professores rurais se realizou de diversas maneiras e em diferentes instituições escolares, com a predominância de modelos de Cursos Normais Regionais e Escolas Normais Rurais.

Nos anos 1930 e 1970, no Brasil, surgiram diversas propostas e iniciativas para criar escolas rurais, destacando alguns fatores que influenciaram essas iniciativas, como o aumento do êxodo rural no campo, a disseminação dos ideais rurais, as políticas implementadas pelo governo federal para conter o fluxo migratório e saneamento do interior, a expansão do ensino

¹⁴ Este trecho não foi escrito por Lourenço Filho, o autor apenas transcreveu parte do regulamento da Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte, porém, no texto produzido pelo educador não foi encontrada a referência da fonte analisada por ele. No artigo Educação Rural e Formação de Professores no Brasil: gênese de uma experiência pioneira, de Fátima Maria Leitão Araújo, publicado no ano de 2011 na revista Cadernos de História da Educação, apresenta o mesmo trecho e a autora declara a autoria para Joaquim Moreira de Sousa.

primário nas áreas rurais de iniciativa dos governos estaduais e municipais e as políticas nacionais para a educação rural (Chaloba, 2017, p.181).

Para Andrade (2020), a expansão da oferta de educação para a formação de professores primários rurais sucedeu-se em duas etapas. A primeira etapa, transcorreu no Governo Vargas (1930–1945), com o objetivo divulgar as propostas, concepções e os mecanismos legais de organização das instituições, bem como o currículo, para configurar o perfil formativo ideal para os futuros professores. A segunda etapa tem início com a Lei-orgânica do Ensino Normal, promulgada em 1946 e que se estendeu até 1971, com a reorganização do ensino no país e a extinção das escolas normais, predominando a Habilitação Específica para o Magistério (HEM).

Conforme a Lei-Orgânica (1946), a formação de professores para o ensino primário, a habilitação de administradores escolares e o desenvolvimento e disseminação dos conhecimentos e técnicas relativos à educação infantil eram as finalidades do ensino normal na época. Havia três tipos de estabelecimentos para o curso normal: *a Escola Normal Regional; a Escola Normal; e o Instituto de Educação*. Dentre as instituições de ensino, o único a oferecer o curso de especialização e formar administradores escolares era o Instituto de Educação. As outras escolas apenas tinham a função de formar o professor primário.

Segundo Andrade (2020), o primeiro curso Normal Regional foi criado no estado de Minas Gerais, em 1911. No entanto, essa instituição não tinha um programa de ensino específico para o meio rural, apenas designava a localização da escola. Outras iniciativas surgiram ao longo dos anos, para formar professores para ensinarem em áreas rurais, mas, conforme os estudos de Andrade (2020), somente nos anos 1940 houve uma preocupação efetiva com a inserção de um currículo com conteúdos específicos para o meio rural.

A Comissão Nacional do Ensino Primário apresentou um anteprojeto para a formação docente em âmbito nacional com três níveis distintos: formação inicial de quatro anos, após o ensino primário, para atuar como regente de classe em escolas primárias distantes dos centros urbanos. Essa formação ocorreria nos “cursos normais rurais”; formação inicial de três anos, para atuar nas áreas urbanas, voltada para o ensino secundário; e formação completa em escolas normais de nível secundário (Andrade, 2020). O anteprojeto previa a implementação dos cursos normais rurais nas áreas interioranas, com baixo custo e facilidade de organização, permitindo sua rápida expansão em todos os Estados da Federação, além de, segundo Andrade (2020), criar um novo perfil docente consoante os valores e formas de integração político-ideológica vigentes na época.

A professora primária formada nessas escolas seria uma agente direta e disseminadora de um espírito de integração e esforço coletivo para melhorar as condições de vida da população brasileira, idealizado pelo Estado nacional. Uma parte do projeto foi incorporada à Lei-Organica do Ensino Normal, em 1946, e organizaria esse tipo de ensino em território nacional.

Andrade (2020) cita os estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná e Rio Grande do Sul, como unidades da federação que se preocuparam com a formação docente específica. Alguns pesquisadores se detiveram sobre as Escolas Normal Rural e Curso Normal Regional nos estados mencionados — Dóris Bittencourt Almeida (2001; 2007) — Rio Grande do Sul; Fátima Maria Leitão Araújo (2007; 2011) — Ceará; Thais Bento Faria (2017) — Paraná; Ferreira e Lima (2020) — balanço da formação de professores ao nível nacional.

Esses estudos complementam as informações fornecidas por Lourenço Filho (2001). Em 1951, no Brasil, havia um total de 546 estabelecimentos de ensino normal, sendo 434 escolas normais e 112 cursos normais regionais, que eram responsáveis pela formação do professor primário rural no país.

Observa-se no **Quadro 2**, o programa de ensino do curso normal regional e do curso normal, no ano de 1946.

Quadro 2 - Programa de ensino dos cursos normais primário e secundário em 1946

	Curso Normal Primário – Escola Normal Regional	Curso Normal Secundário – Escola Normal
Primeira série	Português, Matemática, Geografia geral, Ciências naturais, Desenho e caligrafia, Canto orfeônico, Trabalhos manuais e economia doméstica e Educação Física.	Português, Matemática, Física e química, Anatomia e Fisiologia humanas, música e canto, desenho e artes aplicadas, educação física, recreação e jogos.
Segunda série	Português, Matemática, Geografia do Brasil, Ciências naturais, Desenho e caligrafia, Canto orfeônico, Trabalhos manuais e atividades econômicas da região e Educação física.	Biologia educacional, Psicologia educacional, Higiene e educação sanitária, Metodologia do ensino primário, Desenho e artes aplicadas, Música e canto, Educação física, recreação e jogos.
Terceira série	Português, Matemática, História geral, Noções de anatomia e fisiologia humanas, Desenho, Canto orfeônico, Trabalhos manuais e atividades econômicas da região, Educação física, recreação e jogos.	Psicologia educacional, Sociologia educacional, História e filosofia da educação, Higiene e puericultura, Metodologia do ensino primário, Desenhos e artes aplicadas, Música e canto, Prática de ensino, Educação física, recreação e jogos.
Quarta série	Português, História do Brasil, Noções de higiene, Psicologia e pedagogia, Didática e prática de ensino, Desenho, Canto orfeônico, Educação física, recreação e jogos.	

Fonte: Decreto-Lei n. 8530, de 2 de janeiro de 1946. Lei-Orgânica do Ensino Normal.

O Curso Normal Regional, instituído pela Lei-orgânica, configurava-se como — o estabelecimento de ensino destinado a administrar tão somente o primeiro ciclo de ensino normal (Brasil, 1946, p.1). Conforme os estudos de Faria (2017) a meta dos cursos normais regionais era formar o professor para o meio rural. Para Lourenço Filho (2001) as disciplinas de trabalhos manuais e economia doméstica e da região, eram o ponto central dos cursos regionais, pois nessas disciplinas se configurava a forma prática e a organização da região em que estava inserida o curso e/ou a escola primária. “Deverá desenvolver trabalhos práticos para conhecimento das técnicas regionais de produção e exercício de observação e investigação, quanto à vida dos grupos de população, seus costumes e possibilidades de melhoria por influência da escola” (Lourenço Filho, 2001, p.80).

Os estados que mais concentravam cursos normais regionais foram: Santa Catarina (38 CNRs); Ceará, (12 CNRs); Minas Gerais e Pernambuco, ambos com (09 CNRs) e os estados do Paraná e da Paraíba (08 CNRs) (Lourenço Filho, 2001).

Faria (2017), ao analisar o processo de criação, institucionalização, expansão, transformação e extinção dos Cursos Normais Regionais no estado do Paraná, concluiu que, segundo as fontes analisadas, o estado do Paraná possuía 19 CNRs em 1949 e foi um dos difusores de CNRs como modelos para a formação de professores primários rurais. Em 1964, o estado do Paraná continuou a expansão de CNR e contabilizava 121 cursos normais regionais (Azevedo, et. al., 2020, p.314).

É perceptível que os CNR foram a principal instituição formadora de professores rurais no Brasil, existindo em números significativos e em diferentes regiões do país. Esses cursos eram de 1º grau (ensino primário) e algumas regiões tentaram ou implementaram escolas de 2º grau, (ensino secundário), as Escolas Normais Rurais. Esta escola formaria professores normalistas rurais, com consciência agrícola, como Sud Mennucci desejava.

Com base nessas pesquisas, em diferentes estados do país, constata-se que, em São Paulo, segundo os ideais de Sud Mennucci e a legislação vigente na época sobre o ensino normal, não existiram Cursos Normais Regionais. Após o término da dualidade do ensino normal no estado em 1920, com a reforma de Sampaio Dória, que priorizava apenas as escolas de formação de professores de nível mais elevado, e o projeto de Sud Mennucci, que previa a criação de cursos normais rurais no nível de 2º grau, é evidente que os cursos normais regionais não seriam implementados no estado de São Paulo.

Assim, outras modalidades de formação para professores primários predominaram no estado paulista, como veremos a seguir.

1.2.1 Formação de professores rurais: estado de São Paulo

Em São Paulo, um dos principais estado do país, a formação de professores para lecionar em áreas rurais deu-se de maneiras distintas de outras localidades, conforme apontado por Chaloba (2017) e Basso (2018). No estado, foram identificadas algumas iniciativas de formação de professores primários, algumas delas mais promissoras do que outras. Dentre as instituições de ensino e os cursos de formação, destacam-se: a Escola Normal Rural; os Cursos de Especialização Agrícola; e os Cursos de Férias.

Basso (2018; 2021) analisou a existência de cursos de especialização agrícola e de férias para professores primários ensinarem em áreas rurais. Esses cursos eram para professores com formação e atuantes no magistério paulista. A existência desse tipo de formação se deu devido à falta de escolas normais rurais no estado de São Paulo. Era uma forma de suprir a deficiência de formação do magistério primário rural.

De acordo com Chaloba (2017), Almeida Junior, adepto da Escola Nova, em 1936, quando diretor-geral de ensino, expressou, no *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo*, a sua posição contrária à criação de escolas normais rurais, privilegiando uma especialização técnica para os professores rurais. Almeida Junior sustentava que havia muitas escolas normais no Estado, bem como a demora em formar professores rurais. Dessa forma, defendia cursos de especialização que deveriam ser breves, com aulas teóricas e práticas sobre temas relacionados ao meio rural.

Figura expressiva do sistema intelectual paulista, Almeida Junior mostra-se contrário à instalação de escolares normais rurais, porquanto defensor da criação de cursos de especialização com duração de três a quatro meses, centrados nos estudos de assuntos como higiene rural - alimentação, cuidados corporais, higiene doméstica, combate às moléstias; sociologia rural - análise dos principais problemas do campo, visando à interpretação e solução; educação rural - abordagem dos assuntos rurais; ensino da leitura e da linguagem na zona rural, educação física, biblioteca infantil; e, claro, atividades rurais (Monarcha, 2007, p.37).

O primeiro curso de especialização agrícola ocorreu no interior de São Paulo, na cidade de São Carlos, na Escola Normal de São Carlos¹⁵, entre os dias primeiro de setembro e trinta

¹⁵ Atual Escola Estadual Álvaro Guião (Basso, 2021, p.7).

de dezembro de 1936 (Basso, 2018, p.124). O curso previa aulas teóricas e práticas a respeito da agricultura, avicultura e citricultura. Os dados apresentados por Basso (2018; 2021) indicam que, neste curso, participaram 120 estudantes, alunas e ex-alunas da Escola Normal de São Carlos. A autora concluiu que o principal objetivo do curso era instruir as alunas, para além de alfabetizar as crianças rurais. Aprenderiam sobre higiene e agricultura e, seria possível, de certa forma, interagir com o meio em que estariam inseridas.

Para o ruralista da educação Antonio Oswaldo Ferraz, os cursos de especialização e de férias eram formações emergenciais para capacitar os professores primários para ensinarem nas zonas rurais.

Os cursos de férias de especialização agrícola contribuem para sanar tal lacuna em nosso aparelhamento educativo. Embora sejam muito rápidos, darão ao mestre-escola noções respeitantes aos problemas rurais. Ventilam-se neles questões concernentes à higiene, horticultura, floricultura, fruticultura, avicultura, sericicultura, agricultura geral, etc... Todavia, não deixam de ser cursos de emergência... (Ferraz, 1958, p.5).

O Decreto-Lei n. 13.992, de 22 de maio de 1944, criou o Curso de Especialização Agrícola na Escola Profissional Agrícola-Industrial Mista de Pinhal, com a colaboração mútua entre o Departamento de Educação e a Superintendência do Ensino Profissional, visando formar professores normalistas em especialistas em ensino rural. O curso era dividido em partes práticas e teóricas de agricultura, pecuária, pequenas indústrias rurais e higiene rural, com duração de um ano e a exigência de seleção vocacional dos candidatos. Funcionaria em regime de internato e semi-internato, sem cobranças aos estudantes. Em 1947, na Consolidação das Leis de Ensino do Estado de São Paulo, os Cursos de Aperfeiçoamento Agrícola permaneceram como cursos de especialização e deveriam ser ministrados em escolas agrícolas, como as Escolas Profissionais Agrícola-Industriais de Espírito Santo do Pinhal¹⁶, Jacareí¹⁷ e São Manuel¹⁸.

Basso (2018) identificou também evidências de cursos de férias¹⁹ nas cidades paulistas de Casa Branca e Guaratinguetá no ano de 1936. Esses cursos se concentravam, sobretudo, nas férias escolares do mês de julho. Os cursos de férias foram identificados como anteriores e concomitantes com a Escola Normal Rural de Piracicaba, em parceria com a Escola Superior

¹⁶ Criada pelo Decreto n. 7.073, de 06 de abril de 1935.

¹⁷ Criada pelo Decreto n. 7.319, de 05 de julho de 1935.

¹⁸ Criada pelo Decreto n. 10.210, de 22 de maio de 1939.

¹⁹ Lopes, Furtado e Amorim (2020), também identificaram outras estratégias de formação para professores rurais, como os cursos de férias realizados nos estados de Mato Grosso e Piauí entre as décadas de 1950 e 1970. Os autores ainda identificaram que esses cursos eram ofertados aos professores rurais leigos, sem formação para o magistério, como forma de propiciar algum tipo de formação para esses docentes. Os cursos realizavam-se no recesso escolar.

de Agricultura e o Clube de Ciências de Piracicaba²⁰. Os cursos de férias se configuravam como a divulgação de conhecimentos rudimentares rurais, de forma rápida, como meio de instruir o docente primário e ressignificar a sua prática nas escolas primárias rurais.

A seguir, analisa-se algumas iniciativas de cursos rápidos de férias identificados nas fontes analisada para a construção desta tese.

A Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ) promoveu um Curso Rápido de Agricultura nos dias 04, 05 e 07 de julho de 1952, com a presença de inúmeros professores primários (o *Jornal de Piracicaba* não apresenta um número exato de professores), que se dedicaram ao estudo da cultura do milho, ao preparo e à restauração do solo, à cultura do café e à cultura da cana. O curso foi aberto pelo diretor da escola superior de agricultura, o professor José de Mello Moraes, seguido pela aula inaugural do professor Silvio Tricanico, professor catedrático da escola (Instalou-se..., 1952, p.1).

Os cursos rápidos de férias promovidos pelo Clube de Ciências de Piracicaba foram realizados durante a década de 1950. Nos jornais municipais pesquisados-*Jornal de Piracicaba* e *Diário de Piracicaba* — foram identificados alguns cursos ministrados nos anos de 1953 e 1957.

O *Jornal de Piracicaba* noticiou, no dia 03 de janeiro de 1953, que haveria um terceiro curso de férias para professores primários no Clube de Ciências. A reportagem em questão apontou o número de 126 candidatos inscritos para a participação no curso. Além dos docentes primários, também se inscreveram engenheiros agrônomos, estudantes de agronomia e técnicos de instituições. Não foram encontradas outras informações a respeito do andamento do curso, mas, no curso de férias ocorrido em 1957, identificaram-se diversos elementos da sua organização, conteúdo programático e os sujeitos e instituições que participaram da realização do curso.

Com a coordenação da Assistência Técnica do Ensino Rural e a supervisão do Clube de Ciências, Centro de Saúde, Associação Médica de Piracicaba e os engenheiros da Escola Superior de Agricultura (ESALQ), foi elaborado um curso rápido de férias para professores primários, voltado especialmente para aqueles que trabalhavam na área rural. O curso foi dividido em dois campos: o curso de Profilaxia e Higiene Rural; e o curso de Agricultura Geral.

²⁰ Valentim do Amaral, Deputado estadual por Piracicaba, no ano de 1953, envio para a Assembleia Legislativa do estado de São Paulo, um Projeto de Lei (PL n.1.067/53) para instituir o Clube de Ciências de Piracicaba, como uma entidade sem fins lucrativos, de utilidade pública, por ser uma prestadora de serviços para o ensino paulista. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1002054> Acesso em: 11.jan.2024. O Clube de Ciências de Piracicaba foi declarado de utilidade pública em 1953, pela Lei n. 2.397, de 10 de dezembro de 1953. As informações sobre a instituição estão relacionadas aos dados encontrados sobre os cursos de férias, o que significa que o clube era um provedor e difusor de conhecimento.

Mais adiante, veremos que esses conteúdos também fizeram parte dos programas de ensino da Escola Normal Rural de Piracicaba.

Os temas abordados nos cursos abrangeram agricultura, fruticultura, olericultura²¹, jardinocultura, silvicultura²² e apicultura²³ (Curso..., 1957a, p.1). No *Jornal de Piracicaba*²⁴, identificou-se alguns temas percorridos no curso de Profilaxia e Higiene Rural: fraturas em geral; cuidados aos acidentados; profilaxia dentária; doenças da boca; flúor e suas aplicações; queimaduras; nutrição geral; alimentação na zona rural; e ofidismo²⁵; profilaxia da água; água potável; abastecimento de água; água e seus diversos tratamentos na zona rural; fossa sépticas e verminoses. É perceptível que a questão do higienismo é uma das principais preocupações durante a realização desses cursos, tendo sido tema recorrente nos debates sobre o homem e o meio rural.

O primeiro curso foi realizado entre 02 e 15 de janeiro, enquanto o segundo, de agricultura geral, foi realizado entre 07 e 19 de janeiro de 1957. Havia 60 vagas para os professores que se interessaram pelo tema e as inscrições deveriam ser feitas na sede do Clube de Ciências, em Piracicaba, com a documentação necessária e um atestado assinado pela autoridade escolar que comprovasse ser um normalista, exercendo suas funções em escolas rurais. Entretanto, identificou-se a informação de que no curso frequentaram mais de 200 alunos, não somente do município de Piracicaba, mas também de outras cidades do estado de São Paulo.

Nelson Meireles, médico e presidente da Associação Médica de Piracicaba, pronunciou uma palestra aos cursistas intitulada *O professor no serviço social médico*. Em seguida, tratou

²¹ Olericultura é o cultivo de espécies de plantas, que são conhecidas também como hortaliças e que, abrangem as culturas folhosas, raízes, bulbos, tubérculos e alguns frutos como melão e melancia. Disponível em: <https://www.to.gov.br/adapec/olericultura/2a60xtas2dv6#:~:text=As%20oler%C3%ADculas%20s%C3%A3o%20esp%C3%A9cies%20de,o%20mel%C3%A3o%20e%20a%20melancia>. Acesso em: 11.jan.2024.

²² Silvicultura é a arte e a ciência que estuda as maneiras naturais e artificiais de restaurar e melhorar o povoamento nas florestas. Disponível em: <https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/tematicas/agroenergia/florestal/silvicultura#:~:text=Silvicultura%20%C3%A9%20a%20arte%20e,no%20uso%20consciente%20das%20florestas>. Acesso em: 11.jan.2024.

²³ Apicultura consiste na criação de abelhas da espécie do gênero *Apis* para a produção de diversos itens, como mel e própolis. A espécie de abelha citada é conhecida como abelhas com ferrão. Disponível em: <https://summitagro.estadao.com.br/tendencias-e-tecnologia/apicultura-tudo-o-que-voce-precisa-saber-da-pratica/>. Acesso em: 11.jan.2024.

²⁴ O jornal *Diário de Piracicaba*, outro periódico de grande circulação no município e analisado nesta tese de Doutorado, também noticiou os eventos ocorridos nos cursos de férias do ano de 1957, na sede do Clube de Ciências de Piracicaba, entretanto, o teor das reportagens se assemelha ao noticiado pelo *Jornal de Piracicaba*, por isso, optou-se por não reproduzir as mesmas informações com jornais do mesmo âmbito geográfico e sim, para jornais de outras localidades, como o jornal *O Estado de S. Paulo*.

²⁵ Ofidismo é o estudo do envenenamento em humanos decorrentes da inoculação de toxinas, produzidas em glândulas de veneno, por meio de presas de serpentes. Disponível em: <https://campusvirtual.fiocruz.br/portal/?q=node/69794>. Acesso em: 11.jan.2024.

do tema *Os primeiros cuidados com acidentados na zona rural*. Após a aula teórica, o médico conduziu os alunos para uma visita à Santa Casa de Misericórdia de Piracicaba, como parte das atividades práticas do curso. Os alunos tiveram a oportunidade de conhecer o departamento de Raio-X e aprender o funcionamento de alguns órgãos humanos.

As aulas dos cursos eram realizadas de manhã e à tarde, em alguns dias do mês de janeiro. A definição de cursos rápidos de férias está atrelada à ideia de um curso, que seja realizado de forma rápida, em períodos de férias escolares dos professores primários. Era uma maneira de capacitar esses docentes sem prejudicar o progresso das atividades diárias nas escolas primárias, especialmente nas escolas isoladas localizadas em áreas rurais.

No dia 15 de janeiro de 1957, após as últimas aulas dos cursos de férias, seria aplicado um exame final de aproveitamento para os alunos dos cursos. Os candidatos deveriam trazer uma ou mais folhas de almaço e uma caneta-tinteiro para a realização da prova. No final, ainda foram recebidos materiais e objetos relacionados ao meio rural.

No dia 18 de janeiro de 1957, o *Jornal de Piracicaba* publicava informações sobre os alunos que concluíram os cursos de férias que haviam realizado durante o mês de janeiro. Com a presença de autoridades estaduais e municipais²⁶, os professores que concluíram os cursos receberam os seus diplomas, certificando-se de que participaram da formação oferecida. Os certificados dos cursos de férias de Agricultura, Profilaxia e Higiene Rural, conforme a legislação vigente naquela época, serviriam de pontuação para a participação nos concursos do ensino típico rural.

Os cursos rápidos de férias e os cursos de especialização agrícola se tornaram a principal estratégia na formação de professores primários rurais no estado de São Paulo. Esses cursos serviram de justificativa para a ausência da Escola Normal Rural paulista e, mesmo com o funcionamento da unidade escolar rural, os cursos continuaram a existir e capacitaram, de forma rápida e objetiva, os professores primários.

²⁶ Lazaro Pinto Sampaio - Prefeito Municipal; Oscar Schiavon - presidente da Câmara Municipal; Benedito Ferreira da Costa - delegado do Ensino; Mario Melo - inspetor escolar; Julio Soares Diehl - diretor da Escola Normal "Sud Mennucci; Armando Furlani - diretor da Escola Normal Rural; Felipe Westin Cabral de Vasconcelos, Salin Simão e Heladio Amaral Melo, da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz; e os diretores do Clube de Ciências (ENCERRAMENTO..., 1957, p.16).

1.3 Referencial teórico-metodológico e os itinerários da pesquisa

Para a realização deste estudo, optou-se pela pesquisa histórica, documental e bibliográfica, que se realizou através da localização, união, seleção e análise de fontes documentais, bem como da leitura de uma bibliografia especializada sobre a História da Educação Rural no estado de São Paulo. A abordagem da História Cultural foi estabelecida como referencial teórico-metodológico, uma abordagem amplamente utilizada em pesquisas desenvolvidas na área de História da Educação devido à sua abrangência teórica, metodologia e fontes analisadas. Utiliza-se, também, o conceito de Representação, empregado por Roger Chartier (2002; 2011).

A História Cultural iniciou-se na França, com a revista *Annales*, criada por Lucien Febvre e Marc Bloch, em 1929. Esses dois autores são considerados a primeira geração da publicação da revista e os percussores da História Cultural. Outras gerações surgiram e modificaram o campo da história cultural, como a História Global/Total, de Fernand Braudel, principal representante da segunda geração, e a Nova História Cultural, reformulada na terceira geração da revista. Isto é, a abordagem teórica e metodológica, passou por alterações, até a constituição do que, atualmente, definimos por *Nova História*.

A nova história cultural se desenvolveu mundialmente nos anos de 1970 e 1980, com destaque para o livro de Jacques Le Goff (1978) – *A História Nova* -, com artigos e ensaios acerca de conceitos-chaves sobre a nova abordagem histórica²⁷. A Nova História Cultural se define como uma área da historiografia que estuda os diferentes aspectos da cultura material, imaterial e erudita, de determinados povos e instituições, como a escola. Essa nova perspectiva expandiu os seus horizontes e passou a conversar com outras áreas de estudo, como a geografia, a sociologia e a antropologia, entre outras.

Com a história cultural, houve uma reação deliberada em relação ao “paradigma” tradicional, ou seja, uma ruptura/desvio na forma de contar a história. O paradigma tradicional consistia, essencialmente, na escrita da história política (Burke, 2011, p.10), enfatizando a exaltação de heróis e eventos históricos considerados relevantes para a construção da história. No entanto, a história cultural difere da história tradicional, pois o foco de estudo é variado, aumentando a perspectiva de análise, ao contrário da história tradicional, que se concentra apenas na política. Com a nova abordagem, valoriza-se a análise e a construção histórica de

²⁷ Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2106>

diferentes dimensões sociais, desvendando e interpretando realidades sociais consideradas marginalizadas.

A prática da História vem tomando um novo rumo nos últimos anos, no qual o recurso às imagens, aos textos e às ações passou a ter um lugar de destaque no entendimento e interpretação do passado.

Em vista disso, os próprios modelos explicativos da história social, até então em vigor nos meios acadêmicos, tiveram os seus focos de análise direcionados para a história da cultura, o que vem possibilitando aos historiadores a compreensão das relações econômicas e sociais, de uma dada época e sociedade, enquanto campos de prática e produção cultural (Moura, 1995, p.147).

A nova história cultural permitiu que os historiadores ampliassem o campo de pesquisa, suas perspectivas, os métodos, a temporalidade e as fontes utilizadas, permitindo novos olhares e interpretações. As fontes que, anteriormente, eram consideradas inaceitáveis para a escrita da história, são aceitas pela história cultural.

Além da abordagem da História Cultural, utiliza-se nesta tese os estudos sobre o conceito de Representação, empregado por Roger Chartier (2002; 2011), para a compreensão de alguns pontos essenciais para a constituição da investigação aqui apresentada: rural; professor rural; Piracicaba, como um município essencialmente agrícola; e por fim, a Escola Normal Rural.

Para Chartier (2002) a história cultural tem como principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler, com vários “caminhos” a ser construídos ao longo da análise. Primeiramente, o autor definiu as delimitações que organizam o mundo social, para a percepção e a apreciação do real. Apontando que, o mundo social é construído pelo interesse de um grupo que forjam a realidade. Assim, Chartier (2002) define que, as percepções sociais não são neutras e produzem estratégias e práticas que demonstram uma autoridade sobre outros grupos. Com isso, sociedade é descrita como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse, a partir da percepção social de um determinado grupo.

Desta forma, os sujeitos e o grupo ao qual pertence criam representações de si mesmos e de outros grupos, fundamentando suas visões de mundo sobre as experiências históricas. As representações visam construir o mundo social, sendo elas matrizes dos discursos e das práticas dos grupos. Assim, compreender as representações dos grupos é compreender como o mundo dos mesmos é construído socialmente (Coelho, 2014, p.95).

Como também

Os grupos criam representações que objetivam agir nas experiências históricas. Desta forma, o mundo social é representação e vontade, e existir socialmente é percebido como distinto. As representações estão localizadas

no tempo e são social e historicamente construídas pelos sujeitos e seus respectivos grupos. Neste sentido, cabe ao pesquisador perceber e analisar tais representações e suas intencionalidade em agir nas experiências históricas (Coelho, 2014, p. 96).

A partir desta compreensão, tem-se como hipótese que o Movimento pela Ruralização do Ensino, a partir das concepções do Ruralismo Brasileiro, “inventou” a representação de mundo social rural ideal no estado de São Paulo, ao constituir um modelo de município agrícola e a criação de instituições educativas para o ensino rural. A partir do conceito de representação, analisa-se quais foram as estratégias e as práticas construídas pelo Movimento pela Ruralização do Ensino, para definir um modelo de Sociedade e de Educação Rural paulista.

Como afirma Peter Burke (2011), é essencial que o historiador analise uma ampla gama de evidências, tais como visuais, orais, estatísticas e outras. A história cultural é uma renovação das pesquisas, práticas de trabalho e instrumentos metodológicos, como aponta Nóvoa (2002).

Portanto, selecionou diferentes fontes documentais para analisar nesta pesquisa, conforme apresentado no **Quadro 3**:

Quadro 3- Fontes

TIPO DE FONTE	DADOS
Diário Oficial do estado de São Paulo ²⁸	Ementa de discurso; Projetos de lei; Parecer da Comissão de Educação;
Jornais	Jornais estaduais — O Estado de S. Paulo; Folha da Manhã; entre outros. Jornais municipais — Jornal de Piracicaba; Diário de Piracicaba; e A Província.
Legislação	Leis, decretos, projetos de lei, requerimento e indicação
Relatório da Diretoria de Ensino de Piracicaba	Relatórios dos anos de 1933, 1938, 1940, 1942 e 1943.
Revista Acta—N.8, Ano IV, 1968	Revista do Conselho Estadual de Educação. Realização de consulta a respeito de normas aplicáveis ao Ensino Rural do estado de São Paulo.
Revista do IHGP ²⁹	Revistas do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba com informações sobre: o município de Piracicaba, a educação piracicabana, a economia, personalidades ilustres da cidade, entre outros temas.
Revista do Professor (CPP) ³⁰	Revista do Centro do Professorado Paulista com artigos referentes a temática: educação rural, ensino primário rural, formação docente, escola normal rural e a Escola Normal Rural de Piracicaba.

²⁸ Disponível em: <http://www.imprensaoficial.com.br/#26/05/2023>

²⁹ Disponível em: <https://www.ihgp.org.br/revistas/>

³⁰ Revista do Professor (1933 a 1956), disponível no site da Biblioteca Nacional Digital: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=145335&pesq=&pagfis=1>

Acervo Prof. João Chiarini	Recortes de jornais com o tema ruralismo.
Livro—O arco-íris, uma carreira e a professora, de Therezinha de Jesus Penteado Monteiro	Livro da vida profissional da professora Therezinha, ex-diretora da Escola Normal Rural “Prof. José de Mello Moraes”.
Livros de Atas de Exames Finais	Atas de exames finais dos Grupos Escolares Rurais de Piracicaba na década de 1930.

Fonte: Elaborado pela autora, 2024

Outros documentos, considerados relevantes para a discussão do tema nesta tese, foram os livros escritos por Sud Mennucci sobre o ensino rural e a formação de professores primários em escolas normais rurais. *A Crise Brasileira da Educação* (1º ed. — 1930³¹; 2ª ed.—1934³²), *O que fiz e pretendia fazer* (1932), *Aspétos Piracicabanos do Ensino Rural* (1934) e o *Discurso e Conferências Ruralistas* (1946).

Conforme a equipe gestora da Escola Estadual “Prof. José de Mello Moraes”, o acervo da escola estava deteriorado, impossibilitando o seu uso. Dessa forma, foi necessário rever o projeto de pesquisa e investir em outras fontes de pesquisa que auxiliassem na análise, sem alterar o objeto de pesquisa, a Escola Normal Rural de Piracicaba. Procurei fontes que me auxiliariam na pesquisa, tanto em acervos físicos quanto virtuais.

Saliento, ainda, que, ao longo do processo de pesquisa de doutorado, considerou-se a utilização da metodologia da História Oral, que inclui entrevistas com professores da escola normal rural e ex-alunos da instituição. No entanto, alguns pontos foram analisados e refletidos e, por isso, decidiu-se não usar a metodologia, apenas analisar as fontes escritas. É provável que a maioria dos professores da escola normal rural esteja com idade avançada ou não estejam mais vivos. Os estudantes também apresentam uma idade avançada e grande parte do desenvolvimento da pesquisa ocorreu durante a pandemia da Covid-19, impossibilitando o contato com esses indivíduos.

No decorrer do processo de pesquisa, encontrei o artigo “Representações das emoções do trabalho docente sob uma perspectiva histórica”, escrito por Marina Mendes da Costa e Rosário Silvana Genta Lugli, publicado na revista *Educação e Pesquisa*, no ano de 2020. Neste artigo, as autoras, ao analisarem a carreira de professoras primárias no estado de São Paulo nos anos 1950 e 1970, selecionaram como fontes de pesquisa revistas especializadas na área e romances autobiográficos de professoras primárias, visando aprofundar as discussões sobre a

³¹ Disponível no acervo da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – USP, digitalizada pela equipe da biblioteca da universidade.

³² Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/sudeducacao.html> Acesso em: 26. maio. 2023. Versão para ebook.

representação do magistério primário através da memória de professoras que lecionaram em escolas paulistas no período em questão.

Entre os romances, um se aproximava das minhas pretensões — *O arco-íris, uma carreira e a professora* — romance memorialista de Therezinha de Jesus Penteado Monteiro, publicado em 1979. Monteiro (1979), foi diretora da Escola Normal Rural de Piracicaba e, em três capítulos, narra a sua permanência na escola rural e descreve brevemente o processo de existência caótica da unidade escolar, bem como demonstra sinais da sua extinção. Sendo assim, este livro é considerado uma fonte de pesquisa.

Durante a pesquisa de doutorado, foram realizados levantamentos em diversos acervos visando localizar fontes para a pesquisa. Cada acervo, com suas peculiaridades e possibilidades, contribuiu para a elaboração deste texto. Os acervos históricos são fundamentais para o desenvolvimento de pesquisas com a abordagem histórica. Nesses locais, encontram-se informações relevantes e irrelevantes para a pesquisa, que se tornam dados sobre a falta de preservação da documentação de uma instituição escolar. A preservação documental é uma tarefa complexa, que requer recursos físicos, financeiros e humanos. Nem todos os acervos têm acesso a esses recursos, necessários para a sua existência. Alguns funcionam conforme a cooperação voluntária de terceiros. Agradeço a todos os colaboradores que trabalham nos acervos visitados nesta pesquisa e que contribuíram para a localização das fontes analisadas.

Os acervos aqui mencionados estão situados na cidade de Piracicaba, no interior do estado de São Paulo, sido visitados entre 2019 e 2022³³.

O acervo do *Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba (IHGP)* contém os seguintes periódicos municipais: o *Diário de Piracicaba* e o *Jornal de Piracicaba*; os livros de Sud Mennucci — *Aspétos Piracicabanos do Ensino Rural* (1934) e *Discursos e conferências ruralistas* (1946); um exemplar da *Revista Acta*; um folheto sobre os primeiros e segundos Congressos Normalistas de Educação Rural.

Na visita ao acervo do *Museu Histórico e Pedagógico “Prudente de Moraes”* encontrei novamente o livro de Sud Mennucci — *Aspetos Piracicabanos do Ensino Rural* (1934), algumas fotografias de Grupos Escolares Rurais de Piracicaba e poucas e raras imagens da Escola Normal Rural de Piracicaba.

³³ Após o processo de seleção de ingresso no curso de doutorado em educação da Faculdade de Ciências e Letras, Unesp/Campus de Marília, ocorrido entre os meses de abril e julho de 2019, iniciei, após indicação da banca de arguição a busca por fontes em acervos na cidade de Piracicaba. Entretanto, no ano de 2020, por motivos de questões sanitárias, por causa da Covid-19, não foi possível continuar a busca nesses acervos, retornando, gradativamente entre os anos de 2021 e 2022. Grande parte do processo de pesquisa foi realizado de minha casa, na cidade de Rio Claro/SP, em acervos on-line.

O acervo da *Escola Estadual “Prof. José Melo de Moraes”* não está mais disponível, uma vez que houve uma intensa chuva que o danificou. Dessa forma, observou-se apenas uma pasta amarela com decretos que dizem respeito à criação da Escola Normal Rural, retirados do Diário Oficial do Estado de São Paulo.

No arquivo da *Diretoria de Ensino da região de Piracicaba*, no setor de Vida Escolar, apenas estão disponíveis os Livros Atas de Exames organizados, sendo possível constatar e localizar algumas informações sobre os Grupos Escolares Rurais existentes no município de Piracicaba entre 1920 e 1970. Ao analisar as fontes, averiguou-se que:

- Havia 21 Grupos Escolares Rurais em Piracicaba, o mesmo número de estabelecimentos apontados por Sud Mennucci no livro — *Aspetos Piracicabanos do Ensino Rural*;
- A grande maioria dos GER atendia até o 4º ano do Ensino Primário;
- As turmas existentes nas escolas variavam de quatro a oito, conforme o tamanho da unidade escolar, e podiam atender de 125 a 301 alunos, ao todo;
- Os 1º e 2º anos do Ensino Primário eram os que concentravam o maior número de alunos;
- A maioria das turmas dos 3º e 4º anos, eram compostas por alunos de diferentes idades (multisseriados);
- Havia inúmeros conservados (alunos repetentes);
- Dos 21 GERs existentes em Piracicaba, 16 eram alugados, quatro possuíam prédios próprios e apenas uma escola não foi notificada a situação do prédio escolar;
- No Livro de Atas de Exames, não foi encontrada nenhuma disciplina que se relacione à área rural;

O acervo do *Centro Cultural Martha Watts (CCMW)* é composto por documentos elaborados pelo Professor e ruralista João Chiarini, que participou da Comissão de Instalação da Escola Normal Rural de Piracicaba. Algumas encadernações denominadas Ruralismo foram encontradas, contendo textos extraídos de jornais municipais, estaduais e nacionais sobre o tema.

João Chiarini, nasceu na cidade de Piracicaba em 1919 e faleceu na mesma cidade em 1988. Formou-se professor primário na Escola Normal de Piracicaba (atualmente E.E. Sud Mennucci). Ao longo de sua vida, diplomou-se em outras instituições, como a Escola de Sociologia Política de São Paulo (1943); estudou Língua e Literatura Francesa (1971); e direito na Faculdade de Direito de São Carlos (1972). Foi vereador em Piracicaba (1951 a 1955),

diretor de Grupo Escolar Rural e jornalista, participando ativamente dos jornais de Piracicaba³⁴. Fundou a Acadêmica Piracicabana de Letras e dedicava-se aos estudos do folclore piracicabano³⁵. Participou da Comissão Pro Instalação da Escola Normal Rural de Piracicaba.

Figura 2 - Professor João Chiarini



João Chiarini. (foto: acervo Cecílio Elias Netto)

Fonte: IHGP *online*

1.3.1 Os jornais como fonte de pesquisa³⁶

A partir das fontes encontradas e analisadas para esta pesquisa, os jornais foram de grande importância para a elaboração do texto. Devido à falta de documentos específicos da Escola Normal Rural de Piracicaba para a análise da História da Instituição Escolar, optou-se pelos jornais como fonte principal para o desenvolvimento desta pesquisa.

Para Vieira (2007) e Luca (2018), os jornais estão na categoria impressos e podem ser entendidos como um tema (objeto) ou como fonte para pesquisas históricas. Nesta tese, utilizei

³⁴ Disponível em: https://historia.camarapiracicaba.sp.gov.br/vereador/224-joao_chiarini Acesso em: 18.fev.2024.

³⁵ Informações retiradas do site da APL: <https://academiapiracicabana.com.br/joao-chiarini/#:~:text=Fundador%20da%20APL,de%20S%C3%A3o%20Paulo%20em%201943>. Acesso em: 18.fev.2024.

³⁶ O texto aqui apresentado sobre o levantamento dos jornais analisados para a pesquisa de doutorado em educação, foi apresentado, primeiramente no XI Congresso Brasileiro de História da Educação, no ano de 2022. Aqui o texto foi ampliado e revisto para a escrita da tese.

os jornais como fonte, para buscar evidências sobre a criação, implementação, funcionamento e extinção da Escola Normal Rural de Piracicaba, objeto de estudo desta pesquisa.

Para Luca (2018), até os anos 70, do século XX, poucos estudos usavam os jornais e revistas como fonte de pesquisa. Havia a preocupação de escrever a história da imprensa, mas não uma história através da imprensa. A autora argumenta que a ausência da imprensa como fonte de pesquisa estava relacionada ao paradigma da construção histórica científica por meio de documentos objetivos, neutros, fidedignos e com credibilidade. A abordagem da história cultural colaborou para a desconstrução deste paradigma.

Nesse contexto, os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas “enciclopédias do cotidiano” continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas (LUCA, 2018, p.112).

Segundo Nóvoa (2002), a imprensa, em particular os jornais, é uma fonte de grande valor para a reflexão e elaboração da História da Educação. Para o autor, “[...] a função que ele desempenha na configuração institucional do campo educacional, na afirmação da profissionalização docente, no debate de ideias pedagógicas ou no desenvolvimento de práticas educativas e escolares, concede-lhe um estatuto muito especial (NÓVOA, 2002, p.14)”. Assim sendo, percebeu-se que os jornais são relevantes para pensar diversos temas relacionados à educação, como também a profissionalização docente (formação, ingresso na carreira, práticas educativas, dentre outros).

De acordo com Luca (2018), o primeiro passo para iniciar a pesquisa com jornais é encontrar a fonte, ou seja, os acervos que condicionam esses materiais, sejam eles físicos ou digitais (sites ou microfilmagens), e verificar as condições oferecidas para a consulta. A autora destaca, dentre as instituições de pesquisa, as Universidades, os museus, os Institutos Históricos, os centros de documentação, as bibliotecas, os arquivos públicos e privados e as coleções das próprias empresas jornalísticas.

Assim, realizou-se uma busca nos acervos digitais dos jornais: *O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo*, na *Biblioteca Nacional Digital (BNDigital)* – *Correio Paulistano*, na *Biblioteca Municipal de Piracicaba “Ricardo Ferraz de Arruda Pinto”* e no *Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba (IHGP)* – *Jornal de Piracicaba e Diário de Piracicaba*. A seleção das fontes (jornais) considerou, sobretudo, a existência dos jornais mencionados na época em que a ENRP foi criada, em 1933, até a sua possível extinção, em 1968.

O jornal *O Estado de S. Paulo* foi fundado em 1875 e existe até os dias atuais. O jornal *Correio Paulistano* foi fundado em 1854 e existiu até 1963, quando fechou definitivamente. O

Jornal de Piracicaba iniciou as suas atividades no ano de 1900 e continua a publicar diariamente até os dias atuais. O jornal *Diário de Piracicaba* fundado em 1935 encerrou as suas atividades no ano de 1968.

Foram identificados e catalogados 193 textos jornalísticos que tratam de temas relacionados à ENRP e à formação de professores primários para as escolas rurais do estado de São Paulo. A palavra-chave utilizada para a pesquisa nos acervos digitais foi **Escola Normal Rural**, para obter o maior número possível de dados sobre esse tipo de estabelecimento de ensino no estado. A busca por estas informações se deram de forma variada, em catálogos *online* e em acervos físicos no município de Piracicaba-SP.

Após a leitura e análise dos registros jornalísticos, foram constatados nove temas (categorias de análise). Dentre os temas, destacam-se:

- 1) Cursos para professores rurais;
- 2) Congressos;
- 3) Iniciativas;
- 4) Crítica e Defesa;
- 5) Implementação e funcionamento;
 - 5.1) Ações políticas;
 - 5.2) Comissão Pró Instalação;
 - 5.3) Cotidiano Escolar; e
- 6) Currículo.

A escolha de categorizar a fonte permitiu examinar as discussões relacionadas à formação dos professores rurais paulistas, as disputas na implantação da Escola Normal Rural no estado e o funcionamento da escola normal rural em Piracicaba. É importante salientar que, em um mesmo registro jornalístico, é possível identificar mais de um tema. Outra observação pertinente é que, nem todas as categorias aqui apresentadas foram inseridas na escrita do texto final, sendo que, algumas categorias ou temáticas, necessitavam de um estudo mais aprofundado.

No **Quadro 4**, estão os jornais localizados:

Quadro 4- Levantamento dos jornais analisados

Nome do Jornal	Esfera	Anos localizados	Quantidades de registros jornalísticos
O Estado de São Paulo	Estadual	1931, 1935, 1937, 1942, 1949, 1950, 1953, 1954, 1955, 1956, 1957, 1958, 1960, 1961	51
Folha da Manhã	Estadual	1932, 1933, 1935, 1937, 1938, 1939, 1940, 1941, 1942, 1943, 1944, 1945, 1946, 1947, 1948, 1949, 1952, 1953, 1954, 1955, 1956, 1957, 1958, 1960, 1965, 1972, 1976	68
Correio Paulistano	Estadual	1935, 1937, 1940, 1941, 1944, 1947, 1949	11
Jornal de Piracicaba	Municipal	1953, 1956, 1957	46
Diário de Piracicaba	Municipal	1956, 1957	12
A Província	Municipal	2012, 2010, 2020, 2021	5
Total			193

Fonte: elaborado pela autora, 2024

O jornal *O Estado de São Paulo*³⁷ disponibiliza todo o seu acervo *online*³⁸. Foram encontrados 51 textos jornalísticos sobre o tema, que incluem informações sobre a formação de professores rurais, Escolas Normais Rurais e Escola Normal Rural de Piracicaba, nos anos de 1931 a 1961. Ao realizar as buscas no acervo *online* do jornal, verificou-se a existência de algumas informações anteriores ao período delimitado para a pesquisa, considerando-as relevantes e incluídas neste estudo. No entanto, a partir de 1961, não foram identificados registros jornalísticos relevantes sobre o tema.

As notícias sobre a Escola Normal Rural eram, sobretudo, publicadas na seção Interior, com textos que não eram muito extensos e objetivos. Alguns desses textos jornalísticos apenas mencionavam a Escola Normal Rural, sendo o foco principal outro tema, como a notícia de 19 de agosto de 1950, que trata da falta de energia elétrica e da situação da indústria de Botucatu. Ao longo do texto, é mencionada a possibilidade de uma Escola Normal Rural na cidade.

³⁷ O jornal *O Estado de São Paulo*, também é conhecido como Estadão e foi fundado em 1875, com o nome de *A Província de São Paulo*. Segundo a história do grupo Estadão, os fundadores foram um grupo de políticos republicanos, liderados por Manoel Ferraz de Campos Salles e Américo Brasiliense, que decidiram criar um diário de notícias para combater a monarquia e a escravidão. Até os dias atuais a linha mestra do jornal é: “fazer da sua independência o apanágio de sua força”. Fonte: https://acervo.estadao.com.br/historia-do-grupo/decada_1870.shtm Acesso em: 06. jan. 2021.

³⁸ Para busca no acervo *online* – acervo.estadao.com.br

O jornal *Correio Paulistano*³⁹ está disponível na Biblioteca Nacional Digital, com um total de 11 textos jornalísticos selecionados para análise, que se referem apenas às décadas de 1930 e 1940. Embora o jornal possua poucos textos jornalísticos sobre o assunto, ainda é relevante para a pesquisa, especialmente por fornecer algumas informações sobre o problema da educação rural paulista, a falta de capacitação dos professores que lecionam em escolas rurais, cursos de férias e críticas à demora na implementação da ENRP.

A coleção completa do jornal *Folha da Manhã* está disponível *online*⁴⁰. Foram encontrados 68 artigos jornalísticos sobre o tema, bem como informações sobre o apoio do jornal à criação de escolas normais rurais no estado de São Paulo. O grupo Folha apresenta uma característica peculiar, sendo assim, optou-se por elaborar uma subseção para descrever o apoio do grupo à causa ruralista.

Os acervos dos jornais municipais estão condicionados na Biblioteca Municipal (acervo microfilmado) e no Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba (acervo físico). Para a consulta dos acervos, necessita-se o deslocamento até o município de Piracicaba-SP. Por existir lacunas entre um acervo e outro, optou-se por consultar os dois, porém, a disponibilidade de acesso depende da demanda de consulentes. A biblioteca municipal tem apenas uma máquina leitora de microfilme, e é necessário agendamento prévio, conforme disponibilidade. No IHGP, também há necessidade de agendamento, com a direção do acervo, porém, o tempo de busca é maior, pois requer folhear todas as encadernações dos jornais, que estão, em sua grande maioria, agrupados por semestre de cada ano, com duas encadernações anuais. Nessas duas formas de coleta de fontes, são fotografadas as informações que são relevantes para a pesquisa, a partir do título do texto jornalístico.

No *Jornal de Piracicaba*⁴¹, foram encontrados 46 registros jornalísticos que remontam à década de 1950. Debrucei-me nesta temporalidade por ser o momento, conforme o Decreto nº. 25.781, de 27 de abril de 1956, a instalação da Escola Normal Rural de Piracicaba. Os registros jornalísticos sobre a ENRP neste jornal eram, na sua maioria, publicados na primeira página do jornal. Devido ao seu tamanho reduzido, em média, de 4 páginas, as principais notícias estavam na primeira página do jornal.

³⁹ Segundo Thalassa (2007) o jornal *Correio Paulistano* foi fundado em 1854 e circulou até os anos de 1963. Conforme a autora apresenta em sua dissertação de mestrado, o *Correio Paulistano* foi um dos primeiros jornais da imprensa brasileira, sendo o primeiro jornal com circulação diária de São Paulo e o terceiro do Brasil. Também foi considerado o primeiro jornal independente sem um partido político ou vinculado a uma escola literária.

⁴⁰ Para acessar o acervo do grupo Folha, acessar: <https://acervo.folha.com.br/index.do>

⁴¹ O *Jornal de Piracicaba* foi fundado em 04 de agosto de 1900, como um jornal matutino e em defesa de Piracicaba. Manoel Buarque de Macedo, era o proprietário, Antonio Pinto de Almeida Ferraz, o Antoninho, o redator-chefe, e Alberto da Cunha Horta, o diretor-gerente (ELIAS NETTO, 2000, p.385).

Durante o período entre abril e agosto de 1956, que compreendeu a publicação do decreto de instalação e a inauguração da escola, houve uma abundância de registros jornalísticos sobre a ENRP. Em 1957, foi criada uma seção no jornal de Piracicaba, intitulada *Ensino e Educação*, escrita pelo então diretor da Escola Normal Rural de Piracicaba, o professor José Armando Furlani. Esta seção é de suma importância para esta pesquisa, uma vez que apresenta indícios do funcionamento da ENRP e dos problemas enfrentados por ela.

No jornal *Diário de Piracicaba* foi utilizada a mesma estratégia de seleção. No *Diário de Piracicaba*⁴², foram identificados e selecionados 12 textos jornalísticos que tratam, sobretudo, da implementação da ENRP e da divulgação do curso de férias que ocorreu no Clube de Ciências de Piracicaba em 1957. Esse jornal era composto por um número reduzido de páginas, quatro, em média, e apresentava as notícias sobre a ENRP na primeira página. A divulgação do curso de férias estava na seção denominada *Pelo Ensino* e acompanhou todo o processo de divulgação, execução e encerramento.

A partir das fontes descritas, a presente tese visa investigar e responder a algumas questões relativas ao ensino rural no estado de São Paulo e em Piracicaba, com foco na criação, implantação e extinção da Escola Normal Rural de Piracicaba e na representação deste município como a Meca do Ruralismo no Brasil.

Na seção subsequente, será discutido o processo de criação da Escola Normal Rural em São Paulo e em Piracicaba, bem como algumas iniciativas de criação de escolas normais rurais no estado de São Paulo.

⁴² Conforme os estudos de Alvim (1998) o jornal *Diário de Piracicaba* circulou até o ano de 1968. Após essa data, o periódico mudou de nome, para *O Diário*, funcionando até o ano de 1993. Esse jornal foi fundado no ano de 1935 e, segundo o autor, desempenhou papel importante na vida social, política e econômica de Piracicaba (ALVIM, 1998, p.15).

2 O PROCESSO DE CRIAÇÃO DA ESCOLA NORMAL RURAL NO ESTADO DE SÃO PAULO: DISPUTAS POLÍTICAS E EDUCACIONAIS

O objetivo desta seção é reconstituir historicamente o processo de criação da Escola Normal Rural no estado de São Paulo, entre 1930 e 1950, evidenciando a reforma do ensino rural promovida por Sud Mennucci, em 1932, o Decreto nº. 6.047, de 19 de agosto de 1933, que determinou a criação da Escola Normal Rural de Piracicaba e outras iniciativas de criação de escolas normais rurais que ocorreram no território paulista no período delimitado.

2.1 Escola Normal Rural: o projeto paulista

Os primeiros debates entorno da formação de professores primários para a zona rural no estado de São Paulo transcorreram no início do século XX. Essas discussões, objetivava a inclusão de disciplinas específicas com conteúdo agrícolas no curso normal ou a criação de escolas normais com saberes próprios para as áreas rurais. No entanto, as maiores discussões sobre o tema sucederam-se nas décadas de 1930 e 1940, com o educador Sud Mennucci, principal representante do Movimento pela Ruralização do Ensino.

Observou-se nos estudos de Tanuri (1979) e Almeida (2016), no ano de 1911, a incorporação, nas Escolas Normais Primárias, a cadeira de *História natural com aplicação à agricultura e zootecnia*, conteúdo ministrado no 4º ano do curso normal, com quatro aulas semanais (ALMEIDA, 2016, p.87). Entre 1912 e 1913, acrescentou-se, no programa de ensino das Escolas Normais Secundárias, a disciplina *Noções de higiene, zootecnia e agricultura*, que, segundo Tanuri (1979, p.133), o abarcamento desses saberes no programa de ensino dessas escolas estava relacionado às preocupações do ensino agrícola e a ruralização do ensino primário que existiam na época.

A introdução dos conteúdos de Zootecnia e Agricultura, na formação dos normalistas, justificava-se, de acordo com Tanuri (1979), pela necessidade de o professor iniciar sua carreira no magistério primário em escolas situadas nas áreas rurais⁴³. Há indícios de que havia uma intenção, ainda que limitada, de fornecer conhecimentos específicos para os professores ensinarem em áreas rurais.

⁴³ Os professores iniciantes, isto é, recém-formados, começavam a carreira do magistério em escolas isoladas rurais, constituindo pontos, para, depois, pedirem remoção para qualquer escola primária do Estado.

Com a reforma do ensino de 1920, conhecida como reforma Sampaio Dória⁴⁴, as disciplinas de zootecnia e agricultura foram retiradas do programa de ensino das escolas normais paulistas (Tanuri, 1979). Em 1921, o programa de ensino do curso normal continha apenas a cadeira de higiene, ministrada no 4º ano, com duas aulas semanais (Almeida, 2016). Após serem inseridas, as disciplinas de Higiene ou Noções sanitárias e Puericultura, permaneceram nos programas de ensino dos cursos de formação de professores primários, configurando um conhecimento geral e característico de uma época, com adaptação para o meio no qual o professor estivesse inserido.

Rocha (2010) ao estudar a higienização da infância nas escolas primárias, compreendeu que a higiene foi uma prática escolar estrategicamente pensada para a aquisição de modos de viver, preservar a saúde, prevenir as doenças, conjurar a morte e moralizar os costumes (Rocha, 2010). Um saber necessário para a escola primária do início do século passado. Dessa forma, o professor primário, em sua formação inicial e em serviço⁴⁵, necessitava apropriar-se desse saber, para então, na função de sua profissão, propagar a higiene e os cuidados com a saúde nas escolas primárias.

No início do século XX, discursava-se sobre a necessidade de hábitos de higiene e saúde. Existiam no Brasil surtos e pandemias de algumas doenças, tais quais: febre-amarela, peste bubônica, varíola, entre outras. Essas enfermidades foram erradicadas ou contidas por meio de campanhas de vacinação e o incentivo de hábitos de higiene e a escola teve um papel fundamental para alcançar esses objetivos. Para Rocha (2010), a escola primária, no início da República, tinha como principal propósito alcançar o progresso e a civilização e conjuntamente, a higiene deveria inculcar hábitos saudáveis e proteger a saúde, propagando esses bons costumes entre as crianças e por intermédio destas, aos seus familiares. É explícito que a escola primária funcionou como um meio de erradicação e propaganda para a prevenção da saúde (Campanhas educativas)⁴⁶, sendo assim, caberia a escola normal preparar os professores para essa missão.

Nota-se que, nas primeiras décadas do século XX discutia-se a necessidade da inserção de alguns saberes relacionados à saúde e a vida rural nos programas de ensino do curso normal, nos anos de 1920 e 1930, os debates não se limitavam apenas a uma disciplina, pois já existia

⁴⁴ Nessa reforma, Sampaio Dória, revolucionou a rede de ensino paulista. No curso de formação de professores, segundo Tanuri (1979), extinguiu-se a dualidade do curso normal, transformando todas escolas normais primárias em escolas normais secundárias.

⁴⁵ Cursos de Especialização e cursos de férias.

⁴⁶ Souza (2009) aponta que, a escola primária, com o propósito de construção de uma nação, perpassava, também, pelas matérias de educação física, higiene, puericultura e trabalhos manuais, com o objetivo de educar os corpos e promover os bons costumes. Realizava-se campanhas educativas, como, a semana antialcoólica e o uso de sapato.

uma discussão sobre o ensino específico ao meio rural e a formação de professores com conhecimentos específicos, mas sim, a criação e implementação de uma escola específica para a formação de professores que fossem lecionar nas escolas primárias rurais paulistas, a **Escola Normal Rural**.

Sobre a criação de escolas normais rurais no estado de São Paulo é importante destacar as discussões que ocorreram no Inquérito educacional do ano de 1926⁴⁷, promovido pelo educador Fernando de Azevedo e publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, tecendo críticas à Reforma da Instrução de 1925 (Nery, 2009). Nesse Inquérito educacional, debateu-se sobre a educação no estado de São Paulo e dentre os níveis de ensino (ensino primário e normal; ensino técnico e profissional; ensino secundário e superior), houve a discussão sobre as escolas normais e a formação de professores no estado.

Nery (2009) observou que nesse Inquérito participaram diferentes simpatizantes de correntes pedagógicas, mas havia a ausência de representantes da Diretoria Geral da Instrução Pública, porém, os educadores que participaram do inquérito eram sujeitos influenciadores das questões educacionais da época. Importante mencionar que todos os sujeitos que participaram desse Inquérito contribuíram para a história da educação no estado de São Paulo, receberam homenagens, ocuparam cargos importantes na área da educação e foram e ainda são temas de estudos acadêmicos.

Participaram do “Inquérito acerca do Ensino Primário e Normal”, a pedido do jornal *O Estado de S. Paulo*, vários educadores envolvidos com a educação paulista: Francisco Azzi, advogado e lente catedrático da Escola Normal de Casa Branca; Almeida Júnior, médico e lente da Escola Normal do Brás; Renato Jardim, ex-professor catedrático e ex-diretor do Ginásio de Ribeirão Preto e da Escola Normal da Capital; José Escobar, professor da Escola Normal da Praça da República; Sud Mennucci, delegado regional de Ensino, nome de letras, imprensa e magistério; Lourenço Filho, professor de psicologia e pedagogia da Escola Normal da Praça da República e reorganizador do ensino no Ceará (Almeida, 2016, p.97).

Entre as propostas apresentadas pelos participantes do Inquérito, Fernando de Azevedo⁴⁸, projetou a transformação de algumas escolas normais em escolas normais rurais como solução para o excesso de professores formados nos cursos normais, contudo, ele afirmava que: “de escolas normais rurais, para atenderem à necessidade da formação do

⁴⁷ O Inquérito de 1926 foi publicado em livro com o título: *A Educação na encruzilhada*, no ano de 1960 (Nery, 2009, p.160).

⁴⁸ Fernando de Azevedo (1894-1974), foi um educador, sociólogo, administrador, escritor e jornalista. Tinha formação em Direito e participou ativamente da educação do estado de São Paulo e de outras regiões do país. Participou e redigiu, em 1932, o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, movimento que lançou novas diretrizes para a educação. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/fernando-de-azevedo/biografia> Acesso em: 29.jan.2024.

professor rural, não cogitaram os legisladores, a cuja aprovação não subiu ainda projeto que atacasse em cheio o problema das normais” (Azevedo, 1960, p.40). Entende-se, com essa afirmação de Fernando de Azevedo, que dois problemas ainda não haviam recebido uma devida solução, isto é, não havia resolvido até o momento o problema da alta demanda de escolas normais e nem o problema da formação do professor rural.

Ao debaterem sobre a Reforma da Instrução de 1925, os sujeitos participantes do Inquérito levantaram algumas críticas e alguns elogios à Reforma, porém, Fernando de Azevedo destacou que esta era um retrocesso no ensino paulista “[...] reformadores de ontem, de 1925, chegaram a pensar que para melhorá-lo, só tinham uma coisa a fazer: “voltar para o passado” (Azevedo, 1960, p.38). Ressalta-se que, na década de 1920, muitas reformas educacionais ocorreram no estado de São Paulo. Em 1920, a Reforma Sampaio Dória; em 1925, Reforma Pedro Voss; em 1927, Reforma Amadeu Mendes. Cada diretor-geral da instrução pública que organizou a reforma do ensino paulista, regulamentou conforme as suas concepções e as necessidades educacionais do momento.

Conforme Tanuri (1979), ao discutir em suas pesquisas sobre a história do ensino normal no estado de São Paulo, a primeira e grande reforma do ensino normal, realizou-se em 1890, com Caetano de Campos, efetivando a existência da Escola Normal no estado. Nessa época, existiam dois tipos de escolas para a formação de professores: a Escola Normal da Capital, considerada de padrão elevado, e as Escolas Complementares, situadas no interior do estado e caracterizadas por um padrão inferior.

Em 1911, mantém-se a existência de dois tipos de escolas, mas a nomenclatura é alterada para: Escola Normal Primária e a Escola Normal Secundária. Na década de 1920, a primeira reforma, desta década, do ensino normal extingue a dualidade do curso normal, equiparando as escolas normais primárias com as escolas normais secundárias. Para Tanuri 1979, o principal ponto da reforma para o ensino normal de 1925, foi a extinção das escolas normais que tivessem com a matrícula inferior a 100 alunos e autorização da nomeação de professores leigos, causando ambiguidade na determinação, por isso, conforme Nery (2009), Pedro Voss foi considerado retrógrado e muito criticado pelos seus opositores.

Com a reforma de 1927, ocorreram algumas mudanças pontuais no ensino normal e influenciou a expansão em massa dessas escolas. Amadeu Mendes simplificou o currículo do curso normal, ampliou o curso das escolas complementares e equiparou as escolas normais livres (particulares e municipais) as escolas normais oficiais e reduziu o tempo de formação de 5 anos para 3 anos (Tanuri, 1979).

Retornando ao Inquérito de 1926, observou-se que, na primeira parte, a discussão ficou entorno do Ensino Primário e da Escola Normal, e entre os temas debatidos, dois interessam a essa pesquisa: o excesso de escolas para formar professores primários e a defesa pelo Ensino nas escolas primárias conforme as necessidades regionais. Para Fernando de Azevedo, as escolas primárias não tinham especificações regionais, configurando em um ensino sem sentido para o meio no qual a escola estava inserida. Desse modo, o educador entendia que:

Na praia como no sertão, nos grandes centros urbanos como nas pequenas cidades em formação, a escola primária é absolutamente a mesma, a despeito das tinturas teóricas com que às vezes se finge diferença-la nos programas. Uniformizadas, não apenas como deveriam ser no seu espírito fundamental, e dominadas exclusivamente pela sua função alfabetizante, que não conseguem desempenhar, as nossas escolas primárias não são organizadas no sentido de reagir eficazmente sobre o meio em que se instalam e em que podiam exercer poderosa ação social e de orientação prática e educativas das atividades locais (Azevedo, 1960, p.39).

Nesse Inquérito, o próprio Fernando de Azevedo, sendo contrário à expansão das escolas normais no estado de São Paulo e opinando sobre o elevado número desse tipo de estabelecimentos no estado, concluiu haver a necessidade de suprimir e de transformar algumas escolas normais em escolas normais rurais.

Nos anos de 1920 emergiam protestos dos educadores e legisladores quanto ao excesso de Escolas Normais e de professores primários no estado de São Paulo, com indicações, como a de Fernando de Azevedo, para que se reduzisse o número de Escolas Normais, propondo a transformação de algumas em Escolas Normais rurais. No entanto, havia poucos professores que se dispunham a lecionar nas distantes zonas rurais, com grandes dificuldades de acomodação e locomoção, principalmente as mulheres, maioria no curso, relutantes em deixar a cidade e a família (Almeida, 2016, p.100).

Em janeiro de 1933, Azevedo tomou posse como diretor da Instrução Pública do estado de São Paulo e concedeu entrevista sobre o seu plano geral de reforma para os jornalistas de diferentes jornais paulistas. No *Jornal de Piracicaba*, de 13 de janeiro de 1933, o novo diretor do ensino, iniciou a sua fala destacando a sua pretensão em realizar uma reforma ampla, inclusive na própria administração da diretoria de ensino, que passaria a ser denominada como Departamento de Educação, auxiliado pelo Conselho de Educação. “Ao Departamento de Educação, que será um orgam technico e executivo, competirá traçar, elaborar os planos de reformas, que serão submettidos á aprovação do Conselho de Educação, constituído de representantes de todas as classes sociaes, interessadas na obra da educação (O Novo director..., 1933, p.1).

Azevedo ainda enfatizou a reforma que ele intencionava efetuar no ensino normal. O diretor projetava elevar o nível das escolas normais; ele acreditava que o problema não estava

na quantidade de estabelecimentos de ensino, já que havia, um excesso de escolas normais no estado de São Paulo. Para isso, iniciaria a reforma com a transformação do Instituto de Educação “Caetano de Campos” em Instituto de Educação de caráter universitário, para que pudesse, mais tarde, ser incorporado a idealizada Universidade de São Paulo (USP)⁴⁹. As outras escolas normais continuariam a ser de 2ª grau e, após a finalização dessas, os alunos formados poderiam cursar o instituto de educação universitário.

Nesta fala, Azevedo deixou claro que é contrário às escolas normais livres, equiparada as escolas normais oficiais no ano de 1928. Para ele, não teria como suprimir, naquele momento, esses estabelecimentos, entretanto, objetivava criar medidas para restringir a equiparação das escolas normais livres. Para o ensino no interior e nas áreas rurais, o diretor também tinha planos de reformas. Na tentativa de solucionar o problema, Azevedo convocaria os prefeitos para colaborarem com a educação paulista. O comandante da educação paulista, desejava criar um Fundo Especial de Educação e os municípios cooperariam com 10% (dez por cento) das rendas arrecadadas. Além disso, prometeu a instalação de estabelecimentos rurais - escola normal rural; granjas escolares; e pequenas escolas.

Na data de 21 de abril de 1933, instituiu-se o Código de Educação do estado de São Paulo, entretanto, no documento não havia menção de transformações de escolas normais em escolas normais rurais, como ele havia sugerido em seu próprio inquérito. No Decreto nº. 5.884/1933, há alusão das granjas-escolas; da Escola de Professores do Instituto de Educação superior; e as regras para a equiparação das escolas normais livres. A criação de normais rurais, como promessa, não sendo realizada naquele momento, mas, não esquecida, como veremos mais adiante.

Almeida (2016) menciona que as décadas de 1920 e 1930 concentraram um número expressivo de reformas e inovações no ensino normal paulista, promovendo a ampliação dos cursos, disseminando escolas normais livres e particulares, que culminaram na expansão expressiva que ocorreu nesse estado de escolas normais. Conforme a **Tabela 1**, observa-se a expansão do ensino normal paulista, entre 1911 e 1970.

⁴⁹ A Universidade de São Paulo (USP), foi criada no ano de 1934.

Tabela 1- Número de Escolas Normais no estado de São Paulo, de 1911 a 1970

Ano	Número de Escolas Normais
1911	10
1912	10
1913	11
1928	24
1934	52
1945	87
1949	121
1951	135
1954	222
1956	272
1957	286
1960	267
1962	267
1963	291
1964	296
1969	461
1970	450

Fonte: Almeida Junior (1946, p.46); Lourenço Filho (2001, p.82); Sinopse Estatística Ensino Médio (1954;1962;1963;1964); Anuário Estatístico do Brasil (1962;1969;1970); Mascaro, 1956, p.28; Tanuri, 1979; Inoue, 2015, p.91; Furtado, 2020, p.154; Amaral, 1957, p.2.

Os dados organizados na tabela, demonstram a expansão do ensino normal no estado de São Paulo; de modestas 10 escolas normais em 1911, início da expansão (Inoue, 2015) atingiu o número de 450 estabelecimentos em 1970, número 46 vezes maior do que no início da expansão, revelando um crescimento maciço de cursos normais no estado de São Paulo e, como consequência, uma inflação de normalistas.

O resultado aí está. São Paulo possui 286 escolas normais, delas 133 oficiais. Diploma anualmente uns 9.000 professores, de enxurrada. A sobra, no momento, calcula-se que anda por 50.000 professores sem escolas. Isto é, se se fechassem as normais por dez anos, mesmo assim nem a metade desses infelizes teria a sua cadeira (Amaral, 1957, p.2).

Segundo Furtado (2020), em 1928, foram instaladas 13 escolas normais livres, sendo a grande maioria no interior do estado, em localidades que ainda não haviam sido contempladas com o ensino normal. Porém, em anos posteriores, observa-se que houvera tentativas de conter a expansão dos estabelecimentos de ensino normal, mas, não obtiveram sucesso, ocorrendo o crescimento de escolas normais até a década de 1970, período de extinção desses estabelecimentos de ensino.

Conforme os estudos de Tanuri (1979), esse aumento de escolas normais na rede de ensino paulista estava ligado a alguns fatores: o aumento na procura pelo curso de formação de professores nas escolas normais; a expansão das escolas primárias; e a dificuldade de provimento das escolas primárias localizadas no interior do estado e/ou na zona rural. Almeida (2016) entendeu que as melhores condições socioeconômicas em São Paulo, auxiliaram na ampliação das escolas normais, como também, do ensino primário.

A expansão do ensino normal resultaria em debates sobre o excesso de escolas e de professores primários formados. No ano de 1946, na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, o educador paulista Almeida Junior⁵⁰, escreveu um artigo intitulado *O excesso de escolas normais no estado de São Paulo*, criticando o alto número de escolas normais existentes no momento. No período em que esteve à frente da Diretoria Geral do Ensino e da Secretária de Ensino, respectivamente nos anos de 1935 a 1938 e de novembro de 1945 a fevereiro de 1946 (Almeida Junior, 1946), foi contrário à expansão de escolas normais e freou a criação destas, questionando se existia uma real necessidade de aumentar o número de normalistas.

Conforme os cálculos realizados por Almeida Junior, as escolas primárias, públicas e privadas, empregava no estado de São Paulo, no período analisado pelo artigo, um número entre 1.350 e 1.500 novos professores por ano, não justificando, segundo o autor, a necessidade de criação de novas escolas normais. O número de formandos era superior aos números de vagas oferecidas nas escolas primárias. Para Almeida Junior (1946), ao pensar em dados futuros, não se previa, um crescimento extraordinário de novas escolas primárias no estado de São Paulo, desse modo, não se necessitava de novas escolas normais.

Como justificativa, o autor apresenta dados estatísticos dos últimos concursos para o magistério primários e demonstra que a relação entre candidato e vaga era muito desproporcional, pois a quantidade de vagas a serem preenchidas era muito inferior ao número de normalistas que se candidatavam para ocuparem o cargo de professor.

[...] o erro foi a proliferação de escola normais, que estão custando dinheiro mal empregado e que criou uma numerosa classe de marginais, - os normalistas que não obtêm cadeira, hoje cinquenta mil, nos proximos anos cem ou duzentos mil, a clamar que foram vítimas de um “bluff” irreparavel (Amaral, 1957, p.2).

⁵⁰ Antonio Ferreira de Almeida Júnior, nasceu na cidade de Joanópolis, interior do estado de São Paulo, no ano de 1892 e faleceu, com 78 anos de idade, na cidade de São Paulo, no ano de 1971. Formou-se pela Escola Normal da Praça da República e cursou, também, a faculdade de medicina. Doutorou-se em 1922, com a tese – O saneamento pela educação. Ao longo da sua carreira profissional, participou ativamente de vários momentos da História da Educação de São Paulo e do Brasil. Participou, em 1932, do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova; Auxiliou Fernando de Azevedo na formulação do Código de Educação do estado de São Paulo (1933); foi um dos autores do projeto de criação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934; Diretor do Ensino Público paulista entre 1935 e 1938; e exerceu a presidência do Conselho Federal de Educação. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4688.pdf> Acesso em: 16.fev.2024.

Conforme Mascaro⁵¹ (1956), no estado de São Paulo, além de Almeida Junior, os educadores, Lourenço Filho e Fernando de Azevedo, enquanto diretores do ensino paulista, também tentaram conter a expansão das escolas normais no estado, sendo contrários à equiparação das escolas normais livres e a criação em massa dessas unidades escolares para a formação do magistério primário. Em 1930, em sua breve passagem pela Diretoria Geral do Ensino, Lourenço Filho, reforma o ensino normal e estabelece pesadas exigências para abertura e manutenção de escolas normais (Mascaro, 1956).

Fernando de Azevedo também investiu fortemente na contenção da expansão do ensino normal no estado de São Paulo, principalmente na criação de novas escolas normais livres, quando diretor da Diretoria Geral do Ensino, instituiu o Código de Educação - Decreto nº. 5.884, de 21 de abril, que previa condições duríssimas para a equiparação de escolas normais livre, sendo o objetivo do educador de limitar e restringir o número desses estabelecimentos de ensino até obter sua gradual extinção (Mascaro, 1956).

Porém, mesmo existindo um elevado número de escolas normais e de professores formados, as escolas primárias localizadas em áreas de difícil acesso, como as escolas primárias da zona rural, encontravam-se com falta de provimento de professores, permitindo-se, assim, a contratação de professores leigos, isto é, sem formação específica para o magistério. Leite (2018) e Garcia (2022) apontam que, conforme a expansão do ensino normal, os professores primários, mesmo os que lecionavam em escolas rurais, tinham, ao menos, a formação inicial para o magistério, o número de professores leigos no estado de São Paulo era irrisório, mas não era ausente.

Este dado é corroborado ao analisar o grande número de escolas normais existentes no estado, bem como as evidências encontradas na revisão bibliográfica que indicam a falta de provimento de professores em escolas situadas em áreas rurais devido às péssimas condições de trabalho, às longas distâncias, às moradias insalubres e à ausência de recursos pedagógicos para ensinar.

Segundo Mascaro (1956), a expansão do ensino normal no estado de São Paulo foi desordenada. Em alguns municípios existiam mais escolas normais do que em outros,

⁵¹ Carlos Côrrea Mascaro, nasceu em 1911, na cidade de Casa Branca, interior do estado de São Paulo. Diplomou-se professor normalista na Escola Normal de Casa Branca. Em 1937, ingressou na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP) e obteve o título de bacharel e licenciatura em Filosofia e Ciências Sociais e Políticas. Foi professor primário, secundário e do ensino superior, como também, diretor de Escola Normal. Em 1957, defendeu a tese de doutorado – Município e Ensino no Estado de São Paulo. Disponível em: http://www.anpae.org.br/website/documentos/jubileu/quem_foi_carlos_correa_mascaro.pdf Acesso em: 16.fev.2024.

ocasionando excesso em algumas localidades e falta de professores em outras. Por exemplo, em 1954 existiam no estado o total de 258 escolas normais, instaladas em 122 cidades paulistas, desse número havia 27 cidades com duas escolas normais, 11 cidades com três escolas normais, três cidades com quatro escolas normais e três cidades com cinco, seis e sete escolas normais (Mascaro, 1956). Na Capital do estado os dados eram extravagantes, existiam 60 escolas normais, dessas, nove eram escolas normais oficiais e 51 eram escolas normais livres (particulares) (Mascaro, 1956).

As informações analisadas evidenciam a existência de muitas escolas normais no estado de São Paulo, mas também ficou claro que o grande número de estabelecimentos não implicava em uma distribuição uniforme de escolas em todo o estado e muito menos na quantidade necessária de professores para lecionar em áreas de difícil acesso, como a zona rural. Os esforços de Almeida Junior, Lourenço Filho e Fernando de Azevedo não tiveram êxito e continuou-se criando novas escolas. Nos anos 50 do século XX, também foram adotados exames vestibulares para ingresso no curso normal como uma tática de contenção de matrículas e, conseqüentemente, redução do número de alunos matriculados. Segundo Rubens do Amaral (1957, p.2):

Agora, ao menos tenta-se opor uma barreira à inundação, com a instituição dos exames vestibulares. Só a sua presença afugentou metade dos ginasianos que se aprontaram para ingressar nas escolas normais e delas fugiram por temor à prova. Dos que se arriscaram, também a metade naufragou nos exames, principalmente em Matemática, que certamente vai sendo mal ensinada, pois que os rapazes e as moças não conseguem aprende-la nem em seus rudimentos. As matrículas reduziram-se assim a 25% do que se esperava, o que, longe de condenar, é a maior justificação dos exames vestibulares. Provaram eles a necessidade de uma seleção, que devia ter sido feita no ginásio, mas, como estamos vendo, foi completamente desleixada.

As escolas normais foram extintas na década de 1970, com a Lei n. 5.692, de 1971, determinando o fechamento das Escolas Normais e a transformação destas em Cursos de Habilitação para o Magistério (HEM). Entretanto, o problema do excesso de professores formados e a qualidade do ensino, ainda perdura até os dias atuais.

Desse modo, entende-se que, os debates da época pontuavam que existia uma real necessidade de transformação na formação de professores primários, principalmente, para aqueles que lecionavam nas zonas rurais. É importante destacar que no Inquérito de 1926, foi Fernando de Azevedo que sugeriu a transformação de escolas normais em escolas normais rurais, como solução para o problema do excesso de curso de formação de professores, enquanto, Sud Mennucci, o maior defensor do Movimento pela Ruralização do Ensino, nos anos de 1930 e 1940, entusiasta da escola primária rural e da formação adequado do mestre

rural, sugeriu, no Inquérito de 1926, a contenção do excesso de escolas normais pela transformação das mesmas em ginásios e concordava, também, com a criação de uma Escola Normal Superior, privilegiando a formação de um professor “investigador” (Santos, 2015).

Em 1930, conforme os estudos de Santos (2015), Sud Mennucci foi convidado a participar de um novo Inquérito, agora promovido pelo Inspetor Geral do Ensino de São Paulo, João Augusto de Toledo, com foco na problemática da formação e a fixação do professor rural, principal temática do educador piracicabano. Nesse inquérito pontuava-se a necessidade das Escolas Normais Rurais para a formação dos professores primários rurais e a sua organização.

[...] indagava se essas escolas deveriam ser instaladas no campo ou na cidade, como seriam organizados os programas de ensino, quais materiais didáticos deveriam possuir para que combatessem o “urbanismo” no ensino, o critério para a seleção de professores que lecionariam nos cursos e as vantagens que deveriam ser concedidas aos professores formados nesses cursos para estimular a sua fixação no campo (Santos, 2015, p.150-151).

Santos (2015) contextualiza a defesa de Sud Mennucci no inquérito de 1930, ao demonstrar que os fatores econômicos da época promoviam a migração do homem do campo para as cidades, diminuindo a mão-de-obra para os trabalhos agrícolas e a escola era uma aliada na contenção excessiva da população rural para as cidades.

Sud Mennucci aparece como o principal defensor de que o objetivo da escola rural era ensinar conhecimentos úteis para o trabalho no campo, a partir da construção de uma mentalidade que valorizasse a vida rural. Estas posições têm relação com a crise econômica de 1929, que afetou a organização produtiva industrial e agrícola dos países capitalistas. Um dos principais efeitos no Brasil foi a migração do campo para as cidades, acentuando as dificuldades sobre a mão-de-obra necessária para a produção agroexportadora. A escola passou a ser considerada, portanto, um instrumento potencial para a superação dos problemas econômicos e de distribuição de mão-de-obra no campo sob a justificativa ideológica de que a riqueza do país advinha da produção agrícola e que o homem rural era símbolo da nacionalidade (Santos, 2015, p.151).

De acordo com Santos (2015) e Moraes (2019), Sud Mennucci foi um importante representante do movimento pela ruralização do ensino no Brasil, apropriando-se das ideias de Alberto Torres, Mennucci constituiu-se como um ruralista da educação, defensor da escola rural e principalmente, da formação de professores em escolas normais rurais.

Para os ruralistas, o desenvolvimento da educação rural dependia de que os professores demonstrassem dedicação e cumplicidade nessa tarefa. A criação de Cursos Normais Rurais significava a construção de uma “mentalidade ruralista” pela qual se poderia produzir a dedicação do professor. O objetivo de fixar o homem rural ao campo dependia de que o professor rural também tivesse uma relação com a realidade rural e, desse modo, estabelecesse moradia no local onde trabalharia. A escola e a formação de professores eram consideradas fatores do desenvolvimento econômico (Santos, 2015, p.106).

O pensamento de Sud Mennucci sobre os problemas da zona rural e a formação específica para os professores rurais, começou, segundo Santos (2015) desde quando o educador se formou professor primário na Escola Complementar de Piracicaba, atualmente Escola Estadual “Prof. Sud Mennucci” e iniciou as suas atividades docentes em escolas primárias rurais. A Escola Normal Rural foi a principal bandeira levantada por Sud Mennucci, sua trajetória profissional como educador e os ideais ruralistas influenciaram a sua defesa pela diferenciação dos objetivos e programas de ensino na formação de professores (Santos, 2015, p.106).

Sobre o tema, **Educação Rural**, Sud Mennucci escreveu alguns livros importantes para a discussão da temática. Nesses livros, ele defendia as suas ideias ruralistas para a educação, entre os seus livros publicados, destaca-se: *A Crise Brasileira de Educação (1930)*, *Cem anos de Instrução Pública 1822 – 1922 (1932)*, *O que fiz e pretendia fazer (1932)*, *Aspectos Piracicabanos da educação rural (1934)*, *Pelo sentido ruralista da civilização (1935)* e *Ruralização (1944)* (Santos, 2015, p.15), *Discursos e Conferências Ruralistas (1946)*.

O livro mais famoso de todos e premiado, é *A Crise Brasileira de Educação*, publicado no ano de 1930 e republicado em outros anos. Este livro descreve a situação da educação do nosso país na época, conforme as concepções do autor.

Em 1930, Sud Mennucci publicou o livro *A Crise Brasileira de Educação*, considerado pelos pesquisadores da história da educação sua obra mais prestigiada. Nela, fundamentou, a partir de argumentos históricos e sociológicos, a criação de Escolas Normais Rurais. No entanto, destacamos que o projeto de formação diferenciada dos professores rurais servia de suporte para a construção do que denominou “Escola Brasileira”, um modelo escolar que seria construído, tendo como suporte sólidos conhecimentos sobre a economia e a psicologia da sociedade brasileira que, para Mennucci, era predominantemente rural. Nesse sentido, ressaltava que o país tinha uma “vocação agrícola” (Santos, 2015, p.158).

Essa ic  nica obra, conforme os estudos de Santos (2015), serviu de suporte para a reforma de ensino ocorrida em 1932 e elaborada por Sud Mennucci. Nessa reforma o educador pretendia t  mb  m reformular o ensino rural no estado de São Paulo, criando escolas normais rurais. No livro *A Crise Brasileira de Educa  o*, em sua segunda edição, Mennucci apresenta ementário sobre a necessidade de criação de escolas normais rurais. Para o educador, o problema estava em escolas primárias rurais que ele não considerava tipicamente rurais e na formação de professores que aprendiam o ofício nas escolas normais comuns.

Basta esse enunciado para deixar patente o tipo de normal que se haveria de estabelecer. Se o sistema educativo de um povo reflete a sua organização do trabalho, que mestres são esses que não percebem das fainas agrícolas? Se o nível de h  gidez individual figura como preocupação saliente entre os cuidados humanos, como será professor de campo, em lugar sem médico,

quem não entenda de medicina de urgência? E se o desejo de crescer e prosperar é a mola que impulsiona os homens, como se compreende mandemos ao campo quem vai roubar energias, em lugar de aplicar-se a fazê-las aparecer e estabilizar no próprio meio em que se encontram? (Mennucci, 1933, p.78).

Em novembro de 1931 na revista Educação, órgão da Diretoria Geral do Ensino de São Paulo e em dezembro de 1931, na Conferência Nacional de Educação e Convênio das Estatísticas Escolares, ocorrida na cidade do Rio de Janeiro, Sud Mennucci expôs o seu programa de trabalho na Diretoria Geral do Ensino do estado de São Paulo, anunciando uma proposta de reforma para o ensino rural no estado. “O Estado de São Paulo prepara-se para lançar, no próximo ano, as bases de uma profunda reforma de seu aparelhamento educativo, na zona rural” (Mennucci, 1946, p.135). Essa reforma previa a criação de grupos escolares rurais, escolas isoladas vocacionais e escolas normais rurais, porém, não se efetivou imediatamente.

Na reforma de ensino de 1932, Mennucci projetou a criação de cinco escolas normais rurais no interior do estado de São Paulo. Na Conferência Nacional de Educação (1931), Sud Mennucci discursou sobre seu projeto e proferiu que nos primeiros quinze dias de lançamento deste, já havia recebido de todos os cantos do estado de São Paulo, solicitação de instalação de escolas normais rurais.

Só de uma região do Estado, que não é das mais ricas, a que a Estrada-de-Ferro Sorocabana atravessa, nada menos de seis cidades pleitearam a honra de possuir a primeira Normal Rural de São Paulo: Tatuí, Itapetininga, Avaré, Assis, Presidente Prudente e Presidente Wenceslau, oferecendo ou por intermédio de suas câmaras municipais, ou por meio de subscrições públicas ou ainda pela generosidade de seus homens opulentos, a dádiva do prédio onde o novo estabelecimento vai funcionar e uma area de terras de cultura que variou entre 17 e 73 alqueires (Mennucci, 1946, p.150).

O educador citou algumas cidades do interior paulistas que solicitaram a instalação de uma normal rural – Tatuí, Itapetininga, Avaré, Assis, Presidente Prudente e Presidente Wenceslau – cidades localizadas em diferentes porções do estado de São Paulo. Não há justificativas que comprovem o motivo pelo qual essas localidades se candidataram à condição de sede de uma escola normal rural.

Vicentini e Galego (2011) analisaram que a reforma proposta por Sud Mennucci se iniciou no final do ano de 1931, mas passou a vigorar, como decreto, em janeiro de 1932, regulamentada pelo Decreto n. 5.335, de 07 de janeiro de 1932 (Vicentini e Galego, 2011), e reorganizava a Instrução Pública paulista e outras providências. “Empossado a 24 de novembro de 1931, posso dizer que só comecei realmente a trabalhar no mez de janeiro de 1932” (Mennucci, 1932, p. 9).

Para as autoras a tônica da reforma era o ensino rural, mas, previam-se outras transformações, como a ampliação do quadro de inspeção e orientação do ensino, a criação da Delegacia Geral do Ensino Privado e os Serviços de Psicologia Aplicada e Antropometria Pedagógica, a reformulação da carreira do magistério, que causou muitas polêmicas, e o aumento de escolas na cidade de São Paulo (Vicentini e Galego, 2011)⁵².

Segundo o educador, a formação de professores primários rurais era muito ineficiente na época, década de 1930 e 1940. A formação inicial era realizada em escolas normais comuns, existentes nas cidades e para as cidades, não se formava o professor com saberes próprios da zona rural, sendo assim, Sud Mennucci, criticava essa formação. Para o educador, ser professor primário em escola rural era ter diferentes habilidades, não somente para ensinar o programa de ensino oficial estabelecido, mas também, vivenciar a comunidade rural em que estava inserido, transmitindo conhecimento, promovendo cuidados com a população e incentivando o amor à terra. Esse professor não poderia ser leigo, principalmente, em assuntos agrícolas.

Uma escola normal, portanto, para a formação de professores rurais, deve ter estas três diretrizes básicas: formar um profissional entendido de agricultura, formar um professor que seja ao mesmo tempo um enfermeiro, formar um mestre que entre para o campo com a convicção inabalável de que precisa ser ali um incentivador de progresso, seja qual for o atraso, a desconfiança ou a hostilidade do meio (Mennucci, 1930, p.78).

O professor formado para lecionar na zona rural distinguir-se-ia do professor formado com hábitos citadinos. Os docentes urbanos continuariam a ser formados em escolas normais comuns, situadas nos núcleos urbanos e lecionando nas cidades, enquanto, os professores rurais seriam formados em escolas rurais, para lecionar em áreas rurais. Desse modo, o educador previa a existência de dois tipos de professores primários no estado de São Paulo, os professores da cidade e o dos campos, sendo possível, criar uma terceira categoria, os professores litorâneos.

É o que São Paulo se propõe fazer. Serão criadas, neste ano próximo, algumas escolas normais rurais que irão dividir o quadro dos professores em duas classes; a da cidade e dos campos. Não é impossível que mais tarde o quadro se cinda em três com a criação de professores litorâneos. Como o litoral paulista é, entretanto, relativamente pequeno e pouco densamente povoado, não há mal que se protele mais um pouco a resolução do caso marítimo. O que surge presentemente é o campo (Mennucci, 1946, p.141).

Em sua proposta de projeto, Sud Mennucci, descreve como as normais rurais no estado de São Paulo formariam os futuros docentes rurais. Essas escolas normais rurais teriam um regimento de tempo integral, os conhecimentos dos alunos proveriam de diferentes áreas, dá

⁵² Esta pesquisa se concentrará nos aspectos do ensino rural da reforma de ensino proposta por Sud Mennucci, especialmente no projeto de criação de escolas normais rurais.

mais comum, o pedagógico, até o mais específico, sanitário e agrícola. “[...]sob um tríplice ponto de vista: o pedagógico, o higiênico ou talvez melhor, o sanitário, e o agrícola” (MENNUCCI, 1946, p.141). Para o educador não se formaria, nas normais rurais, apenas o professor que cumpriria com os ensinamentos dos conteúdos programáticos oficiais, o professor alfabetizador, mas também o professor-médico e o professor-agrônomo (Mennucci, 1946). Entretanto, o professor alfabetizador não deixaria a sua missão de alfabetizar seus alunos, mas teria conhecimentos e vivências próprias do meio em que estava inserido. “Isso tudo sem quebra e diminuição de sua obra de professor, alfabetizando os pequenos a cuja guarda os governos o colocaram, e sem descurar de seu labor propriamente cívico [...]” (Mennucci, 1946, p. 144).

Chaloba (2017) ao analisar o projeto de decreto enviado ao Secretário de Estado da Educação e Saúde Pública por Sud Mennucci, destaca que nesse documento estava previsto a criação de cinco escolas normais rurais no interior do estado de São Paulo e que, nessas escolas, compreenderia um curso complementar de três anos e um curso normal com duração de quatro anos, totalizando, uma formação de sete anos.

O programa de ensino desses cursos era abrangente, incluindo disciplinas do ensino comum, como: Português, Matemática, Física, Química, Botânica, Geografia, Econômica e História da Civilização, Desenho, Música, Educação Física, Psicologia e Didática (Chaloba, 2017). O programa de ensino específico, contemplava disciplinas de agricultura prática, Tecnologia Agrícola, Zootecnia, Agricultura Geral, Agricultura Especial, Economia Rural, Higiene, puericultura e profilaxia rural (Chaloba, 2017).

O projeto previa ainda que, nas Escolas Normais Rurais, os trabalhos escolares seriam realizados em dois períodos – um para a parte prática, com aulas no campo e nos laboratórios e outro de aulas teóricas, em classe. Cada escola normal rural deveria contar com um grupo escolar rural e com escolas isoladas vocacionais rurais para a prática e observação dos normalistas.¹⁰ Para inscrever-se, o candidato deveria fazer exame de admissão ao 1º ano do curso normal e ter 14 anos completos e, para atrair candidatos a essas escolas, o diretor do ensino propunha que as nomeações para os cargos de diretores e professores dos grupos escolares rurais e escolas isoladas vocacionais, fossem reservadas aos professores diplomados pelas Escolas Normais Rurais. (Chaloba, 2017, p.185).

A proposta de Sud Mennucci destinava-se uma formação inicial longa para o professor rural. Esses aprendizes de docentes ficariam em média sete anos estudando, para depois lecionar nas escolas primárias rurais. Nesse período, início da década de 1930, a formação do professor primário, segundo dados analisados por Almeida (2016), demonstrava que o tempo de duração da formação também era longo, sendo três anos para o curso complementar e quatro anos para o curso normal. De acordo com Almeida (2016), mesmo existindo diferentes reformas de ensino

para o curso normal, pouco se alterou a organização da escola normal instituída em 1890, por Caetano de Campos, mudanças mais expressivas ocorreram a partir da década de 1930, considerada uma época de inovação, crítica e radicais mudanças no sistema escolar (Almeida, 2016). Será nesse novo contexto educacional a criação da Escola Normal Rural de Piracicaba, que assim como o projeto de reforma de ensino, organizada por Sud Mennucci, com a criação de cinco escolas normais rurais pelo interior não se efetivou, a escola de Piracicaba levaria 23 anos para existir de fato.

Conforme o pensamento de Sud Mennucci, os professores formados pela escola normal rural teriam um perfil diferenciado, seriam hostis à vida citadina, preocupar-se-iam com a eficiência do campo, líderes dos núcleos em que estavam inseridos, consultores técnicos para todos os problemas rurais, um incentivador de experiências inovadoras no campo e também interveria nas questões médicas, extinguindo os charlatões e curandeiros existentes nos bairros rurais. O ensino nas normais rurais estaria além dos saberes comuns do magistério primário, para a zona rural, necessitava-se formar um professor polivalente em assuntos agrícolas.

Está bem visto que para formar professores desse feitio as normais rurais terão de funcionar em regime de tempo integral. Exigem trabalho de campo, secções de zootecnia, laboratórios não só agrícolas como outros para a parte de higiene, e ligados a dispensários e outras instituições congêneres, que ponham o ensino a coberto do risco de vir a ser mero conhecimento livresco, sem alcance prático na vida real (Mennucci, 1946, p.145).

Sud Mennucci temia que a mentalidade rural que ele tanto pregava fracassa-se, caso não existissem nas normais rurais professores que instigassem essa consciência em seus alunos, para depois, nas escolas primárias rurais, influenciarem as crianças. A inserção de uma mentalidade rural era o ponto principal das escolas normais rurais. No entanto, tem-se como hipótese de pesquisa, que essa mentalidade rural defendida por Sud Mennucci não se concretizou, pois, alguns fatores interferiram nessa proposta. Primeiro a normal rural no estado de São Paulo levou 23 anos para existir de fato, um tempo longo para formar as primeiras turmas de professores rurais. Em segundo lugar, no momento em que a escola foi implementada e passou a funcionar em caráter experimental, o Movimento pela Ruralização do Ensino já estava em declínio e a escola em si não tinha a mesma função pensada por Mennucci. Ao longo dessa pesquisa será melhor discutida essa hipótese.

Se não soubermos selecionar um corpo de mestres capaz de modelar e afeiçoar ao ideal visado a cera virgem dos moços que procuram a carreira, se não soubermos eleger, na massa do magistério, aqueles poucos que possuem as qualidades requeridas para engendrar e fixar de modo indelével essa consciência agrícola que se almeja, a obra já falhou antes de começar (Mennucci, 1946, p.146).

Após lançar uma reforma de ensino para a zona rural paulista e não ter conseguido lograr o seu projeto, Sud Mennucci, ao retornar à Diretoria Geral do Ensino, em 1933, organizou e aprovou um novo projeto de criação de escola normal rural no estado de São Paulo. Ao contrário do projeto anterior que previa a existência inicial de cinco normais rurais, Sud Mennucci foi mais despretensioso e propôs apenas a criação de uma escola normal rural, a **Escola Normal Rural de Piracicaba**, município no qual o educador nasceu e se formou professor.

Desse modo, em 19 de agosto de 1933, foi promulgado o Decreto Estadual n. 6.047, que previa a instalação de uma Escola Normal Rural, em Piracicaba, e dava outras providências. Analisa-se o decreto a seguir.

2.1.1 Escola Normal Rural de Piracicaba: o Decreto n. 6.047/1933

O Decreto nº. 6.047, de 19 de agosto de 1933, foi promulgado na gestão do interventor estadual general de brigada Manoel de Cerqueira Daltro Filho, que usou das suas atribuições, que as suas funções políticas permitiam e considerou existir uma real necessidade inadiável de formar um quadro de professores primários para a zona rural paulista, avaliando que essa formação deveria ocorrer em cursos especializados. Dever-se-ia, também, criar uma nova mentalidade escolar, voltadas para as lides agrícolas, despertar na criança o amor pela terra, observando os interesses do Estado e as necessidades econômicas e sociais, evitando o êxodo do campo e combater a desorganização da vida agrária influenciada pela escolarização urbana. Assim, decidiu criar uma Escola Normal Rural em Piracicaba, vinculada com a Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, existente no mesmo município.

Nota-se que, no decreto, ao explicar a necessidade da criação dessa instituição escolar, utilizou-se um discurso característico do Movimento pela Ruralização do Ensino. O decreto foi organizado por Sud Mennucci, assim, fica claro o viés ruralista, o discurso de combate à escolarização urbana em áreas rurais e a necessidade da formação e da criação de uma mentalidade agrícola no professorado rural paulista. Esse pensamento ruralista de Sud Mennucci foi muito explanado por ele em seus livros.

Nesse período, mais da metade da população ainda habitavam as áreas rurais e a agricultura era o setor de emprego que mais contratava no período. Segundo Mendonça (1997), em 1920, 75% (setenta e cinco por cento) da população economicamente ativa estavam alocados na agricultura, contra 13% (treze por cento) na indústria. Entretanto, a urbanização e

a industrialização estavam em expressiva expansão, tornando-se hegemonias na metade do século passado.

O ruralismo compreendia que o Brasil tinha uma vocação eminentemente agrícola (Mendonça, 1997, p.11), mas o investimento estrangeiro, os melhoramentos ferroviários e portuários e o processo de urbanização e industrialização, desconfiguraram a ordem econômica do país e a agricultura gradativamente foi perdendo a predominância para outras formas de economia que atraíam a mão-de-obra das lavouras para as cidades. Esse processo de modernização e urbanização, culminou, conforme analisou Mendonça (1997), na quebra da estrutura senhorial, que predominava desde o Império e resultou na instauração de uma república de feições burguesas (Mendonça, 1997, p.22).

Todo esse pensamento ruralista pela valorização da terra e a fixação do homem no campo, evitando o êxodo rural, influenciou os pensamentos de alguns educadores, como Sud Mennucci, que investiram fortemente na ruralização do ensino, instigando a criação de escolas ruralizadas⁵³, em diferentes níveis do ensino, e a escola normal rural era a base desse movimento.

Assim, como as suas outras tentativas ocorridas na Reforma de 1932, Sud Mennucci não conseguiu colocar em funcionamento a normal rural em sua cidade natal, Piracicaba, dessa forma, no ano seguinte a criação, em 1934, deferiu uma palestra e lançou um livro em defesa à sua ideia, justificando que Piracicaba de fato era a melhor localidade no momento para instalar a escola normal rural, pois se configurava como um município vanguardista na educação rural no Brasil.

No ano de 1934, Sud Mennucci, realizou uma conferência de encerramento no Congresso Pedagógico Regional, na cidade de Piracicaba, que ocorreu no mês de março daquele ano e intitulada de *Aspétos Piracicabanos do Ensino Rural*, que, posteriormente, foi transformada em livro.

O Congresso Pedagógico Regional, estava previsto na Lei n. 5.884/1933, que permitia a reunião anual dos delegados de ensino com os diretores de grupos escolares para orientá-los sobre o ensino no estado. Em 1934, o delegado de ensino da região de Piracicaba, Francisco Faria Neto⁵⁴, organizou o evento, permitindo, também, o acesso dos professores primários. Nessa reunião discutiu-se sobre o ensino no município de Piracicaba, com foco para a educação

⁵³ As escolas ruralizadas eram as escolas tipicamente rurais. No estado de São Paulo, segundo Moraes (2014), existiram três tipos de escolas ruralizadas – as Granjas Escolares, as Escolas Típicas Rurais e os Grupos Escolares rurais.

⁵⁴ Francisco Faria Neto, esteve à frente da Delegacia Regional de Ensino de Piracicaba. Localizou-se os Relatórios de Ensino de Piracicaba, dos anos de 1933 e 1938, assinados por Faria Neto.

rural. Pretendia-se, nesse encontro, difundir o ensinamento às populações do campo, de hábitos de higiene, como também, dialogar sobre a constituição de instituições como os clubes agrícolas e incentivar o escotismo e os jogos. Combater as moléstias e o alcoolismo, organizar os bairros rurais, promover o ensino rural em ambientes fora da escola, com visitas domiciliares, festas religiosas e propaganda, também esteve em pauta na reunião.

Disse mesmo e com bastante felicidade de um dos oradores que, si apenas algumas lições de higiene e puericultura podem ser ministradas dentro da escola, no período do horário-escolar, todas as obras sociais indicadas, discutidas e aprovadas pela assembléa, poderão ser postas em prática, pois que os professores e diretores compreendem a sua missão sacerdotal e farão, fóra do período obrigatorio de reclusão no estabelecimento, o trabalho de reforma dos costumes e de educação das famílias de seus alunos, certos como estão de que não são professores e diretores apenas quatro horas por dia (O Congresso..., 1934, p.35).

A fala deste orador deixa bem claro como era a concepção de rural, na época, e qual era o objetivo deles com a educação das populações rurais. Era transformar e civilizar o campo, sem tirar o homem da terra, contendo o êxodo rural. A Revista do Professor (1934) destacou algumas realizações de grupos escolares rurais de Piracicaba, demonstrando o envolvimento da escola com a comunidade rural, na propagação de hábitos de higiene e cultivos de plantas, pontuando que as ações discutidas, já eram realizadas por algumas escolas.

Nesse congresso, Sud Mennucci, ao se pronunciar, tinha como principal objetivo realizar uma defesa pelo município de Piracicaba como o primeiro a ter uma Escola Normal Rural no estado de São Paulo.

E' a conferencia deste ultimo educador que se encontra enfeixada neste volume. A impressão causada pela leitura, no Teatro Santo Estevão, na memoravel noite de 28 de março p.p., foi tão grande que imediatamente um grupo de amigos e colegas e admiradores do professor Sud Mennucci – mais de quatrocentos – se cotizou para que o “poema sinfonico de Piracicaba” fosse enfeixado em livro e pudesse ser ele conhecido por um circulo intelectual bem maior do que aquele que teve a ventura de ouvi-lo (Mennucci, 1934, p.6)⁵⁵.

Para Santos (2015, p.41) o livro de Sud Mennucci *Aspétos Piracicabanos do Ensino Rural* tinha o seguinte propósito:

O livro *Aspectos Piracicabanos de Educação* (sic) foi o primeiro texto publicado por Mennucci com o objetivo de divulgar as experiências ruralistas realizadas em Piracicaba quando atuou como Delegado de Ensino do município. Originalmente o texto é resultado da conferência de encerramento do Congresso de Ensino Regional realizado em 1934 naquela cidade. Nele, relatou o número de grupos escolares rurais construídos, a preocupação da

⁵⁵ Este trecho foi retirado do livro de Sud Mennucci “*Aspétos Piracicabanos do Ensino Rural*, publicado no ano de 1934, e faz parte da abertura do livro denominada “Explicações”. Como o texto não está escrito na primeira pessoa do singular, entende-se que não foi Sud Mennucci quem a escreveu, porém, não há referência no livro de quem é a autoria.

administração em oferecer uma orientação de acordo com as ideias ruralistas, as concepções que nortearam a construção de programas de ensino e os resultados alcançados nas escolas rurais. É um texto que também objetivava instituir uma memória sobre o sistema de ensino rural do município. Mennucci afirmava que a construção de uma Escola Normal Rural em Piracicaba devia-se aos resultados positivos da reorganização do sistema de ensino rural cuja preocupação era atender a formação do trabalhador agrícola.

Em seu livro, Sud Mennucci (1934), relata que muitas pessoas duvidaram da sua proposta e o consideraram “bairrista”, por escolher Piracicaba como a primeira cidade paulista a ter uma escola normal rural. Para Mennucci, as suas justificativas eram suficientes para fazer a população entender que o município tinha por direito, como ele dizia, a uma escola normal rural. Entre os elementos que o educador defendia para configurar Piracicaba como um município com verdadeira mentalidade rural estava: a policultura; a Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”; a literatura infantil escrita por Thales Castanho de Andrade e as características rurais que ele empregava nos seus textos; os grupos escolares rurais; e o Clube Agrícola Escolar, instituição baseada no Clube do Milho de Thales de Andrade.

Conforme Sud Mennucci (1934), não quiseram entender que para existir uma escola normal rural, deveria existir, também, um ambiente propício para a permanência da escola e Piracicaba, com os elementos citados anteriormente, configurava, para Mennucci, um município vanguardista na educação rural no estado de São Paulo.

Não quiseram ou não puderam entender que o êxito de uma dessas Escolas depende do ambiente em que precisa desabrochar. Instituição inédita, completamente fóra dos moldes conhecidos, um único elemento lhe era imprescindível para que não arrostasse as possibilidades de um fracasso, espectro de todas as criações que não têm exemplo em que se apoiar: a atmosfera mental, isto é, a mentalidade dominante, voltada inteiramente para o campo. Aponte-me quem possa a cidade, o município do Estado em que esse fenômeno seja tão veemente aparente com em Piracicaba (MENNУCCI, 1934, p.54-55).

Retornando ao Decreto nº. 6.047, observa-se que além da criação da escola normal rural, criou-se também outras instituições de ensino rurais, como os grupos escolares rurais, as escolas isoladas vocacionais e os clubes agrícolas. O texto da lei foi a conclusão do projeto pensado por Sud Mennucci com a reforma do ensino rural paulista, em 1932, contudo, apenas parte do documento entrou em vigor, como os grupos escolares rurais e os clubes agrícolas, que exerceram importantes papéis na escolarização rural no estado de São Paulo.

Os grupos escolares rurais e as escolas isoladas vocacionais, conforme o art. 11 do decreto, serviriam para a prática e observação dos alunos da normal rural. O governo ficava incumbido de instalar essas unidades escolares “tendo em vista a formação de uma mentalidade escolar francamente voltada para as atividades agrícolas e pastoras e, na zona marítima, para as

fainas marinhas e ribeirinhas” (SÃO PAULO, 1933b, p.2). O documento ainda determinava que essas escolas deveriam seguir horários e programas de ensino especiais, conforme a orientação da Diretoria Geral do Ensino. Para os grupos escolares rurais e as escolas isoladas vocacionais, seriam nomeados professores formados pela Escola Normal Rural de Piracicaba, essas unidades educacionais não serviriam apenas para a prática de ensino, mas também, beneficiaria os egressos da normal rural.

Outro importantíssimo ponto do decreto nº. 6.047/1933, foi a criação da Inspeção Técnica do Ensino Rural, que teria como um de seus inspetores chefes, o educador Thales Castanho de Andrade, piracicabano, ruralista e amigo próximo de Sud Mennucci. Esse órgão tinha a função de fiscalizar e inspecionar as escolas rurais e seria composto pelos seguintes funcionários: um inspetor-chefe; um inspetor-agrônomo; um inspetor-médico; e um inspetor-escolar para cada dez grupos escolares rurais (São Paulo, 1933b, p.2).

Conforme a descrição do texto do decreto de 1933, o inspetor-chefe deveria ter obrigatoriamente o diploma de agrônomo e teria como uma de suas funções facilitar a transformações de escolas rurais, de tipo comum, em escolas rurais vocacionais. A partir dos estudos de Monarcha (2007), entende-se que, a Inspeção Técnica do Ensino Rural, foi concretizada, com eficiência, apenas no ano de 1943, período em que Thales Castanho de Andrade assume a pasta (Alexandre, 2007).

Monarcha (2007), refere-se à Assistência Técnica do Ensino Rural, criada pelo Decreto nº. 13.625, de 1º de outubro de 1943, como um subsistema do ensino para fiscalizar e orientar o ensino rural no estado de São Paulo. O objetivo do órgão educacional era orientar, centralizar e coordenar todas as atividades ruralistas no ensino primário e normal, como também, elaborar os programas de ensino para o ensino primário e rural, organizar cursos intensivos para os professores rurais, com ou sem formação específica no magistério e estudar as possibilidades de transformar grupos escolares em grupos escolares rurais. Segundo Monarcha (2007), o dispositivo legal, que constituiu a Assistência Técnica do Ensino Rural, configurou como o “epítome⁵⁶” da obra ruralista de Sud Mennucci. Pois, com este órgão, poder-se-ia propagar e investir no ensino rural paulista.

O artigo 15 do decreto nº. 6.047, oficializou a criação, em todos os grupos escolares do Estado, isto é, independentemente da localização, urbano ou rural, o Clube Agrícola Escolar,

⁵⁶ Resumo de doutrina, ciência e teoria; resumo breve, sinopse, síntese. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=ep%C3%ADtome> Acesso em: 15.fev.2024.

nos moldes do Clube do Milho, instituído por Thales Castanho de Andrade⁵⁷ na década de 1920, no município de Piracicaba. (Alexandre, 2007; Basso, 2018).

Os Clubes Agrícolas Escolares destinavam-se a despertar, em todos os aglomerados urbanos, nas crianças, o gosto e o respeito pelas fainas agrícolas e a compreender os esforços realizados pelos nossos cultivadores e agricultores, no amanho da terra e sua colaboração na riqueza do país (São Paulo, 1933b, p.2). Para Basso (2018), os clubes agrícolas, juntamente com a escola normal rural, propagariam os preceitos do Movimento pela Ruralização do ensino. Essa instituição tinha como objetivo desenvolver nos alunos o amor pela terra e pelo trabalho, através das práticas de ensino de hortas, apicultura, jardinagem, desenvolvendo o conhecimento prático e científico (Basso, 2018).

O Clube Agrícola Escolar, aceito e vulgarizado hoje em todas as escolas, que encontrou para sua disseminação uma associação nacional, a “Sociedade dos Amigos de Alberto Torres”, para fazer-lhe o incansável proconício, não é também uma criação originalmente piracicabana, desde quando Thales de Andrade, ignorando a existência do “Corn Club”, nos Estados Unidos, organizou aqui o Clube do Milho, no ano de 1921, e conseguiu amontoar as espigas do fecundo cereal, produzido pelas crianças das escolas da cidade, numa montanha formidável que parecia querer emparelhar com a torre da Matriz? (Mennucci, 1934, p.51-52).

Como o trecho destacado anteriormente menciona, não foi uma criação exclusiva de Thales de Andrade os clubes agrícolas, porém, serviu como impulso para a criação e a implementação dessa instituição educativa no estado de São Paulo. Conforme os estudos de Basso (2018), a “Sociedade Amigos de Alberto Torres” e a “Sociedade Luiz Pereira Barreto”, colaboraram para a disseminação dos clubes agrícolas no Brasil.

Chaloba e Silva (2022), argumentam que os clubes agrícolas no estado de São Paulo expandiram na década de 1930 e até meados de 1940, estiveram atrelados às políticas educacionais do estado e sob a orientação e supervisão de órgãos da administração educativa,

⁵⁷ Thales Castanho de Andrade, nasceu na cidade de Piracicaba-SP, no bairro Alto. Educador, formou-se na Escola Complementar de Piracicaba e, posteriormente, tornou-se professor catedrático de História do Brasil e História da Civilização, como também, diretor desta instituição que, havia se transformado pela legislação em Escola Normal de Piracicaba. Iniciou o magistério em escola isolada rural, em Jaú, interior do estado de São Paulo. Em 1917, escreveu o livro “Saudade”, que, o transformaria em um autor de literatura infantil muito reconhecido. Este livro foi escrito com uma linguagem simples, clara, acessível à mente infantil, narrando a história de uma família do campo, que se mudando para a cidade, sofre as naturais dificuldades de adaptação ao meio, retornando ao campo, recebe apoio e estímulo de todos os vizinhos e consegue se firmar novamente (MONTEIRO, 2014, p.44). Publicou 47 livros, entre 1919 e 1970. Na década de 20, do século passado, Thales foi vereador em Piracicaba e propôs a criação de um parque infantil, mas foi ignorado pelos outros vereadores. Faleceu na cidade de São Paulo, em 1977. Sepultado no cemitério da Saudade, em Piracicaba, homenageado com um busto de bronze no G.E. Moraes Barros, mas o busto foi roubado por vândalos e vendido como sucata. Thales de Andrade foi um ruralista e parceiro de Sud Mennucci. É uma personalidade de Piracicaba, com inúmeras homenagens, como: nome de rua, biblioteca infantil, associações e nome de escola. Disponível em: https://thalesdeandrade.com.br/?page_id=27 Acesso em: 15.fev.2024.

porém, a partir do final da década de 1940 alterou-se essa situação e os clubes agrícolas ficaram sob a cautela do Ministério da Agricultura, regulamentando a instituição em todo o país.

Compreende-se que, das instituições planejadas – Escola Normal Rural; Grupo Escolar Rural; Clube Agrícola; Escolas Isoladas Vocacionais - por Sud Mennucci no Decreto n. 6.047/1933, as que obtiveram sucesso foram os grupos escolares rurais e os clubes agrícolas, tendo em vista que, a Escola Normal Rural de Piracicaba foi a única instituição do decreto que demorou a existir, foram 23 anos até a sua implementação e funcionamento de fato em 1956.

Em seus livros e discursos, Sud Mennucci aborda muito sobre a necessidade e a organização de escolas normais rurais. Para o educador, esse tipo de escola abrigaria uma formação adequada para o magistério rural, abandonaria a formação urbana e privilegiaria os saberes relacionados à agricultura. Os professores formados pelas escolas normais rurais deveriam ser hostis a vida citadina e líderes dos núcleos em que iriam lecionar (Mennucci, 1946, p.142).

A Escola Normal Rural de Piracicaba compreendia um curso complementar e um curso normal, com um programa de ensino específico para cada curso que incluiria disciplinas comuns da formação de professores e disciplinas específicas para as áreas rurais. O curso normal tinha uma duração de três anos e compreendia o seguinte programa curricular: Português, Francês e Inglês, Matemática (compreendendo Aritmética, Álgebra e Geometria), Geografia e História do Brasil; Ciências Físicas e Naturais; Agricultura Prática; Desenho; Música; Educação Física e aulas de trabalhos manuais femininos rurais (São Paulo, 1933b, p.1).

O curso normal tinha duração de quatro anos e compreendia as seguintes disciplinas do programa de ensino: 1º Português; 2º Matemática (compreendendo Trigonometria retilínea e mecânica); 3º Física; 4º Química; 5ª Botânica; 6º Geografia Econômica e História da Civilização; 7º Psicologia, pedagogia e didática; 8º Tecnologia agrícola; 9º Zootecnia; 10º Agricultura geral; 11º Agricultura especial; 12º Economia rural; 13º Higiene, puericultura e profilaxia rural; 14ª Desenho; 15º Música; 16º Educação Física e aulas de trabalhos manuais femininos rurais (São Paulo, 1933b, p.1).

O programa de ensino prescrito da Escola Normal Rural de Piracicaba, previa uma formação comum, ao ministrar disciplinas correspondentes ao curso normal comum, ministrado nas escolas normais urbanas, e uma formação específica ao ministrar disciplinas voltadas para o meio rural. Dentre essas disciplinas do programa de ensino, o futuro professor primário rural aprenderia noções básicas de agricultura prática e trabalhos manuais rurais no curso complementar e no curso normal, avançaria os seus saberes com disciplinas mais complexas,

como tecnologia agrícola, zootecnia, agricultura geral, agricultura especial, economia rural, higiene, puericultura e profilaxia rural.

Todo esse arcabouço curricular na escola normal rural serviria para formar um “novo tipo de professor”, conforme o pensamento de Sud Mennucci. Esse professor seria hostil à vida urbana e teria uma mentalidade agrícola, exercendo a função de orientador e capataz na comunidade rural. A representação desse novo tipo de professor primário, no imaginário do Movimento pela ruralização do ensino, seria a solução para os problemas rurais, o êxodo rural não ocorreria, pois o mestre rural conseguiria inculcar no homem do campo um amor pela terra, a valorização da agricultura e repudiaria a vida na cidade.

Dessa forma, entende-se que a representação do professor primário rural, conforme os estudos de Chartier (2002), foi forjado consoante aos interesses do Movimento pela Ruralização do Ensino, na tentativa de impor uma concepção de professor ideal para a zona rural.

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza (CHARTIER, 2002, p.17).

A proposta de educação rural, na época, pensava soluções para conter o êxodo rural e proporcionava alternativas para a fixação do homem no campo e, para isso, o docente com formação para o meio rural, conseguiria, na visão do Movimento, conter o homem do campo na zona rural. Ao ter contato com os estudos de Ávila (2013), Moares (2014; 2019), Santos (2015), Basso (2018), compreende-se que o Movimento pela Ruralização do Ensino não conseguiu conter o êxodo rural, mesmo estabelecendo diferentes tipos de escolas e instituições educativas para as zonas rurais, as populações do campo migraram para as cidades e na educação prevaleceu um ensino básico e comum.

Em 18 de dezembro de 1933, o então Interventor Federal do estado de São Paulo, Dr. Armando de Salles Oliveira, empossado em 21 de agosto de 1933, revogou o Decreto nº. 6.047/1933, que havia sido criado dois dias antes de sua posse, em 19 de agosto, justificando que a criação de uma escola normal rural, para formar professores primários rurais, geraria um grande aumento de despesas e, desse modo, como não poderia ser executada a escola, também não haveria a necessidade de criar ou transformar Grupos Escolares em Grupos Escolares Rurais, pois não haveria, no futuro, professores formados para esses tipos de escola. Apenas o

Grupo Escolar do Butantan continuaria com um programa de ensino ruralizado, em caráter experimental.⁵⁸

Como se notou inicialmente, a tentativa de reforma do ensino rural no estado de São Paulo por Sud Mennucci previa a criação de cinco escolas normais rurais no interior paulistas, entretanto, a sua reforma não foi bem sucedida e culminou na saída do educador da Diretoria Geral do Ensino do estado de São Paulo. Porém, algum tempo depois, Sud Mennucci retorna ao cargo máximo da educação paulista e consegue implementar o Decreto nº. 6.047, de 19 de agosto de 1933, criando a Escola Normal Rural de Piracicaba e outras instituições de ensino rural, no entanto, com as recorrentes trocas políticas do período, o decreto foi suspenso pelo novo Interventor Federal do estado de São Paulo, pois não considerava necessária a criação de um novo tipo de escola normal.

Dessa forma, entende-se que Mennucci conseguiu, em parte, efetivar a sua reforma do ensino rural, porém, o seu principal argumento para a ruralização do ensino, a Escola Normal Rural, não foi posta em funcionamento. A partir desse momento, a luta de Sud Mennucci até o seu falecimento em 1948, foi tentar “tirar” a escola que ele criou do papel, mas sem efeito.

Outras tentativas aconteceram, para executar o projeto proposto por Sud Mennucci. Projeto este discutido em âmbito nacional, no VIII Congresso Brasileiro de Educação⁵⁹, configurando-se como uma inovação na criação de instituições de formação para professores primários rurais e na instituição de uma mentalidade rural, atribuindo uma identidade ao docente rural. Entre as outras tentativas de concretizar a Escola Normal Rural de Piracicaba, destaca-se o projeto de lei de autoria do Deputado Estadual Valentim do Amaral.

Em 1949, o Deputado Estadual Valentim do Amaral⁶⁰, representante do município de Piracicaba, apresentou um projeto de lei na Assembleia Legislativa do estado de São Paulo, para a criação de uma Escola Normal Rural em Piracicaba, retomando o projeto de Sud Mennucci de 1933.

Assim, Senhor Presidente, reivindico para São Paulo, reivindico para a Assembleia Legislativa do nosso Estado, reivindico para Piracicaba, de que sou representante, a idéia da criação da Escola Normal Rural em São Paulo, e requeiro a V. Exa. a vinda a plenário do Projeto de lei n. 586, de 1949, de minha autoria, para que possa ser discutido e afinal, votado por esta casa (Projeto..., 1950, p.20).

⁵⁸ Decreto n. 6.225, de 18 de dezembro de 1933. Susta a execução do Decreto n.6.047, de 19 de agosto de 1933.

⁵⁹ Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=283807&view=detalhes> Acesso em: 12.jan.2024.

⁶⁰ Valentim do Amaral foi Deputado Estadual por duas legislaturas, era candidato por Piracicaba. Tinha um forte viés ruralista e estabeleceu relações com Sud Mennucci. Em Piracicaba, há uma escola estadual com o seu nome.

O Projeto de Lei nº. 586, de 1949, considerava haver uma necessidade inadiável de formar um quadro de professores normalistas aptos a exercerem o magistério primário na zona rural do estado paulista. Ressalta também que, a preparação destes professores primários rurais, exigia um curso especializado que estava além dos conteúdos já ministrados nos cursos normais em funcionamento. Neste curso normal rural, os conhecimentos gerais de agronomia e higiene rural, faziam-se necessários. Outro ponto considerado no projeto de lei, eram as necessidades econômicas e sociais, evitando o êxodo dos campos e combatendo a desorganização da vida agrária.

Este discurso já havia sido utilizado no projeto de Sud Mennucci e estava alinhado com o Movimento pela ruralização do ensino e pelo Ruralismo.

O projeto de lei de Valentim do Amaral não era uma novidade, mas sim, uma releitura, quase que fidedigna, do projeto de escola normal rural de Sud Mennucci da década de 1930. Algumas alterações são notáveis, entretanto, são mudanças que seguem a estruturação educacional do período da criação do projeto de lei do deputado estadual. Por exemplo, no decreto de 1933, previa-se um curso complementar com duração de três anos e um curso normal com duração de quatro anos (São Paulo, 1933b). No projeto de lei de 1949, a ENRP compreenderia um curso fundamental de quatro anos, um curso pré-normal de um ano e um curso de formação profissional de dois anos (São Paulo, 1949).

É importante salientar que, na primeira criação da escola normal rural, previa-se uma estreita colaboração entre a Escola Normal Rural de Piracicaba e a Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, situada em Piracicaba⁶¹. A falta da menção dessa relação entre essas instituições escolares, no projeto de lei de Valentim do Amaral, foi utilizada como justificativa para o veto da proposta.

A designação de Piracicaba, portanto, para a nova unidade não se justificaria, a menos que se pretenda manter o estabelecimento, como o fazia o Decreto 6.047, ligado à Escola Superior de Agricultura Luiz de Quairoz (sic). Isso mesmo me parece um erro. O corpo docente da Luiz de Queiroz é especializado em formar agrônomos... e o da escola normal rural deveria ser especializado em formar professores.

Que se ligasse a escola normal rural a uma escola agrícola de grau médio (o mesmo grau) era compreensível, mas a um estabelecimento de grau superior não parece razoável (São Paulo, 1949, p.9).

⁶¹ A relação entre as instituições se daria, principalmente, no fornecimento de profissionais para as disciplinas específicas de agricultura e zootecnia, no entanto, não foram localizadas informações precisas sobre essa relação, deduzindo que, não aconteceu como previa-se no Decreto de 1933. Localizou-se a informação de que a Escola Normal Rural existiu, durante um tempo, em alas emprestadas da ESALQ para o seu funcionamento.

No parecer nº. 174 de 1949, da Comissão de Educação e Cultura, apontou-se que, o projeto de lei nº. 586/1949, faz menção ao Decreto nº. 6.047, de 19 de agosto de 1933, descrevendo que nesse decreto considerou-se a necessidade da preparação de professores rurais em escolas específicas, a preparação de uma nova mentalidade escolar, voltada para a zona rural e as necessidades econômicas e sociais, combatendo a desorganização da vida agrária, processadas pelas escolas urbanísticas, mesmo assim, a administração estadual não deu cumprimento ao decreto, isto é, criou-se a escola normal rural, mas não a implementou.

Ainda nesse parecer, a Comissão de Educação e Cultura da ALESP apresentou algumas proposições para justificar o seu parecer e ao final, sugeriu que o documento fosse julgado pelo Departamento de Educação, pois os técnicos deste departamento, com experiências em questões educacionais, poderiam melhor analisar o problema e apresentar soluções para a implementação da escola normal rural.

Ao final do parecer, a Comissão passou a responsabilidade para o Departamento de Educação, mas, sem antes, apresentar as suas opiniões sobre a criação da Escola Normal Rural em Piracicaba. Entre os pontos apresentados, foi possível perceber que a Comissão não era favorável ao ensino primário rural e em consequência, seriam contrários ao magistério rural. “Neste ponto me ocorre uma indagação, para a qual, aliás, não tenho conseguido encontrar respostas que me satisfaça. Por que escola normal rural? Ou melhor: porque escola primária rural?” (São Paulo, 1949, p.9).

Ao discutir sobre o questionamento, a Comissão abordou que o rural em questão não era a localização das escolas em zonas rurais, mas sim, um ensino voltado para as coisas da vida rural. Ao discorrer sobre o assunto, a Comissão pontuou que existem muitos problemas educacionais no ensino primário paulista, como alunos analfabetos e escolas em péssimas condições, com edifícios precários, mas, que deveriam ser mantidos por falta de recursos para a melhoria do aparelho escolar. “Na nossa pobreza (sic) devemos nos contentar com o que temos, devemos nos contentar em construir alguma coisa com o que temos e não com o que deveríamos ter. Esquecer a realidade é perigoso e anti-patriótico” (São Paulo, 1949, p.10). Nota-se que o discurso era uma justificativa incabível, aceitar o precário e as péssimas condições das escolas primárias públicas do estado de São Paulo era, segundo a Comissão de Educação e Cultura da ALESP, ser patriota.

Para a Comissão, formar professores primários rurais e ter escolas primárias rurais, era dividir o ensino primário em duas espécies de ensino, evidenciando uma formação escolar específica para as áreas rurais, dando atenção aos fatos e problemas da vida rural. Entretanto, a

Comissão não acreditava que tipos de escolas primárias diferentes – urbanas e rurais – iriam influir na formação da personalidade da criança.

Não seria também a ridícula ideia de que, no ensino primário rural, deveriam os professores utilizar-se de exemplos, de ideias ou de proposições relativas às lides agrícolas. Estariamos cometendo uma heresia, porque o ensino, sob esse ângulo, se converteria num palavreiro inútil, tendo em conta a meta a ser alcançada (São Paulo, 1949, p.10).

Segundo a Comissão, para a solução do problema da ambiguidade do ensino primário, criou-se, no governo do Interventor Fernando Costa, as Escolas Práticas de Agricultura (Pinhal e Jacaré em 1935 e São Manuel em 1939), que tinham como objetivo promover aos alunos ensinamentos agrícolas. Esses estabelecimentos de ensino também eram de grau primário. Todavia, diferente das escolas primárias rurais, não seriam um prolongamento das escolas primárias urbanas com conteúdo ou práticas educativas simplistas de agricultura, como, por exemplo, o cultivo de horta escolar. As Escolas Práticas de Agricultura desenvolveram o ensino primário e o ensino especializado, sendo que, o professor primário era responsável pelo programa de ensino específico ao ensino primário, enquanto, os professores especialistas, eram responsáveis pelo programa de ensino com conhecimentos agrícolas.

Não acredito que possamos, com professores normalistas (mesmo os habilitados nas escolas normais “rurais”) atingir o objetivo visado pelo Gal. Daltro Filho e esposado, depois de tantos anos, pelo nobre Deputado Valentim do Amaral.

Que escolas práticas de agricultura possam atingir o objetivo de melhoria do homem rural, parece razoável. Noutros estabelecimentos é que não devemos confiar (São Paulo, 1949, p.11).

Na leitura do parecer é notável a descrição do homem rural e qual é a necessidade de educá-los em escolas específicas. O objetivo é melhorar o rurícola, elevá-lo à verdadeira dignidade humana, ensinar os preceitos de uma boa saúde e organização com casas habitáveis, comida substancial e hábitos sadios. E ressaltam que não seria nas escolas primárias rurais, com professores primários rurais, que conseguiriam atingir esta finalidade.

Em 06 de dezembro de 1950, após discussões e debates na Assembleia Legislativa do estado de São Paulo (ALESP), foi promulgada a Lei nº. 881, que dispunha sobre a instalação de uma escola normal rural em Piracicaba, de acordo com o Decreto nº. 6.047, de 19 de agosto de 1933. Como abordado, o projeto, de autoria de Valentim do Amaral, estava em consonância com a proposta de escola normal rural do educador Sud Mennucci. A lei de 1950, não foi cumprida, permanecendo sem uma instituição de formação para normalistas rurais.

Ao longo desse período outras iniciativas surgiram para a criação de escolas normais rurais no estado de São Paulo, mas todas sem sucesso.

2.2 Criação de Escolas Normais Rurais no estado de São Paulo: outras iniciativas

Nesta subseção a finalidade é mapear e analisar quais foram as iniciativas de criação de Escolas Normais Rurais no estado de São Paulo, destacando outras municipalidades, além do município de Piracicaba, que havia recebido a criação de uma normal rural em 1933, com o decreto nº. 6.047, de 19 de agosto, por iniciativa de Sud Mennucci, quando Diretor Geral do ensino no estado.

Ao realizar as buscas por informações em acervos dos jornais estaduais, localizou-se também importantes dados sobre a iniciativa de outras municipalidades paulistas na tentativa de criação de escolas normais rurais no estado de São Paulo. Essas iniciativas iniciaram-se, ainda, nas discussões do projeto de reforma do ensino rural promovida por Sud Mennucci no início da década de 1930 e perpassou todo o processo de criação e implementação da Escola Normal Rural de Piracicaba. Não somente nos jornais estaduais foram localizados dados sobre iniciativas de criação de normais rurais no estado paulista, no acervo *online* do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), encontrou-se, também, informações importantes para essa análise.

Como observado anteriormente, Sud Mennucci propôs a criação de uma escola normal rural, no estado de São Paulo, no ano de 1933, com o objetivo de formar adequadamente o magistério primário rural, criando uma mentalidade agrícola nesses professores. Porém, como também foi analisado, as suas iniciativas não foram logradas e a Escola Normal Rural de Piracicaba ficou apenas no papel, como mencionava o educador em seus discursos. Entretanto, o movimento pela existência desse tipo de instituição escolar no estado de São Paulo, ganhou força entre os ruralistas do ensino e políticos e outras iniciativas foram surgindo ao longo do tempo, algumas delas com propósitos ambiciosos, buscando incentivo de criação de escolas normais rurais na esfera Federal. Mas, assim como a escola de Piracicaba, não foram postas em funcionamento.

Ao discursar sobre a sua pretensão de criação de escolas normais rurais no interior do estado de São Paulo, Mennucci menciona que já havia recebido algumas propostas de municipalidades com o intuito de implementar essas escolas. Essas municipalidades que se ofereceram para a criação de normais rurais, conforme a proposta de projeto de Sud Mennucci, estavam, segundo ele, localizadas em uma região do estado não muito rica e a estrada de ferro Sorocabana atravessava essas cidades, das quais seis se candidataram – Tatuí, Itapetinga, Avaré, Assis, Presidente Prudente e Presidente Wenceslau (MENNUCCI, 1946, p.150) – cidades

localizadas na zona Alta Sorocabana. Segundo Love (1982) essa região experimentou uma expansão do crescimento populacional em meados do século XX e uma forte imigração japonesa (LOVE, 1982, p.49). O café caracterizava o principal produto econômico da região juntamente com o algodão. Assim, como outras regiões do território paulista, a agricultura era incentivada e muitos desses municípios predominavam uma característica rural.

Todavia, após a divulgação do projeto paulista de escola normal rural e a promulgação do decreto de 1933, instigou no estado paulista, iniciativas de criação de normais rurais, originando projetos de diferentes regiões do estado e de iniciativas públicas e particulares. Entre as iniciativas privadas, destaca-se a **Bandeira Paulista de Alfabetização** e o jornal ***Folha da Manhã***.

Ao pesquisar na base de acervo dos jornais estaduais que estão *online*, utilizou-se o termo “Escola Normal Rural”, entre aspas, para tentar encontrar o maior número possível de textos jornalísticos sobre o tema. Em resposta a procura, as bases de dados dos acervos jornalísticos⁶² retornaram um número considerável de informações sobre escolas normais rurais no estado de São Paulo e a partir dessas informações, foi possível construir um quadro analítico. No **Quadro 5**, podemos verificar os dados coletados.

⁶² Para uma compreensão mais aprofundada dos dados contidos nos acervos dos jornais estaduais, ver a seção 1 desta tese.

Quadro 5 - Iniciativas de Escolas Normais Rurais em território paulista

ANO	MUNICÍPIO	OBSERVAÇÕES	INSTÂNCIA
1931	Jaboticabal	Escola Municipal de Agricultura e Veterinária/ Campo Experimental	Estadual
1933	Piracicaba	Decreto n. 6.047, de 19 de agosto	Estadual
1935	São José dos Campos	Escola Normal transformada em Escola Normal Rural	Estadual
1939	Espírito Santo do Pinhal	Escola Agrícola-Industrial	Estadual
1939	Jacareí	Escola Agrícola-Industrial	Estadual
1940	Bragança Paulista	Fazenda doada	Particular
1942	Capital	Bandeira Paulista de Alfabetização	Estadual
1944	Jaboticabal	Colégio Estadual	Estadual
1949	Botucatu	Fazenda Experimental Lageado	Federal
1949	Tietê	Sem especificações	Federal
1950	Piracicaba	Sem especificações	Estadual/ALESP
1952	Pirassununga	Escola Prática de Agricultura	Internacional – América
1953	Bauru	FARESP/Bandeira Paulista de Alfabetização	Federal
1953	Mirassol	Colégio e Escola Normal	Estadual
1953	Diversos municípios paulistas (Apêndice B)	31 Projetos de Leis na ALESP para criação de Escolas Normais Rurais e transformação de Escolas Normais em Escolas Normais Rurais	Estadual
1953	São Sebastião	Projeto de Lei n. 1.185	Estadual
1954	Freguesia do Ó	Bandeira Paulista de Alfabetização	Federal

Fonte: Elaborado pela autora a partir das fontes analisadas, 2024

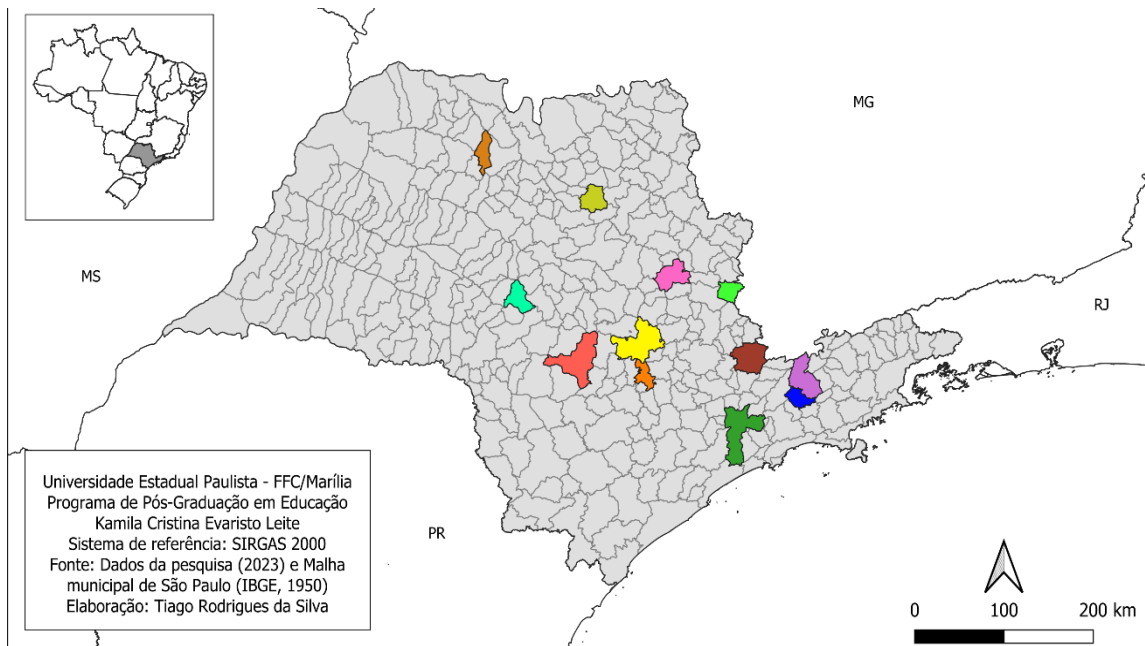
A seguir, destacam-se as seguintes informações:

- ❖ foi possível localizar dados sobre iniciativas de escolas normais rurais em território paulista entre os anos de 1931 e 1954;
- ❖ também foi possível observar que o município de Jaboticabal aparece em dois momentos distintos, no ano de 1931 e no ano de 1944, solicitando a criação de uma normal rural;
- ❖ entre as iniciativas localizadas, os campos de experimentação, as escolas agrícola-industrial e os espaços escolhidos para abrigar a normal rural;
- ❖ Compreende-se que os dados que ainda não foram encontrados sobre o imóvel que a ENR ocuparia, esses, ainda seriam construídos;
- ❖ a Bandeira Paulista de Alfabetização, presidida por d. Chiquinha Rodrigues, participante ativa do movimento pela ruralização do ensino, colaborou com duas propostas distintas, uma na Capital paulista e outra no interior do estado, no município de Bauru.

- ❖ segundo os dados analisados, a escola normal rural criada pela BPA, na Capital do estado, recebeu o nome de Escola Normal Rural “Esperança”;
- ❖ O município de Tiete, também descrito no quadro, solicitou a criação de uma escola normal rural, porém, essa informação não foi localizada nos jornais paulistas, mas sim, no acervo do INEP, quando o município enviou um dossiê para apreciação do órgão para que fosse contemplado com uma unidade pelo governo federal.

Para a visualização dos municípios solicitantes de escolas normais rurais, apresenta-se um mapa do estado de São Paulo, pontuando as iniciativas de municipalidades paulistas, conforme dados analisados nas fontes selecionadas para esta pesquisa.

Figura 3 - Iniciativas de escolas normais rurais em municípios paulistas, 1931 a 1954



Legenda:

- | | |
|--|--|
| Jaboticabal - Escola Municipal de Agricultura e Veterinária (1931) e Colégio Estadual (1944) | São Paulo - Bandeira Paulista de Alfabetização (1942 e 1954) |
| Piracicaba - Escola Normal Rural (1933) e Sem especificações (1950) | Botucatu - Fazenda Experimental Lageado (1949) |
| São José dos Campos - Escola Normal Rural (1935) | Tietê - Sem especificações (1949) |
| Espírito Santo do Pinhal - Escola Agrícola-Industrial (1939) | Pirassununga - Escola Prática de Agricultura (1952) |
| Jacareí - Escola Agrícola-Industrial (1939) | Bauru - FARESP - Bandeira Paulista de Alfabetização (1953) |
| Bragança Paulista - Fazenda doada (1940) | Mirassol - Colégio e Escola Normal (1953) |

Fonte: Elaborado por Tiago Rodrigues da Silva, com bases nos dados da pesquisa, 2023.

Para a análise do mapa, utiliza-se as dez zonas que subdividiam o território paulista a partir de critérios como a ocupação populacional do território e a penetração das estradas de ferro no interior (Love, 1982). As zonas são: Capital; Vale do Paraíba; Central; Mogiana; Baixa Paulista; Araraquarense; Alta Paulista; Alta Sorocabana; Baixa Sorocabana; Litoral sul. Dessas dez zonas, algumas tinham mais características de investimento em atividades agrícolas e outras, como a zona Central, uma característica mais urbana e a maior concentração populacional do estado (Love, 1982). Os estudos de Love (1982) delimitam-se até a década de 1940, mesmo período em que surgiram algumas iniciativas de escolas normais rurais no estado de São Paulo, por isso, utiliza-se essa subdivisão do estado para compreender qual foi a porção que mais solicitou criação de normais rurais.

❖ na zona da **Capital**, foi solicitada a criação de uma escola normal rural na Freguesia do Ó, na localidade denominada Barracão;

- ❖ na zona do **Vale da Paraíba**, uma escola na cidade de São José dos Campos e outra na cidade de Jacareí;
- ❖ na zona **Central**, foi solicitada nas cidades de Piracicaba, Tietê e Bragança Paulista;
- ❖ na zona **Mogiana**, na cidade de Jaboticabal e na cidade de Espírito Santo do Pinhal;
- ❖ na zona da **Baixa Paulista**, solicitou-se a criação de uma normal rural na cidade de Pirassununga;
- ❖ na zona **Araraquarense**, a única iniciativa de criação de ENR foi em Mirassol;
- ❖ na zona **Alta Paulista**, Bauru candidatou-se para ter uma ENR;
- ❖ na zona da **Alta Sorocabana**, Botucatu solicitou a criação de uma ENR em seu território;
- ❖ nas zonas da **Baixa Sorocabana** e **Litoral Sul**, não foram encontradas iniciativas de criação de escolas normais rurais nas fontes analisadas.

Conforme os estudos de Love (1982), algumas zonas do estado de São Paulo dedicaram-se à produção do café, enquanto outras, a criação de gado e a culturas de sobrevivência. Dessa territorialidade paulista, algumas zonas caracterizavam-se com aspectos rurais, enquanto outras, transitavam entre a economia agrícola e a economia industrial, que iniciava a sua expansão. Um ponto em comum entre todos os municípios solicitantes de uma ENR, era definir-se como essencialmente agrícola e a existência de áreas rurais necessárias para a instalação da instituição requisitada, isentando o governo de altos custos para a construção do prédio.

Uma das representações do município de Piracicaba (análise aprofundada na seção 3) para o ruralismo era a característica de ser um município essencialmente agrícola e modelo de organização rural para as outras localidades do estado de São Paulo. Neme (2010) ao descrever o município de Piracicaba como essencialmente agrícola, destaca os aspectos geográficos, a economia, a divisão das terras, o ambiente social, a habitação, a produção agrícola e a produção animal, entendendo que esses aspectos configuravam Piracicaba como um município essencial e exemplarmente agrícola. Entretanto, outros municípios também afirmavam ter um caráter essencialmente agrícola, justificando a necessidade de criação de uma escola normal rural em seu território. A diferença estava no entendimento do ruralista no termo essencialmente agrícola, para Neme (2010), o “ser agrícola” era caracterizado por uma organização rural, econômica e social em torno do campo e, principalmente, no investimento da policultura, com a diversificação de culturas.

A partir desses dados localizados, explana-se sobre as iniciativas de criação de ENR, com o intuito de demonstrar que essa instituição de ensino no estado de São Paulo foi muito desejada e solicitada em diferentes esferas, políticas e educacionais, mas a efetivação da normal rural foi um processo árduo, longo e pouco auxiliou na formação de professores rurais.

O primeiro texto jornalístico encontrado sobre iniciativas de municípios paulistas na criação de escolas normais rurais foi do município de Jaboticabal⁶³, no ano de 1931, período anterior ao processo de criação da normal rural de Piracicaba. Ao rememorar as discussões de escolas normais rurais no estado de São Paulo, entre os anos de 1930 e 1933, foi o momento em que Sud Mennucci difundiu a sua ideia de normal rural, quando esteve à frente da Diretoria Geral do Ensino e aventou uma reforma do ensino rural propondo a criação de cinco normais rurais no território paulista.

Posteriormente, o município de Jaboticabal ofereceu-se para ser uma das localidades a receber o benefício da implementação da escola. Segundo a notícia, do jornal *O Estado de S. Paulo*, de 13 de dezembro de 1931, o prefeito de Jaboticabal, Américo de Castro, enviou ao diretor do ensino do estado de São Paulo, o professor Sud Mennucci, um ofício de doação de dois prédios – um prédio com terreno de 44 alqueires, com várias culturas, para a instalação de uma escola normal rural. Nesse terreno já estavam construídos dois prédios que serviam para abrigar a Escola Municipal de Agricultura e Veterinária de Jaboticabal e o Campo Experimental de Sementes⁶⁴.

Pelas ideias já em curso oriundas das vossas observações e largo tirocínio no magistério, bem se aquilata da vossa dedicação em prol da mais larga disseminação do ensino nas zonas ruraes, actuação esta que será immenso proveitosa para o futuro do grande Estado de São Paulo e de soberbos frutos para o Brasil.

Acompanhando esta iniciativa e convicto de que ella pela robustez do seu intuito não deve retardar a sua marcha, quer a Prefeitura de Jaboticabal alistar-se entre aquelles que irão lançar o seu decidido apoio, na (-alva) do civismo e da instrucção, pela victoria immediata desta causa que é a causa do Brasil.

E, assim, desde já se prontifica a iniciar as providências que se tornarem precisas para que em Jaboticabal seja criada uma Escola Rural Normal e fará para tanto, a doação ao governo do Estado das casas e terrenos onde foi installado o Campo de Sementes, hoje sem utilidade e que para tão nobre fim alevantará os créditos do nosso meio social (Notícias..., 1931, p. [5]).

⁶³ Informação referente ao projeto de reforma do ensino rural de Sud Mennucci.

⁶⁴ Segundo o site do MAPA – Memória da Administração Pública Brasileira, pertencente ao arquivo nacional, descreve que - as estações experimentais foram criadas pelo decreto n. 8.319, de 20 de outubro de 1910, com a finalidade de estudar os fatores da produção agrícola regional, visando fornecer aos agricultores dados para o aperfeiçoamento dos métodos de cultura e melhoramentos das plantas, animais domésticos e indústrias rurais. Para tanto, as estações deveriam atender a consultas sobre qualquer questão agrícola; executar gratuitamente análises de estrumes, adubos, terras, plantas e águas; distribuir plantas e sementes selecionadas; realizar experimentações de plantas úteis comuns na região e outras a serem exploradas; estudar as doenças das plantas cultivadas; proceder ao estudo agrológico e químico das terras; promover o desenvolvimento da policultura, entre outras atividades.

Pelas informações contidas na comunicação, entende-se que, o terreno doado ficava situado na zona rural, entre as municipalidades de Jaboticabal e Ribeirão Preto. “Os prédios e terrenos referidos ficam a três quilômetros da cidade de Jaboticabal, pouco além do Patronato Agrícola “José Bonifácio”, na estrada de rodagem estadual que vae ao porto da Barrinha e de onde, por uma ponte, pouco construída, se demanda a cidade de Ribeirão Preto” (Noticias..., 1931, p. [5]).

Nesse ofício endereçado ao Diretor Geral do ensino do estado, o Prefeito, ainda ressalta que, não somente doaria o terreno, iria, se necessário, realizar as adaptações fundamentais para a instalação da normal rural em Jaboticabal. “E, assim, desde já se prontifica a iniciar as providências que se tornarem precisas para que em Jaboticabal seja criada uma Escola Normal Rural” (Noticias..., 1931, p. [5]). O prefeito do município de Jaboticabal, ainda teve o cuidado de enviar um dossiê com fotos dos prédios doados, as plantas arquitetônicas e um memorial. Sud Mennucci, diretor-geral do ensino, agradeceu a iniciativa do prefeito e respondeu que se dedicaria ao estudo do caso, para a instalação de uma normal rural nos prédios doados em Jaboticabal.

Contudo, não se efetivou a iniciativa do município de Jaboticabal. No ano de 1944, as autoridades políticas do município novamente solicitaram a criação de uma normal rural em seu território. Segundo o texto jornalístico, de 8 de junho de 1944, publicado na *Folha da Manhã*, noticiou-se a posse do novo prefeito, Milton de Mattos Braga, nomeado por decreto e assinado pelo interventor estadual Fernando Costa. O novo prefeito declarou para a *Folha da Manhã*, que estava ciente de todos os problemas municipais e destacou o desmembramento dos municípios do norte do estado de São Paulo; pontuou o esgotamento econômico sofrido pelo município com essa ação e segundo o prefeito – “[...] numa cidade que, pródiga, não cuidou de enriquecer-se em tempos áureos” (Realizada..., 1944, p.10).

Mas, o prefeito destacou também o movimento que estava ocorrendo no município para obter uma ENR. Conforme noticiado, foi o prof. Celino Pimental, diretor do Colégio Estadual, quem moveu a ação juntamente ao Governo Estadual para a obtenção da escola rural. Como propaganda do município, o novo prefeito evidenciou a existência de uma rede de ensino sólida e promissora de Jaboticabal – o Colégio Estadual, a Escola Prática de Agricultura “José Bonifácio”, o Colégio “Santo André”, estabelecimento feminino de ensino secundário e profissional-normal - como também, mencionou a recém-criação do Clube do Professor, iniciativa de Elias J. Ferrari, delegado Regional de Ensino. Na inauguração do referido clube, foi convidado para a solenidade o prof. Sud Mennucci e realizou uma palestra. Entretanto,

mesmo com os esforços para a obtenção do estabelecimento de ensino rural, Jaboticabal não teve, segundo as fontes analisadas, nenhuma escola normal rural.

Outro município do interior paulista a pleitear uma escola normal rural foi Botucatu. No ano de 1949⁶⁵, o jornal *O Estado de S. Paulo*, noticiou três reportagens sobre a criação de uma escola normal rural no município. Primeiramente, em 20 de abril, noticiou que os deputados estaduais Cunha Bueno e Rubens do Amaral, enviaram uma indicação à Mesa da Assembleia Legislativa do estado de São Paulo, para solicitar a criação de uma normal rural para o município de Botucatu, com a justificativa de que o governo federal já possuía uma Fazenda Experimental no município, a Fazenda Lageado⁶⁶, servida de água encanada e luz elétrica, facilitando a instalação do aludido estabelecimento de ensino, sem maiores ônus para o governo federal (NA Assembléa..., 1949, p.8).

Considerando que é projeto do governo federal instalar no País, por intermédio do Ministério da Educação, inúmeras escolas normais do tipo rural: considerando que dentre outras cidades do Estado de S. Paulo que estariam, pelo seu atual desenvolvimento, em condições satisfatórias para receber e bem usufruir com valioso melhoramento publico, conta-se a de Botucatu, sede de um dos mais progressistas e populosos municípios da zona Sorocabana [...] (NA Assembléa..., 1949, p.8).

A solicitação feita pelos deputados estaduais referia-se à criação de normais rurais pelo governo federal. Entre os anos de 1946 e 1951, esteve à frente do Governo Federal o General Eurico Gaspar Dutra, com um projeto de governo de incentivo à educação rural e de expansão de formação de professores rurais. Em 1947, em seu primeiro ano de governo, Gaspar Dutra enviou uma mensagem ao Congresso Nacional sobre a educação no país, para demonstrar os problemas educacionais, pois considerava que a educação estava ligada diretamente ao êxito da democracia. Nessa mensagem, tratou-se sobre todos os níveis da educação do país, evidenciando no ensino primário a necessidade de um número de escolas primárias para atender a demanda de crianças em idade escolar, 7 a 11 anos, que estavam fora da escola e contribuía para o elevado analfabetismo existente no Brasil.

Nota-se, conforme a análise e leitura das mensagens enviadas por Gaspar Dutra ao Congresso Nacional, durante a sua gestão governamental, que a educação rural era um dos focos de seu governo. No ano de 1947, o governo federal planejava a criação de 1.200 novas

⁶⁵ Em 13 de maio de 1949, *O Estado de S. Paulo*, noticiou que não mais seria instalada uma escola normal rural em Botucatu, porém, o texto não está nítido, dificultando a leitura. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19490513-22695-nac-0009-999-9-not/busca/Normal+Rural> Acesso em: 12.fev.2022.

⁶⁶ Atualmente a Fazenda Lageado é o Museu do Café de Botucatu, pertencendo à Faculdade de Ciências Agrônômicas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Unesp. Para maiores informações sobre a instituição, acessar: <https://www.fca.unesp.br/#!/instituicao/fazendas/principal/fazenda-lageado/>

escolas primárias na zona rural, sendo que, algumas já estavam em construção e outras em processo de finalização (Brasil, 1987). No ano seguinte, 1948, os dados apresentavam a seguinte informação – planejava-se a construção de 2.270 prédios escolares rurais e o programa de construção escolar já havia conseguido finalizar mais de 500 prédios escolares e mais de 1.000 estavam em fase adiantada de construção (Brasil, 1987).

No entanto, os prédios escolares para a zona rural deveriam ser o mais econômico e seriam distribuídos equitativamente entre as unidades da Federação, mediante acordos bilaterais (Brasil, 1987). Entende-se que, não haveria um estudo para analisar a real necessidade de escolas rurais nas diferentes unidades federativas do país, visto que, existia e ainda existe, uma diferença muito grande entre os estados. Esse processo geraria uma discrepância entre os estados, pois, em alguns casos, receberiam verba para a construção de escolas em localidades que já eram beneficiadas com um número considerável de unidades escolares, enquanto outras localidades, poderia nem receber esse benefício.

Ainda sobre os prédios escolares para o ensino primário rural, o governo do General Gaspar Dutra se enaltecia de ter construído prédios de alvenaria. Segundo informações da mensagem de 1950, essas escolas rurais, mesmo sendo padronizadas, obedeciam às condições climáticas em que estava alocada e ofereciam residência ao professor, “dotadas de recursos modernos, em contato com os quais o aluno rural se familiariza com uma casa confortável, diferente de sua choupana” (Brasil, 1987, p.187).

No ensino normal, o governo de Gaspar Dutra também objetivava ampliar a rede de escolas normais, principalmente as escolas que formariam professores para exercerem o magistério na zona rural. Compreende-se que havia uma consonância entre esses níveis de ensino, para que ocorresse a ampliação da rede de ensino primário rural, deveria ampliar-se também o número de professores primários rurais, que lecionariam nessas novas unidades escolares. Para isso, investir-se-ia na criação de 40 escolas normais rurais no território nacional.

Dispondo já no corrente ano de uma verba de 147 milhões e 800 mil cruzeiros, o plano do Governo Federal é de ampliar a sua ação para a construção de mais 2 mil escolas e estender sua ação supletiva também á criação de 40 escolas normais para a formação de professores rurais, integrados nas condições de vida e nos problemas específicos e imediatos das zonas em que se processará sua atividade docente. A falta de um professorado primário, recrutado entre as próprias populações rurais e preparado especialmente para enfrentar os problemas do meio, era, até hoje, uma das mais graves lacunas do nosso sistema escolar primário e uma das principais causas do analfabetismo que grossa em nosso meio rural (Brasil, 1987, p.159).

No que tange o ensino normal, a mensagem de Gaspar Dutra do ano de 1948, demonstrava existirem 388 escolas normais no Brasil e desses 80% (oitenta por cento)

provinham da iniciativa particular. O governo federal entendia que necessitava intervir nesse quesito e investir na criação de escolas normais e propunham que essas fossem específicas para a formação de professores rurais. Para suprir essas deficiências, efetiva-se largo plano de construção de escolas normais, para a formação de professores rurais. Já se acha prevista a construção de 40 dessas escolas, 30 das quais deveriam iniciar-se imediatamente (Brasil, 1987).

Essa mensagem presidencial demonstrou o investimento de criação de 40 unidades de escolas normais rurais em diferentes localidades do Brasil. Não especificava quais seriam os estados ou cidades contempladas com esse benefício para a formação de professores rurais, apenas mencionava que “a distribuição e a localização dessas escolas normais obedecem à prioridade das necessidades regionais” (Brasil, 1987, p.179). No ano de 1950, a mensagem de Gaspar Dutra afirmava que após longos anos de estudos, decidiu-se que levariam adiante a construção de escolas normais rurais e apontavam o número de 45 unidades, cinco a mais que registrado nas mensagens anteriores.

Desse modo, Botucatu, cotejou em ser um dos contemplados e solicitou a criação de uma normal rural em seu território, utilizando-se do discurso da existência de espaço apropriado para a instalação da escola, sem gastos para o governo federal, pois já possuía terreno disponível no município. Esse argumento favorecia Botucatu, pois a construção de prédios escolares era muito onerosa para o governo e ter terreno e construção própria para tal empreendimento, favorecia muito para ser uma das localidades escolhidas.

Em 15 de maio de 1949, o jornal *O Estado de S. Paulo*, em sua coluna, Notas e Informações, noticiava que o deputado estadual Cunha Bueno havia levado ao conhecimento da ALESP que o Ministro da Educação estava disposto em criar escolas normais rurais em diferentes localidades do território nacional, todavia, não se achava disposto em criar tal estabelecimento em território paulista, por duas justificativas – o governo do estado de São Paulo havia autorizado a criação de 53 escolas normais e isso não agradou os órgãos federais e por oferecer a instalação de escolas primárias rurais e o governo paulista não fez nada no sentido de efetivar a criação dessas unidades escolares.

O fato nos parece grave. É por intermédio do nosso Estado que o governo federal recolhe a maior parcela da chamada taxa de educação e saúde, e não se justifica, por tanto, de forma alguma, a pretendida exclusão de S. Paulo dos futuros beneficiários. Uma escola normal rural evidentemente não poderá suprimir do dia para a noite a enorme lacuna que se faz sentir nesse setor educacional, mas serviria para demonstrar a boa vontade dos órgãos federais e desfazer possíveis dúvidas e explorações. De resto, a escola normal rural serviria de exemplo e modelo às escolas que o governo do Estado pretendesse por ventura criar (Escolas..., 1949, p.3).

Estudos realizados por Leite (2018) apontam que os números de criação de escolas primárias localizadas em áreas rurais do estado de São Paulo estavam expandindo desde 1934. No ano de 1949, existiam 5.721 escolas primárias em localidades rurais e essas foram crescendo gradativamente até a década de 1970 e posteriormente a essa data, foi regredindo até o seu fechamento definitivo em 1989. Essas escolas que Cunha Bueno faz referência não dá para precisar exatamente se são do tipo isoladas rurais ou outro modelo vigente na época, mas, pode-se assegurar que houve sim um incentivo na expansão de escolas primárias em áreas rurais, o que, segundo Moraes (2014), pode-se afirmar que existiram outras iniciativas de escolas primárias ruralizadas, mas não em quantidade expressiva como as escolas isoladas rurais.

Cunha Bueno, ao discursar na Assembleia Legislativa (ALESP), mencionou indignado que o Ministério da Educação não tinha justificativas cabíveis para excluir São Paulo de ser beneficiado com uma escola normal rural e que o próprio órgão governamental da União “deixava a desejar” na criação e manutenção de ginásios, colégios e escolas superiores, sendo possível contar nos dedos quais eram essas instituições que estavam na responsabilidade do Ministério da Educação, afirmando que a preocupação principal era multiplicar “[...] departamentos, divisões, secções, serviços, museus, revistas, radio e cinema educativo etc” (Escolas..., 1949, p.3).

Vai-se precisamente no que não é urgente: cria-se uma imensa burocracia destinando-lhe verbas que melhor fim teriam se fossem aplicadas na criação de escolas de todos os graus. O resultado é que o Ministério da Educação se transformou numa curiosa burocracia. De um lado “técnicos” que estão sempre prontos a introduzir no nosso sistema educacional as ultimas novidades doutrinarias, e, do outro, um funcionalismo numeroso, que seria perfeitamente inútil, se, apesar de todos os defeitos, não representasse ainda o único freio às irregularidades que se verificam no ensino médio e superior. Não há motivos, portanto, para surpresa. Se em matéria de iniciativas não se pode elogiar os administradores federais, porque fazem muito pouco ou nada fazem, o mesmo pode dizer-se da falta de orientação em que vivem as nossas escolas. Uma escola normal rural em São Paulo seria certamente um convite à administração estadual para que cuide com carinho dessa importante modalidade de ensino; seria um esforço da “orientação” a indicar o rumo a ser seguido. Não pensa da mesma forma, entretanto, o ministério da educação, pois julga, talvez, que São Paulo pode perfeitamente realizar sozinho a tarefa. E prefere auxiliar os Estados que mais necessitam, no que, alias, não andou inteiramente errado. É tempo de corrigir o mal. Ainda é tempo do governo federal voltar atrás e de nos dar uma escola que sirva de modelo a uma politica de ensino rural inteligente e na altura de nossas necessidades (Escolas..., 1949, p.3).

Na Câmara Municipal de Botucatu, o vereador Emilio Peduti, apresentou uma indicação para a oficialização do pedido dos deputados estaduais Cunha Bueno e Rubens do Amaral, por indicarem o município de Botucatu para ser contemplada com uma escola normal

rural. O líder da bancada udenista, Rafael de Moura Campos, mencionou que o Diretório da União Democrática Nacional (UDN) de Botucatu, havia se dirigido aos deputados federais Levy e Aureliano Leite, solicitando que ambos patrocinassem a causa botucatuense para a criação da normal rural.

No mês de maio do mesmo ano, o jornal *O Estado de S. Paulo*, noticiou alguns temas discutidos na Assembleia Legislativa Estadual (ALESP) e dentre eles a prometida instalação de uma escola normal rural em Botucatu. A iniciativa partiu do Cunha Bueno, deputado estadual que informou ter recebido uma notícia lastimável. Um alto funcionário do Ministério da Educação, havia lhe informado que o Governo da República não tinha pretensões de instalar no estado de São Paulo nenhum estabelecimento para formação de professores rurais. Para Cunha Bueno, “[...] essa situação significava, sem dúvida, um tratamento injusto para S. Paulo” (NA Assembléia..., 1949, [s/n]). Ainda no texto jornalístico, há a menção de que o fato teve uma grande repercussão na imprensa, gerando uma declaração do deputado federal Aureliano Leite, que declarou ter conversado com o ministro Clemente Mariani e obtido uma promessa formal de que Botucatu seria dotada de uma das escolas normais recentemente criadas pelo Ministério da Educação (NA Assembléia..., 1949, [s/n]).

Ao entrar na década de 1950, Botucatu ainda continuava a lutar pela instalação de uma escola normal rural. Em 19 de agosto de 1950, o jornal *O Estado de S. Paulo* noticiou que ela fora a única cidade paulista escolhida para receber uma escola normal rural com recursos do governo federal. Neste processo de solicitação de um novo modelo de formação de professores para as áreas rurais, é perceptível um envolvimento político, pois as solicitações foram feitas por diferentes deputados e até mesmo pelo partido da U.D.N, representada por Rafael de Moura Campos, presidente do diretório local do partido.

O papel da U.D.N foi tentar um acordo para a efetivação da instalação da normal rural em Botucatu com o Ministério da Educação, porém, como noticiado, várias outras cidades estavam pleiteando este modelo de escola e a U.D.N. local sempre que possível tentava assegurar a escolha pelo município de Botucatu. No dia 28 de outubro de 1950, foi publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* uma nova reportagem sobre a instalação da escola normal rural de Botucatu. Nesta reportagem, consta que o deputado Aureliano Leite, novamente havia se encontrado com as autoridades competentes do governo federal e enviou a U.D.N. local um telegrama, para acalmar os ânimos e confirmar que as notícias sobre a criação de uma escola normal em outras cidades paulistas sem ser o município de Botucatu, era apenas jogo político. “Informo ao diretório que a Escola Normal Rural terá por sede Botucatu. Tudo o que se disser em contrário é pura demagogia eleitoral” (A Propósito..., 1950, p.4).

Neste mesmo período, final da década de 1940, o município de Tietê, também tentou conseguir a criação de uma escola normal rural. Utilizando-se das informações referentes a criação de normais rurais pelo Ministério da Educação, noticiadas pela imprensa, o município de Tietê encaminhou uma solicitação⁶⁷ ao Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, para pleitear uma das escolas normais rurais que seriam distribuídas e instaladas em diferentes partes do país. Nesse dossiê, valendo-se das estatísticas e das descrições ecológicas do município, defendia-se ser um local adequado para receber uma escola normal rural.

Dentre os municípios paulistas, é talvez o de Tietê aquele em que mais retalhada se acha a terra, pois tem propriedades agrícolas que somam 1.250, e poucas há, entre tais propriedades, cuja área exceda duzentos alqueires, tendo a grande maioria delas área inferior a cinquenta alqueires. Nessas propriedades, vive uma população de pequenos sitiantes, de origem italiana na sua maioria, mas bons brasileiros todos, amantes de sua terra e prós á gleba que formaram com seu trabalho, representando mais de 75% da população do município. É gente inclinada para a vida rural, mas que a falta de uma orientação educacional condizente com o meio rural ameaça afastar, muita vez com violência às suas tendências reais, para as atividades urbanas, com resultados desastroso, sob todos os pontos de vista, acarretando o despovoamento do campo e privando-o de precioso elemento de ordem e de trabalho (Tietê, 1949, p.2).

Segundo o dossiê, a cidade de Tietê era um prolongamento da zona rural, pois as famílias que ali viviam não eram corrompidas por uma mentalidade urbana, sobreviviam de atividades relacionadas ao plantio, criação e produções das riquezas que a terra fornece, configurando um município essencialmente agrícola, conforme características apresentadas por Neme (2010). Em uma descrição quantitativa, Tietê era descrita como um município pequeno, às margens do Rio Tietê e com uma população, em 1949, de 7.000 habitantes na zona urbana e 25.000 habitantes na zona rural.

Entre os requisitos que os tietenses descreveram como inquestionáveis e favoráveis para abrigar uma escola normal rural estavam alguns estabelecimentos auxiliares de agricultura, como a Estação de policultura, o Posto experimental de fumo e a Casa da lavoura, estabelecimentos mantidos pelo governo estadual, que realizavam experiências e estudos com diferentes culturas e prestavam assistência aos lavradores do município e de outras localidades próximas.

Ao longo do dossiê são apresentados outros pontos e características do município de Tietê, como aspectos relacionados à higiene, assistência social, educação, habitações,

67

Disponível

em:

[ra-t-2/9/4/2/94226ec76cb4def1d4623fea5988e80e80f376ac0e9938f65ddc6344ffd88e28/CODI_m035p05_Solicitacao_ParaOPresidenteDaRepublicaFeitaPeloPovoDeTieteParaCriacaoDeUmaEscolaRuralSaoPaulo_1949.pdf](https://arquivos.arquivo.org/2/9/4/2/94226ec76cb4def1d4623fea5988e80e80f376ac0e9938f65ddc6344ffd88e28/CODI_m035p05_Solicitacao_ParaOPresidenteDaRepublicaFeitaPeloPovoDeTieteParaCriacaoDeUmaEscolaRuralSaoPaulo_1949.pdf) Acesso em: 17.mar.2023.

comunicação, telégrafos e o clima. Salienta-se aqui os aspectos educacionais. O município de Tietê tinha um Grupo Escolar na época, com matrícula de 900 alunos, uma Escola Normal Oficial e uma Escola de Aplicação anexa a escola normal, um Ginásio Estadual, com matrícula de 600 alunos, um Colégio Estadual, um Curso Preparatório, para exames de madureza e Cursos de Alfabetização de Adultos, em várias escolas (Tietê, 1949, p.5).

O governo municipal em conjunto com diferentes setores da sociedade tietense, professores, bancários, comerciantes, farmacêuticos, entre outros, assinaram esse dossiê e doaram um terreno para a construção da escola normal rural.

[...] crie o Governo Federal, neste recante bem brasileiro de São Paulo, uma escola normal rural, que será uma casa de trabalho e de civismo, guardiã das nossas tão nobres tradições, onde se pratique ruralismo empreendedor e proveitoso, e ao ensino de atividades materialmente remuneradoras e se substitua o serviço à Pátria, através de Trabalho e de Saber, mais proveitoso para a comunidade nacional, e mais durável, também.
Não pouparão esforços para conseguí-lo e desde já podem oferecer, como penhor de sua boa vontade, um terreno, esplendidamente situado, com área de doze alqueires, que a Prefeitura de Tietê, em nome do povo, doará para instalação da Escola Normal Rural de Tietê (Tietê, 1949, p.7).

Compreende-se que com as notícias e a campanha do Governo Federal para a criação de escolas normais rurais em diferentes territórios do país, muitas cidades de diferentes localidades do Brasil devem ter enviado solicitações com pedidos de criação desse tipo de escola, mas, como Tietê, nem todas foram contempladas. As iniciativas de criação de ENR encontradas nas fontes pesquisadas, não se localizou vestígios de funcionamento.

Em 1952, a *Folha da Manhã* noticiou um convênio firmado pelo governo do Estado e pelo governo da União da criação de uma **Escola Normal Rural Interamericana**, anexa à Escola Prática de Agricultura “Fernando Costa”, em Pirassununga. As informações foram declaradas por um diretor do Departamento de Ensino da Unesco, que relatou a função da escola. Essa escola normal rural funcionaria como um centro de estudos pedagógicos ruralistas na qual poderia ingressar alunos de qualquer localidade de países da América, desde que já fossem professores normalistas formados. Nessa escola ocorreriam conferências e palestras sobre o ensino rural.

No acervo do *online* do INEP, localizou-se uma publicação intitulada *Conferências Interamericanas de Educação*, publicada no ano de 1965, apresenta um histórico dessas conferências ao longo do período de 1943 a 1963. Segundo a publicação do INEP, após a segunda grande guerra, ocorreram várias reuniões interamericanas com o objetivo de procurar soluções para os problemas educacionais na América Latina (BRASIL, 1965, p.VII). Três foram conferências sobre educação (Panamá, 1943; Lima, 1956; e Bogotá, 1963) e duas

versaram sobre educação e desenvolvimento econômico e social (Punta del Este, 1961; e Santiago, 1962) (BRASIL, 1965, p. VII). Dados sobre a Escola Normal Rural Interamericana foram encontrados na segunda reunião interamericana de ministros da educação, ocorrida em Lima, no período de 3 a 9 de maio de 1956, posterior à notícia publicada pela *Folha da Manhã*.

Nessa reunião em Lima aprovaram-se algumas resoluções sobre a educação na América Latina, destacando-se a necessidade de uma formação específica para o magistério na zona rural, pois no campo havia a maior escassez de docente, por isso a recomendação aos governos dos Estados-membros de diretrizes para aprimorar o magistério primário, urbano e rural.

1. Que no planejamento integral da educação procurem o incremento e a melhora dos centros de formação do pessoal docente.
2. Que dêem atenção especial às escolas normais superiores, faculdades de pedagogia e demais institutos onde se prepare o pessoal docente e de direção de escolas normais.
3. Que adotam as medidas destinadas a elevar o nível profissional do magistério.
4. Que garantam condições satisfatórias relativamente à estabilidade, remuneração, consideração social e às oportunidades de aperfeiçoamento e de promoção.
5. Que equiparem o nível de preparação e as condições profissionais dos professores rurais e urbanos.
6. Que estabeleçam um sistema de compensação para estimular o exercício da docência em zonas rurais.
7. Que façam a revisão do plano de formação de professores para conseguir a distribuição adequada dos centros normais, para fomentar a criação dos centros necessários e para estimular a vocação para o magistério.
8. Que assegurem o exercício da docência aos professores que tenham recebido a preparação profissional.
9. Que intensifiquem as atividades relacionadas com o aperfeiçoamento profissional dos professores em exercício.
10. Que procurem celebrar Seminários nacionais e internacionais sobre a formação do professorado (BRASIL, 1965, p.49-50).

Na reunião discutiu-se o magistério primário urbano e rural e um plano de ação para intensificar a educação fundamental nas zonas rurais, melhorando e impulsionando as condições econômicas, culturais e sociais de comunidades rurais em toda a América Latina. Dentre as resoluções pensadas, considerou-se que havia necessidades fundamentais para a formação de pessoal docente e de direção para as escolas normais rurais, estabeleceu-se a criação da Escola Normal Rural Interamericana, com sede em Rubio, na Venezuela, como parte do Programa de Cooperação Técnica da Organização dos Estados Americanos (Brasil, 1965). Consta apenas a informação que o período do programa de cooperação terminaria em dezembro de 1957 e solicitava-se a extensão para mais dois anos, no mínimo.

Mirassol, cidade da região de São José do Rio Preto, também demonstrou interesse em instalar uma escola normal rural. Segundo a notícia de 06 de junho de 1953, pretendia-se

transformar a Escola Normal de Mirassol em Escola Normal Rural de Mirassol. Dentre as justificativas estava que o município era essencialmente agrícola e localizado, igualmente em uma vasta zona agrícola (A Passagem..., 1953, p.8).

Os municípios paulistas que pleitearam a criação de uma escola normal rural fizeram por diferentes formas, seja na esfera estadual ou na esfera federal. A justificativa para a criação das escolas recaía na existência de áreas e/ou imóveis com características rurais, definindo que esse seria um requisito importante para ser contemplado com a criação da escola. Outro ponto interessante era a definição que todos os municípios pleiteadores de uma normal rural traziam para si, ser um município essencialmente agrícola. Essas iniciativas partiram de municipalidades paulistas, mas encontrou-se também na análise das fontes selecionadas para esta pesquisa a referência de uma instituição que teve um papel fundamental na educação paulista, a Bandeira Paulista de Alfabetização.

2.2.1 Iniciativas de criação de Escolas Normais Rurais pela Bandeira Paulista de Alfabetização

No ano de 1942, os jornais *O Estado de S. Paulo* e a *Folha da Manhã*, noticiavam a iniciativa de Chiquinha Rodrigues, presidente da Bandeira Paulista de Alfabetização⁶⁸ e sob o patrocínio de altas autoridades do país (1ª Escola..., 1942, p.4), a iniciativa de instalação de uma escola normal rural nas proximidades da Capital paulista, sem especificar exatamente a localização da escola. Segundo a *Folha da Manhã*, o plano seria divulgado pela ruralista em sua residência e a imprensa paulistana estava convidada para ouvir o seu pronunciamento.

A senhora Chiquinha Rodrigues, presidente da Bandeira Paulista de Alfabetização, cuja campanha em prol do ensino tem sido das mais eficientes, oferece hoje em sua residência um almoço à imprensa, e aproveitará o ensejo para comunicar o plano da primeira Escola Normal Rural a ser criada em S. Paulo. Os respectivos planos já se acham prontos, devendo a pedra fundamental do edifício ser lançada dentro em breve, com a presença de altas autoridades federais e estaduais (Plano..., 1942, p.2).

Francisca Pereira Rodrigues, era educadora formada pela Escola Normal de Itapetininga, participou ativamente da Revolução de 1932 e foi deputada estadual em São Paulo de julho de 1935 a dezembro de 1937 e eleita prefeita da cidade de Tatuí, em 1945. Segundo Reis (2006) ela fundou a Bandeira Paulista de Alfabetização no ano de 1933, com o objetivo

⁶⁸ Decreto nº. 23.504, de 27 de novembro de 1933, considerou a Bandeira Paulista de Alfabetização como utilidade pública. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=23504&ano=1933&ato=2110TVE9ENJpXT33a> Acesso em: 11.fev.2024.

de reduzir o analfabetismo, que era muito alto na época, principalmente na zona rural. Chiquinha Rodrigues presidiu a B.P.A até o ano de 1963. Ela também fundou a Sociedade “Luiz Pereira Barreto” e foi organizadora de muitos eventos ruralistas.

Depois da Revolução, Chiquinha Rodrigues, como era conhecida, continuou seu engajamento político. Defensora do ensino rural, em 1933 fundou a Bandeira Paulista de Alfabetização, entidade à qual se dedicaria por toda a vida, que criou 2.849 escolas primárias, cinco escolas profissionais, clubes agrícolas no interior de São Paulo e 85 hortos florestais, além de distribuir livros e sementes de hortaliças nas escolas rurais. A Bandeira Paulista de Alfabetização foi considerada entidade de utilidade pública por decreto do governo federal (Acervo histórico, 2016, p.7).

Figura 4 - Chiquinha Rodrigues, 1966



Chiquinha Rodrigues, em setembro de 1966, em sessão em que receberia o título de Educadora Emérita na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

Fonte: Revista do Acervo Histórico da ALESP, 2016, p.9⁶⁹

A distribuição de livros e sementes era uma prática muito realizada pela entidade. No ano de 1937, Chiquinha Rodrigues enviou um ofício⁷⁰ à Assembleia Constituinte do estado de São Paulo, convidando-os para visitarem o escritório central da B.P.A, na data do quarto aniversário da instituição, para que tomassem conhecimento dos trabalhos ali realizados. Na data do quarto aniversário da B.P.A, seria distribuído pelas escolas rurais, pelos grupos escolares e pelas escolas normais do estado de São Paulo, alguns materiais educativos, como

⁶⁹ Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/24048_arquivo.pdf Acesso em: 28.abr.2023.

⁷⁰ Ofício enviado à Assembleia Constituinte do estado de São Paulo, pertencente ao arquivo histórico da Alesp. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorioAH/Acervo/Alesp/Republica/AL_410/0019_1937.pdf Acesso em: 28.abr.2023

livros para leituras suplementares, sementes de hortaliças e circulares sobre alimentação e higiene. Dentre essas iniciativas estava também a criação de escolas normais rurais.

Ao analisar as fontes selecionadas para o desenvolvimento desta pesquisa, são recorrentes as tentativas de Chiquinho Rodrigues para a criação de escolas normais rurais no estado de São Paulo. Como observado, ela foi uma grande entusiasta pela educação rural, participou do movimento pela ruralização do ensino e esteve presente à diversas conferências e congressos sobre o tema, principalmente ao lado de Sud Mennucci. Na Assembleia Legislativa, Chiquinha Rodrigues se pronunciou sobre o I Congresso Brasileiro de Educação Rural, ocorrido em 1937, e ressaltou que se pedia na realização desse congresso a criação de uma escola normal rural para especializar o professor e propiciar para o habitante da zona rural hábitos de saúde, para poder trabalhar e realizar um trabalho bem orientado, recebendo retribuição digna pelo trabalho executado.

Entre as iniciativas realizadas pela educadora, a criação de uma escola normal rural na Capital paulista foi apresentada em diferentes jornais do estado. O jornal *O Estado de S. Paulo* publicou em julho de 1942 uma declaração que Chiquinha Rodrigues fez a Agência Nacional e descreveu como seria a escola normal rural idealizada pela Bandeira Paulista de Alfabetização, iniciando pela descrição do programa de ensino.

O nosso estabelecimento de ensino foge quase que inteiramente às normas de nossas escolas destinadas à formação de professores – disse de início a entrevista – embora as matérias a serem estudadas sejam idênticas, como não poderiam deixar de ser. Português, matemática, geografia e história pátria, ciências físicas e naturais, desenho e música, trabalhos manuais e ginástica, são as principais cadeiras. Ao lado dessas disciplinas, haverá a educação moral e cívica, higiene, puericultura e socorros de urgência, sendo esta última, de grande interesse no momento. E, depois, para justificar o nome da escola, serão ainda ministrados ensinamentos sobre as atividades peculiares ao campo, assim como noções de horticultura, indústrias rurais, noções de agricultura e criação geral. Naturalmente que, ao lado de todos esses ensinamentos, terão as alunas um programa completo de pedagogia e prática de ensino, indispensável à formação de mestres, capazes de ensinar com autoridade e conhecimento (1ª Escola..., 1942, p.4).

A normal rural idealizada pela B.P.A, se colocava como uma escola inteiramente gratuita, exclusivamente para moças e sob o regime de internato, isto é, as alunas estudariam e teriam a escola como a sua residência ao longo do seu processo de formação. Todavia, mesmo considerando a escola como gratuita, Chiquinha Rodrigues menciona, no texto jornalístico, que as internas teriam que pagar uma mensalidade de apenas 180\$⁷¹, correspondente à pensão das

⁷¹ Atualmente este valor corresponde a R\$0,07.

alunas, destacando que esse valor era ilusório. É uma escola diferente, original pelo seu fim, e pelo preço estipulado, das mais acessíveis ao público (1ª Escola..., 1942, p.4).

Sobre as altas autoridades que apoiavam esse efeito pela presidente da B.P.A, elencou-se o sr. Presidente da República, Getúlio Vargas, os ministros da educação e da guerra, o sr. Fernando Costa, governador do estado de São Paulo e ela ainda esperava receber a presença do general Eurico Gaspar Dutra, que foi ministro da guerra no governo Vargas e em 1946, ascendeu ao cargo de Presidente da República do Brasil e declarava-se como um apoiar da educação rural. Chiquinha Rodrigues não conseguiu efetivar o seu projeto, mas não desistiu das causas rurais e nem da formação específica para o magistério primário rural.

Na sessão da Assembleia Legislativa de São Paulo, de 21 de abril de 1950, lançou o projeto de lei n. 442, que previa a incorporação de uma disciplina denominada “Problemas Brasileiros” no programa de ensino das escolas normais do estado de São Paulo, justificando que deveria ser criada ainda uma Escola Normal Rural para formar adequadamente o professor primário ou acrescentaria ao programa de ensino uma disciplina “proporcionando aos mestres-escolas de hoje, elementos ajustados para uma doutrinação oportuna, acerca das questões econômicas do país[...]” (Projeto... 1950, p.8). Para Chiquinha Rodrigues, essa disciplina não alteraria a organização das escolas normais, contudo, contribuiria para uma visão completa do panorama nacional. Ao buscar informações nos estudos de Almeida (2016) sobre os currículos das escolas normais da década de 1950, não foi possível localizar nenhuma disciplina com a denominação proposta pela presidente da B.P.A, considerando que, sua proposta não foi efetivada.

A Bandeira Paulista de Alfabetização em conjunto com a Federação das Associações de Reposição Florestal do estado de São Paulo (FARESP), tentaram efetivar a criação de uma escola normal rural no município de Bauru, na região mais a oeste do estado de São Paulo. Essa tentativa foi noticiada no jornal *Folha da Manhã* em 05 de abril de 1953, relatando que a FARESP enviou no final de março um ofício ao sr. Lucas Nogueira Garcez, governador do Estado, declarando apoio às iniciativas da B.P.A e solicitando que a primeira escola normal rural deveria ser instalada na em Bauru “grande centro ferroviário, onde poderá, com mais proveito, irradiar a sua ação” (Criação..., 1953, p.7).

A Bandeira Paulista de Alfabetização vem pleiteando com insistência a criação de escolas normais rurais, estabelecimentos especializados que se destinam a preparar professores que tenham de lecionar no nosso “hinterland” e às quais se tornam indispensáveis certos conhecimentos e certa adaptação que lhes possibilite desempenharem com eficiência seus misteres (Criação..., 1953, p.7).

Em 1955, o jornal *O Estado de S. Paulo* noticiou novamente a tentativa da Bandeira Paulista de Alfabetização, presidida pela educadora Chiquinha Rodrigues, de criação de uma escola normal rural no estado de São Paulo. Segundo a notícia, no dia 13 de setembro de 1955, o professor Candido Mota Filho, ministro da Educação e Cultura, assinou um termo de cessão (transferência) de imóvel, localizado em São Paulo, à Bandeira Paulista de Alfabetização, como o objetivo de instalação de uma escola normal rural. O documento obedecia a disposição dos artigos 125 e 126 do Decreto-Lei nº. 9.765, de 5 de setembro de 1946, isto é, a Lei-Orgânica do Ensino Normal, para regulamentar as condições que foram estabelecidas em sete cláusulas do acordo.

As cláusulas previam como seria cedido o imóvel à distinta instituição e como essa deveria proceder na organização da instalação da escola. O imóvel estava situado na Freguesia do Ó, município de São Paulo, na localização denominada sítio Buracão. O imóvel constava de uma área de 189.412 m² e a B.P.A deveria organizar a escola normal rural conforme os moldes estabelecidos pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), que apresentaria um planejamento par execução e administração das obras a serem realizadas. A doação era a título precário e gratuito e todas as modificações ocorridas no imóvel passariam ao domínio automaticamente da União, sendo que, no prazo de seis meses o imóvel não fosse utilizado, perderia o efeito da transferência.

Após alguns meses, em janeiro de 1956, *O Estado de S. Paulo* noticiou que a sra. d. Francisca Rodrigues seria recebida em audiência pelo presidente da República, Nereu de Oliveira Ramos, para tratar sobre a criação de uma escola normal rural em São Paulo. Nesse mesmo período, o Diretor Geral do Departamento de Educação do Estado, Sólon Borges dos Reis, assinava uma portaria criando uma comissão de estudos para a instalação da Escola Normal Rural de Piracicaba, concomitante duas iniciativas de implementação de escola normal rural em São Paulo, uma em Bauru, com a B.P.A e outra em Piracicaba. Em junho de 1956, o tribunal de contas da federação determinou o pagamento de Cr\$ 1.000.000,00 (mil cruzeiros)⁷² à Bandeira Paulista de Alfabetização para as despesas com a construção da Escola Normal Rural de Bauru.

Ao analisar os textos jornalísticos do ano de 1956, observa-se que foi noticiado diferentes notícias sobre criação e implementação de escolas normais rurais no estado de São Paulo. Alguns textos jornalísticos noticiavam o lançamento da pedra fundamental da escola normal rural de São Paulo, no sítio Buracão, no quilometro 24 da rodovia Anhanguera

⁷² Valor corresponde à moeda vigente no Brasil: R\$ 363,64.

(Escola..., 1956, p.22), com a presença do sr. Ministro da Educação, Clovis Salgado e o sr. Anísio Teixeira, diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Outros noticiavam o pagamento de despesas para a construção de uma normal rural em Bauru e ainda havia as notícias da criação e estudos da comissão de instalação da normal rural de Piracicaba. Contudo, conforme o Decreto Estadual n. 25.781, de 27 de abril de 1956 e os textos jornalísticos dos jornais estaduais e municipais, a escola a existir de fato foi a Escola Normal Rural de Piracicaba.

Em relação à Bandeira Paulista de Alfabetização, pode-se concluir que, entre as suas diversas iniciativas, a que chegou mais perto de ser efetivada foi a construção de uma escola normal rural no município da Capital paulista, na Freguesia do Ó, no sítio Buracão, no quilometro 34 da Via Anhanguera (em outro texto jornalístico aparece quilometro 24). Essa unidade escolar recebeu o nome de Escola Normal Rural “Esperança” e foi a primeira a funcionar no estado de São Paulo em prédio próprio, haja vista que, a Escola Normal Rural de Piracicaba, transitava em dois prédios, uma para as atividades teóricas e outros para as atividades práticas e dividia com outras instituições escolares.

A construção desta Escola, a primeira deste tipo a funcionar em predio proprio no Estado de São Paulo, é consequencia do acordo existente entre o Ministerio da Educação e a Bandeira Paulista de Alfabetização, e assinado pelo sr. dr, Candido Mota Filho, então titular daquela pasta, e a educadora Francisca Pereira Rodrigues, presidente da Bandeira Paulista de Alfabetização.

As obras já atingiram a terça parte do plano geral da construção, pois estão prontas para o funcionamento imediato quatro salas de aula, instalações sanitarias e três residencias, sendo uma para o casal de professores e duas para camaradas.

Os trabalhos já custaram seiscentos e trinta mil cruzeiros, dos quais sem mil doados pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e o restante da Bandeira.

O plano de construção, as plantas e seus detalhes obedecem aos estudos feitos pelo INEP.

A Escola Normal Rural “Esperança” funcionará nos mesmos moldes da de Piracicaba. A Bandeira cogita de por em funcionamento a sua Escola em princípios de 1957” (Escola..., 1956, p.8).

No 24º aniversário da Bandeira Paulista de Alfabetização, no ano de 1957, o jornal OESP publicou um texto jornalístico sobre as comemorações que ocorreriam por causa do aniversário da instituição. Primeiramente apresentou um histórico da trajetória da B.P.A e todos os feitos educacionais da instituição. Cabe aqui, a transcrição desse histórico para a contemplação do envolvimento educacional da Bandeira Paulista de Alfabetização.

A sua primeira diretoria era composta dos srs. José de Alcantara Machado, sra. Francisca Pereira Rodrigues, Decio Ferraz Alvin e Erasmo Assunção Junior. Depois de um mês de atividade foram criadas pela Bandeira as primeiras seis escolas em Porto Feliz. A esta instituição se deve também a adoção generalizada de educandário mantidos pelas municipalidades. Cabe à

Bandeira de ter iniciado o movimento em prol da alfabetização, trabalho hoje constante do programa oficial do Ministério da Educação e Cultura.

O grande incremento dado ao ensino industrial no Estado foi obra da Bandeira, quer preconizando a sua municipalização, que incentivando sua divulgação no interior. Disso atestam as escolas de Tatuí, Limeira, São Bernado, Jaboticabal, Botucatu, Lins e outras. No caso das Escolas Industriais para Ferroviários a Bandeira cooperou com o falecido sr. Roberto Mange, quando esteve na Secretaria da Educação e Cristiano Altenfelder Silva. Ainda se deve à Bandeira, uma dezena de leis de interesse do ensino público, a distribuição de circulares entre professores e alunos, e a propaganda dos clubes agrícolas. Promoveu dois certames educativos: o Primeiro Congresso de Ensino Rural e o Congresso Interamericano de Educação de Base comemorando o IV centenário de S. Paulo. Dentre os mais curiosos aspectos da atividade da B.P.A destaca-se a correspondência com crianças de todo o país. Existem trinta e oito pastas, contendo milhares de cartas. A todas as crianças que lhe escrevem a Bandeira manda uma lembrança, isso desde 1936 (24º Aniversário..., 1957, p.13).

No programa comemorativo do 24º aniversário da Bandeira Paulista de Alfabetização, estava previsto para acontecer algumas cerimônias festivas, como palestras sobre os problemas brasileiros, aulas-conferências em escolas normais do estado de São Paulo, palestras no rádio e na televisão, a inauguração do arquivo da B.P.A, lançamento da pedra fundamental da Escola para Educação Integral da Mulher, no Ibirapuera e a venda de livros infantis. Mas, o que cabe destaque é a inauguração da Escola Primária da Escola Normal Rural “Esperança”, oferecendo um almoço ao ar livre para os convidados. Evidencia-se que a Escola Normal Rural “Esperança”, idealizada pela B.P.A existiu no estado de São Paulo, porém, as informações sobre essa instituição são mínimas e cabe uma investigação mais aprofundada.

Como examinado, a Bandeira Paulista de Alfabetização, foi uma instituição que pensou e colaborou com a educação rural no estado de São Paulo, as suas tentativas de efetivação de escolas normais rurais não se limitaram a apenas um município, mas a diferentes localidades paulistas (Capital, Bauru e Freguesia do Ó). Entretanto, os vestígios localizados da normal rural criada por Chiquinha Rodrigues, como presidente da B.P.A, não foram suficientes para afirmar que ela conseguiu instalar uma escola para formar professores rurais. Assim como o seu colega ruralista Sud Mennucci, Chiquinha Rodrigues tentou incansavelmente efetivar a ideia de seu companheiro defensor do ensino rural, criar uma escola normal rural em território paulista.

2.2.2 A defesa do jornal *Folha da Manhã*⁷³ pela existência de normais rurais no estado de São Paulo⁷⁴

A phrase “o Brasil é um paiz essencialmente agrícola”, á força de ser repetida, parece, perdeu, de toda sua significação. Hoje mais do que nunca, as populações ruraes abandonam a roça, rumando para os centros urbanos, seduzidas pela enganadora miragem de uma vida mais facil e mais alegre. Não poucos são os que, amargamente, se desilludem, padecendo miserias incriveis. O exodo rural deve ser enfrentado e já, decididamente, com providencias racionaes. Os palliativos de nada adiantam. E preciso procurar a causa do mal. Continuamos a institir, aqui, em tres pontos essenciais e que o Estado de São Paulo está em condições de enfrentar com êxito;

1 – a criação da Escola Normal Rural, para a formação do professor especializado, e posterior installação da escola-granja, com seu mestre escola de mentalidade rural;

2 – a installação de centros de saúde ruraes, com serviço ambulante e os necessarios cuidados em relação á hygiene rural;

3 – desenvolvimento do cooperativismo entra as populações das fazendas.

Temos, nesse programma, um ponto de partida da grande campanha, á qual a escola não deve ser estranha. Os professores esforçar-se-ão por incutir no espirito das crianças o amor á terra, acima de tudo, dando-lhes noções de agricultura e assim despertando, nesses espiritos em formação, o interesse pelas coisas da roça. E para realizar esse programma, não póde deixar o Departamento de Educação de mandar confeccionar cadernos illustrados, focalizando nossas principaes culturas, como o café, o algodão, a laranja, o cacau, o arroz, o milho, etc (RUMO..., 1939, grifo nosso, p.6).

O trecho escolhido como epígrafe desta subseção é extremamente ilustrativo da posição do movimento Ruralista no Brasil no século XX. O pensamento ruralista evidenciava, como Mendonça (1997) afirma, um movimento político, econômico e social em torno da questão agrária.

Dos jornais analisados para o desenvolvimento desta tese, a *Folha da Manhã*, pertencente ao grupo Folha, chamou a atenção pelo fato de localizar um número expressivo de textos jornalísticos sobre as escolas primárias rurais e a escola normal rural, objeto deste estudo, no estado de São Paulo.

Os primeiros tempos, como intitula Mota e Capelato (1981), iniciou o percurso histórico do atualmente grupo Folha. Em seus primórdios, ano de 1921, com a Folha da Noite e em 1925, com a Folha da Manhã, o grupo foi se constituindo, com oscilações na linha editorial do jornal. A sua primeira fase foi demarcada por uma visão urbana e fiscalista, circunscrita ao período,

⁷³ No período analisado para esta pesquisa, compunham o grupo Folha os jornais Folha da Manhã e Folha da Noite. Para a escrita da tese, analisa-se os textos jornalísticos da Folha da Manhã, pois foi nesse periódico que se localizou as informações sobre escolas normais rurais no estado de São Paulo.

⁷⁴ A escolha pela Folha da Manhã se deu pela propaganda realizada pelo jornal na criação de Escolas Normais Rurais em São Paulo e por identificar que, em um período de sua existência, o grupo se definia como Ruralistas. Porém, cabe ressaltar também que, existia a proximidade com o pensamento do Movimento pela Ruralização do Ensino, no entanto, não significava que eram aliados de Sud Mennucci. Muitos dos redatores que escreviam para o jornal utilizavam-se de pseudônimos.

conforme Mota e Capelato (1981). Neste momento, o país iniciava um forte movimento pela urbanização, instigada pela classe média, que estava em ascensão e ocupando as cidades. A cada troca dos empresários responsáveis pelo jornal, observa-se a mudança da linha editorial.

O jornal a *Folha da Manhã*, ao chegar em sua segunda fase, entre os anos de 1930 a 1945, comandado pelo grupo de Octaviano Alves de Lima, assumira um caráter marcadamente rural (Mota; Capelato, 1981). A publicação do jornal visava a classe dos lavradores, em especial os cafeicultores que representavam a maior parcela da classe dominante no período. O jornal falava aos “Fazendeiros e sitiantes do interior”, definindo-se como um órgão da lavoura (Mota; Capelato, 1981, p.64).

Segundo Mota e Capelato (1981), o momento histórico da segunda fase do jornal perpassa a Revolução de 1930, a ascensão de Vargas ao poder maior da República e a instauração do Estado Novo. Em 1930, com a Revolução, Octaviano Alves de Lima, pensava que ocorreria o mesmo fato de 13 de maio de 1888, isto é, se nesse período havia ocorrido a libertação dos escravos, em 1930, significaria a emancipação dos agricultores (Mota; Capelato, 1981). Octaviano Alves de Lima via na compra do jornal uma proposta de projeto jornalístico para promover a libertação da classe dos lavradores, porém, ao final do período a frente do periódico, externou o seu desencanto com esse setor social, que não compreendeu seus propósitos.

“O mundo das ilusões” de Octaviano não se esgotava nessa simples metáfora. Se, do ponto de vista social, seus esforços para transformar o jornal na expressão da consciência de classe dos cafeicultores encontravam dificuldades, do ponto de vista político suas frustrações não eram pequenas. A “Revolução de 1930” parecera a Alves de Lima o momento propício para a “libertação da nobre classe dos lavradores”, em que os agricultores deveriam desprezar “falsos preconceitos” e articular-se num novo projeto político. A possibilidade de se fugir das malhas da hegemonia do PRP estava criada e o novo jornalismo seria o canal de veiculação desse projeto. Mas falhara – segundo Octaviano – o esforço de organização. A classe se revelara ‘apática, indiferente, versátil e dispersiva em face dos apelos e exortações que das Folhas lhe lançávamos’ (Mota; Capelato, 1981, p.58).

No campo educacional, a *Folha da Manhã* investiu na campanha por uma escola rural adequada ao ambiente em que estava inserida, como também, incentivava a criação de normais rurais no estado de São Paulo, contestando que havia a necessidade de se criar uma mentalidade rural no magistério paulista, afim de que, as escolas localizadas em áreas rurais recebessem um docente que compreendesse e vivenciasse o campo e não tivesse hábitos urbanos. Em artigo publicado em 06 de fevereiro de 1938, Honório de Sylas, colunista do jornal, argumentava que para a escola rural não fracassar, era mister ter: “1 – professor de mentalidade rural; 2 –

programma adequado ao ensino no campo; 3 – livros didacticos proprios; 4 – casa para o mestre; e 5 – pequeno campo de experiencia” (Sylos, 1938, p.8).

Entre as décadas de 1930 e 1940, o grupo *Folha da Manhã*, realizou incessantes campanhas para a melhoria da escola primária rural e para a existência de normais rurais no estado paulista, afirmando que: “Não é de hoje a campanha que nossos jornaes têm mantido, mostrando a necessidade dessa providência” (Um Problema..., 1939, p.8). Em 1937, a *Folha da Manhã*, publicou um texto jornalístico sobre as iniciativas de escolas rurais no estado de São Paulo, como a Escola Normal de Casa Branca, o grupo escolar rural do Butantan e o grupo escolar rural da Fazenda “Dumont”. Sobre a fazenda, a *Folha da Manhã* destacou:

“Além do ensino commum do programma primário, cuja boa marcha é attestada pelos trabalhos graphicos e pelo adeantamento dos alumnos, há, no estabelecimento, uma satisfatoria organização de actividades agricolas, das quaes participam, om grande prazer, todos os alumnos, quer os filhos dos colonos, quer os do administrador e os dos empregados do escriptorio. Existe uma horta bem cultivada, cujos produtos vao servir para a assistencia alimentar aos alumnos, e, em parte, serão vendidos. Existem tambem plantações de abacaxi, de amendoim e de mandioca, bem como um terreno preparado para o cultivo de batatas. Com a verba do expediente, foi construido um paiol, para as colheitas actuaes e o producto da futura roça de milho. Além disso, os proprios alumnos preparam o jardim que circunda o prédio da escola (Ensino..., 1937, p.6).

Nesse mesmo registro jornalístico, menciona-se sobre a criação de uma ENR em Piracicaba, por Sud Mennucci, mas que São Paulo, ainda não havia cuidado devidamente sobre o assunto, ressaltando que era preciso formar a mentalidade do professor na roça, em contato direto com a terra, pois o problema da escola rural não era a quantidade, mas sim a qualidade do ensino. “O que se reclama é a escola rigorosamente do typo rural, com livros especiaes, com horario próprio, com professores de mentalidade [escrita apagada]. Isso é o máximo que se pede” (Ensino..., 1937, p.6). No mês de junho do mesmo ano, a *Folha da Manhã* retoma o assunto sobre a escola rural no estado de São Paulo e afirma que a base do ensino rural se sustenta na preparação de professores primários especializados.

Entre os assumptos relevantes, que interessam ao povo e devem preoccupar os legisladores, está o do ensino rural. Até hoje, nada se fez de util e efficiente no sentido de, ao menos, encaminhar o grave, importante problema. Sob o regime discrecionario, foi creada em S. Paulo uma escola normal rural, mas até hoje essa lei não foi cumprida, a ella não tendo os governos dado a menos atenção. E a base do ensino rural se assenta, justamente, na preparação do professor especializado, capaz de residir na roça e ali, com entusiasmo, exercer seu mister (Ensino..., 1937, p.6).

A *Folha da Manhã* também descreveu como deveria ser o verdadeiro professor rural:

O verdadeiro professor rural, que se preparou convenientemente para o exercício de sua tarefa, é um orientador das massas agrícolas, porque elle ensina rudmentos de agronomia aos pequenos roceiros, como, tambem, a seus paes. Esse mestre-escola visita as fazendas. Vae a casa de seus alumnos. Observa as hortas e as plantações que estão sendo feitas. E dá conselhos, e orienta, e estimula. O professor vê semear. Vê colher e pode até orientar a venda dos productos, evitando, assim, o abuso dos especuladores da cidade (Ensino..., 1937, p.6).

No ano de 1935, a *Folha da Manhã*, publicou um texto jornalístico e ressaltou a falência da zona rural paulista após a crise do café. O artigo destaca também a ineficiência da escola primária rural e do professor que nessas escolas lecionam, afirmando que o docente tem uma mentalidade urbana e investe na publicidade das coisas bonitas existentes nas cidades. Apesar disso, São Paulo exhibe diferentes iniciativas para uma reação à mentalidade urbana.

Antes via-se com o surto da agricultura, a criação de centenas de cidades à margem do sertão do estado e a implementação da malha férrea para aproximar essas novas cidades, mas, com o surgimento das rodovias, observou-se a decadência da agricultura e a sedução pelo urbanismo, os fazendeiros construindo casas nas cidades. Dentre em pouco, quase que desaparece a velha e aristocrática estirpe dos agricultores paulistas (Professor..., 1935, p.6).

Segundo o artigo, Luiz Piza Sobrinho, Secretário da Agricultura, estimulou uma campanha no estado de São Paulo para a colocação de um agrônomo em cada cidade do estado para racionalizar as culturas do campo e incentiva os Clubes de Trabalho, instituídos no estado em 1933. Outro destaque feito pelo texto jornalístico da *Folha da Manhã*, provem do investimento de uma escola normal rural para aprimorar a formação do professorado primário, adiantando-se, nesse quesito, o município de São José dos Campos. “Realizando-se, no prospero Municipio do Valle do Parahyba, uma semana ruralista, patrocinada pela sociedade “Luiz Pereira Barreto”, resolveram a prefeitura e a direção da escola normal que este estabelecimento se transformasse em normal rural” (Professor..., 1935, p.6).

O próprio texto jornalístico afirmava não passar de apenas uma promessa a criação da escola normal rural e o governo estadual tinha como obrigação reorganizar a normal de Piracicaba, referindo-se ao decreto proposto por Sud Mennucci em 1933. E sem embargo deveria, não somente, cumprir o seu dever na implementação da escola normal rural de Piracicaba, o governo estadual deveria ir em frente, criar normais rurais em outras localidades do território paulista e instalando-as em fazendas, para que o normalista conhecesse de fato a vida agrícola por meio da experiência no campo.

Compreende-se que não bastava apenas o conhecimento teórico, era necessário a vivência e a prática de ensino em fazendas aproximando o normalista da realidade, com uma preparação próxima da realidade das comunidades rurais em que iria lecionar.

Em fevereiro de 1938, Honório de Sylas escreveu com exclusividade para a *Folha da Manhã* um artigo intitulado – Essencialmente agrícola..., nesse artigo, Sylas discorre sobre o problema da escola primária rural, mencionando que havia sido publicado nos jornais paulistas a criação pelo governo de um certo número de escolas, porém considerava e questionava a qualidade das escolas criadas. Na visão do autor, o problema do ensino primário residia, fundamentalmente, na escola rural, na “qualidade” da escola rural. O problema não é, como muita gente supõe, “quantitativo”. É, antes, “qualitativo” (Sylas, 1938, p.8). Voltava a mencionar sobre a necessidade de se ter uma escola primária rural com professor de mentalidade rural, programa adequado ao campo, livros didáticos próprios, casa para o mestre e pequeno campo de experiência. Destacava o pioneirismo do Ceará com a Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte, que naquele ano, 1938, acabava de formar a primeira turma de professores rurais. Sylas (1938), também ressalta que mesmo São Paulo sendo um estado com “mania atávica de marchar à frente dos grandes movimentos nacionais” (Sylas, 1938, p.8), não havia conseguido, ainda, ter a sua escola normal rural.

As discussões sobre as escolas primárias rurais e as escolas normais rurais, eram assuntos recorrentes no jornal *Folha da Manhã*. Sua campanha educacional fazia parte do escopo da editoração do jornal, um projeto de ruralidade. A *Folha da Manhã* também entendia que a base da organização educacional rural estava na formação de professores rurais, com mentalidade rural, afastado da vida citadina. Por isso, fizeram campanha em prol da escola normal rural no estado de São Paulo, como também, lançaram, entre os anos de 1939 e 1940, propostas de criação de normais rurais.

Temos, para nós, a convicção de que a grande campanha em favor da ruralização deve começar na escola, criando-se um tipo de escola rural, escola-granja. E o primeiro passo para isso é a formação do professor especializado. Sem a Escola Normal Rural não teremos esse mestre-escola da roça, de mentalidade rural e não o professor de hoje que, nascido na cidade, detesta a fazenda, não escondendo o sacrifício que faz em “suportar” o interior por um ou dois annos (Vida..., 1939, p.6).

No alvorecer do ano de 1939, a *Folha da Manhã* publicou um artigo intitulado – Um problema a resolver – cobrando o governo do estado de São Paulo para que se realizasse um estudo sobre o problema do ensino rural no estado, mencionando que outros estados como, Ceará e Bahia, já estavam resolvendo esse problema e que São Paulo, precisava manter-se como o pioneiro da Federação. Para a solução do problema, a *Folha da Manhã* lança a sugestão da transformação de escolas agrícola-industrial em escolas normais rurais.

E será facilimo a S. Paulo crear o ensino normal rural. Basta, para isso, transformar as Escolas Profissionaes Ruraes de Espirito Santo do Pinhal e de Jacarehy em normaes, conservando uma secção profissional. Significa dizer

que, com pequeno augmento de despesa, realizaremos uma reforma inadiável (Um Problema..., 1939, p.8).

Em uma de suas colunas, assinada pelo *Observador Pedagógico*, pseudônimo de algum de seus redatores, o jornal afirmava que era, na imprensa de S. Paulo, uma grande batalhadora em favor da escola normal rural (A Escola..., 1940a) e a primeira a sugerir a adaptação da Escola Agrícola-Industrial Mista de Pinhal em Escola Normal Rural, sem prejuízos para a sua organização (A Escola..., 1940b).

A proposito da Escola Normal Rural – idéa pela qual nos batemos, nestas columnas, há tempos – recebemos, de Pinhal, oportunos dados, hontem divulgados, e que vêm reforçar nosso ponto de vista. Em primeiro lugar, queremos reivindicar, para nós, a primazia da sugestão, aqui apresentada, há um anno atrás, quando secretario da Educação o saudoso dr. Alvaro Guião e director geral do Departamento de Educação o prof. Joaquim Alvarez Cruz. Mezes atrás, voltámos ao assumpto, fazendo, nesse sentido, um appello ao prof. Dario Dias de Moura: seria interessante adaptar-se a modelar Escola Agrícola-Industrial Mista de Pinhal em Escola Normal Rural, sem prejuízo de sua actual e interessante organização. Depois, poderia ser feito o mesmo com a Escola do mesmo genero, com séde em Jacarehy (A Escola, 1940b, p.6)

Sobre as escolas normais rurais, a *Folha da Manhã* fez campanha em favor da transformação das Escolas Mista Agrícola-Industrial de Pinhal e Jacaréi em escolas normais rurais, escolas essas criadas em 1935 e que visavam dois setores da economia, o setor agrícola e o setor industrial, que iniciava a sua expansão.

Segundo Love (1982), a partir de 1930, iniciou-se no país um avanço acelerado da industrialização, com investimento de capital estrangeiro, substituindo as exportações pelas importações. Anos depois, a indústria se tornaria o alvo de campanhas políticas, favorecendo a sua expansão em detrimento da agricultura, que perdia a sua hegemonia gradativamente. Nesse período, início do século XX, havia uma forte propaganda disseminada pelos ruralistas do Brasil como vocação agrícola, valorizando a agricultura e tentando fixar o homem do campo ao seu habitat natural, a terra. Esse era também, o projeto do grupo Folha na época e as escolas rurais, colaborariam nesse projeto.

Quando implementadas no ano de 1935, as escolas agrícola-industrial eram destinadas à preparação de operários, mestres de cultura, capatazes, administradores agrícolas e orientação de donas de casa para as atividades do campo (São Paulo, 1935, p.1). Além da transformação da escola agrícola-industrial, o grupo jornalístico também sugeriu a criação de escolas normais rurais e essas deveriam ser instaladas em uma fazenda que priorizasse o cultivo de culturas mistas, valorizando a policultura, um dos preceitos do movimento ruralista. Essa unidade escolar seria no molde de internato, com duração de 4 anos, necessária para a formação da mentalidade rural do mestre-escola, com lições práticas e teóricas sobre o meio rural. O

programa de ensino deveria ter, obrigatoriamente, noções de agricultura e higiene, como também, livros adequados para o ensino. O prédio escolar deveria ser contemplado de campo de experiência, jardim, pomar e horta (A Escola..., 1940a). Essa era a organização adequada de uma escola normal rural, segundo o jornal *Folha da Manhã*.

Para o funcionamento do curso da normal rural, nas escolas agrícola-industrial, dever-se-ia criar, juntamente com os cursos já existentes, quatro cadeiras, – Educação, Pedagogia, Francês e Música – e a ampliação dos gabinetes de física, química e história natural (A Escola..., 1940b, p.6). Segundo a *Folha da Manhã*, essas adaptações seriam suficientes para aproveitar a estrutura física e pedagógica das escolas agrícola-industrial.

Na Escola Mista Agrícola-Industrial de Pinhal e de Jacareí, ofertava-se o curso propedêutico, o curso geral e o curso de preparação técnico-profissional. Esses cursos tinham um programa de ensino com especificações para cada tipo de curso. O curso propedêutico e geral abrangia as seguintes disciplinas:

Artigo 6º - A parte propedeutica ou geral consta das seguintes disciplinas:

- a) Portugues, Geographia Economica e Historia do Brasil;
- b) Arithmetica, Algebra e Geometria;
- c) Noções de Sciencias Physicas e Naturaes;
- d) Desenho technico;
- e) Hygiene e Educação Physica;
- f) Pucricultura (para as alumnas);
- g) Economia rural: noções de contabilidade, administração e legislação rural (São Paulo, 1935, p.1)

O programa de ensino do curso de preparação técnico-profissional dividia-se em duas partes, o agrícola e industrial e abrangia disciplinas distintas para as alunas e para os alunos:

Artigo 8º - A secção agricola consta, para os alunos, de estudo theoricos e praticos de:

- a) Agricultura geral;
- b) Agricultura especializada;
- c) Noções de zootechnia e veterinaria;
- d) Machinas agrarias;
- e) Noções de agrimensura, nivelamento, irrigação drenagem.

Paragrapho unico – As alumnas, nesta Secção, terão estudos theoricos e praticos de:

- a) Criação;
- b) Lacticinios;
- c) Horticultura;
- d) Jardinagem.

Artigo 9º - A secção Industrial, para os alunos, consta do seguinte:

- a) Habilitação para actividades ruraes em trabalhos de metal, tijolos, pedra, cimento, couro ‘selaria e trançagem);
- b) Mechanica agricola (montagem, desmontagem e reparos de machinas agricolas);
- c) Tecnologia de Industrias ruraes.

Paragrapho unico – Para as alumnas esta Secção consta de aulas de costura, em geral, economia e artes domesticas, com o aproveitamento de todos os productos agrícolas (São Paulo, 1935, p.1-2).

Ao observar o programa de ensino das escolas agrícola-industrial, nota-se a existência de algumas disciplinas favoráveis a formação de professores rurais, como: higiene, puericultura, agricultura geral, horticultura, jardinagem, entre outras. A estrutura curricular poderia ser reaproveitada, utilizando-se os mesmos professores e os mesmos matérias já existentes na escola. No Decreto nº. 6.047, de 19 de agosto de 1933, previa-se um programa de ensino com disciplinas comuns a formação docente geral (português, matemática, física, química, botânica, geografia econômica, história da civilização, psicologia, pedagogia, didática, desenho, música e educação física) e disciplinas específicas para a área rural (tecnologia agrícola, zootecnia, agricultura geral, agricultura especial, economia rural, higiene, puericultura, profilaxia rural e trabalhos manuais rurais) (São Paulo, 1933b). Ao comparar os dois programas de ensino prescrito, assinala-se que as escolas agrícola-industrial ofertava em sua grade curricular disciplinas compatíveis ao curso normal rural, sendo assim, poderia ser facilmente transformada em normal rural.

No entanto, a formação inicial do magistério rural não seria em nível secundário, como desejava Sud Mennucci em sua proposta inicial; a formação teria caráter profissional, em nível primário, como era a composição das escolas agrícola-industrial. O jornal *Folha da Manhã* também publicava que o modelo sugerido pela Folha da Manhã, a transformação de escolas agrícola-industrial em escolas normais rurais, não desobrigando o governo estadual investir em uma Escola Normal Rural Modelo, sugerindo que essa escola deveria ser criada próxima a Capital do estado, em cidades como Bragança Paulista, Atibaia e Campinas.

Com essa escola normal em caráter profissional, criar-se-ia o professor rural autêntico, pronto para permanecer e auxiliar a comunidade rural que fora designado. O professor rural autêntico contribuirá para a solução do problema da fixação do homem ao campo, problema difícil – mais difícil do que, à primeira vista, possa parecer (A Escola..., 1940, p.6). Acreditava-se que ao criar uma mentalidade rural no professor primário que exerceria a sua docência em áreas rurais, colaboraria para a fixação do homem à terra, pois esse mestre não seria deslumbrado com as coisas urbanas e não deslumbraria os seus alunos com a vida citadina, inculcaria nesses, um amor à terra, e evitaria o êxodo rural para as cidades. Ávila (2013) menciona que a expansão do ensino rural não foi suficiente para atingir toda a população rural existente no país e nem conseguiu de fato frear os fluxos migratórios para as cidades, o projeto de fixação do homem ao campo não funcionou de fato.

A expansão do ensino primário rural, mesmo fazendo parte das estratégias educacionais do país, especialmente do Estado Novo, não atingiu de fato toda a população em idade escolar. Embora se observe nas políticas educacionais a preocupação com o ensino primário rural e a ênfase em fixar o homem no campo, de modo a conter os fluxos migratórios para as cidades e a vitalizar a produção rural, isso não foi suficiente para escolarizar e levar a modernização à grande parte da zona rural brasileira, como também não conteve o deslocamento do campo para as cidades (Ávila, 2013, p.175).

Em artigo publicado pelo jornal *Folha da Manhã*, no dia 02 de fevereiro de 1940, o editor relata que recebeu uma carta de uma leitora que se dizia professora em área rural, questionando a necessidade, antes mesmo de existir uma escola normal rural, ocorresse melhorias das condições de trabalho do professor rural. A propósito do tópico “A Escola Normal Rural”, recebemos interessante carta de uma “professora que deseja, ardentemente, o aperfeiçoamento do ensino primário rural do seu paiz” (A Escola..., 1940c, p.6).

Segundo o jornal, a autora da missiva havia lido rapidamente sobre o assunto nos jornais e não compreendera a posição da *Folha* sobre o ensino rural no estado de São Paulo e a criação de escolas normais rurais. Nessa carta a professora relata brevemente sobre as péssimas condições de trabalho dos professores primários rurais, mencionando que os docentes necessitam se abrigar em choupanas, dividindo espaço com ratos e morcegos. [...] descreve uma cena comum nos sertões: o luar coado através das frestas e os ratos passeando sobre os esteios, e os morcegos em seus reides acrobáticos... (A Escola..., 1940c, p.6). Para o redator, do grupo jornalístico, que descreve que já havia percorrido o interior do estado de São Paulo e estivera em algumas fazendas paulistas, observou a realidade das zonas rurais paulistas e não acreditava que a professora rural passava por essas condições descritas.

Ora, não podemos acreditar que, na maioria de nossas fazendas, a situação seja esta. Conhecemos o interior. Já percorremos quase todas as regiões de São Paulo e sabemos que, de ordinário, a professora vive na casa do fazendeiro ou na do administrador. E, geralmente, nessas residências, há luz elétrica, água encanada e outros melhoramentos (A Escola..., 1940c, p.6).

Ao analisar esse excerto, entende-se que a opinião do redator do jornal era muito vaga sobre os problemas das condições de trabalho dos professores primários rurais. Serra, Leite e Garcia (2020), analisaram as condições de trabalho de professoras primárias rurais em diferentes municípios e localidades do estado de São Paulo (Birigui, Rio Claro e São José do Rio Preto) e constataram que não apenas as condições das moradias em que as professoras deveriam ficar ao longo da semana eram precárias, em alguns casos, outros aspectos também tinham péssimas condições, como o transporte que levavam essas docentes até a comunidade rural e as unidades escolares.

Cabe salientar que, no ano de 1939, foi publicado no jornal *Folha da Manhã* um artigo intitulado – Rumo à terra, descrevendo os problemas rurais no estado de São Paulo e destacando as péssimas condições de trabalho dos professores primários rurais. No trecho destacado acima, pode-se entender que foi uma interpretação do autor do texto jornalístico e que outros escritores do grupo Folha compreendia que as condições de trabalho do docente rural eram sim precárias.

[...] Mas, ao mesmo tempo, imprescindível seria a elevação do nível de vida do professor da roça, que actualmente é um sacrificio porque vae para lugares onde não ha o mínimo conforto exigido pelas gentes civilizadas. Ainda está por escrever a odysséa de muitas das nossas professorinhas que partem para a sua escola como para um degredo e lá soffrem os males da morada insalubre, da alimentação intragavel, da completa falta de hygiene, da ausencia de comunicação, de tudo quanto possa concorrer para arrastal-a irresistivelmente para as escolas urbanas, que são o seu sonho de todas as horas (Rumo..., 1939, p.6).

Uma das reclamações do jornalista sobre a profissão docente no meio rural era o baixo tempo de permanência desse professor em escolas rurais. A caracterização do professor sem vontade de permanecer na zona rural, com o pensamento na cidade e o desejo de remover-se, era comumente apresentado também nos relatórios dos inspetores de ensino. O jornal *Folha da Manhã* destaca:

Como está é que não pode continuar. O professor permanece na fazenda o menor prazo possível: o extrictamente necessario para “fazer o tempo” – dando 180 dias de aula e promovendo a ninharia de 15 alumnos, em um anno! E, durante esses 180 dias, mal-humorado, suspira o dia todo, com o pensamento na cidade, a cujas encantos entôa dytirampos. O professor só pensa em sahir “daquele inferno”... E não passa de um “camelot” do urbanismo, procurando despertar, no espirito infantil, o entusiasmo por uma vida cheia de enganosas miragens... (A Escola..., 1940, p.6).

Também pode-se notar essa mesma reclamação no relatório de ensino da delegacia de ensino de Casa Branca, do ano de 1942.

Eis, então, os nossos reparos as excepções: há professores, que não suportando a vida do campo, fazem da escola em que iniciaram a carreira, o trampolim para a obtenção de novos cargos. Justificavel até certo ponto seria essa concepção, se dignassem eles a escola primária que os mantem, nobilitando-a enquanto sob a sua regência. Entretanto, seus titulares delas se servem para sucessivas licenças, obtenção de comissionamentos e outros fatos e, o que e peor, para as suportarem enquanto são obrigados a viver a sua frente, mal-baratam o próprio trabalho, feito com o mínimo esforço, em desproveito do rendimento escolar e das crianças que, religiosamente os ouvem, em desabono da escola (Neves, 1942, p.15).

Nota-se que o pensamento do grupo jornalístico se aproximava aos pensamentos do Movimento pela ruralização do ensino, ao criticar a formação ineficiente do professor primário rural em escolas normais comuns e o despreparo desses em suas funções docentes em escolas

rurais. Entretanto, o grupo Folha, sempre que possível, tecia críticas à Sud Mennucci, principal representante do movimento.

Em 1932, ao propor a sua Reforma de ensino, Sud Mennucci foi muito criticado pela imprensa paulista, em destaque a Folha da Manhã que deu ampla cobertura à polêmica da reforma proposta (Vicentini; Gallego, 2011), principalmente em relação as mudanças no magistério. Segundo Vicentini e Gallego (2011), não foram apenas críticas que o grupo *Folha* lançou sobre a atuação de Mennucci como Diretor Geral do Ensino, mas também, editoriais de colaboradores que defendia as ideias do educador.

A própria Folha chegou a criticar diretamente a conduta de Mennucci num editorial apresentado à véspera de seu afastamento do cargo. Em contrapartida, o periódico também publicou comunicados em que a Diretoria Geral do Ensino prestava esclarecimentos acerca das medidas criticadas e alguns artigos de colaboradores que elogiavam determinadas medidas da Reforma (Vicentini; Gallego, 2011, p.323).

É perceptível, em vários momentos, que a *Folha da Manhã* publicou textos jornalísticos insinuando que a transformação da primeira escola normal rural paulista era designada à Sud Mennucci, mas que não havia conseguido colocar em funcionamento, sugerindo que as ideias do educador não eram apropriadas para um modelo de formação de professores rurais, sugerindo outras propostas em contrapartida a de Sud Mennucci. Em carta enviada à Folha da Manhã, Sud Mennucci relata que a sua ideia nunca foi transformar a Escola Normal de Piracicaba em Escola Normal Rural, que essa informação era errônea e que já havia informado ao grupo Folha sobre esse engano, mas, compreendia que “a memória das reclamações não dura muito (A Projectada..., 1939, p. [6]).

Escreve-nos o professor Sud Mennucci:

“Sr. redactor: As “Folhas”, tanto a da manhã como a da noite, insistem em dizer que eu pretendi transformar em Normal Rural a Escola Normal de Piracicaba, que lá existe desde o anno de 1897. Já protestei contra essa affirmativa, que não é exacta, e seus jornaes já publicaram minha carta nesse sentido. Vejo, entretanto, que a memória das reclamações não dura muito (A Projectada..., 1939, p.[6]).

Em artigo publicado em 04 de fevereiro de 1940, ao discutir o incentivo da iniciativa privada no auxílio de criação de escolas no estado de São Paulo, a *Folha da Manhã* destacou que, por seu intermédio, um fazendeiro, sr. Octaviano Fornari, de Pinhalzinho, distrito do município de Bragança Paulista, oferecia ao Governo Estadual, a doação de um terreno para a instalação da ENR no estado de São Paulo. Em carta ao jornal, o fazendeiro esclarece que é um assinante do jornal e que lê com “prazer” os artigos publicados pelas “Folhas” e é um entusiasta dos artigos sobre a questão das normais rurais paulistas e querendo contribuir para que S. Paulo

continue pioneiro da instrução, oferece, por intermédio do grupo *Folha*, a doação de terreno para a construção da tão necessária escola. Segundo a *Folha da Manhã*:

A zona é optima (Município de Bragança) distando apenas 26 kilometros da cidade, altitude de 915,60 mts., clima secco. O terreno está collocado á margem da estrada oficial, que, de Jundiahy, demanda Amparo. Estamos certos de que o governo do sr. Adhemar de Barros mandará, imediatamente, estudar a oferta, nomeando, para isso uma comissão de educadores. Sendo viável a installação, em Bragança, da Normal Rural, é o caso de, sem demora, acceitar o presente e prosseguir nos estudos para a criação da Escola que S. Paulo, insistentemente, reclama (A Escola..., 1940, p.6).

A carta endereçada à redação do grupo *Folha* pelo fazendeiro de Bragança Paulista, foi entregue por um dos redatores do jornal ao dr. Mario Lins, então Secretário da Educação do estado de São Paulo, na época. A missiva foi bem recebida pelo secretário, conforme o relato do redator, e caberia agora, organizar uma comissão para estudar a iniciativa do fazendo, examinando as condições do local, facilidade de comunicação, condições de salubridade, fertilidade do solo, entre outras coisas (Observador..., 1940, p.6) e criar, assim que possível a tão desejada escola.

Em 22 de fevereiro do ano de 1940, a *Folha da Manhã* recebeu uma outra correspondência de um dos seus leitores, que tinha ligação direta com a Escola Mista Agrícola-Industrial de Pinhal, relatando um pouco sobre as condições que a escola tinha para ser transformada em ENR, destacando os cursos ofertados para as educandas e que poderia auxiliar na formação destas com a inserção do curso para o magistério rural.

A seguir, transcreve-se a carta recebida pelo grupo *Folha*.

A ESCOLA NORMAL RURAL

Escrevem-nos de Pinhal:

“Sr, redator da “Folha da Manhã”, - E’ com o mais vivo entusiasmo que tenho acompanhado as notas publicadas em torno da “Escola Normal Rural”. Li, achei bonito e patriótico o gesto louvável do offerecimento do terreno, próximo de Bragança, para o governo construir uma Escola Normal Rural.

Com o desejo de cooperar com essa redacção e de informar aos leitores do seu conceituado jornal, que se interessam pela criação de uma Normal Rural, vou por meio destas linhas levar a minha contribuição.

A Escola Agrícola Industrial Mista de Pinhal, onde o Estado tem um patromonio superior a mil contos de réis, póssue já no momento, quase todos os requisitos para o funcionamento imeddiato de uma Escola Normal Rural. Com uma ampliação dos seus gabinetes, que de inicio, poderá ser feita com vinte contos de réis e com mais quatro professores (Francez, Educação, Musica e Pedagogia) a Escola Normal Rural, funcionaria ainda este anno, nas installações da Escola Agrícola Industrial Mista de Pinhal, onde já existe o ambiente carinhosamente preparado e um corpo docente que satisfaz plenamente, dado a sua orientação technica e especializada.

Quem conhece a organização da Escola de Pinhal sabe que ali se lecciona, além do curso agricola em 4 annos, o ensino de economia domestica com a especialização rural onde as alumnas fazem aprendizagem em tres annos. Assim, o Estado, com pequeno augmento de despesas (sessenta contos annuaes approximadamente) poderá, com as installações que possui, fazer funcctionar a Normal Rural, na Escola de Pinhal, favorecendo ainda o desenvolvimento da actual secção feminina do referido estabelecimento.

A secção feminina da Escola de Pinhal, promove na sua organização actual, conjuntamente com o ensino de letras, tres annos, a pratica de jardinagem, fruticultura, horticultura, avicultura, puericultura, economia rural e artes domesticas, já tendo diplomado 47 moças que com mais dois annos de curso normal poderão servir ao Estado dentro das necessidades e das nossas aspirações.

Além do patromonio da Escola Agrícola Industrial Mista de Pinhal, isto é, das installações na cidade e da fazenda que dispões de completo machinario e campos technicamente preparados e com 50 alqueires de terras que ficam vizinhas da cidade, tem o Estado, ainda no perímetro urbano um grande terreno doado pelo municipio para o mesmo fim pelo qual todos nós nos batemos.

Seria interessante, dado a magnitude do assumpto, que essa redacção promovesse uma visita á Escola de Pinhal, onde de viso verificaria que as minhas informações peccam por não retratarem tudo que existe na Escola Agrícola Industrial de Pinhal, cuja organização merece ser conhecida pelos que se interessam pelo desenvolvimento do ensino e pela grandeza de São Paulo e do Brasil”. (A Escola..., 1940, p.6).

Após seis meses de intensas discussões do jornal *Folha da Manhã* sobre a transformação da Escola Mista Agrícola-Industrial de Pinhal em ENR, o periódico noticiou a ascensão ao cargo de diretor do Departamento de Educação do estado de São Paulo pelo prof. dr. A. Romano Barreto, educador que passou por diferentes cargos na área educacional, inspetor escolar, delegado regional do ensino de Ribeirão Preto, lente de ginásio, lente do Colégio Universitário, advogado, licenciado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de S. Paulo, jornalista e escritor (Programa..., 1940, p.6), iniciando a sua jornada no magistério paulista em escolas rurais, desse modo, o jornal tinha grande esperanças na concretização da solicitação que eles realizaram incessantemente.

Nesse mesmo artigo, a *Folha da Manhã*, menciona que a justiça mandara atribuir à Sud Mennucci o pioneirismo na criação da ENR no estado de São Paulo à Sud Mennucci, como o Decreto n. 6.047, de 19 de agosto de 1933, e que esse decreto não foi cumprido, sendo apenas decorativo e inspiração para outros estados da Federação criarem as suas normais rurais. Outros Estados da Federação vão-se avantajando a S. Paulo, que ainda não levou a sério esse problema (Programa..., 1940, p.6).

Em março de 1945, o grupo *Folha* assume uma nova fase, com uma visão empresarial, com uma racionalidade no trabalhado que colocaria em uma visão mais moderna de jornal. Desse modo, entende-se que ao abandonar a visão ruralista, a *Folha da Manhã*, não deixou de publicar artigos sobre a criação de escolas normais rurais no estado de São Paulo, mas os artigos não tinham mais caráter de campanha para a implementação dessa instituição escolar. Após esse período, as suas publicações são em caráter de notícias e não de debate por uma causa. Compreende-se que as iniciativas do grupo jornalístico foram importantes para o processo de criação de normais rurais paulistas, mas como outras iniciativas, não surtiu o efeito esperado, a instalação da Escola Normal Rural.

Em 1944, com o Decreto-Lei nº. 13.992, criou o curso de especialização agrícola destinados a professores normalistas que desejarem se especializar no ensino rural. Em certa medida, a campanha da *Folha* influenciou na utilização dessa instituição e no aproveitamento de suas disciplinas e catedráticos, para a formação do magistério rural.

O projeto paulista de escola normal rural, idealizado por Sud Mennucci, foi uma ideia grandiosa, porém, não teve uma repercussão positiva na rede de ensino do estado de São Paulo. Após a sua saída da Diretoria Geral do ensino, o decreto nº. 6.047/1933, seria parcialmente engavetado. De todas as instituições educativas propostas, apenas os grupos escolares rurais e os clubes agrícolas funcionaram efetivamente no estado. A principal instituição criada por esse decreto, a Escola Normal Rural de Piracicaba, ficou no papel. Para Sud Mennucci, essa foi uma

derrota expressiva. Até o seu falecimento, em 1948, a escola não fora instalada de fato e outros estados brasileiros que tomaram a dianteira na criação de escolas normais rurais.

2.2.3 Projetos de Leis na Assembleia Legislativa do estado de São Paulo (ALESP): criação e transformação de escolas normais rurais

A partir de 1947, com a retomada do poder legislativo, que havia sido dissolvido em 1937 devido à ditadura do Estado Novo, imposta por Getúlio Vargas, os deputados estaduais retornam às suas funções na casa legislativa. Os debates sobre a Educação Rural e Formação de Professores Rurais foram intensos. Alguns deputados estaduais estiveram envolvidos nas discussões, abordando a questão das escolas rurais e a tentativa de colocar em funcionamento a escola normal rural paulista: Chiquinha Rodrigues, Valentim do Amaral, Cunha Bueno, Cid Franco, dentre outros.

Em 1953, foram publicados 31 Projetos de Leis na Assembleia, em diversas regiões do estado de São Paulo. Desses projetos, 24 foram publicados com o objetivo de criar escolas normais rurais e sete tinham o intuito de transformar escolas normais comuns em escolas normais rurais. No **Quadro 6**, estão listados todos os projetos de lei apresentados na ALESP em 1953, com informações sobre a criação ou transformação de escolas normais rurais, a localidade solicitada e o deputado estadual responsável pelo projeto.

Quadro 6 - Projetos de Leis para Criação e Transformação de Escolas Normais Rurais no estado de São Paulo, 1953 (Continua)

Projeto de Lei nº.	Criação	Transformação	Localidade	Autor do Projeto de Lei
59 ⁷⁵	X		Lins	Alfredo Farhat (PDC)
60	X		Andradina	Alfredo Farhat
61 ⁷⁶	X		Franca	Alfredo Farhat
62	X		São José do Rio Preto	Alfredo Farhat
63	X		Marília	Alfredo Farhat
64	X		Barretos	Alfredo Farhat
65	X		Ribeirão Pires	Alfredo Farhat
66	X		Campinas	Alfredo Farhat
67	X		Piracicaba	Alfredo Farhat
68	X		Santos	Alfredo Farhat
69	X		Bauru	Alfredo Farhat
117 ⁷⁷	X		Jaú	Joaquim Fernando Paes de Barros Netto (UDN)
118	X		Bariri	Joaquim Fernando Paes de Barros Netto
129 ⁷⁸	X		Sertãozinho	Antônio Oswaldo do Amaral Furlan (UDN)
130	X		Orlândia	Antônio Oswaldo do Amaral Furlan

⁷⁵ Projetos de Lei n. 59 e n. 60, de 1953. Disponível em: https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f1953%2fexecutivo%2fabril%2f07%2fpag_0031_59OUG9I5AT05Ve3IBKO0T5LG398.pdf&pagina=31&data=07/04/1953&caderno=Executivo&paginaordenacao=100031 Acesso em: 12.jan.2024.

⁷⁶ Projetos de Lei n. 61 até n.69, de 1953. Disponível em: https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f1953%2fexecutivo%2fabril%2f10%2fpag_0031_59OUG9I5AT05Ve3IBKO0T5LG398.pdf&pagina=31&data=07/04/1953&caderno=Executivo&paginaordenacao=100031 Acesso em: 12.jan.2024.

⁷⁷ Projeto de Lei n. 117, de 1953. Disponível em: https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f1953%2fexecutivo%2fabril%2f10%2fpag_0043_3L2RB5VAJ7M1GeEPV23QCAHJSGQ.pdf&pagina=43&data=10/04/1953&caderno=Executivo&paginaordenacao=100043 Acesso em: 12.jan.2024.

⁷⁸ Projetos de Lei n. 129 e n. 130, de 1953. Disponível em: https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f1953%2fexecutivo%2fabril%2f10%2fpag_0043_3L2RB5VAJ7M1GeEPV23QCAHJSGQ.pdf&pagina=43&data=10/04/1953&caderno=Executivo&paginaordenacao=100043 Acesso em: 12.jan.2024.

157 ⁷⁹	X		A critério do Poder Executivo	Amadeu Narciso Pieroni (PSD)
166		X	Lins	Antônio Oswaldo do Amaral Furlan
167	X		Guaíra	Antônio Oswaldo do Amaral Furlan
168 ⁸⁰		X	Ribeirão Preto	Antônio Oswaldo do Amaral Furlan
169	X		Igarapava	Antônio Oswaldo do Amaral Furlan
170	X		Batatais	Antônio Oswaldo do Amaral Furlan
176		X	Franca	Antônio Oswaldo do Amaral Furlan
177		X	Barretos	Antônio Oswaldo do Amaral Furlan
178	X		Fernandópolis	Antônio Oswaldo do Amaral Furlan
180		X	São Joaquim da Barra	Antônio Oswaldo do Amaral Furlan
181 ⁸¹		X	Registro	Antônio Oswaldo do Amaral Furlan
256	X		Suzano	João Mendonça Falcão (PSP)
298	X		São José do Rio Preto	Alberto Andaló (PTN)
1183		X	Jacareí	Lincoln Feliciano da Silva (PSD)
1184	X		Paraibuna	Lincoln Feliciano da Silva

⁷⁹ Projeto de Lei n. 157, de 1953. Disponível em: https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f1953%2fexecutivo%2fabril%2f14%2fpag_0035_54CETPSAMN6OUe992NP3ULM8APA.pdf&pagina=35&data=14/04/1953&caderno=Executivo&paginaordenacao=100035 Acesso em: 12.jan.2024.

⁸⁰ Projetos de Lei n. 168 até n. 180, de 1953. Disponível em: https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f1953%2fexecutivo%2fabril%2f15%2fpag_0029_EL7PRT24399ECeC48AF8A78SRTM.pdf&pagina=29&data=15/04/1953&caderno=Executivo&paginaordenacao=100029 Acesso em: 12.jan.2024.

⁸¹ Projeto de Lei n. 181, de 1953. Disponível em: https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f1953%2fexecutivo%2fabril%2f15%2fpag_0029_EL7PRT24399ECeC48AF8A78SRTM.pdf&pagina=29&data=15/04/1953&caderno=Executivo&paginaordenacao=100029 Acesso em: 12.jan.2024.

1185	X		São Sebastião	Lincoln Feliciano da Silva
Total	24	7	Total de Projetos de Leis	31

FONTE: Diário Oficial do estado de São Paulo, Imprensa Oficial

Sete deputados estaduais apresentaram projetos para criar ou transformar escolas rurais em São Paulo. O Dep. Alfredo Farhat, do Partido Democrata Cristão (PDC), apresentou 11 projetos de leis, todos para a criação de normais rurais. Joaquim Fernando Paes de Barros Netto, deputado pela União Democrática Nacional (UDN), redigiu dois projetos de lei para a criação de normais rurais. O Dep. Antonio Oswaldo do Amaral Furlan, pertencia à UDN e foi o parlamentar que mais fez proposições na Assembleia, no total de 12. João Mendonça, do Partido Social Progressista (PSP), Alberto Andaló, do Partido Trabalhista Nacional (PTN) e Amadeu Narciso Pieroni, do Partido Social Democrático (PSD), submeteram apenas um projeto de lei. E Lincoln Feliciano da Silva, deputado pelo PSD, propôs três projetos.

Todos os projetos de lei tinham a mesma justificativa, sendo ela:

A Bandeira Paulista de Alfabetização vem pleiteando com insistência a criação de escolas normais rurais, estabelecimentos especializados que se destinam à preparar professores que tenham de lecionar no nosso “hinterland” e às quais se tornam indispensáveis certos conhecimentos e certa adaptação que lhes possibilite desempenharem com eficiência seus misteres.

Trata-se sem dúvida, de providência do maior alcance social, eis que as disciplinas pedagógicas atualmente ministradas pelos nossos estabelecimentos de ensino normal não se aprofundam suficientemente no que tange aos vários aspectos de nossa vida rural, diplomando conseqüentemente, professoras nem sempre capazes de a ela se adaptarem e com isso gerando os marginais da profissão.

Parece-nos, portanto, que a providência solicitada viria dar à campanha de alfabetização do nosso rurícola justamente o sentido de profundidade que lhes falta, o centrifugismo de que carece, para atingir os seus nobres e impostergáveis objetivos (São Paulo, 1953, p.31)⁸².

⁸² Utilizei o texto do projeto de lei nº. 59, de 1953.

No Diário Oficial de 10 de abril de 1954, o Conselho Técnico da Secretaria de Educação publicou o processo nº. 65.192/1953⁸³, que analisava o projeto de lei n. 1.185/1953, do deputado Lincoln Feliciano da Silva, que criava uma escola normal rural em São Sebastião, litoral norte do estado de São Paulo. No projeto consta que o município realizou a doação de terreno, para incentivar a construção da unidade de ensino. Contudo, o Conselho emitiu um parecer contrário à criação da escola rural, salientando que a doação de um prédio ou terreno não era o bastante para justificar a criação de escolas.

O Conselho Técnico de Educação esclarece algumas informações, pontuando que já sabiam sobre os outros projetos de leis, colocados em discussão em 1953. De acordo com o Conselho, era necessário realizar estudos mais aprofundados e verificar se seria conveniente o funcionamento de escolas normais rurais no estado de São Paulo. A criação e a alteração dessas unidades escolares para a formação do magistério primário afetariam a estrutura do aparelhamento escolar: destinação, funcionamento, corpo docente e discente, etc. (Oliveira, 1954). Para o Conselho, a criação de normais rurais sem a reorganização da administração escolar, condenaria as escolas ao fracasso.

No parecer, o Conselho discutiu a formação dos professores primários de São Paulo e os desafios das escolas rurais. Nas escolas primárias rurais, pontua-se: a pobreza e desconforto das salas de aula; a deficiência na formação do professor; e a falta de adaptação do professor ao meio; o desconhecimento do professor das características da zona rural. A partir desses questionamentos, a Comissão desenvolveu uma discussão sobre a formação do magistério primário, apontando haver uma lacuna pedagógica e didática na formação; a necessidade de orientações objetivas e práticas de higiene e puericultura; bem como um tempo maior para os alunos se dedicarem às práticas de ensino nas escolas isoladas, locais no qual os normalistas iniciavam a sua carreira profissional.

A Comissão, com base nos relatórios elaborados pelos inspetores de ensino, discute a necessidade de uma reforma no ensino secundário e no ensino normal no estado de São Paulo,

⁸³ O parecer do Conselho Técnico da Secretaria de Educação do estado de São Paulo, compreende três páginas do Diário Oficial do Estado de São Paulo, a saber: parte 1, disponível em: https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f1954%2fexecutivo%2fAbril%2f10%2fpag_0011_CBED6KIK38OPAeCVAVRJE2RL0VN.pdf&pagina=11&data=10/04/1954&caderno=Executivo&paginaordenacao=100011; parte 2, disponível em: https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f1954%2fexecutivo%2fAbril%2f10%2fpag_0011_CBED6KIK38OPAeCVAVRJE2RL0VN.pdf&pagina=11&data=10/04/1954&caderno=Executivo&paginaordenacao=100011; e parte 3, disponível em: https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f1954%2fexecutivo%2fAbril%2f10%2fpag_0011_CBED6KIK38OPAeCVAVRJE2RL0VN.pdf&pagina=11&data=10/04/1954&caderno=Executivo&paginaordenacao=100011. Acesso em: 16.fev.2024.

com o objetivo de serem mais eficientes. Para eles, o problema não deveria ser resolvido com novos estabelecimentos de ensino, mas sim com a reorganização da rede de ensino estadual.

Diante do exposto não há como fugir ao imperativo de permanecer onde estamos, ajustando o que temos com medidas que, sem constituírem acréscimos, venham concorrer para a maior eficiência do ensino, até que um estudo minucioso e honesto da situação nos ofereça margem suficiente para uma reforma de envergadura, se ficar plenamente demonstrado a sua necessidade (Oliveira, 1954, p.12).

A Comissão Técnica da Secretaria da Educação, não somente era contra a criação de escolas normais rurais, mas também contra a criação de escolas normais comuns. Como é possível observar na **Tabela 1** (p.59), a expansão de cursos normais no estado de São Paulo foi maciça, o que resultou numa inflação de normalistas, sem conhecimento específico para as diferentes áreas nas quais as escolas primárias estavam localizadas. Não havia formação eficiente do magistério primário, sendo necessária uma reformulação dos programas de ensino. A Comissão também compreendeu que a formação do professor rural deveria ser feita nas escolas normais, com disciplinas de higiene, puericultura e excursões, para estudar o meio rural. A formação específica para o magistério rural deveria ser ministrada em cursos de especialização para o ensino rural em escolas normais ou agrícolas.

Após a leitura do parecer, entrou em votação, na Assembleia legislativa, o projeto de lei para a criação de uma escola normal rural em São Sebastião. Mas, antes de iniciar a votação, o professor Paulo Sawaya, apresentou algumas considerações sobre o parecer. Em primeiro lugar, é importante salientar que os deputados concordaram com a justificativa de veto para a criação da escola, mas, em parte, discordaram de algumas das conclusões da Comissão. Sawaya (1954), pontua que até o momento, a casa legislativa ainda não havia compreendido o significado da criação de uma escola normal rural, pois não havia se criado um ensino com bases ruralistas no estado. Sendo assim, a normal rural deveria ser analisada para verificar a sua necessidade e, após esse estudo, ser criada experimentalmente, observando o seu desenvolvimento, a partir das experiências vividas na escola. Os deputados eram contrários à proposta de reforma do ensino, pois, até a solução do problema da educação paulista, não haveria uma escola normal rural no estado. Dessa forma, mantinham a opinião de que a criação da escola seria uma experiência.

A Casa Legislativa aprovou o veto e solicitou à Comissão Técnica da Secretaria de Ensino de São Paulo que apresentasse um plano de reorganização do ensino, com o objetivo de solucionar os problemas apontados pela Comissão, especialmente no que diz respeito ao ensino rural.

Após observar as diversas iniciativas existentes de escolas normais rurais no estado de São Paulo, considera-se que a Escola Normal Rural de Piracicaba foi a primeira a ser criada no estado, depois de 23 anos da sua criação. Ao ser criada, a normal rural em Piracicaba, Sud Mennucci recebeu algumas críticas e conforme era o seu perfil, primeiramente discursou e depois escreveu um livro em defesa da sua criação, contextualizando Piracicaba como um município vanguardista na educação rural no Brasil.

Desse modo, necessita-se compreender a representação de Piracicaba como município vanguardista na educação rural e a sua denominação de Meca do ruralismo no Brasil, para isso, analisou-se a rede de ensino de Piracicaba, nos aspectos urbanos e principalmente rurais, para, então, defender, ou não, a representação dada a Piracicaba.

3 PIRACICABA: A REPRESENTAÇÃO DE UM MUNICÍPIO VANGUARDISTA NO ENSINO RURAL PAULISTA

Se os povos se projetam, no tempo e no espaço, pela sua cultura, a projeção de Piracicaba na vida paulista e nacional tem sua origem, por certo, no trabalho anônimo, perseverante, patriótico e fecundo das diversas gerações de mestres a cujo encargo esteve a educação de nossa gente. Mas se quisermos procurar as coisas mais profundas da transformação cultural que aqui se operou, precisamos, por um comezinho princípio de justiça, ir buscá-las na história do nosso povo, na atuação de personalidades a quem Deus concedeu a graça da inteligência e do espírito público, cidadãos que criaram e puzeram em funcionamento a rede de escolas que tem constituído, na era republicana, o orgulho de Piracicaba (Sachs, 1953, p.5).

A partir desta concepção de construção por sujeitos da rede de ensino e escolas no município de Piracicaba, esta seção tem o objetivo de reconstituir o processo histórico da educação piracicabana, evidenciando o ensino rural e a constituição de um município vanguardista no ensino rural paulista. Desse modo, a partir de evidências e dados sobre o ensino rural de Piracicaba, entende-se o cognome de Meca do Ruralismo no Brasil.

3.1 Piracicaba: “um município essencialmente agrícola”⁸⁴

Ao longo do tempo, Piracicaba teve diversos epítetos, palavras ou expressões usadas para qualificar uma cidade ou região. Brazílio Machado Neto atribui para o município a qualidade de *Noiva da Colina*, em 1886; *Ateneu Paulista*, foi designada pelo propagandista italiano Roberto Capri (Piracicaba, 2012, p.3); *A Cidade das Escolas*, de Thales Castanho de Andrade, no ano de 1922 (Monteiro, 1988, p.2); e a que é de grande interesse para esta pesquisa, *Meca do Ruralismo no Brasil*.

Piracicaba era conhecida como a Meca do Ruralismo no Brasil, centro de disseminação do movimento pela ruralização do ensino. Alguns integrantes desse movimento eram piracicabanos nascidos ou criados, como: Sud Mennucci, Thales Castanho de Andrade, João Chiarini, Antonio Oswaldo Ferraz, Mario Neme, Valentim do Amaral, Amaral Furlan, dentre outros. Em diversas ocasiões da história da educação e política do estado de São Paulo e do município de Piracicaba, esses indivíduos tiveram um papel fundamental na organização da educação pública tanto no estado quanto no município.

⁸⁴ O título da subseção foi baseado no livro — Um município agrícola: aspectos sociais e econômicos da organização agrária de Piracicaba, de autoria de Mario Neme.

O município foi o palco de um movimento que tinha como objetivo a educação e o ensino das populações rurais. Para entender o Movimento pela Ruralização do Ensino, os pensamentos de Sud Mennucci, a criação de escolas rurais no estado de São Paulo e o projeto de formação de professores primários em escolas normais rurais, precisa-se compreender o município de Piracicaba como espaço de representação desse movimento.

De acordo com Chartier (2002), a representação é uma construção social motivada pelo interesse de um grupo, que descreve a sociedade consoante as suas ideias ou expectativas de organização. Piracicaba era considerada uma representação do mundo social rural no estado de São Paulo e no Brasil, sendo apontada como uma grande potência agrária naquela época, de acordo com Sud Mennucci (1934) e Neme (2010).

Piracicaba não é um município paulista recente, data do século XVIII, fundado à margem direita do salto, pertencente à antiga Vila de Itu e denominava-se de Vila da Constituição. A data de sua fundação é celebrada em 1º de agosto e, em 2024, completará 257 anos. Em 1821, elevada à categoria de vila “Vila Nova da Constituição” e em 1856 foi elevada à cidade (Elias Netto, 2000, p.25). Piracicaba é banhada pelo rio que leva o mesmo nome do município. O rio Piracicaba está presente nas cidades de Americana, Limeira, Santa Barbara d’Oeste, Iracemápolis, São Pedro, Santa Maria da Serra, Anhembí e Botucatu, mas apenas atravessa a cidade de Piracicaba (Elias Netto, 2000, p.20).

O município está situado na região central do estado de São Paulo, a 160 km de distância da capital. Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022⁸⁵, a área total da unidade territorial é de 1.378,069 km². Desse total, 229,66 km², ou seja, 17%, estão na macrozona urbana, enquanto 1.147,25 km², ou 83% da área total de Piracicaba, está na macrozona rural. O município de Piracicaba tem 423.323 habitantes, segundo o último censo.

O município de Piracicaba faz divisa com aos municípios paulistas: Anhembí, Charqueada⁸⁶, Rio Claro, Iracemápolis, Limeira, Santa Bárbara d’Oeste, Rio das Pedras⁸⁷, Tietê, Laranjal Paulista, Conchas, Ipeúna, Saltinho⁸⁸ e São Pedro⁸⁹ (Piracicaba, 2014, p.15).

⁸⁵ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/piracicaba/panorama> Acesso em: 19.jan.2024

⁸⁶ Deixou de ser distrito de Piracicaba em 1953, com a lei n. 2.456 (ELIAS NETTO, 2000, p.25).

⁸⁷ Desmembramento de Rio das Pedras, pela lei n. 291 de 10 de julho de 1894 (ELIAS NETTO, 2000, p.25).

⁸⁸ Em 19 de maio de 1991, Saltinho desmembrou-se de Piracicaba (ELIAS NETTO, 2000, p.25).

⁸⁹ Em 22 de fevereiro de 1881, São Pedro foi desmembrada de Piracicaba (ELIAS NETTO, 2000, p.25)

Figura 5 - Piracicaba-SP

Fonte: IBGE⁹⁰

Figura 6 - Dados da população urbana e rural de Piracicaba, 1970 a 2010

Segundo o Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba (IPPLAP), a macrozona urbana de Piracicaba é composta principalmente por atividades urbanas, como o comércio, os serviços públicos e privados. A grande maioria da população piracicabana está situada nessa área, com 97,9% dos habitantes, conforme o Censo demográfico de 2010. A macrozona rural de Piracicaba ocupa a maior área territorial do município, mas a população é menor que na urbana. O êxodo rural em Piracicaba se intensificou na década de 70 do século passado. Em 1970, a população rural de Piracicaba era de 16,2% da população total, enquanto, em 2010, após quarenta anos, apenas 2,1% da população do município residia na zona rural (PIRACICABA, 2014, p.24).

Na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, produzida no ano de 1957, planejada e orientada por Jurandyr Pires Ferreira, então presidente do IBGE na época, designava o município de Piracicaba como o sétimo município mais populoso do estado de São Paulo. A

⁹⁰ <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/piracicaba.html> acesso em: 14. julho. 2023

população total era de 87.835 habitantes, sendo 40.048 residiam na zona rural, ou seja, uma média de 45% da população. Quase metade dos habitantes do município morava no campo no período mencionado.

Na década de 1950, o Brasil, estava em processo de urbanização e industrialização. A população residente na zona rural era elevada, mas, gradualmente, estava diminuindo. Esse êxodo rural estava fortemente relacionado à industrialização do país e a uma nova oferta de emprego que, no início do século, era mais evidente na agricultura, com as plantações de café, e, posteriormente, com o incentivo de uma política de governo para a industrialização. A zona rural era a expressão do rústico, do antigo e do arcaico. Deveria investir em infraestrutura moderna, na urbanização da cidade e no progresso do povo, seguindo os princípios da nova ordem política que se instaurou no país (Pacano, 2018).

No final do século XIX, a Monarquia, o sistema político predominante no Brasil, causou insatisfação em certos grupos que buscavam mudanças e propunham uma nova forma de governo, a República. De acordo com Pacano (2018), Piracicaba foi o berço do Partido Republicano Paulista, ao qual pertenceu Prudente de Moraes, o primeiro Presidente do Brasil eleito por votação. Entre o final do século XIX e o início do século XX, havia um forjar da modernidade, negando a existência da zona rural e tudo o que remetesse ao campo e ao passado, como apontou Pacano (2018, p.28).

Diversos elementos da modernidade foram introduzidos em Piracicaba, o que resultou na criação de um espaço urbano com melhorias que indicavam progresso e abandonavam tudo o que era considerado velho e arcaico, como a agricultura e a escravidão (Pacano, 2018). Rede de abastecimento de água e escoamento de esgoto; sistema elétrico; o funcionamento das linhas do sistema de bondes; monumentos modernos: igrejas, escolas e fábricas. Todo esse processo, entre os anos de 1889 e 1930⁹¹, ficou conhecido, como a *Belle Époque Caipira*, período em que o município de Piracicaba experimentou mudanças físicas e sociais, evidenciando a urbanização e excluindo uma parcela da população, como os negros (Pacano, 2018).

Em Piracicaba, indício desta prática podem ser observados se atentarmos para as muitas medidas adotadas pela municipalidade no sentido de emprestar racionalidade às práticas citadinas, para que estas se coadunassem com a modernidade e civilidade então pretendidas e, em grande medida, uma cidade moderna deveria legar à zona rural tudo o que remetesse ao campo e ao passado. À cidade e seus habitantes eram atribuídos determinados papéis socialmente tidos como positivos. Ao campo e seus habitantes, eram atribuídos papéis distintos, antípodas e complementares, por isso deveriam ter seu espaço fora do limite urbano (Pacano, 2018, p.27 e 28).

⁹¹ Período que compreende a Proclamação da República, o transcorrer da República Velha, com a política café com leite, entre São Paulo e Minas Gerais, até o início do Governo Provisório, com Getúlio Vargas.

Neste ponto, é possível apontar dificuldades ou problemas na interpretação do urbano e do rural em Piracicaba. Ao analisar alguns aspectos da constituição de Piracicaba, é possível notar, assim como em outras regiões paulistas, um investimento na urbanização da cidade em detrimento da zona rural. No entanto, ao analisarmos o Movimento pela Ruralização do Ensino, percebemos uma valorização do espaço rural, não em detrimento do urbano, mas como um espaço de fixação e amor à terra, para conter o êxodo rural, o que, de acordo com Ávila (2013), não aconteceu.

No período compreendido entre o final do século XIX e o início do século XX, a urbanização e o progresso eram as palavras de ordem. O espaço urbano era “vendido” como um espaço de qualidade, crescimento e evolução, enquanto o espaço rural propagava o estereótipo do homem preguiçoso e doente, um atraso para o progresso.

O conflito entre rural e urbano, no município de Piracicaba e, em certa medida, no estado de São Paulo dará o tom para as discussões dessa tese de doutorado. Raymond Williams (2011) aponta que essa dualidade entre o urbano e o rural, ou, como o autor define, cidade e campo, é representada por experiências humanas e criadas por nós. O campo é um estado natural de vida, de paz, inocência e virtudes simples, enquanto a cidade é um espaço de barulho, agitação, comunicação, saberes e luz, ao contrário do campo, o qual é considerado atrasado.

A zona rural de Piracicaba é produtiva e fértil, sendo ao mesmo tempo, uma paisagem inspiradora e bela. Por anos a fio se cultivava a tradicional cana-de-açúcar, matéria-prima para o açúcar e o etanol, combustível ecologicamente correto que compete com a gasolina. Porém, não só da plantação canavieira vive a zona rural piracicabana. Nessa terra que tudo dá, há diversos tipos de culturas.

Dentre outras plantações, destacamos a de laranjas, bananas, eucaliptos, além de 100% das hortaliças consumidas na cidade, e boa parte dos legumes consumidos pelos milhares de habitantes em Piracicaba.

Terra para pastagem também se cultivava nas terras da zona rural de Piracicaba, e essa atividade, junto com a agricultura, convive sem conflitos no campo, uma vez que esse território é um dos mais extensos, cuja área é a 19ª maior do estado de São Paulo (Piracicaba, 2012, p.66).

Para os ruralistas, Piracicaba era um exemplo de mundo rural, que deveria ser amplamente divulgado e copiado por outras localidades, seja no estado de São Paulo ou em outras partes do país. Assim, surge a seguinte questão: *quais eram as práticas que definiam Piracicaba como um município essencialmente agrícola? Como era a configuração do rural no município?* Para responder a esses questionamentos, é preciso, primeiramente, apresentar o conceito de Ruralismo, sua origem, pensamentos e consequências na sociedade.

A definição do conceito de Ruralismo será fundamentada no livro de Sonia Regina de Mendonça, intitulado “O ruralismo brasileiro” (1888 – 1931). Nesta obra a autora apresenta a origem do ruralismo no Brasil e os seus efeitos na sociedade da época, que vivia uma grande transformação. O início dos estudos de Mendonça (1997) está ligado a uma mudança econômica, política e social do país. Em 1888, o Brasil, após anos de luta pelos abolicionistas, efetiva a abolição da escravidão. No ano seguinte, 1889, o país se torna uma República. Esses fatores, políticos, tiveram impacto em diversas áreas da sociedade.

A partir da República, a relação entre o campo e a cidade seria modificada. A vida urbana era vista como sinônimo de cultura, posição social e progresso, enquanto a zona rural, onde a maioria da população do país vivia, era vista como atrasado e rudimentar. Começa-se uma valorização do espaço urbano em detrimento do rural.

Deitando profundas raízes no imaginário social do Ocidente, as noções de *campo* e *cidade* deram origem a variados sistemas de representações e valores, tão distintos quanto expressivos. O significante campo e seus múltiplos significados, costumam ser associados a formas de vida social consideradas naturais, plenas de paz, simplicidade ou inocência. Por outro lado, o segundo termo do binômio, e seus corolários, é vinculado à ideia de centros de empreendimento, saber e progresso. De igual forma, têm-se combinado importantes associações negativas ora a um, ora a outro: a cidade como espaço do egoísmo, da competitividade, da ambição; o campo como lugar do atraso, da ignorância, da rotina (Mendonça, 1997, p.9).

Williams (2011) também descreve a relação entre o campo e a cidade na Inglaterra no século XVI. Williams (2011) relata que, na Inglaterra industrial, a relação entre o rural e o urbano se modifica com as transformações. As cidades têm valores superiores aos campos, nelas tudo acontece, a vida próspera, há novas formas de trabalho, de vida cultural e de embelezamento. A zona rural continua a mesma, com os mesmos modos de produção agrária, uma vida tranquila e pacata.

O campo passou a ser associado a uma forma natural de vida — de paz, inocência e virtudes simples. À cidade associou-se a ideia de centro das realizações — de saber, comunicações, luz. Também constelaram-se poderosas associações negativas: a cidade como lugar de barulho, mundanidade e ambição; o campo como lugar de atraso, ignorância e limitação (Williams, 2011, p. 11).

Essas representações entre o campo e a cidade também foram amplamente difundidas pelo Movimento Ruralista e pela ruralização do ensino. Muitos dos participantes desses movimentos, como Sud Mennucci, defendiam que os professores que ensinavam em escolas rurais não eram capacitados para essa função, eram formados em escolas na cidade e para a cidade. Quando os docentes recém formados, chegavam nas zonas rurais, “viciavam” os camponeses com ideias das cidades, de um lugar melhor para viver, para encontrar bons

empregos e viver uma vida agitada, com festas e bailes. Para os ruralistas, deveria haver um amor à terra e meios de manter o homem no campo em seu lugar de origem. Dessa forma, propagavam ideias de um mundo rural ideal, conforme os seus pensamentos.

O Brasil mudou econômica e politicamente no século XIX para o século XX. As mudanças políticas que ocorreram nos últimos dois séculos, como a independência de Portugal, o Brasil império e a implantação da República no final do século XIX, provocaram mudanças na economia do país. A agricultura brasileira iniciou com os engenhos de açúcar e cresceu em intensidade e riqueza com o plantio de café, mas, gradualmente, foi perdendo espaço para a indústria, que instalava as suas fábricas em áreas urbanas e atraía a mão-de-obra que estava no campo. De acordo com Mendonça (1997), a partir dos textos de Raymond Williams, o capitalismo teve um impacto significativo nas representações e relações entre o campo e a cidade durante sua construção, afetando principalmente a agricultura durante os anos 1870–90.

Mendonça (1997) sustenta que essas intervenções capitalistas provocaram reações. Ele cita o caso francês com a criação de um movimento chamado *retour à la terre de Jules Méline*, que originou o ruralismo ou agrarismo.

O movimento era uma forte reação política e ideológica que investia em um sistema de ensino agrícola, que, de acordo com Mendonça (1997), poderia atuar sobre o campo, transformando as suas formas de pensar e agir. Para Fonseca (2014), os pensamentos franceses tiveram influência no movimento ruralista brasileiro.

Mendonça (1997, p.10) define o Ruralismo brasileiro da seguinte forma:

[...] o ruralismo como um *movimento político* de organização e institucionalização de interesses de determinadas frações da classe dominante agrária no Brasil — tanto em nível da sociedade civil, quanto em nível da sociedade política — bem como os conteúdos discursivos produzidos e veiculados pelos agentes e agências que dele participaram.

Mário Neme (2010)⁹², sustenta que Piracicaba era um município essencialmente agrícola, na década de 1930 e um exemplo para o estado de São Paulo e para o Brasil. Neme (2010) apresenta, em 108 páginas, os aspectos sociais, econômicos, geográficos, a divisão das terras, a colonização rural, a produção agrícola, a produção animal, a indústria açucareira e outras indústrias agrárias do município de Piracicaba.

O autor não foi o único a descrever e defender Piracicaba como um modelo de espaço geográfico rural, outros sujeitos do Movimento pela ruralização também argumentavam que

⁹² Ao longo do seu livro, Mario Neme faz referência ao Ruralismo. na introdução do seu livro, *Um município agrícola: aspectos sociais e econômicos da organização agrária de Piracicaba*, com a primeira edição publicada no ano de 1939 e com a reimpressão no ano de 2010, realizada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, com apoio da Secretaria de Ação Cultural de Piracicaba.

Piracicaba era um município exemplar na questão agrária, seja nas questões do espaço geográfico, do clima, do solo, social, economia, educacional e política.

A excelência do seu clima, sua favorável situação topográfica, o perfeito conjunto de irrigação natural que abrange todo o município, a incansável atividade de seus homens do campo, a inteligência de seus governantes — todos esses e outros fatores e igual preponderância constituem a causa cujo efeito é, nos nossos dias, essa evidência cristalina — Piracicaba, município essencial e exemplarmente agrícola (Neme, 2010, p.13).

Dentre os aspectos apresentados por Neme (2010), alguns se sobressaem e contribuem para a compreensão da problemática desta pesquisa. Ao descrever Piracicaba como um município agrícola, o autor demonstra que a economia brasileira, na década de 1930, é essencialmente agrária, embora haja um parque industrial em expansão significativa no estado de São Paulo. Para ele, “[...] a agricultura constitui o centro em torno do qual gravitam quase todos os fatos econômicos” (Neme, 2010, p.25).

Durante esse período, a principal fonte econômica do estado paulista era proveniente da agricultura. Neme (2010) reitera que Piracicaba é um dos municípios paulistas que mais atendem às demandas do Estado, devido à sua estrutura agrária exemplar. E complementa, “[...] o verdadeiro padrão que deve ser recomendado e seguido pelos demais municípios brasileiros” (Neme, 2010, p.25).

Alguns dados são apresentados para demonstrar que Piracicaba é um exemplo de um município essencialmente agrícola. A relevância de examinar esses dados evidencia algumas ideias do Movimento do Ruralismo que incentivavam a policultura em detrimento da monocultura, por compreenderem que a monocultura era uma forma de produção ultrapassada. Mendonça (1997) e Molina (2011) salientam que a policultura é um pensamento recorrente entre os ruralistas desde o seu surgimento.

Núcleo agricultor por excelência, contribuindo com grande porcentagem para a economia paulista, e da União — pois fornece quase 1/5 da produção estadual de açúcar, sobre a qual o imposto federal atinge considerável importância — responde a zona rural de Piracicaba pela invejável situação de sua economia pública e privada, pois seus pomares ricos, suas pastagens povoadas, suas terras carinhosamente cultivadas conquistaram no campo econômico uma posição firme e por isso relativamente preservada dos choques econômicos, aos quais estão expostos os municípios de menor policultor (Neme, 2010, p.25).

Segundo Molina (2011a), Piracicaba no século XIX era o centro produtor de cana-de-açúcar na Província, com 78 engenhos. Para o mercado interno, produzia açúcar e aguardente, para o mercado externo, café, mas, também havia outras culturas, como o algodão para a fábrica de tecidos, milho, feijão, arroz, amendoim, fumo, gado vacum, cavalar e lanígero (Muller, 1836,

apud Neme, 2010, p.12). A cultura da cana-de-açúcar sempre foi uma característica marcante de Piracicaba, e ainda é assim até hoje. Em 1939, Neme (2010) identificou cinco usinas localizadas no município, todas equipadas com máquinas agrícolas modernas.

A ambientação social das condições da vida rural é um dos pontos relevantes a serem considerados. Neme (2010) apresenta as características da zona rural de Piracicaba na década de 1930, pontuando um número estimado de 46.000 habitantes nas fazendas e nos sítios rurais, distribuídos em Distritos de Paz, Vilas ou Núcleos e Bairros rurais.

Os distritos de paz são, no total, três (Charqueada, João Alfredo e Ibitiruna) e estão mais próximos de uma cidade, por abrigarem indústrias, no caso agrária, comércio, grêmios esportivos e recreativos, grupo escolar, espaços públicos, linhas de auto-ônibus, ruas cimentadas, confortáveis prédios de moradia, luz elétrica, igreja, hotéis e posto policial. As Vilas ou Núcleos também contavam com: energia elétrica, escola, posto policial e ruas pavimentadas. E os Bairros Rurais eram pequenas propriedades rurais de fácil acesso, ligadas à cidade por estradas de rodagem.

Nos distritos de paz, vilas e bairros rurais, as habitações eram de tijolo e telha, com o chão tijolado. Segundo Neme (2010), na zona rural de Piracicabana, não existiam construções de palha, pau-a-pique ou choças de sapé, materiais usados em muitas casas rurais pelo Brasil. Esses materiais são aproveitados, em Piracicaba, para a construção de depósitos. As casas, sejam de fazendeiros, pequenos proprietários ou sitiantes, eram adequadas para abrigar muitas famílias, seguindo os padrões de higiene. Para Neme (2010), essa estrutura demonstrava a estabilidade da população rural de Piracicaba e as condições indispensáveis para o bom funcionamento do ruralismo.

É perceptível que a organização social também teve um impacto relevante na estruturação de Piracicaba como município modelo (representação) de organização rural. Distritos, vilas e bairros rurais, com estrutura social, econômica, com moradias adequadas, seguindo os princípios da higiene, com postos de trabalho, de lazer, enfim, todos os melhoramentos da vida urbana, mas, no espaço rural. Aqui, fica claro o discurso contra o êxodo rural. Cria-se uma “Sociedade Rural”, termo que Neme (2010, p.52) empregou para se referir à “organização rural” ou “consciência rural” que, em conformidade com ele, Piracicaba já ostentava.

Mas esses caracteres, aspectos parciais do ambiente físico agrário e da produção extrativa, não bastam à organização de uma sociedade rural. Fazem-se necessários, indispensáveis, todos os demais fatores de interação humana — todas as instituições próprias ao meio social rural que atentam as necessidades sociais do homem, que lhe dêem uma consciência de grupo, que

enfeixem e correspondam às várias formas de vida coletiva: — econômica, recreativa, religiosa, artística, cultural (Neme, 2010, p.53).

Para os ruralistas, a organização rural adequada a ser seguida era a de Piracicaba, uma vez que reunia todas as características essenciais de um município agrícola. Dentre as características, destaca-se a Educação. Em Piracicaba, o ensino rural foi um plano de ação política e do Movimento pela Ruralização do Ensino. Assim, analisa-se a educação piracicabana do período.

3.2 “Uma cidade de muitas escolas”

No início do processo de urbanização e modernização das cidades na Primeira República, as escolas foram um dos elementos que representavam o progresso e a modernidade dos centros urbanos. Conforme associou Souza (1998), as instituições educacionais desse período, sobretudo aquelas que ofereciam o ensino elementar nas áreas urbanas, foram consideradas como “templos da civilização”, uma vez que representavam os ideais republicanos que estavam surgindo naquele momento.

No final do século XIX e início do século XX, no estado de São Paulo, foi adotado o modelo de ensino das escolas graduadas, baseado na classificação homogênea dos alunos, na existência de várias salas de aula e vários professores (Souza, 1998). A representação mais popular da escola graduada foram os *Grupos Escolares* que faziam parte do projeto republicano de educação popular. Até esse período, havia poucas escolas e não eram todos que conseguiam frequentar essas instituições escolares. O índice de analfabetismo era elevado. No regime Monárquico, já existiam algumas iniciativas educacionais, mas não eram tão evidentes quanto as iniciativas republicanas.

Durante a Monarquia, as *Escolas de Primeiras Letras* eram a principal modalidade de educação primária, para, como o nome sugere, aprender as primeiras letras, ou seja, a alfabetização, da leitura, da escrita e dos cálculos básicos. Com os grupos escolares, instituídos no início do novo regime, especificamente em 1893 (Souza, 1998), observou-se um avanço na educação primária, inicialmente em São Paulo e posteriormente em todo o país. Esse progresso consistia na organização física e pedagógica das escolas primárias, sobretudo nas áreas urbanas.

O processo de construção do grupo escolar como uma nova organização administrativo-pedagógica do ensino primário concretizou-se em poucos anos. Uma escola urbana, moderna e de melhor qualidade. A reunião de escolas trazia todos os princípios fundamentais que propiciaram as mudanças

no ensino primário: a racionalização e a padronização do ensino, a divisão do trabalho docente, a classificação dos alunos, o estabelecimento de exames, a necessidade de prédios próprios com a consequente constituição da escola como lugar, o estabelecimento de programas amplos e enciclopédicos, a profissionalização do magistério, novos procedimentos de ensino, uma nova cultura escolar (Souza, 1998, p.49–50).

O novo regime tinha como objetivo o progresso e o desenvolvimento social e econômico do país, logo, não bastavam apenas as escolas urbanas, mas também dever-se-ia investir na educação das populações rurais, que, naquele período, eram o maior contingente populacional. As escolas primárias implementadas para as zonas rurais foram as *Escolas Preliminares* e, posteriormente, as *Escolas Isoladas*, que eram similares às escolas de primeiras letras do regime anterior. Eram escolas singulares, com um único professor que ensinava a todos os alunos, mesmo que estivessem em diferentes níveis de aprendizado. As escolas isoladas, como analisaram Souza e Ávila (2014), eram inferiores aos grupos escolares, seja na estrutura física, com prédios adaptados ou nas questões pedagógicas, com um curso primário de menor duração, em média 3 anos, enquanto nos grupos escolares o curso primário durava quatro anos.

Os problemas das escolas singulares eram os mesmos enfrentados pelos professores de primeiras letras do Império, incansavelmente notificados nos relatórios enviados por eles à Inspetoria da Instrução Pública: além dos baixos salários, as escolas funcionavam em locais impróprios, nas casas dos professores ou em cômodos alugados por eles. Os professores ressentiam-se também de móveis e materiais didáticos (Ávila; Souza, 2015, p.296)

Nos anos 1890 e 1930, período conhecido como República Velha, iniciou-se a expansão do ensino primário, através dos grupos escolares, em áreas urbanas. A expansão da rede escolar paulista começou lentamente. No período inicial da República, o Estado mantinha 890 escolas primárias, 2 escolas normais, 5 escolas-modelo, 20 grupos escolares, um jardim de infância, um ginásio, uma escola complementar, uma instituição de ensino superior e subvencionava o curso de Artes e Ofícios. Nos anos 30 do século passado, o estado de São Paulo havia ampliado sua rede de ensino e contava com 3.397 estabelecimentos de ensino, sendo o maior número de escolas primárias (Souza, 2012).

Para Souza (2012), o Poder público paulista investiu fortemente no ensino primário, sobretudo nas áreas urbanas, com os grupos escolares, porém, essa expansão não foi suficiente para atender o alto número populacional em fase de escolarização. Nas áreas rurais, com as escolas isoladas, como Leite (2018) analisou, a expansão começou na década de 30 do século XX, atingindo mais de 15 mil escolas isoladas no início dos anos de 1970.

Piracicaba, também experienciou a expansão do ensino primário, criando grupos escolares em áreas urbanas e rurais, como também, a implementação de unidades escolares

inferiores, mas essenciais na formação básica das populações campestres, como as escolas isoladas.

No início do século XX, Piracicaba foi considerada a Ateneu Paulista pelo propagandista italiano Roberto Capri (Piracicaba, 2012), e também cognominada de A Cidade das Escolas, por Thales Castanho de Andrade, em 1922 (Monteiro, 1988), devido ao grande número de instituições escolares, públicas e privadas, existentes no período.

Observa-se a expansão do ensino primário nos dados coletados sobre a cidade de Piracicaba, que desde o período Monárquico construiu sua rede de escolas, tanto públicas quanto privadas. De acordo com Noedi Monteiro (1988), em 1822 foi construído um edifício que abrigava a Câmara Municipal, a Cadeia e uma Escola de Primeiras Letras. No entanto, somente em 1826 foi escolhida uma pessoa competente para conduzir a escola. A primeira escola de primeiras letras foi criada para a educação de 30 estudantes do sexo masculino, enquanto a primeira escola feminina foi criada apenas em 1845 (Monteiro, 1988).

A 22 de abril [1826], a Câmara Municipal enviava à Presidência da Província a indicação de Manoel Morato de Carvalho como professor, pois o primeiro indicado, Joaquim Floriano Leite, não havia sido nomeado. Em 1830 só havia uma escola em Vila Nova da Constituição (Piracicaba). Em 1835, em razão da morte do professor em exercício, Lourenço Antônio de Almeida, o único professor da vila, a escola parou de funcionar. Até quase a metade do século XIX, só havia em Vila Nova da Constituição escola para meninos (Pires, 2009, p.4).

No recorte temporal escolhido por Monteiro (1988), que se inicia em 1822 e termina em 1900, no último ano do século XIX, muitas iniciativas, sobretudo particulares, surgiram no município de Piracicaba. Algumas das escolas criadas nesse período ainda existem, como o Colégio Piracicabano, fundado em 1881, de iniciativa privada, e a Escola Complementar de Piracicaba, fundada em 1897 (Tanuri, 1979; Honorato, 2011), transformada em Escola Normal Primária em 1911 e Escola Normal em 1921, com a Reforma Sampaio Dória (Honorato, 2011). Em 1945, passou a ser denominada de Escola Normal Sud Mennucci, em homenagem ao educador e ex-aluno da escola. É denominada Escola Estadual Prof. “Sud Mennucci” atualmente.

Ainda no período da Monarquia, Piracicaba contava com o Gabinete de Leitura, Externatos, Colégio Americano, Sociedade Beneficente Instrutora, Sociedade Propagadora da Instrução⁹³ (1890), escola noturna, Colégio São José e a Escola Sagrado Coração de Jesus. Algumas das instituições existentes na cidade na época ofereciam tanto o ensino básico quanto

⁹³ A Sociedade Propagadora da Instrução tinha como propósito instruir os filhos de cidadãos piracicabanos ligados à maçonaria e ao republicanismo (Piracicaba, 2012, p.24).

o secundário. Durante os primeiros anos da República no Brasil, houve a criação de algumas escolas de instrução primária em Piracicaba, como a Escola Luiz de Queiroz (ensino elementar), e a implementação dos grupos escolares, sendo o primeiro GE criado em 1897 e, de acordo com Monteiro (1988), o quinto GE instalado no estado de São Paulo.

Em 1895, foi lançada a pedra fundamental do primeiro grupo escolar em Piracicaba e, dois anos depois, a escola foi implantada. Em 1907, passou a ser denominado “Grupo Escolar Barão do Rio Branco” (Monteiro, 1988, p.10). Durante esse mesmo período, surgiram algumas escolas em distritos e fazendas, como a Escola Mista de Tanquinho, distrito de Piracicaba, que, atualmente, é chamada de E.E. ‘João Alves de Almeida’ (Piracicaba, 2012) e a Escola Rural na Fazenda Pau D’Alho (Monteiro, 1988). No dia 4 de agosto de 1900, foi criado o segundo grupo escolar de Piracicaba, conhecido como G.E. “Moraes Barros” (Monteiro, 1988). Essas escolas foram os principais estabelecimentos para a educação primária das crianças paulistas. Souza (2012, p.35) afirma que também houve outras escolas no estado de São Paulo que auxiliaram na expansão do ensino primário, como as Escolas Reunidas.

É importante salientar também a relevância de Piracicaba, uma vez que, em pouco tempo após a implantação do novo regime, a municipalidade já havia instalado dois grupos escolares para atender à população urbana da cidade, que estava em constante expansão. De acordo com Pacano (2018), a modernização das cidades paulistas era uma demanda antiga desde 1850, devido ao aumento da exportação de café. Essa modernização ficou conhecida como *Bella Époque* (Pacano, 2018, p. 15), um período considerado de desenvolvimento das cidades e as escolas primárias foram fundamentais nesse processo.

Molina (2011a) destacou, em seus estudos, que Piracicaba foi um importante centro político, berço do Partido Republicano Paulista, e também a cidade de origem da família Moraes de Barros. Essa influência política fez de Piracicaba uma cidade paulista que precisava de embelezamentos, principalmente na área urbana. O IPPLAP — Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba — menciona a influência de Piracicaba e os avanços urbanos recebidos:

Piracicaba, como um dos principais centros republicanos de São Paulo, foi uma das cidades beneficiadas com o novo regime de governo no Brasil. Juntamente com as cidades mais desenvolvidas econômica ou politicamente do Estado de São Paulo, recebeu do novo governo projetos para a construção de equipamentos urbanos. De acordo com o número de habitantes era decidido qual projeto padrão seria designado. Mas somente o projeto era gratuito: todo o material e mão de obra, além do terreno, seriam de responsabilidade local. O objetivo do governo era de padronizar as edificações, embora os projetos não fossem idênticos. Cada planta continha o necessário para o funcionamento das instituições, fosse escola, cadeia, Câmara ou Tribunal. Piracicaba recebeu apenas plantas para a construção do Grupo Escolar e do Tribunal e Cadeia. A Câmara e a Escola Complementar, por falta de recursos, foram instaladas em edifício já existentes. Também no campo educacional, Luiz de Queiroz

iniciou seus esforços na criação de uma Escola Agrícola, projeto este que veio a se transformar na atual ESALQ/USP (Piracicaba, 2012, p.14).

Na **Figura 6**, mostram-se algumas escolas criadas em Piracicaba entre o final do século XIX e o início do século XX. Dos quatro estabelecimentos, dois são grupos escolares; a Escola Complementar; e o Colégio Piracicabano, criado em 1881 e dirigido pela missionária americana Martha Hite Watts (PIRACICABA, 2012, p.20), referência de ensino privado até os dias atuais em Piracicaba.

Figura 6 - Escolas Monumentais de Piracicaba, início do século XX



Principais Escolas de Piracicaba no início do século XX: G. E. de Piracicaba, G. E. 'Morais Barros', Escola Complementar e Colégio Piracicabano.

Fonte: IPPLAP, 2012, p.19

Todos os prédios representados na figura 6 (Grupo Escolares de Piracicaba e Morais de Barros; Escola Complementar; e o Colégio Piracicabano), apresentam uma arquitetura monumental, caracterizadas como uma escola tipicamente urbana, de modo a refletir no imaginário social a crença no progresso, na ciência e na civilização (Souza, 1998). Junto com a República, iniciou-se um processo de transformação das cidades em um ambiente moderno, equipado com infraestruturas como comércio, saneamento básico, iluminação e transporte

público, entre outras. De acordo com Souza (1998), as instituições de ensino eram parte dessas melhorias urbanas e simbolizavam o progresso de uma localidade.

Os estudos conduzidos pelo Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba (2012) comprovam que, no início do século XX, Piracicaba possuía um número considerável de instituições de ensino na área urbana, além de algumas iniciativas na área rural. Sud Mennucci (1934) aponta que, na década de 20 do século passado, quando era Delegado de Ensino da região de Piracicaba, o educador incentivou a criação de escolas primárias rurais no município de Piracicaba, o que gerou uma expansão no ensino rural piracicabano. Para o IPPLAP (2012), a expansão do ensino rural colaborou para a criação de escolas em localidades em que antes não existia este tipo de ensino, como nos bairros da Vila Rezende e Monte Alegre, que comportavam importantes engenhos de açúcar do município e ficavam mais afastados dos centros urbanos e necessitava de educação escolar para os colonos.

Essas unidades escolares atenderam, sobretudo, os bairros mais distantes do centro urbano piracicabano, sendo que essas unidades foram criadas com o apoio da iniciativa privada e doadas ao governo estadual (Piracicaba, 2012).

Mais uma vez a iniciativa particular teve caráter decisivo, sendo que duas dessas edificações foram construídas por industriais e cedidas ao Governo de São Paulo para atenderem aos filhos dos operários das usinas, nos bairros de Monte Alegre e Vila Rezende, na implantação de Grupos Escolares ou Escolas Reunidas (Piracicaba, 2012, p.15).

O avanço educacional de Piracicaba foi muito significativo. Ao analisar os *Relatórios de Inspeção da Delegacia Regional do Ensino de Piracicaba* dos anos de 1933 e 1938 e o livro de Sud Mennucci, *Aspétos Piracicabanos do Ensino Rural*, publicado em 1934, realizou-se um levantamento das escolas existentes na década de 1930. O número de escolas é reflexo dos investimentos educacionais do município nas primeiras décadas do século XX.

Tabela 2 - Estabelecimentos de ensino de Piracicaba, década de 1930

Tipo de estabelecimentos de ensino	Total
Grupo Escolar ⁹⁴	29
Escola de Aplicação anexa à Normal Oficial	1
Escola Isoladas (classes)	33
Ensino Primário Particular	4
Ensino Secundário (Ginásio)	1
Curso Normal Oficial	1
Curso Normal Livre	1
Escola de Comércio	2
Ensino Superior	2
Total de estabelecimentos de ensino	74

Fonte: Relatório de Inspeção da Delegacia Regional do Ensino de Piracicaba, 1933 e 1938; Sud Mennucci, 1934

A **Tabela 2** demonstra dados interessantes. Em primeiro lugar, é possível afirmar que, até a década de 1930, Piracicaba contava com um número significativo de estabelecimentos de ensino em diferentes níveis de educação, o que resultou nas denominações *Ateneu Paulista* e *A Cidade das escolas*. À luz dos investimentos realizados nos anos 1920, verificou-se um aumento significativo do número de escolas primárias públicas, seja nas áreas urbanas — com sete grupos escolares, um curso primário e três escolas isoladas urbanas —, seja na zona rural — com 21 grupos escolares rurais e 30 escolas isoladas rurais.

Os estabelecimentos educacionais privados incluíam o Colégio Piracicabano e o Colégio Assunção no ensino primário, enquanto no ensino secundário e normal, havia o Colégio Piracicabano e a Escola Normal Oficial, que iniciou suas atividades como Escola Complementar; e a Escola Normal Livre Assunção, fundada em 1928 (Piracicaba, 2012).

Outros níveis de ensino também se destacavam naquele período, como as Escolas de Comércio “Cristóvão Colombo” e “Moraes Barros” (Mennucci, 1934, p.88), o Instituto

⁹⁴ A partir das fontes analisados para esta pesquisa, localizaram-se os seguintes Grupos Escolares situados na área urbana de Piracicaba: Barão do Rio Branco, Moraes de Barros, José Romão, Dr. João Conceição, Francisca de Castro, Dr. Alfredo Cardoso, Dr. Prudente e um Curso Primário, os outros grupos escolares existentes no município tinham a designação de rural e serão analisados no próximo subcapítulo.

Baronesa de Rezende, voltado para mulheres, visando alfabetizar, ensinar as tarefas domésticas e noções agrícolas (Piracicaba, 2012). A Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ) e a Faculdade de Farmácia e Odontologia (Mennucci, 1934). Mennucci (1934) também menciona, em nota, os Cursos preparatórios para o ginásio, que tinham duração reduzida, e o Curso especial de corte e costura, que, de acordo com o autor, era composto por muitas alunas.

A expansão do ensino primário, urbano e rural, não foi um caso exclusivo de Piracicaba, mas alguns aspectos, como a criação de 21 grupos escolares na zona rural, foram um fenômeno pontual do município. Moraes (2014) demonstra que, no estado de São Paulo, Piracicaba foi o único município com o maior número de GER, um argumento semelhante defendido por Sud Mennucci (1934).

A análise desta tese se concentra principalmente nos estabelecimentos de ensino situados na área rural da cidade, tais como os Grupos Escolares Rurais, as Escolas Isoladas Rurais e, em certa medida, na influência da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” no desenvolvimento do ensino rural em Piracicaba e na criação do título de “Meca do ruralismo no Brasil”. Considerando isso, na próxima subseção, será examinado o ensino rural em Piracicaba.

3.3 “Aspectos Piracicabanos do Ensino Rural⁹⁵”: a Meca do Ruralismo⁹⁶

Afirmemos bem alto, para que toda a nação nos escute, que nenhuma localidade fez mais pelo ensino rural do que Piracicaba até hoje. E que nenhum município fez mais, nem mais depressa, nem antes do que êle (Mennucci, 1934, p.14).

A expansão do ensino rural não foi um fato isolado de Piracicaba. Diversos municípios paulistas estavam investindo em escolas para a população rural, mas essa expansão foi significativa, sobretudo após a década de 1930, ao passo que Piracicaba já apresentava iniciativas anteriores ao período em questão.

Segundo Leite (2018), com base em dados estatísticos do ensino do estado de São Paulo, percebeu-se que a expansão das escolas primárias localizadas em áreas rurais, com destaque para as escolas isoladas, começou nos anos 1930 e atingiu o seu maior número de escolas na

⁹⁵ Para o título desta subseção, faz-se referência ao título do livro escrito por Sud Mennucci, em 1934, denominado – Aspétos Piracicabanos do Ensino Rural. Neste título da subseção, não utilizou-se a escrita correspondente à escrita do livro, mas sim, a ortografia da língua portuguesa atual.

⁹⁶ Aqui a Meca é compreendida como espaço e ações de propagação de uma concepção e/ou pensamento.

década de 1970, alcançando números superiores a 15 mil unidades. Nos anos de 1930 a 1970, existiram no estado de São Paulo alguns tipos de escolas rurais, que seguiam o mesmo programa de ensino das escolas urbanas. Entre esses modelos estão: as Escolas Isoladas, as Escolas de Emergência⁹⁷ (1955) e as Escolas Agrupadas Rural⁹⁸ (1967) (Leite, 2018).

Em seu livro “Aspétos Piracicabanos do Ensino Rural”, Sud Mennucci afirma que o município foi o primeiro a criar uma consciência agrícola, o que é considerado por ele como um movimento vanguardista, uma vez que a campanha pelo ensino rural, remonta há anos em que, em todo o país, ninguém se importava com o problema (Mennucci, 1934). Entre 1922 e 1925, surgiu em Piracicaba uma “nova religião educativa”, que, de acordo com Mennucci (1934), significa a continuidade dos esforços de Luiz de Queiroz para o ensino rural no estado de São Paulo e em Piracicaba. A Escola Agrícola Prática é uma das iniciativas educacionais pioneiras em Piracicaba.

A minha geração ainda andava de calças curtas, a peraltear pelos bancos das escolas de primeiras letras e já Luís de Queiroz, a empolgante figura de realizador, conseguira a organização do ensino agrícola no Estado, que ele provocara com a doação da Fazenda São João da Montanha para a instalação desse estabelecimento que é hoje um padrão de glória brasileira, sem dúvida, paulista, por certo, mas inegavelmente piracicabano (Mennucci, 1934, p.13 e 14).

A escola prática de agricultura iniciou um movimento forte no município de Piracicaba, criando uma nova consciência e uma nova “religião” agrícola, incentivando o amor pelo campo. Em meados do século XX, esses esforços resultaram em escolas rurais no município, do ensino primário ao superior.

3.3.1 A Escola Agrícola Prática de Piracicaba⁹⁹

A Escola Superior de Agricultura “Luís (sic) de Queiroz” criou em São Paulo e mais que em outra parte, em Piracicaba, uma mentalidade nova, de cunho acentuadamente rural (Mennucci, 1934, p.50).

A escola de agricultura sempre foi e ainda é um orgulho da cidade de Piracicaba. A escola se mantém, até hoje, uma referência em desenvolvimento agrícola no Brasil. Para Sud Mennucci, a Escola Superior de Agricultura, criada por Luiz de Queiroz no final do século XIX,

⁹⁷ Implementadas pelo Decreto Estadual n. 24.400, de 11 de março de 1955, que dispunha sobre a instalação de classe de emergência de ensino primário.

⁹⁸ Implementadas pela Lei Estadual n. 9.717, de 30 de janeiro de 1967, que autorizou o agrupamento ou o funcionamento no regime de escolas agrupadas a união de quatro ou cinco escolas isoladas.

⁹⁹ Sobre a Escola Agrícola Prática de Piracicaba ver Perecin (2004) e Molina (2011; 2014).

introduziu uma “mentalidade nova” no estado e na cidade de Piracicaba, dando início à valorização do meio rural e consolidando Piracicaba como um modelo de região agrícola.

De acordo com Perecin (2004) e Molina (2011a; 2011b), Luiz Vicente de Souza Queiroz nasceu na cidade de São Paulo em 1849. Era filho de Vicente de Souza Queiroz (Barão de Limeira) e Francisca de Paula Souza, neto do brigadeiro Luiz Antonio, um dos maiores proprietários de terras da província paulista (MOLINA, 2011b, p.84). Ele estudou agronomia na França e na Suíça e, ao retornar para o Brasil em 1873, herdou a fazenda Engenho d'Água do seu pai na Vila da Constituição, hoje cidade de Piracicaba.

Luiz de Queiroz instalou uma fábrica de tecidos “Santa Francisca” e uma usina hidrelétrica em Piracicaba, que beneficiou a localidade. Todo o equipamento da usina era importado, o que permitiu gerar energia para a fábrica e para a iluminação pública da cidade. Ele também se envolveu em experiências relacionadas à telefonia e a arborização da cidade (Molina, 2011b). Luiz de Queiroz participou do Partido Republicano Paulista e era considerado um abolicionista, o que o colocava em oposição à classe dominante do partido, representada por Prudente de Moraes.

Luiz de Queiroz era membro do Partido Republicano e presidiu a comissão abolicionista de Piracicaba. Suas ideias de abolir a escravidão em “curto prazo” entraram em choque com a fração conservadora da classe dominante local, pois, “o modelo de trabalho livre introduzido em sua empresa chocava-se com a velha cultura agrária e escravocrata”. Na esfera de seu partido também ocorreram atritos, principalmente entre as duas lideranças republicanas de Piracicaba. De um lado Luiz de Queiroz, que defendia a abolição imediata do trabalho servil; de outro, Prudente de Moraes, que era a favor da emancipação gradual com indenização aos proprietários dos escravos (Molina, 2011b, p.85).

Queiroz compreendeu que o progresso da civilização dependia da educação. Dessa forma, iniciou uma série de tentativas de criação de escolas agrícolas no estado de São Paulo visando introduzir a racionalização científica da agricultura (Molina, 2011b). O local escolhido para a criação dessas escolas agrícolas foi o município de Piracicaba. Após a abolição dos escravos, houve uma mudança na cultura cafeeira no estado de São Paulo, um dos principais exportadores do gênero, com avanços tecnológicos em diversas áreas relacionadas à cultura do café, para aumentar a produção, a exportação e moldar as relações de trabalho (Molina, 2011b). É necessário um conhecimento acadêmico para o uso das novas tecnologias.

As tímidas tentativas de inovação tecnológica na agricultura paulista do início do século XX, é caracterizada basicamente pela ampliação e maior conservação das estradas, introdução de maquinário de beneficiar o café, abertura de estradas de ferro ligando o interior ao porto em Santos, utilização do navio a vapor e o processo de disciplinarização do meio urbano com o surgimento de novas cidades. É nesse contexto histórico que acontece a

ampliação das primeiras instituições de ensino no Brasil (Molina, 2011b, p.86).

O progresso tecnológico na cultura cafeeira levou à criação de instituições de ensino voltadas para a agricultura, visando formar trabalhadores qualificados em diferentes níveis, desde a classe mais baixa até a mais alta, abrangendo desde os trabalhadores braçais até os cargos mais especializados, a fim de garantir um produto de excelência. Para tanto, foi necessário investir em educação e pesquisa científica.

A fração liberal-cientificista da classe dominante brasileira, teve interesse na formação de quadros profissionais qualificados para seus sistemas produtivos, seja de capatazes, administradores ou trabalhadores braçais, além de cientistas, médicos e engenheiros. Assim, este setor “moderno” empresarial da elite, principalmente ligado ao café, “teve de apoiar a constituição de um complexo de instituições visando incrementar o setor agro-pecuário”. Exemplo disso foi a organização da Politécnica de São Paulo, em 1893, que oferecia o curso de engenharia agrícola, a criação do Instituto Agrônomo de Campinas, em 1887, e os trabalhos de adaptação da fazenda São João da Montanha em escola prática de agricultura, após o processo de doação para o estado feito por Luiz de Queiroz em 1892 (Molina, 2011b, p. 86).

Com a associação Brazilian Gentleman, formada por agricultores e a iniciativa privada, Luiz de Queiroz iniciou a sua primeira tentativa de educação, em 1881, com o “Colégio Agrícola de São Paulo”. De acordo com Molina (2011a), a intenção era criar escolas de nível secundário e superior agrícola, que, na época, eram consideradas instituições educacionais de elite, uma vez que a população mais rica do país frequentava essas escolas. A primeira iniciativa educacional do empresário não se efetivou e, em 1891, adquiriu a Fazenda São João da Montanha, onde planejava a criação de uma escola prática agrícola.

A cidade de Piracicaba foi a escolhida para a construção da escola de agricultura, com a compra da fazenda São João da Montanha em hasta pública, em janeiro de 1891. A propriedade era composta por 131 alqueires (317ha), localizado ao redor da cidade de Piracicaba, que na virada do século XIX tinha aproximadamente 20 mil habitantes. A fazenda possuía plantação de cana-de-açúcar, vários engenhos antigos e dois engenhos centrais. O café, havia sido introduzido tardiamente, mas não se implantara com força total, nem implicou no abandono da antiga lavoura canavieira. O rio Piracicamirim, que corta a fazenda, fornecia possibilidade de aproveitamento de potencial hidráulico e elétrico (Molina, 2011b, p.87).

Luiz de Queiroz não conseguia arrecadar fundos para o projeto, então procurou o poder legislativo paulista, que, inicialmente, rejeitou o projeto do empresário, uma vez que o Estado também estava analisando um projeto de criação de uma instituição de ensino agrícola (Molina, 2011a). No entanto, Queiroz não desejava se desfazer dos investimentos realizados para a construção da escola e, por isso, conseguiu convencer o Estado através da opinião pública e da

imprensa a adquirir a Fazenda São João da Montanha e, conseqüentemente, financiar seu projeto.

Com as finanças da Associação no “vermelho”, sem o auxílio oficial e percebendo que o legislativo paulista estava articulando um projeto estatal de ensino agrícola, Queiroz realizou, como coordenador da Associação, uma manobra bem sucedida. Para não perder o capital e o tempo investidos no empreendimento educacional nem a elaboração do projeto ideológico, e visando não sofrer, posteriormente, com uma instituição concorrente e bancada com dinheiro do Estado, Queiroz mobilizou a opinião pública por meio da imprensa e convenceu o Legislativo Paulista a adquirir a fazenda São João da Montanha, restituindo à associação *Brazilian Gentleman* o valor integral das terras e de toda a infraestrutura no local (Molina, 2011a, p.92).

Ao criar a escola de ensino agrícola, o Estado pretendia formar a força de trabalho da agricultura, investindo em menores órfãos, enquanto o projeto da associação *Brazilian Gentleman* diplomaria os jovens pertencentes à classe dominante da camada ruralista paulista (Molina, 2011a). No entanto, Molina (2011a), com base em estudos de Perecin (2004, p.12), concluiu que, ao longo do tempo e da existência da escola agrícola de Piracicaba, haveria uma predominância da classe dominante como clientela da instituição escolar.

Molina (2011a) ressalta que até 1910, ano da regulamentação do ensino agrícola no Brasil, a iniciativa privada investia na criação de instituições e cursos agrícolas no país. Dessa forma, é perceptível que a formação agrícola pertencia à classe dominante, sendo que, em muitos casos, essas escolas eram frequentadas exclusivamente pelos filhos dos proprietários de fazendas.

No final do século XIX e início do século XX, Molina (2011a) afirma que o estado de São Paulo era um grande investidor de infraestrutura na educação rural, nas pesquisas agronômicas e na extensão desses conhecimentos à comunidade ruralista (Molina, 2011a). Nessa época, surgiram três importantes instituições de ensino agrícola no estado: o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), em 1887, o curso superior em Engenharia Agrícola, na Escola Politécnica da Capital, e, por fim, o curso secundário em Agricultura Técnica na Escola Agrícola Prática “Luiz de Queiroz”, em 1901 (Molina, 2011a, p.95). Molina (2011a) aponta que essas instituições visavam atender os filhos da classe dominante que se beneficiavam da agricultura exportadora. Isso, de acordo com Molina (2011a), incluía especialmente o café, que era a base e a cultura mais rentável da agricultura brasileira naquele período.

O início da Escola Agrícola Prática de Piracicaba foi difícil, pois não havia recursos financeiros para prosseguir com o projeto educacional. Luiz de Queiroz entregou a escola para a iniciativa pública, firmando um contrato com o Legislativo para a escola ser real e não perdesse o investimento financeiro que já havia sido feito. Conforme os estudos de Molina

(2011b), Luiz de Queiroz, após concluir um acordo com o Estado e entregar o projeto da escola agrícola ao governo estadual de São Paulo, mudou-se de Piracicaba para a cidade de São Paulo e passou a acompanhar de perto as obras da escola (Molina, 2011b). O acordo previa que o governo devolveria a propriedade se a escola não fosse construída em 10 anos.

Através de uma série de negociações, conseguiu transferir em 1892 a fazenda São João da Montanha ao poder público com a condição de que nela fosse construída, no prazo máximo de 10 anos, a escola de agronomia para a educação profissional dos que se destinasse à lavoura. Se a escola não fosse construída no estipulado prazo, a propriedade voltaria para as suas mãos ou de sua família (Molina, 2011b, p.88).

Luiz de Queiroz falhou em concluir sua obra e faleceu antes mesmo da inauguração da escola, em 1898, aos 49 anos, devido a uma depressão (Molina, 2011b). Em 1901, em condições precárias, foi criada a “Escola Agrícola Prática de Piracicaba” e a inauguração da escola foi feita às pressas, para não haver a devolução da propriedade. A escola foi entregue sem as edificações previstas no projeto de Luiz de Queiroz. O que era relevante para o governo estadual era não romper o acordo e perder a fazenda São João da Montanha para a família de Queiroz.

A Escola Prática de Agricultura de Piracicaba seria, de fato, a escola ideal para a formação de técnicos agrícolas, ao passo que a Escola Politécnica, na Capital paulista, formaria Engenheiros agrícolas. Dessa forma, o técnico trabalharia em harmonia com os engenheiros. Segundo os estudos de Molina (2011a), o agrônomo graduado pela Escola Agrícola Prática de Piracicaba teria vantagens ao ser admitido em cargos públicos, especialmente na Secretaria de Agricultura, além de estar capacitado para atuar em outras áreas agrícolas.

O agrônomo funcionaria como intelectual orgânico do ruralismo “moderno” e, portanto, teria o objetivo de moldar a cultura dos pequenos lavradores, grandes lavradores e empregados braçais, atuando nos meios de comunicação, como os periódicos agrícolas (jornais e revistas), no trabalho como administradores de fazendas particulares ou próprias, como professores em escolas de todos os níveis e como funcionários estatais que visitariam fazendas, periodicamente, como consultores (Molina, 2011a, p.115).

Molina (2011a) observou que a instituição de ensino estava estruturada pedagogicamente em um ensino técnico e prático, seguindo o modelo da pedagogia intuitiva. No entanto, até o momento, essa experiência ainda era desconhecida no estado de São Paulo. Dessa forma, o autor compreendeu que o futuro da instituição era incerto, assim como a clientela não estava preparada para frequentar esse tipo de escola. Apesar de serem filhos da classe dominante, não tinham uma educação básica adequada para estudar na escola agrícola prática de Piracicaba. O ensino era predominantemente prático e os filhos das classes dominantes se recusavam a realizar tal tarefa, alegando que não nascem para trabalhos braçais.

Além das questões da precariedade estrutural e do baixo rendimento nos exames, a Instituição contou com outros problemas, como o preconceito por parte dos alunos de classes mais abastadas contra os trabalhos práticos das disciplinas de campo na fazenda-modelo. Par esses jovens, provenientes da classe dominante, ficar exposto ao sol, realizando experimentos no campo era um trabalho braçal encarado como prática de classes subalternas ou “degenerados” (Molina, 2011a, 142).

Em 1903, formou-se a primeira turma de agrônomos práticos, mas Molina (2011a) observou que, dos 25 alunos matriculados, apenas 7 receberam o diploma, o que significa que muitos desistiram do curso. A baixa instrução e a alta exigência da escola impossibilitava a permanência dos educandos. A ESALQ, oferece, atualmente, os seguintes cursos de graduação: Administração; Ciências Biológicas; Ciências dos Alimentos; Ciências Econômicas; Engenharia Agrônômica; Engenharia Florestal; Gestão Ambiental e algumas Licenciaturas¹⁰⁰. Na Pós-graduação, são os seguintes programas: Administração; Bioenergia; Ciência Animal e Pastagens; Ciência e Tecnologia de Alimentos; Ecologia Aplicada; Economia Aplicada; Engenharia de Sistemas Agrícolas; Entomologia; Estatística e Experimentação Agrônômica; Fisiologia e Bioquímica de Plantas; Fitopatologia; Fitotecnia, Genética e Melhoramento de Plantas; Internacional Biologia Celular e Molecular Vegetal; Microbiologia Agrícola; Recursos Florestais; Solos e Nutrição de Plantas¹⁰¹.

¹⁰⁰ Disponível em: <https://www.esalq.usp.br/graduacao/> Acesso em: 20.abr.2023

¹⁰¹ <https://www.esalq.usp.br/pg/programas>

Figura 7 - Prédio Central da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (ESALQ)



Fonte: USP Imagens¹; Foto: Marco Santos

Observa-se que a primeira instituição de ensino rural na cidade de Piracicaba começou suas atividades com dificuldades, mas ao longo do tempo, se consolidou como uma instituição de ensino relevante e com grandes impactos no país. Em 1931, recebeu denominação de Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, em homenagem ao seu idealizador. Em 1934, a Escola Superior de Agricultura do Estado de São Paulo deixou de ser vinculada à Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo e passou a integrar a Universidade de São Paulo (USP) (Molina, 2011b).

Dessa forma, é possível notar que a Escola Agrícola Prática, criada por Luiz de Queiroz, foi o ponto de partida para o desenvolvimento do ensino rural no município de Piracicaba. A ESALQ é reconhecida até hoje, sendo considerada uma instituição de referência no Estado, no país e no mundo. Sud Mennucci (1934) afirma que, a partir da criação dessa escola, outras iniciativas educacionais de diferentes níveis foram também propostas, aceitas e criadas em Piracicaba, como os Grupos Escolares localizados em bairros rurais do município.

3.3.2 “Rosários de contas”: os Grupos Escolares Rurais de Piracicaba

Não é um mero lugar-comum querer dizer-se que “Piracicaba é a Meca do ruralismo”. Essa é a expressão natural de fatos comprovados, que bem atestam a mentalidade de “rumo ao campo” incrementada no começo do século por Luiz Vicente de Souza Queiroz. E como cidade que possui um dos mais renomados institutos de ensino superior de agronomia do continente, nada mais lógico que tenha gerado também professores normalistas que vissem na terra, e no homem do campo, as mais acarinhadas esperanças do país (Problemas..., 1950).

A passagem em questão evidencia de maneira clara a importância de Piracicaba como o centro do ruralismo no Brasil, devido às suas instituições escolares agrícolas. A educação rural em Piracicaba iniciou-se com a criação de uma escola agrícola de ensino secundário criada por Luiz de Queiroz nos anos de final do século XIX e início do século XX. Em seguida, Sud Mennucci continuaria o legado de Queiroz, incentivando a criação de escolas primárias em áreas rurais do município, bem como a criação de uma escola específica para a formação de professores rurais, a Escola Normal Rural de Piracicaba. No entanto, nem todas essas instituições foram implementadas de acordo com o planejado, como a normal rural, que levou décadas para se tornar realidade.

Em meados da década de 20 do século passado, Piracicaba investiu na criação de escolas primárias em diferentes áreas rurais do município. Sud Mennucci (1934) relata, em seu livro, que, ao retornar à sua cidade natal, Piracicaba, ano de 1921, como Delegado Regional de Ensino, concebeu alguns projetos para o município, dentre eles, o de tornar Piracicaba o primeiro município em instrução pública.

Ao analisar o município, Mennucci (1934) percebeu que, sobretudo na área urbana, havia muitas escolas primárias, tanto públicas quanto privadas. No entanto, a zona rural ainda necessitava de uma expansão da rede de ensino, que era composta, sobretudo, por escolas isoladas, consideradas um “mal necessário” por Oscar Thompson (Mennucci, 1934). Como se pode ver anteriormente, Piracicaba realmente era um município dotado de muitas escolas, principalmente na área urbana, com os grupos escolares e os cursos primários particulares. A parte rural do município era desfavorecida de unidades educacionais, prejudicando a educação dos habitantes das áreas rurais.

[...] De longa data a cidade de Piracicaba já era uma das mais importantes do Estado em matéria de ensino. Mas da cidade para o município havia grande diferença. Se a urbe estava razoavelmente dotada de escolas, a sua zona rural permanecia ainda semi-esquecida e bem que se contassem às dezenas as classes rurais, pertenciam elas ao tipo de escolas isoladas [...] (Mennucci, 1934, p.15 e 16).

Sud Mennucci, contou com a ajuda de dois importantes nomes da política piracicabana: Samuel de Castro Neves, deputado estadual por Piracicaba, e Fernando Febeliano da Costa, Prefeito de Piracicaba na época. Mennucci considerou que Piracicaba vivia um bom momento político, o que auxiliou na criação de escolas na zona rural do município. “Em 1922 e 1923, Piracicaba atravessava uma das fases políticas mais calmas de toda a sua existência. O intuito era servir a coletividade, única e exclusivamente” (Mennucci, 1934, p.24). Em dois anos, foram implantadas as primeiras escolas em bairros rurais de Piracicaba, seguindo o modelo de Escolas Reunidas (Mennucci, 1934), iniciando-se pelas localidades mais próximas à zona urbana. “Atacamos imediatamente a tarefa de dotar de grupos escolares – ao tempo se chamavam escolas-reunidas – todos os bairros rurais que apresentassem, num raio de tres quilómetros, uma densidade demográfica capaz de manter um estabelecimento de ensino de tres, quatro ou mais classes” (Mennucci, 1934, p.17).

Segundo as pesquisas de Souza (2009), as escolas reunidas no estado de São Paulo surgiram na década de 1910, instalando-se em pequenos núcleos urbanos e nos distritos de paz. Foram consideradas escolas de baixo custo e tiveram uma grande expansão na década de 1920, durante a reforma de Sampaio Dória. A análise realizada por Souza (2009) revela que, no início da reforma educacional no estado de São Paulo, existiam 52 escolas reunidas, enquanto, em 1924, o número aumentou para 357 unidades (Souza, 2009, p.122). A expansão das escolas reunidas perdurou até 1925, quando a reforma foi derrotada e a reorganização da estrutura do ensino primário foi reestabelecido, dando prioridade à criação de grupos escolares. Nesse período, diversas escolas reunidas foram transformadas em grupos escolares e muitas delas foram desmembradas para escolas isoladas. Nos anos 1930, essas escolas foram extintas.

Embora reunidas, as escolas funcionavam independentes entre si, como isoladas. Mantendo diferenças salariais e uma organização mais simplificada que os grupos escolares, tais escolas foram um expediente econômico utilizado pelo governo, uma forma de protelar a criação do grupo escolar na localidade (Souza, 1998, p.50).

Assim, as primeiras escolas instaladas nos bairros rurais de Piracicaba seguiram o modelo de escolas reunidas, já que foram criadas durante a reforma de Sampaio Dória. Posteriormente, com a mudança na legislação educacional do período, foram transformadas em grupos escolares e, em seguida, com uma nova mudança na legislação educacional, se transformaram em grupos escolares rurais.

Todos os bairros suficientemente desenvolvidos tinham obtido o seu grupo escolar: **Taquaral, Tupí, Dois Córregos e Tijuco Preto**, para os lados da estrada de ferro da Companhia Paulista; **Chicó, Guadium, João Alfredo, Paraíso, Recreio, Xarqueada**, ao longo da Estrada de Ferro Sorocabana; **Santa Ana e Godinhos**, aos flancos da mesma estrada; **Agua Santa e Divisa**,

bordejando a estrada de rodagem de Limeira; **Vila Nova e Tanquinho**, na estrada de Rio Claro; **Santa Rosa e Santa Rita**, acompanhando o caminho que sóbe a margem direita do rio Piracicaba; enquanto, do outro lado, se ostentava **Monte Alegre; Paudalhinho**, na estrada para Serra Negra; **Pau Queimado e Bairrinho**, para os lados da estrada de Tietê; **São Joaquim, Serrote e Anhumas**, lá para as bandas limítrofes dos campos de criação do município, em direção a Conchas. Total, 25 bairros beneficiados (Mennucci, 1934, p.18 e 19).

Para o educador Sud Mennucci, as escolas isoladas já faziam parte do cenário educacional de Piracicaba e a necessidade, naquela época, era de criar escolas para atender mais estudantes em idade escolar. Dessa forma, investiu-se em escolas que pudessem comportar mais alunos. Dessa forma, as escolas isoladas não eram eficientes e as escolas reunidas, apesar de serem precárias, eram uma solução mais eficiente do que as escolas isoladas. Observa-se que, nos anos 1930, as escolas reunidas se transformaram em grupos escolares, o que significa que será empregado o termo grupo escolar para se referir às escolas criadas na área rural de Piracicaba.

Ao examinar as fontes selecionadas para esta pesquisa, foram coletadas algumas informações relevantes sobre os grupos escolares rurais de Piracicaba. A partir de 1933, de acordo com o estabelecido no Decreto n. 6047, essas escolas seriam denominadas de Grupos Escolares Rurais. No entanto, conforme observado até o momento, esses estabelecimentos de ensino foram criados inicialmente como Escolas Reunidas/Grupos Escolares localizados na zona rural. É de suma importância analisar a organização física e pedagógica dessas escolas para, então, defini-las como unidades educacionais de orientação ruralista.

Moraes (2014), em sua dissertação de mestrado, concluiu que, de 1930 a 1968, havia dois tipos de ensino na zona rural do estado de São Paulo: o ensino comum, representado pelas escolas isoladas; e o ensino típico rural, criado pelo Movimento pela Ruralização do Ensino. As granjas escolares, os grupos escolares rurais e as escolas típicas rurais são exemplos desse tipo de ensino. Esses modelos de escolas rurais tinham como objetivo fixar o homem no meio rural, desenvolver hábitos de higiene e preparar para o trabalho no campo. Moraes (2014) identificou a existência ou menção de 253 escolas de ensino típico rural no estado de São Paulo, sendo 5 granjas escolares, 82 grupos escolares rurais e 76 escolas típicas rurais (Moraes, 2014, p.69).

Os Grupos Escolares Rurais foram criados com o Decreto nº. 6.047 de 19 de agosto de 1933. No artigo 11 deste decreto, determinava-se a criação de um grupo escolar rural para a prática e observação dos alunos da escola normal rural. “Art. 11 — Para a pratica e observação dos alunos a Escola Normal Rural terá um Grupo Escolar Rural como Escola de Aplicação,

constituído de duas ou mais classes, até o máximo de oito, com um diretor privativo, sob a superintendência do Diretor da Escola Normal” (São Paulo, 1933b, p.2). Moraes (2014) demonstrou que os grupos escolares rurais deveriam ser criados semelhantemente às escolas urbanas, com várias salas de aula e um prédio próprio para atender muitas crianças em idade escolar, em média 200, e ter uma área de cinco hectares de terras cultiváveis (Moraes, 2014).

Além dos grupos escolares rurais, o decreto nº. 6.047 também previa a criação de duas a quatro escolas isoladas vocacionais rurais e o Clube Agrícola Escolar, que deveria funcionar em todos os grupos escolares do Estado, seguindo os moldes do “Clube do Milho”, criado em Piracicaba na década de 1920, por Thales Castanho de Andrade (Alexandre, 2007). Essas instituições educativas tinham como objetivo a formação de uma mentalidade escolar voltada para as atividades agrícolas e pastorais, conforme a região em que estavam instaladas (São Paulo, 1933b).

Dos grupos escolares existentes na época, apenas os grupos escolares de Butantan e Tremembé foram transformados em grupos escolares rurais. No entanto, era esperado que outros estabelecimentos de ensino primário fossem transformados em grupos escolares rurais, dando-lhes orientação rural ou profissional (São Paulo, 1933b).

Artigo 409 – O ensino nos grupos escolares rurais, será ministrada, sob uma orientação rural, tendo em vista, além da instrução primária dos demais grupos escolares, desenvolver o pendor e dar aptidão para as atividades agrícolas e pastorais.

Parágrafo único – O horário e programa desses grupos escolares serão organizados pelo Departamento de Educação e aprovados pelo Secretário da Educação.

Artigo 410 – Para que sejam criados grupos escolares rurais ou para que sejam convertidos neste tipo de grupos escolares já existentes são indispensáveis as seguintes condições:

a – localização em zona rural, à distância mínima de três quilômetros do perímetro urbano

b – existência de prédio escolar de propriedade do Estado, com quatro salas de aula no mínimo e cinco hectares de terra cultivável

c – duzentas crianças pelo menos em condições de frequentarem o estabelecimento (São Paulo, 1947, p.53).

Moraes (2014) demonstra que o programa de ensino mínimo para os Grupos Escolares Rurais e as Escolas Típicas Rurais no estado de São Paulo foi estabelecido pelo Ato n. 16, de 23 de fevereiro de 1949. Moraes (2014) utilizou os estudos de Meneses e Mendes, que datam de 1960, para descrever a parte pedagógica dos grupos escolares rurais. Neste Ato, as prescrições estão apenas relacionadas aos conteúdos de Higiene e Atividades Agrícolas.

Atividades agrícolas — 1º e 2º anos — observações e práticas rudimentares de, por exemplo, semeadura, germinação, horta, jardim, confecção de canteiros, transplante de árvores

frutíferas, comemorações: Dia da Árvore. Dia das Aves. Criação de pequenos animais. 3º ano — práticas e noções: horta escolar e domiciliar; adubação, sementes, germinação, valor econômico e alimentar das hortaliças; jardim rural; essências florais; pomar escolar. 4º ano — horticultura; jardinocultura; silvicultura; fruticultura; avicultura; apicultura; piscicultura; e agricultura geral (Meneses; Mendes, 1960, p. 8-11 apud Moraes, 2014, apêndice C, p. 1-5).

Higiene — 1º e 2º anos — higiene pessoal e do vestuário; higiene da habitação; 3º ano — higiene coletiva; higiene da alimentação; 4º ano — doenças em geral; socorro de urgência; e para as meninas, no 4º ano puericultura (Meneses; Mendes, 1960, p. 8-11 apud Moraes, 2014, apêndice C, p. 1-5).

O prof. Antonio Osvaldo de Ferraz, membro do movimento pela ruralização do ensino, educador e assistente técnico do diretor-geral do Departamento de Educação do estado de São Paulo, discursou na formatura do Grupo Escolar Rural “Pedro Morais Cavalcanti”, em Piracicaba, e afirmou sobre o programa de ensino das escolas típicas rurais:

[...] Temos ainda um programa diferente do das escolas comuns, constituído de tres partes: uma atinente aos conhecimentos gerais; outra, às atividades agrícolas; a ultima, destina-se à higiene rural. Tal programa foi elaborado pelos inspetores de ensino rural, dois professores e um engenheiro agrônomo, pelo prof. Arnaldo Laurindo, superintendente do Ensino Profissional do Estado e pelo higienista dr. Aristides Ricardo (Dois Corregos..., 1949).

Os grupos escolares situados em áreas rurais do município de Piracicaba começaram a ser criados em 1920 e os conteúdos programáticos específicos para essas escolas foram definidos no final da década de 1940. Assim, percebe-se que as escolas rurais de Piracicaba estavam localizadas geograficamente em áreas rurais, mas isso não significava que essas instituições de ensino seguissem, pedagogicamente, uma abordagem ruralista. O processo de ruralização do ensino nesses grupos escolares iniciou na década de 1930, quando o movimento pela ruralização do ensino ganhou repercussão e começou a se consolidar. No entanto, não se pode afirmar que todos os grupos escolares rurais de Piracicaba executaram atividades rurais que ultrapassaram as práticas educativas das hortas escolares.

De acordo com Moraes (2014), entre os modelos de escolas criados pelo movimento pela ruralização do ensino, os grupos escolares rurais foram os que mais tiveram unidades implantadas no estado de São Paulo, totalizando 31 grupos escolares rurais. Piracicaba foi o município com o maior número de exemplares dessas escolas. Conforme o mapeamento de Moraes (2014), Piracicaba contou com 23 GER¹⁰².

¹⁰² Moraes também aponta que os grupos escolares rurais não foram uma exclusividade do estado de São Paulo, outras regiões do país também instalaram essas escolas. Como também, a autora afirma que existiram em outros países.

No **Quadro 7**, são apresentadas algumas informações sobre os grupos escolares situados na zona rural do município de Piracicaba: a data de criação; o número de alunos matriculados no ano de 1933; o número de salas de aula existentes nos grupos escolares; a situação do prédio escolar; o nome do diretor escolar regente dessas escolas no ano de 1939; e o ano em que foram nomeados para o cargo.

Quadro 7 - Grupos Escolares Rurais de Piracicaba (continua)

Grupo Escolar	Ano de criação	Matrícula (1933)	Nº de salas	Situação do prédio escolar	Diretor escolar regente em 1939
1 - João Alfredo ¹⁰³	1924 ¹⁰⁴	154	4	Alugado	José Duarte Barbosa (1939)
2 - Vila Nova “Dr. Paulo de Moraes”	23/03/1925	140	4	Alugado	Maria Olivia Caprânico (1933)
3 - Santa Rosa “Dr. Kok” ¹⁰⁵	10/09/1925	171	5	Próprio	Antonio Oswaldo Ferraz (1932)
4 - Monte Alegre	1924	308	8	Alugado	Erasto Castanho de Andrade
5 - Tupi “Pedro de Melo”	25/03/1925	206	7	Alugado	Francisco Pousa de Toledo (1925)
6 - Dois Córregos	Maio/1922 ¹⁰⁶	180	6	Alugado	Manoel Rodrigues Lourenço (1932)
7 – Tanquinho	1925 ¹⁰⁷	138	4	Alugado	Nelson Campônes de Oliveira (1933)
8 – Chicó	17/03/1932	154	4	Alugado	Antonio do Amaral Mello (1932)
9 – Xarqueada	24/09/1921	156	5	Alugado	Silvio Filippeti (1928)
10 – Guamium	22/03/1922	184	6	Alugado	Carlos Augusto de Lima (1932)
11 – Godinhos	Fevereiro/1936	158	5	Alugado	Afonso José Fioravante (1932)
12 – Recreio	-----	171	5	Alugado	Leontino Ferreira de Albuquerque (1935)

¹⁰³ Atual Distrito de Ártemis (PIRACICABA, 2012, p.50).

¹⁰⁴ Foi criado inicialmente como ‘Escolas Reunidas Mista e Masculina Rural de João Alfredo’, sendo oficializada em 19 de março de 1932, e mais tarde, em 1939, transferida para o Bairro da Bimboca, a 15 km de distância. Em 1945, passou a ser designada como ‘Escola Mista de Ártemis’, funciona até os dias atuais e é denominada de E.E. ‘Prof. José Martins de Toledo’ (PIRACICABA, 2012, p.50).

¹⁰⁵ Dá a denominação do Grupo Escolar de Santa Rosa de Grupo Escolar Dr. Kok. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1945/decreto-14453-10.01.1945.html> Acesso em: 22.jan.2024.

¹⁰⁶ A escola foi oficialmente instalada em 19/03/1932, como o nome de ‘Escolas Reunidas de Dous Corregos’. Tipicamente com características rurais, funcionava como uma ‘escola agrícola’, em que se ensinava a preparar o solo, plantar e colher, além de produzir vinho, mel e outros produtos. Atualmente a escola ainda mantém um pouco das características rurais iniciais, no grande espaço arborizado semelhante a uma chácara. E. E. ‘Pedro Moraes Cavalcanti’ (PIRACICABA, 2012, p.49).

¹⁰⁷ Segundo o Livro Escolas, do IPPLAP, desde o final do século XIX, já existiam iniciativas de criação de escolas rurais em Tanquinho (PIRACICABA, 2012, p. 28).

(conclusão)

Grupo Escolar	Ano de criação	Matrícula (1933)	Nº de salas	Situação do prédio escolar	Diretor escolar regente em 1939
13 – Campestre	17/03/1932	137	4	Alugado	Alberto Valerio (1939)
14 - Pau Queimado ¹⁰⁸	01/01/1923	153	4	Alugado	José Pousa de Toledo (1932)
15 - Agua Santa	01/12/1934	220	6	não identificado	Paulo Alves de Oliveira (1932)
16 - Santa Ana	01/09/1923 ¹⁰⁹	173	5	Alugado	Euclides de Oliveira Orsi (1932)
17 – Divisa	06/03/1925	169	5	Alugado	João Fioravanti Pecorari (1932)
18 – Paraíso		115	4	Próprio	*
19 – Serrote	01/01/1925	143	4	Alugado	Luiz Antonio de Oliveira (1932)
20 – Taquaral	02/04/1922	141	4	cedido gratuitamente	João Guilherme dos Santos (1939)
21 - São Joaquim	07/03/1925	151	4	Alugado	Otávio Prates Ferreira
22 - Santa Rita	Década de 1920	-----	----- ---	Extinto	*****
23 - Tijuco Preto	Década de 1920	-----	----- ---	Extinto	*****
24 – Anhumas	Década de 1920	-----	----- ---	Transferido para o bairro Campestre	*
25 – Paudalhinho	Década de 1920	-----	----- ---	Transferido para o bairro urbano atrás da Estrada da Companhia Paulista	*

Fonte: Relatório de Inspeção da Delegacia Regional de Ensino de Piracicaba (1933; 1938; 1940); Livro de Atas de Exames Finais dos Grupos Escolares Rurais de Piracicaba (1932; 1934); Aspétos Piracicabanos do Ensino Rural, Sud Mennucci (1934); IPPLAP – Escolas (2012).

¹⁰⁸ Em 15 de dezembro de 1942, passou a ser denominado de Grupo Escolar ‘Prof. Carlos Sodero’ (PIRACICABA, 2012, p.65).

¹⁰⁹ Iniciou como Escola Reunida e transformou-se em Grupo Escolar em 1º de setembro de 1932. A partir de 1944, passou a ser denominado de Grupo Escolar ‘Dr. Samuel de Castro Neves’ e funcionou até 1967, quando foi interdito pelas condições precárias em que estava o prédio e demolido. Um novo prédio foi construído e inaugurado em 1º de agosto de 1967, com reinício das aulas em 1968. (PIRACICABA, 2012, p. 48).

Ao examinar o quadro 7, é possível notar diversos indícios relevantes para esta pesquisa:

- ❖ Primeiramente, a data de criação dessas escolas comprova a expansão das escolas reunidas no estado de São Paulo nos anos 1920, das 25 unidades escolares criadas, 19 foram implementadas como escolas reunidas.
- ❖ A análise dos dados referentes à matrícula e ao número de salas de aula revela o prescrito na lei, que é de, em média, 200 crianças em idade escolar para a existência da escola. Além disso, o número de salas de aula demonstra a organização da estrutura física da escola.
- ❖ A situação do edifício também merece destaque, já que a maioria dos edifícios escolares são alugados. É importante ressaltar que apenas dois edifícios próprios foram construídos com o propósito educacional, e que os outros foram adaptados para o ensino.
- ❖ De acordo com o que foi apresentado no quadro 6, muitos dos diretores escolares já estavam à frente da unidade escolar há bastante tempo, alguns desde a criação da escola, como Francisco Pousa de Toledo, diretor do Grupos Escolar de Tupi.

De acordo com Mennucci em seu livro publicado em 1934, apenas 23 estabelecimentos permaneceram em funcionamento. No entanto, neste mesmo livro, o autor menciona a extinção e a transformação de alguns grupos escolares em outros. Contudo, ao analisar outras fontes e a capa do livro de Sud Mennucci, 21 grupos escolares sobreviveram na zona rural de Piracicaba. Moraes (2019), ao mapear as escolas de ensino rural do estado de São Paulo, aponta que, entre 1945 e 1956, foram localizados mais três GERs em Piracicaba: o “Dr. Kok”, o “Pedro de Moraes Cavalcanti” e, por fim, o “Côrte Brilho”. Ao analisar as fontes para esta pesquisa, verificou-se que o GER “Pedro de Moraes Cavalcanti” era o antigo GER do bairro de Dois Córregos e o GER “Côrte Brilho” era o GER do bairro Chicó.

No acervo do Museu Histórico e Pedagógico “Prudente de Moraes”, foi encontrada uma imagem sem data, contendo uma descrição indicando que o professor Sud Mennucci esteve presente na inauguração do Grupo Escolar Rural “Dr. Kok”. Também estavam presentes dona Antonieta de Melo Moraes, o prof. Sólon Borges dos Reis e os inspetores escolares.

Figura 8 - Sud Mennucci na inauguração do Grupo Escolar Rural "Dr. Kok", s/d



Fonte: Museu de Piracicaba

Na figura 8, é nítido que o educador Sud Mennucci tem um papel relevante na inauguração do estabelecimento de ensino, situado em área rural do município de Piracicaba e que tinha o propósito de desenvolver o ensino ruralizado, defendido fortemente pelo educador piracicabano.

A partir dos Relatórios dos delegados de ensino da região de Piracicaba, verificou-se que, até 1943, o município mantinha 21 GER em funcionamento. As transferências de localidades ou fechamento de grupos escolares eram principalmente por falta de demanda de alunos, pois, segundo o Código de Educação do estado de São Paulo, no Art. 267, “onde houver 200 crianças necessitadas de escola, será criado um grupo escolar” (São Paulo, 1933a, p.39). Assim sendo, percebe-se que, nas áreas nos quais os grupos escolares foram fechados ou transferidos, a demanda não era favorável à criação e permanência da unidade escolar.

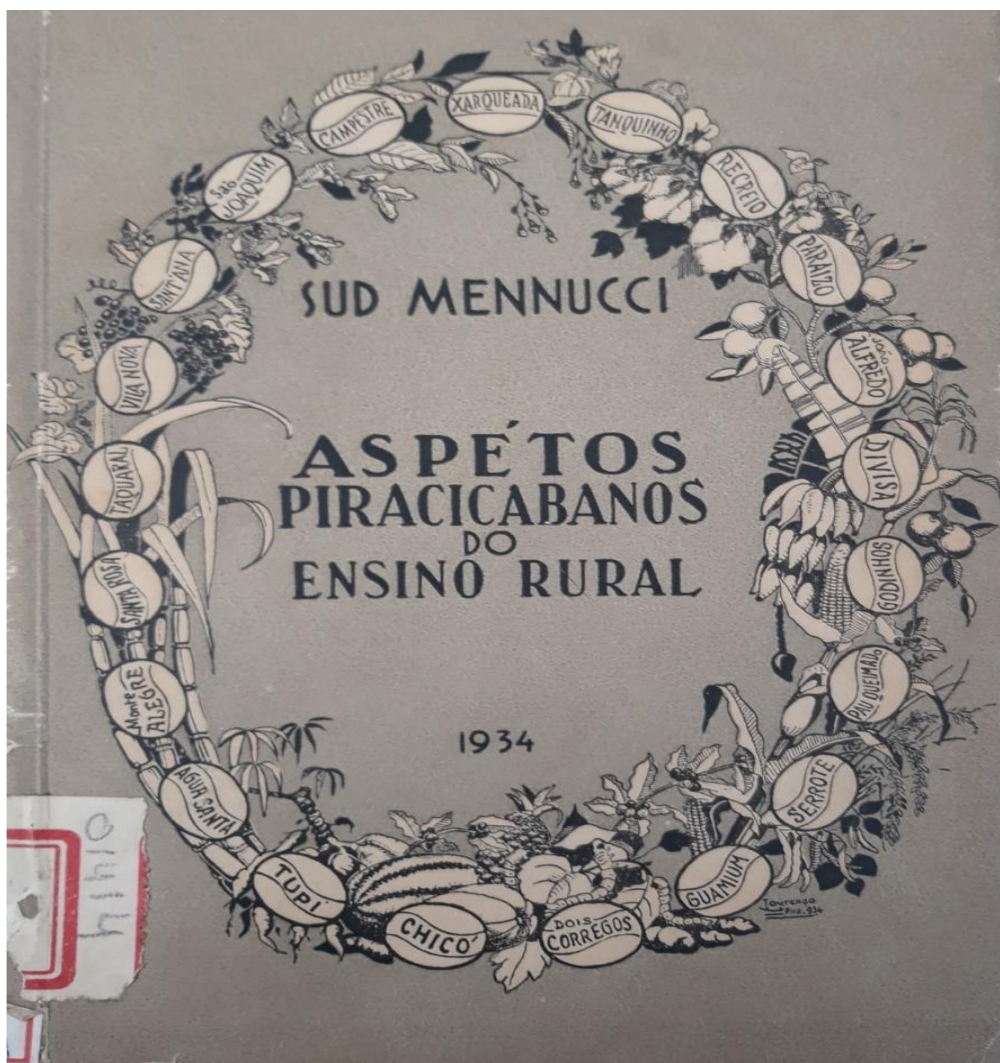
Os grupos escolares de Santa Rita e Tijuco Preto foram extintos e os de Anhumas e Paudalhinho foram transferidos, respectivamente, para o bairro rural Campestre e para o bairro recém-criado atrás da Estrada da Companhia Paulista, na porção urbana de Piracicaba (Mennucci, 1934). Assim, criaram-se 23 grupos, mas permaneceram apenas 21 grupos escolares rurais.

Pode parecer ao leitor que ha desencontro, e, portanto, erro, nos dados oferecidos. De fato fala-se em 23 grupos escolares rurais, quando a lista e o mapa acusam 21 apenas.

E' que dois desses grupos, sem desaparecer propriamente, não podem mais figurar nesse rol: um, o de Paudalinho, como vimos, foi transferido para a cidade, no bairro da estação da Paulista, deixando, assim, de ser rural. E o outro, o de Bairrinho, passou á jurisdição do municipio de Rio das Pedras (Mennucci, 1934, p.93).

Dessa forma, 21 grupos escolares permaneceram em bairros rurais de Piracicaba, formando, para Sud Mennucci, uma magnífica constelação de casas de ensino e um rosario de contas de luz ao redor da cidade (Mennucci, 1934, p.22). A representação criada por ele pode ser observada na capa do seu livro, *Aspétos piracicabanos do ensino rural*, conforme a figura a seguir.

Figura 9 - Capa do livro de Sud Mennucci - *Aspétos Piracicabanos do Ensino Rural*



Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba – IHGP

Na capa do livro, estão representados os 21 nomes dos bairros rurais na qual as escolas primárias rurais foram implementadas no município de Piracicaba. Na **Figura 9**, é possível notar que, ao redor do título do livro (representando a cidade de Piracicaba), foram desenhados 21 bairros rurais e as culturas que ali eram cultivadas para representar e valorizar a policultura exercida pelo município de Piracicaba naquele período, considerada a melhor forma de cultivo da terra pelos Ruralistas. Para Sud Mennucci (1934, p.35) “Nossa terra, como poucas outras do território paulista, faz o contrario da regra. Aqui ha de tudo, aqui planta-se e cultiva-se tudo”.

Na seção intitulada Policultura Intensiva, Mennucci (1934) apresenta uma lista de atividades agrícolas existentes no município de Piracicaba durante o período em que publicou o seu livro. Dentre elas, estão a cultura do café, da cana-de-açúcar, do milho, do algodão, da fruticultura com plantações de banana, abacaxi, uva e melancia; além da produção de hortaliças pelos pequenos produtores que abasteciam a cidade. No período mencionado pelo autor, a cultura do café era amplamente difundida no estado de São Paulo. Muitos municípios paulistas baseavam a sua economia nos cafezais, sendo a única cultura.

De acordo com Mendonça (1997), o Ruralismo brasileiro era crítico à monocultura, idealizando a superação desta e incentivando a produção agrária a partir da policultura, o que diversificou a agricultura brasileira. Assim, Piracicaba era uma cidade que se destacava de outras cidades do estado de São Paulo e do Brasil. Para os rurais, como Mario Neme (2010), Piracicaba era um bom exemplo de cidade agrícola.

[...] Piracicaba rural um modelo grandemente expressivo, do qual podem e devem os demais municípios brasileiros, e notadamente os paulistas, tomar normas e diretrizes, aplicando-se as medidas acertadas que nele vêm, de há muito, sendo postas em prática, com os mais auspiciosos resultados (Neme, 2010, p.11).

Na **Figura 10**, é possível ver a localização dos grupos escolares criados na área rural de Piracicaba. O mapa foi elaborado por Francisco Faria Netto, delegado de ensino da região de Piracicaba na época, e ilustrado por Octavio Prestes.

Os grupos escolares, criados em áreas rurais do município de Piracicaba, foram localizados de forma estratégica em bairros rurais de cultivo de diferentes culturas, próximos à área urbana, permitindo o acesso fácil à cidade de Piracicaba por meio de estradas de ferro e rodagem. A distribuição das unidades educacionais abrangeu todas as direções do município de Piracicaba. Em alguns locais do município, havia mais de um grupo escolar. Além disso, havia também as escolas isoladas rurais.

Outra observação relevante diz respeito às extremidades do município de Piracicaba nas regiões leste e sul, na fronteira com Capivari, Tietê, Conchas e Anhembi. É perceptível que essas áreas estão mais distantes do centro urbano e não possuem GER. Apenas existem escolas isoladas e nem todas estavam providas de professores primários, conforme a legenda do mapa. Compreende-se que o maior número de habitantes da área rural de Piracicaba naquela época residia em bairros rurais mais próximos e com mais facilidade de locomoção para a área urbana da cidade.

No ano de 1942, o delegado de ensino da região de Piracicaba, João Teixeira de Lara, descreveu o ensino rural de Piracicaba em seu relatório, salientando que o ensino rural não se diferenciava do ensino urbano devido ao mesmo programa oficial e ao mesmo regime de horário (LARA, 1942, p.28). De todas as escolas rurais, os dados mostram que apenas algumas seguiam uma mentalidade agrícola, com conteúdo além do estipulado pelos programas oficiais do ensino primário. Lara menciona uma professora de uma escola isolada, localizada na Fazenda Santa Maria, em São Pedro, município próximo à Piracicaba, e era subordinada à delegacia de ensino de Piracicaba. A professora, de acordo com o delegado de ensino, foi uma exceção ao ensinar os seus alunos a cultivar hortas e jardinagem.

[...] Esta professora conseguiu despertar nos seus alunos um verdadeiro pendor pela horticultura e jardinagem. Conseguiu formar um bom jardim e uma boa horta de onde tirava recursos para suprir a sua classe com material escolar. Tivemos ocasião de verificar esse trabalho e os seus frutos assim como o método de ensino adotado pela regente: os alunos tinham um caderno apropriado, no qual registravam as notas sobre as variedades de plantas, a adubação, a transplantação das mudas, as pragas, as doenças e os meios de preveni-las e combater-las e colheita das sementes, etc. Tudo isso foi conseguido mediante apoio decisivo da administração da fazenda e trabalho efetuado antes e após as aulas comuns (Lara, 1942, p.28).

No mesmo relatório, Lara também descreve as atividades educativas dos Grupos Escolares de Dois Córregos e Água Santa, situados em áreas rurais de Piracicaba.

Os grupos escolares de Dois Córregos (Rural) e de Água Santa tem atacado o ensino ruralista, na medida do possível. O primeiro, que já é assaz conhecido em quase todo o Brasil, bem como seu diretor, professor Manoel Rodrigues

Lourenço, tem desenvolvido um bom programa extra-oficial de prática de agricultura, apicultura, avicultura, fruticultura, sericultura, bem como de indústrias agrícolas, sem sacrifício das disciplinas do programa comum (Lara, 1942, p.28).

Moraes (2014), ao analisar os dados para a elaboração de sua dissertação de mestrado, encontrou dados sobre o funcionamento de três grupos escolares rurais em Piracicaba, com indícios de funcionamento conforme os propósitos ruralistas. O Grupo Escolar Rural “Dr. Kok”, convertido em rural no ano de 1945, o Grupo Escolar Rural “Prof. Côrte Brilho”, no bairro Chicó e que, posteriormente, seria uma das sedes da Escola Normal Rural de Piracicaba e o Grupo Escolar Rural “Pedro de Moraes Cavalcanti”, no bairro de Dois Córregos. De todos os grupos escolares rurais, o de Dois Córregos era o mais conhecido.

Mario Neme, em seu livro *Um município agrícola: aspectos sociais e econômicos da organização agrária de Piracicaba*, apresentou, como apêndice, uma súmula das atividades do Grupo Escolar Rural de Dois Córregos. De acordo com o autor, esses dados foram obtidos no jornal Diário de Piracicaba, publicado no dia 04 de abril de 1939. As informações abrangem todas as atividades desenvolvidas na escola, com destaque para as atividades agrícolas. “Os 218 alunos matriculados neste estabelecimento de ensino recebem além das noções comuns aos demais grupos escolares, instruções práticas das diversas atividades agrícolas” (NEME, 2010, p.105).

As atividades realizadas na escola, destaca-se: apicultura, com apiário-modelo; citricultura, com pomar de 500 laranjeiras; horticultura, com 30m² de canteiro para hortaliças e plantas medicinais; jardinagem, com 200 m² de canteiros gramados e floridos; sericultura, com amoreiral; campos de culturas, com 24.200 m², serve para estudo e observação de adubação; maquinário agrícola; ambulância escolar; campanha sanitária; reunião de pais lavradores; excursões de estudos; e exposição de produtos (Neme, 2010).

O GER de Dois Córregos, por meio do Clube Agrícola, participava de competições expondo os produtos cultivados na unidade escolar.

Como representante oficial do Estado de S. Paulo, por indicação do Secretário da Educação, comparecemos à Exposição dos Produtos dos Clubes Agrícolas escolares brasileiros, realizada no Rio de Janeiro pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. Concorrendo com duzentos e tantos clubes, conseguimos a distinção máxima do certame, o Grande Prêmio “Luiz Pereira Barreto” – Eficiência, Técnica Agrônômica – com medalha de ouro e duas primeiras colocações em Apicultura e Indústria Rural, conferidos pelo júri composto de altas autoridades do Ministério da Agricultura (Neme, 2010, p.107- 108).

No Relatório da Delegacia de Ensino de Piracicaba, de 1940, também foram detectados indícios do ensino ruralizado no Grupo Escolar de Dois Córregos, conforme relatou o delegado de ensino João Teixeira de Lara.

O grupo escolar de Dois Córregos, município de Piracicaba, instalado em Maio de 1922, está localizado no Bairro do mesmo nome e funciona com seis classes, num só período, em prédio construído especialmente para tal fim. Compõe-se de seis salas para aula, gabinete do diretor, sala do servente e almoxarifado.

No pátio de recreio (1200m²) existem galpão (104m²), oito privadas, dois mictórios e dois lavabos.

Há água encanada – abastecimento próprio, por bomba hidráulica acionada por moinho de vento. O reservatório de água é de dois mil litros.

Possúe jardim (200m²) e horta, numa área cultivada de 60 m².

É de propriedade do Sr. Giocondo Bandiéra, que o arrenda ao Estado, com contrato, à razão de 350\$000 mensais, até maio de 1942.

O seu mobiliário está em perfeito estado de conservação (Lara, 1940, p.65).

No ano de 1949, o professor Antonio Oswaldo Ferraz, ex-diretor do Grupo Escolar Rural “Pedro Moraes Cavalcanti”, discursou para os formandos do grupo rural como representante do Departamento de Educação. Durante sua fala, ele recordou algumas lembranças de sua trajetória como professor no Grupo Escolar Rural de Dois Córregos e apresentou alguns registros relevantes sobre a cultura do bairro de Dois Córregos.

Quanto à sua produção, ele era e continua sendo um bairro de sitiantes. Terras retalhadas, ofertando uma vida decente aos moradores. Vida cristã, sem a orgia dos esbanjamentos, sem a opressão da miséria. Produz café, cana de açúcar, cereais e diferentes frutas. Bairro policultor. Suas frutas sintetizam a generosidade da sua gente e a doçura da sua paisagem. Os abacaxi's, as laranjas e as melancias de Dois Corregos são tão abundantes e tem tanto mel como as bebidas da antiga Grecia...(Dois Córregos..., 1949).

Em sua oratória, o prof. Antonio Oswaldo de Ferraz destaca a parte administrativa da escola, os diretores que já passaram ou estão na unidade escolar. De acordo com Ferraz, esses sujeitos educativos “semearam” o ensino ruralizado na escola e o mantiveram estável, dando à escola uma projeção nacional.

Este bairro conseguiu projeção nacional por intermédio deste grupo de ensino ruralizado. O prof. Manoel Rodrigues Lourenço semeou nele a semente ruralizadora. Sucedeu-o o prof. Luiz Antonio de Oliveira Junior, seu atual diretor, que é um ruralista notável. Notável pelo seu gosto de lidar com o solo. Notável ainda por saber transfundir o sangue da sua amizade e o acervo dos seus conhecimentos na alma dos moradores do bairro (Dois Córregos..., 1949).

Em poucas palavras, o prof. Antonio Oswaldo de Ferraz esclarece a distinção entre os grupos escolares rurais e os grupos escolares localizados na zona rural, salientando que o

primeiro, o grupo escolar rural, tem o ensino ruralizado, conforme os pensamentos e as ideias do movimento pela ruralização do ensino, enquanto o segundo não.

Que é grupo de ensino ruralizado, ou simplesmente, grupo rural? É o grupo da roça que, além de oferecer ao educando os conhecimentos gerais indispensáveis, trata dos problemas referentes ao seu próprio meio. Reflete, portanto, a vida da criança. Interessa a criança nos problemas vitais da fazenda, bairro, ou região. Tem sido essa a orientação educacional do Grupo Escolar Rural “Pedro de Moraes Cavalcanti” (Dois Córregos..., 1949).

Sobre as atividades escolares, com vertente ruralista, o prof. Antonio Oswaldo de Ferraz destaca:

Tenho verificado que os professores do estabelecimento vêm despertando na criança o interesse pela policultura. Vi no estabelecimento setores de indústria agrícola, onde se evidenciam produtos como polvilho doce e azedo, vinhos de laranja, de diferentes tipos, rapadura, tudo extraído dos produtos das próprias terras.

Salientam-se ainda secções, de hortaliças, de apicultura, de floricultura. Os alunos tomam parte ativa em tudo. Por isso ganham espírito de iniciativa, de organização.

Releva notar que há uma Cooperativa Escolar no estabelecimento, encarregada da distribuição dos lucros aos cooperados.

Eis uma casa de ensino modelar, aparelhada para formar, ou orientar, os nossos futuros lavradores (Dois Córregos..., 1949).

Em 1950, João Chiarini escreveu para o jornal *Diário de Piracicaba* sobre o Grupo Escolar Rural “Pedro Moraes Cavalcante”, em Dois Córregos. O autor destaca que a instituição de ensino também é conhecida como “o grupo do Lulu”, referindo-se ao diretor da escola. A seguir, descreve-se o grupo rural:

Parece-nos que há lá um alqueire e uma quarta de terra, para seis classes com cento e noventa e dois alunos. E espetadas nesse solo vimos: laranjeiras, pereiras, abacaxizeiros, bananeiras, canavial em curva de nível, mandiocal, caquizeiros mostrando enxertos recentes, eucaliptal. Mas tudo com validade científica. Os eucaliptos estão quebrando o vento. As curvas de nível escorando a erosão (O grupo..., 1950, s/p).

Além disso, ressalta:

A entrada do prédio, acham-se bibliotecas: a infantil, a de professores e a agrícola. Prateleiras exibindo garrafas de vinho e mel. Colmeias povoadas não faltam e há centrífuga para mel, estufa para amadurecimento, barris pra vinho de laranja. As coisas ali não constroem só mostruários. Os trabalhos são realmente objetivos. E si forem tão somente do seu <<Clube Agrícola 36>>, o grupo é muito mais sério do que se pensa. Porque há nele bastante de tudo: caixa escolar, cooperativa de alunos, enfermaria, recreações: vitrola, piano, violões, conjuntos vocais e instrumentais (O grupo ..., 1950, s/p).

É evidente que o ensino ruralizado na cidade de Piracicaba foi executado. A policultura era valorizada, com o cultivo diversas culturas e a higiene e os cuidados com a saúde. Os clubes agrícolas funcionavam e, com os cultivos, era possível arrecadar dinheiro. Dessa forma, com base nesses ensinamentos, os ruralistas tinham a convicção de que os moradores das áreas rurais não deveriam migrar para os centros urbanos. Aprendia tudo sobre a agricultura, mas não foi o suficiente para conter o êxodo rural.

No entanto, não foram todas as escolas rurais que adotaram um programa diferenciado. Algumas unidades escolares seguiam o programa de ensino oficial, enquanto uma pequena parte das escolas ensinava realmente os princípios agrícolas. Nos livros Atas de exames finais dos grupos escolares rurais de Piracicaba, só estão disponíveis os exames das disciplinas dos conteúdos oficiais, ou seja, disciplinas como leitura, escrita, cálculo, história, geografia e ciências. Em nenhum dos livros, é possível notar a avaliação dos conhecimentos agrícolas, deduzindo, junto com outras fontes, que o ensino ruralizado foi uma iniciativa de poucas escolas, que conseguiram desenvolver esse tipo de ensino conforme a estrutura física e pedagógica do prédio escolar, assim como também de professores e funcionários das escolas comprometidos com esses conteúdos específicos.

Vários fatores podem ter contribuído para a ausência de conhecimentos agrícolas em grupos escolares, tais como a falta de professores preparados para ensinar e a estrutura física do estabelecimento escolar que não incluía áreas cultiváveis. Lara (1940) apontou algumas observações sobre os prédios escolares da rede de ensino da região de Piracicaba e, também, apresentou dados sobre os grupos escolares rurais.

Em 1940, havia 22 grupos escolares rurais no município de Piracicaba. Desses, apenas cinco unidades escolares possuíam área cultivável para jardim e horta. Apenas os grupos escolares rurais de Chicó, Divisa, Dois Córregos, Serrote e Taquaral tinha uma área para cultivar diferentes culturas (Lara, 1940). De acordo com este relatório, alguns desses grupos escolares não tinham condições de existir, uma vez que estavam em péssimas condições para o seu funcionamento, como era o caso do Grupo Escolar Rural de Godinhos.

O grupo escolar de Godinhos, município de Piracicaba, instalado em fevereiro de 1936, funciona com cinco classes, num só período, em três prédios distintos, sendo dois alugados e uma sala no 3º) cedida gratuitamente.

O grupo não possui prédio próprio para o seu funcionamento. As classes estão localizadas em três prédios distintos e distantes um do outro, assim: o do 3º ao 2º - 4Km400m; do 3º ao 1º, 5Km400m.

Há inconveniência quanto à higiene, ao ruído e acidentes, porque estão os três prédios situados à margem de estrada de rodagem.

Os dois primeiros estão arrendados ao Estado, sem contrato, à razão de 70\$000 cada um por mês; o terceiro é cedido gratuitamente.

Pertencem, respectivamente, as Srs. Dionísio Bigaton, Narciso Berto e Umberto Aldrovandi.

Nenhum deles possui os requisitos necessários e indispensáveis para uma casa de ensino, pois, além de mal adaptados, sem conforto de espécie alguma, ainda são pequenos. Duas salas com 23,70m²; duas com 32,70m² e uma com 20,21m².

Para tudo podem servir os prédios em apreço, menos para grupo escolar.

Não tem galpão. Pátio de recreio: 1º 650m²; 2º 700m² e o 3º não tem.

A água é transportada de uma fonte distante, pagando o Estado para isso a importância de 720\$000 anualmente.

O seu material escolar não pode ser bem conservado, devido à situação dos prédios.

Melhor fora que se dissolvesse este grupo, convertendo-se as suas classes em escolas isoladas (pois isoladas já se encontram) como foi feito, há pouco tempo com o grupo escolar de Paraíso, neste município (Lara, 1940, p.65-67).

Figura 11 - Grupo Escolar de Godinhos, Piracicaba-SP, 1923



G. E. de Godinhos, instalado em 1923, com 160 alunos em cinco classes.

Fonte: Piracicaba, 2012, p.17

Além disso, o delegado de ensino também apresentou um relatório com a descrição de grupos escolares rurais com uma estrutura física adequada para estabelecer o ensino. Um exemplo de grupo escolar rural com uma excelente estrutura era o GER “Marquês de Monte Alegre”, localizado no bairro de Monte Alegre.

O grupo escolar “Marquês de Monte Alegre”, município de Piracicaba, instalado em 1924, funciona em dois períodos, com 10 classes, em prédio particular, construído especialmente para tal fim.

Compõe-se de seis salas de aula, todas térreas, diretoria, portaria e almoxarifado, palco e vestiário.

É composto de duas partes, ligadas por um passeio coberto: de um lado, ficam quatro salas para aula, separadas por um bom galpão, de piso de mosaico e estucado, palco, vestiário, oito privadas, dois chuveiros, dois bebedouros higiênicos e dois lavabos.

É um prédio magnífico, de propriedade da Refinadora Paulista S/S. Está cedido gratuitamente ao Estado.

Vale atualmente 150:000\$000.

O seu mobiliário precisa ser renovado, embora esteja bem conservado, pois o exigem as condições do prédio (Lara, 1940, p.69).

Figura 12 - Fachada do GER "Marquês de Monte Alegre", Piracicaba-SP



Fonte: Cachione, Marcelo (org.), exposição itinerante: Desenhando o patrimônio cultural de Piracicaba, 2011

O GER de Monte Alegre apresenta uma estrutura deslumbrante. Uma construção semelhante aos GE encontrados nas cidades, verdadeiros palacetes. A escola foi construída para atender aos filhos dos trabalhadores da Usina e pertencia à família Morganti. Teixeira (2010) e Flores (2015) mencionam a existência de grupos escolares rurais no município de Araraquara (G.E. D. Giannina Morganti; G.E. Comendador Pedro Morganti), na Usina Tamoio, de propriedade da família Morganti, que têm características semelhantes do grupo escolar de Piracicaba. A ligação entre as usinas se deu pelo nome do Comendador Pedro Morganti, que aparece nas referências à Usina Monte Alegre, em Piracicaba, e à Usina Tamoio, em Araraquara. A escola de Piracicaba foi o ponto de partida para o incentivo educacional da família Morganti, uma vez que o prédio foi construído em 1927, de acordo com Cachioni (2011), e o primeiro grupo escolar construído pela família Morganti em suas terras no município de Araraquara, em 1935 (Flores, 2015). Flores (2015) aponta que as concepções de educação presentes nas escolas da Usina Tamoio estava atrelada ao nacionalismo e ao ruralismo, de modo a formar uma identidade nacional.

Observa-se nas imagens a seguir a estrutura física de alguns edifícios pertencentes a grupos escolares rurais de Piracicaba. Alguns dos edifícios eram exuberantes, como o “GER Marquês de Monte Alegre” e outros mais precários. Nem todos os prédios que abrigavam um grupo escolar rural no município de Piracicaba foram construídos para esse fim, alguns foram cedidos ou alugados pelos proprietários ao Estado. Nas **Figuras 13 e 14**, é possível visualizar o Grupo Escolar Rural de Santa Rosa e o Grupo Escolar Rural Paraíso.

Figura 13 - Grupo Escolar de Santa Rosa, Piracicaba-SP, s/d



Grupo Escolar de Santa Rosa, construído e cedido gratuitamente pela Sucrerie.

Fonte: Museu de Piracicaba

Figura 14 - Grupo Escolar de Paraíso, Piracicaba-SP, s/d



Fonte: Museu de Piracicaba

Os GERs de Paraíso e Santa Rosa eram caracterizados por edifícios simples, de alvenaria. No GER de Santa Rosa, verificou-se que a escola não dispunha de um galpão para recreação, mictórios, água encanada, lavabos e bebedouros (Lara, 1940). A análise dos exames finais dos grupos escolares rurais de Piracicaba (1932) revelou que, em média, 301 crianças eram atendidas no GER “Marquês de Monte Alegre” em oito turmas, mistas, femininas e masculinas. Havia apenas uma turma multisseriada; no GER de Santa Rosa, há cerca de 194 alunos, divididos em cinco turmas, do 1º ao 3º ano do ensino primário; no GER de Paraíso, há 141 alunos, divididos em quatro salas. O GER de Paraíso era considerado um grupo escolar de segunda ordem.

De acordo com Sud Mennucci, os grupos escolares rurais localizados no município de Piracicaba tiveram um papel fundamental na ruralização do ensino no estado de São Paulo e contribuíram para a denominação de Piracicaba como a Meca do ruralismo no Brasil. No entanto, Piracicaba não era composta apenas por escolas bem estruturadas na zona rural. Ainda era predominante o tipo de escola singular, com uma única professora ministrando aulas para diferentes alunos de 1º ao 4º ano do ensino primário, em uma mesma turma. Embora as escolas situadas nas zonas rurais não sejam consideradas uma vertente ruralista, elas foram fundamentais para a formação básica de muitos habitantes da zona rural de Piracicaba.

3.3.3 “O mal necessário”: as Escolas Isoladas de Piracicaba

As escolas isoladas foram as unidades escolares que predominaram nas zonas rurais no século passado. Esses estabelecimentos de ensino também poderiam ser construídos em fábricas, cidades e vilas. Souza e Ávila (2015) contam que as escolas isoladas foram legalizadas em 1904 e extintas, conforme os estudos de Leite (2018), a partir do Decreto Estadual nº. 29.499, de 5 de janeiro de 1989, que implementou a reestruturação e o agrupamento das escolas na zona rural de São Paulo.

As escolas isoladas em São Paulo apresentavam características predominantes de escolas simples e precárias. Nessas escolas, uma única professora ministrava aulas a um número determinado de alunos em diferentes níveis de aprendizado, ensinando-lhes os princípios básicos da leitura, escrita e cálculo. Nas escolas isoladas, era possível cursar até o 3º ano do ensino fundamental. A continuidade dos estudos se dava na zona urbana. Uma escola isolada deveria ter, no mínimo, 40 crianças em idade escolar em um raio de dois quilômetros e em condições de matrícula. Não poderia ter uma frequência média inferior a 24 alunos, pois, nesse caso, as escolas seriam transferidas ou fechadas (São Paulo, 1933a). As escolas isoladas eram categorizadas como mista, feminina ou masculina.

Diferentes tipos de escolas primárias coexistiram em São Paulo, mas os dois modelos predominantes foram: os grupos escolares, em sua grande maioria instalados, em áreas urbanas e as escolas isoladas, em localidades rurais. Segundo Souza (1998), a criação de grupos escolares em núcleos urbanos revelava uma política educacional que privilegiava as cidades em detrimento da zona rural (Souza, 1998). Nesse período, entre o final do século XIX e o início do século XX, a população do estado de São Paulo predominava na área rural. Dessa forma, a existência de escolas isoladas era indispensável para a alfabetização do homem do campo.

A necessidade das escolas isoladas era um fato incontestável. Durante as primeiras décadas deste século elas sobreviveram à sombra dos grupos escolares nas cidades, nos bairros e no campo. Apesar de elas serem consideradas tão necessárias, os grupos foram mais beneficiados, e nelas continuou predominando a carência de tudo: materiais escolares, livros, cadernos, salas apropriadas e salários para os professores (Souza, 1988, p.51).

As escolas isoladas em Piracicaba já existiam desde o final do século XIX, mas, no século XX, houve uma grande expansão desse tipo de escola no estado de São Paulo. Em Piracicaba, não foi diferente. Em 1933, o município de Piracicaba contava com 26 escolas isoladas. No ano de 1938, esse número aumentou para 33 escolas isoladas. Em 1942, o relatório do delegado de ensino, João Teixeira de Lara, apontou 51 escolas isoladas. E em 1943, o total

de escolas isoladas atingiu 50 unidades. No **Quadro 8** a seguir, é possível ver quais eram as escolas isoladas, em Piracicaba, e quais eram urbanas e rurais.

Quadro 8 - Escolas Isoladas do Município de Piracicaba, 1942

Escola Isolada	Escola Isolada
1ª Mista da Est. de Paraíso	Mista da Faz. Santa Brígida
2ª Mista da Est. de Paraíso	Mista da Faz. Santa Rita das Palmeiras
1ª Mista do Bº da Onça	1ª Mista da Bimboca
2ª Mista do Bº da Onça	2ª Mista da Bimboca
Mista do Bº de Jacutinga	Mista Urbana de São João da Montanha
Mista da Faz. da Glória	1ª Mista de Vila Progresso
Mista do Bº do Itapirú	2ª Mista de Vila Progresso
Masculina de João Alfredo	Mista Urbana de São Vicente de Paula
Mista da Faz. São Roque	Mista da Faz. Palmeiras
Mista da Usina Costa Pinto	1ª Mista da Faz. Santa Izabel
Mista do Bº da Cruz Caiada	2ª Mista da Faz. Santa Izabel

FONTE: Relatório da Delegacia da Região de Ensino de Piracicaba, 1942

Apesar do grande número de escolas isoladas em áreas rurais, esse tipo de instituição pouco se apresentava como um modelo de ensino rural. No ensino rural, predominavam os mesmos conhecimentos programáticos das escolas urbanas, não havendo diferença entre o que era ensinado nas cidades e o que era ensinado no campo. Em alguns casos, a horta escolar era o máximo de rural que essas escolas instruíam.

Em 1938, ocorreram os últimos exames finais nas escolas isoladas de Piracicaba e o conteúdo programático estava relacionado à aritmética, geografia e história (NETTO, 1938, p.29). Nessas provas, havia algumas questões que se relacionavam ao contexto em que as crianças estavam inseridas, como: — João deu 15 frangos ao Asilo, 18 à Santa Casa e 6 ao seu padrinho. “Quantos frangos ele deu?” — Ou “Um jardineiro fez quatro canteiros, plantando, em cada um, 18 roseiras. Quantas roseiras foram plantadas?” (Netto, 1938, p.33). Em questões de história e geografia, era questionado sobre eventos históricos locais e nacionais, regiões geográficas e, por fim, era necessário elaborar um mapa do Brasil que identificasse o estado de São Paulo e a cidade de Piracicaba.

É perceptível a ausência de um conhecimento específico sobre o meio rural nas escolas isoladas do município de Piracicaba. Como alguns delegados de ensino relataram em

seus relatórios, para que esse ensinamento fosse ruralizado, era necessário muito conhecimento e dedicação da professora regente da escola, bem como espaço físico e materiais para o cultivo. O que não estava presente nas escolas isoladas situadas em regiões rurais.

Ao examinar a trajetória da educação rural em Piracicaba, ficou evidente que o município investiu em diversas instituições de ensino, no entanto, enfrentou obstáculos que impediam a implementação de um programa de ensino com enfoques rurais. As suas instituições de ensino e o grupo de apoiadores do movimento pela ruralização do ensino, como Sud Mennucci, Thales Castanho de Andrade e Antonio Owaldo Ferraz, entre outros, buscaram consolidar Piracicaba como um município de tendência ruralista e considerado a principal referência do ruralismo no Brasil.

No entanto, ainda era necessário consolidar a criação da Escola Normal Rural de Piracicaba. Depois de 23 anos de luta, a escola normal rural finalmente saiu do papel. Nesse período, os grupos escolares rurais de Piracicaba já estavam estabelecidos e, há muito tempo, funcionavam com professores sem formação para as especificidades rurais. Seria o funcionamento tardio da Escola Normal Rural de Piracicaba que mudaria a estrutura curricular das escolas rurais no estado de São Paulo?

Na seção seguinte, será abordado o processo de instalação e funcionamento da primeira Escola Normal Rural do estado de São Paulo, a Escola Normal Rural “Prof. José de Mello Moraes”.

4 PASSA A FUNCIONAR A PRIMEIRA ESCOLA NORMAL RURAL NO ESTADO DE SÃO PAULO: A ESCOLA NORMAL RURAL “PROF. JOSÉ DE MELLO MORAES”

ESCOLA NORMAL RURAL

O ensino normal rural, que é uma realidade em vários Estados da Federação, notadamente no Nordeste, fôra apenas esboçado em São Paulo, com a criação, em 1931(sic), da Escola Normal Rural de Piracicaba, dispositivo legal que permaneceu letra morta, não revogada mas também não aplicada, desde sua promulgação. As autoridades do ensino e os estudiosos do problema da educação rural em nosso meio não se punham de acôrdo quanto à conveniência ou não, da solução que êsse tipo de escola normal prognosticava para o mal – a instabilidade do professor rural e a impropriedade de seu ensino, divorciado das solicitações sociais e culturais da roça. Rompendo com a rotina, já que tínhamos a lei que nos facultava a ação, promoveu-se a instalação, a título experimental, da referida Escola Normal Rural de Piracicaba, aproveitando para isso o Grupo Escolar do Chicó, bairro daquele município, servido por um ramal da Estrada de Ferro Sorocabana e que oferecia condições satisfatórias para o empreendimento. Veremos assim, através de um estudo prático, concreto, a viabilidade ou não de semelhante sistema de ensino, e a orientação que deverá a Secretaria adotar, face ao magno problema (Escola..., 1957, p.18)

Após diversas discussões e estratégias para a criação de escolas normais rurais no estado de São Paulo, em 1956, a Diretoria Geral do Ensino, por meio do diretor-geral do ensino, Sólton Borges dos Reis, criou uma comissão para examinar a viabilidade de instalação e funcionamento da Escola Normal Rural de Piracicaba. A presente seção visa apresentar as sugestões da Comissão Pró Instalação da Normal Rural, a partir da Imprensa estadual e municipal, bem como os aspectos que comprovam a existência da escola, tais como os programas de ensino, os concursos de ingresso, eventos e solenidades de formatura. Analisam-se, também, as hipóteses de extinção da Escola Normal Rural no estado de São Paulo, considerando-a um fracasso.

4.1 “23 anos de luta — de Sud Mennucci a Sólon Borges dos Reis¹¹⁰”: instala-se a normal rural paulista

A década de 1950 foi decisiva para a existência da Escola Normal Rural de Piracicaba. Nesse período, surgiram diversas estratégias para a realização do funcionamento da escola normal rural no estado paulista (Lei n. 881, de 1950; Projetos de Leis na ALESP, 1953). Alguns indivíduos marcaram a história da Escola Normal Rural de Piracicaba, com seus esforços para sua criação. Sud Mennucci, Thales Castanho de Andrade, Chiquinha Rodrigues (Bandeira Paulista de Alfabetização), José de Mello Moraes, Valentim do Amaral (Deputado Estadual), entre outros apoiadores do Movimento pela Ruralização do Ensino. No entanto, foi Sólon Borges dos Reis¹¹¹, diretor-geral do Departamento de Educação, quem conseguiu, em 1956, concretizar a ação e instalar a Escola Normal Rural de Piracicaba.

Em 1953, o *Jornal de Piracicaba* publicou uma nota em que Sólon Borges dos Reis havia redigido para o jornal Paulistano, ao qual tratava do ensino rural no estado de São Paulo. Em seu artigo, Reis criticou a falta de implantação da Escola Normal Rural de Piracicaba e destacou os esforços, porém sem êxito, de cidadãos piracicabanos de “berço” ou “adotivo” que ocuparam cargos públicos e não tiveram êxito na implantação da instituição. Para Reis, esses indivíduos (Fernando Costa, Melo Moraes Filho, Sebastião Nogueira Lima, Sud Mennucci, Andronico de Melo e Thales Castanho de Andrade), mesmo alguns deles sendo precursores na ruralização do ensino, não estavam confiantes na relevância e na necessidade desta escola para as áreas rurais. Eles estavam com “a faca e o queijo na mão” e não realizaram a ação.

Passando a considerar a questão das escolas normais rurais, cita o caso da que foi criada em 1933 e que, até hoje ainda não foi instalada. Apela, por fim, ao Executivo “para que se torne realidade o estabelecimento de Piracicaba”. Essa escola foi criada há vinte anos e ainda não foi instalada. Porque? Desconhecemos as razões. Sabe-se que, depois daquela data, altas expressões da cultura e da política de Piracicaba galgaram as mais decisivas posições do governo estadual, sem que promovessem a

¹¹⁰ Este título baseia-se no texto jornalístico do Jornal de Piracicaba, de 29 de abril de 1956. Na reportagem, noticia-se sobre a autorização para funcionar em caráter experimental a Escola Normal Rural de Piracicaba. Como subtítulo do texto jornalístico, o jornal utiliza a frase – “23 anos de luta – de Sud Mennucci a Sólon Borges dos Reis” - para exemplificar o espaço de tempo e os sujeitos envolvidos na concretização do funcionamento da normal rural em Piracicaba.

¹¹¹ Sólon Borges dos Reis, nasceu na cidade de Casa Branca, interior do estado de São Paulo, no ano de 1917. Era educador, jornalista, advogado, poeta e político. Exerceu, na política, diversos cargos, como Deputado Estadual e Federal e vice-prefeito de São Paulo. Na educação, foi diretor-geral do Departamento de Educação de São Paulo, na década de 1950. Assumiu a presidência do Centro do Professorado Paulista (CPP) em 1957. Faleceu no ano de 2006. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=285395> Acesso em: 10.fev.2024.

instalação da Escola. Houve época, em São Paulo, que um piracicabano, Fernando Costa, procedente do Ministério da Agricultura, era o Interventor Federal no Estado. O secretário da Agricultura, a esse tempo, o professor Melo Moraes Filho, era igualmente de Piracicaba. O secretário da Educação, o casabranquense Sebastião Nogueira Lima, um filho adotivo de Piracicaba, onde se radicou integralmente. O diretor geral do Departamento de Educação, o saudoso ruralista professor Sud Mennucci, piracicabano por todos os títulos. O chefe de Serviço do Ensino Secundário e Normal, do Departamento de Educação, professor Andronico de Melo, natural de Piracicaba. O assistente técnico do Ensino Rural, professor Thales Castanho de Andrade, piracicabano de origem, berço, formação, carreira e coração. Por que não instalaram, esses homens, quando tiveram em 1944 e 1945, a faca e o queijo na mão, a Escola Normal Rural criada pelo próprio piracicabano Sud Mennucci, em sua terra natal, quando de sua passagem anterior pela direção do ensino paulista? Eis aí uma pergunta que até o momento ainda não encontrou explicação (A Escola..., 1953, p.1).

Sólon Borges dos Reis finaliza o artigo mencionando que, em 1953, não havia uma resposta clara sobre a ausência do funcionamento da normal rural pelos sujeitos que ele apontou em seu artigo. Algumas ações, como os Congressos Normalistas de Educação Rural¹¹², foram organizadas nas décadas de 1940 e 1950, na tentativa de encontrar uma solução para o funcionamento da escola normal rural e a formação do magistério rural. Para os congressistas, a solução seria instalar a escola experimentalmente e oferecer cursos de especialização e férias para os normalistas formados, artifícios esse que predominou na capacitação do magistério paulista.

É relevante salientar que a escola normal rural enfrentou resistência de um grupo de educadores que não concordavam com a criação de novas escolas normais no estado de São Paulo. Eles argumentaram que não era necessário criar mais um tipo de escola normal no Estado, uma vez que São Paulo possuía um número elevado de escolas normais, resultando

¹¹² Os Congressos Normalistas de Educação Rural eram encontros para a apresentação e discussão de teses sobre as questões do ensino rural no estado de São Paulo. O I CNER ocorreu na cidade de Campinas, no ano de 1945, na Escola Normal “Carlos Gomes” e contou com a participação de 25 escolas normais; o II CNER, foi realizado na cidade de Piracicaba, no ano de 1947, na Escola Normal “Sud Mennucci” e participaram 47 delegações de escolas normais; em Casa Branca, no ano de 1949, aconteceu o III CNER, na Escola Normal “Dr. Francisco Thomaz de Carvalho” e estiveram presentes 64 escolas normais; por fim, no ano de 1951, realizou-se o último congresso, o IV CNER, na cidade de São Carlos, na Escola Normal “Dr. Álvaro Guião” e participaram 65 escolas normais. Durante os congressos, foram discutidos temas como: A saúde da criança no meio rural; Formação do professor rural; Carreira do professor rural; Povoamento, assimilação de imigrantes e seus descendentes; O problema demográfico e a escola rural; O prédio escolar na zona rural; Alfabetização de adultos na zona rural; Possibilidade de adaptação imediata dos programas das escolas normais paulistas ao exercício do magistério no meio rural; Estudo objetivo de “Escolas Típicas Rurais e Grupos Escolares Rurais” e das atividades de caráter ruralista das escolas rurais comuns; Subsídios para legislação sobre o ensino e educação rural; O programa e livro didático para a escola rural; Critério objetivo para conceituação dos termos “rural” e “urbano” quando aplicados a uma definição de populações e estabelecimentos de ensino; Assuntos gerais.

em um excesso de professores para o ensino primário, seja em áreas urbanas ou rurais¹¹³. Outra justificativa apresentada pelos poderes públicos era a questão financeira, uma vez que a criação de novas escolas era considerada onerosa para os cofres públicos. Este discurso perdurou por muito tempo para a normal rural, mas não para as normais comuns, pois estas continuaram a ser criadas pelo poder público e privado no estado paulista.

Em 28 de fevereiro de 1956, o Diretor Geral do Departamento de Educação do Estado de São Paulo, Sólon Borges dos Reis, publicou a Portaria n.19, criando uma Comissão Pró Instalação para analisar as possibilidades de instalação da Escola Normal Rural de Piracicaba (ESCOLA..., 1956b, p.1), bem como sugerir medidas que fossem adequadas para o funcionamento da instituição escolar.

Sólon Borges dos Reis nomeou alguns sujeitos relacionados com à educação paulista, piracicabana e ao Movimento pela ruralização do ensino, como: Jayr de Andrade (Chefe de serviço do Ensino Normal), José Vieira da Silva, Alberto Volet Sachs, José Armando Furlani (Inspetor do Ensino Típico Rural) e João Chiarini (professor do Grupo Escolar Rural “Prof. Côrte Brilho”) (NOMEADA..., 1956, p.1). A Comissão era presidida por Jayr de Andrade.

A escolha da Comissão para estudar as possibilidades de seu funcionamento não poderia ser mais feliz, nela integram vultos de destacado mérito do ensino paulista, figura que, no passado, dignificaram o magisterio e, no presente, desenvolvem atividades marcantes em prol da causa educacional de nossa terra. Daí a nossa inteira confiança de que a referida comissão tudo fará para o fiel desempenho da missão que lhe foi confiada (Problemas...,1956, p.2).

Durante os estudos da Comissão, outros membros foram adicionados, como o prof. Tercio Espereto Emerique; o prof. Antonio Oswaldo Ferraz (Inspetor do Ensino Típico Rural) e o prof. Joaquim do Marco (Escola...,1956, p.1).

O *Jornal de Piracicaba*, em sua edição de 07 de fevereiro de 1956, além de citar o nome dos membros da Comissão, relembrou e questionou alguns fatos relevantes sobre a normal rural, como: as tentativas de Sud Mennucci; Thales Castanho de Andrade, na inspetoria de ensino rural; os debates do Deputado Valentim do Amaral na ALESP; e os incentivos municipais, por parte do prefeito de Piracicaba. Segundo a reportagem, nem os sujeitos e nem as ações desenvolvidas por eles foram suficientes para colocar a escola normal

¹¹³ Dados detalhados sobre o excesso de escolas normais no estado de São Paulo ver a seção 2, desta tese, como também, Tanuri (1979); Inoue (2015); Garcia (2022).

rural em funcionamento e, esperava-se que, com a Comissão, se concretizasse a instalação da escola.

As reuniões da Comissão Pró Instalação foram realizadas em São Paulo/capital, na sede da Diretoria Geral do Ensino, e em Piracicaba, no interior do estado, na sede da Delegacia Regional de Ensino. Na cidade de Piracicaba, os encontros eram realizados para verificar os espaços físicos disponíveis para o funcionamento da normal rural. A Comissão Pro Instalação, se reuniu no período de fevereiro a abril de 1956, ano em que foi promulgado o Decreto nº. 25.781, de 27 de abril de 1956, que regulamenta a instalação da Escola Normal Rural de Piracicaba e estabelece outras medidas para o ensino rural.

A Comissão iniciou suas atividades com a elaboração de uma mensagem dirigida ao Governador do Estado de São Paulo, para solicitar a criação de cargos necessários para o funcionamento da normal rural. Para a escola normal rural, eram indispensáveis funcionários que tivessem familiaridade com a agricultura, cultivos de diversas espécies vegetais, criação de animais diversificados e conhecimento sobre o uso de equipamentos agrícolas. Os profissionais deveriam ser formados nos cursos das Escolas Profissionais Agrícola Industrial (monitores agrícolas). Esses profissionais colaborariam com o andamento das atividades na escola normal rural.

O jornal *O Estado de S. Paulo*, na época, noticiou que a Comissão, ao se reunir, no mês de abril, em Piracicaba, discutiu alguns problemas referentes à instalação da escola rural e deliberou algumas ações para o funcionamento da instituição. Entre os pontos abordados ressalta-se: a organização da Comissão para definir o local ou locais de funcionamento da Escola Normal Rural em Piracicaba e outras providências para colocá-la em funcionamento. O passo inicial consistiu em examinar os possíveis locais de funcionamento da instituição de ensino.

A Prefeitura de Piracicaba, em 1952, doou um terreno para incentivar a instalação da normal rural no município, pois desejava concretizar o projeto organizado por Sud Mennucci em 1933. O terreno era situado no Horto Florestal e foi considerado, pela Comissão, insuficiente para a construção da unidade escolar (Novo..., 1956, p.16).

A Lei Municipal nº.329, de 16 de outubro de 1952, autorizava a doação de um terreno para a construção da futura Escola Normal Rural de Piracicaba. O terreno foi cedido pelo então Prefeito Samuel de Castro Neves, que se mostrou favorável à educação rural. No livro *Aspétos Piracicabanos do Ensino Rural*, Mennucci menciona Samuel de Castro Neves,

deputado estadual na época, como um dos principais apoiadores do movimento que consolidou o ensino rural em Piracicaba.

Conforme a Lei Municipal n.º 329/52, era a seguinte definição do terreno doado pela prefeitura:

Um terreno de forma irregular, desmembrado da área ocupada pelo chamado "Isolamento", de propriedade do município, com frentes para a avenida São João e para a rua Almirante Barroso, na quais mede exatamente 107 metros, por [166] metros ao lado esquerdo, confrontando com terrenos de propriedade de Nester Fessel ou seus sucessores, e 136 metros ao lado direito, confrontando com terrenos de propriedade de Antônio Bacchi ou seus sucessores (Piracicaba, 1952, p.1).

Inicialmente, o terreno foi descartado, contudo, após a escola normal rural funcionar em diferentes estabelecimentos de ensino na cidade de Piracicaba, as fontes selecionadas para esta pesquisa indicam que a escola foi erguida neste terreno doado pela prefeitura e permanece em funcionamento como Escola Estadual até os dias atuais.

Na época da Comissão Pró Instalação, estava interessada em colocar o estabelecimento de ensino em funcionamento, o mais breve possível, logo, não poderia esperar pela construção do prédio escolar. Assim, a Comissão considerou algumas unidades de ensino, já existentes, que poderiam abrigar a escola rural: o Externato/Ginásio São José, a Delegacia Regional de Ensino, o Grupo Escolar Rural “Prof. Corte Brilho”, no bairro rural de Chicó, o Grupo Escolar Rural “Pedro Moraes Cavalcanti”, no bairro rural de Dois Córregos, e o Grupo Escolar “Dr. Kok”, no bairro rural de Santa Rosa. Sugeriu-se também que os GER fossem aproveitados para as atividades práticas.

Alguns dos membros da Comissão Pró Instalação, tinham ligações com os GER selecionados. João Chiarini havia sido diretor do GER “Prof. Corte Brilho”, em Chicó. Na ocasião das discussões da Comissão, exercia o cargo de professor e orientador do Clube Agrícola. Antonio Oswaldo Ferraz, havia sido diretor do GER “Pedro Moraes Cavalcanti”, em Dois Córregos, e do GER “Dr. Kok”, em Santa Rosa. Os GER eram bastante conhecidos em Piracicaba, sendo notado que, sempre, eram divulgadas notícias nos jornais estaduais e municipais sobre as escolas, sobretudo as atividades educativas com enfoque ruralista¹¹⁴.

Após a sugestão e a análise das unidades de ensino, em 05 de abril de 1956, a Comissão decidiu instalar a normal rural experimentalmente e estipulou a sua inauguração para julho daquele ano. A Consolidação das Leis de Ensino do estado de São Paulo, de 1947,

¹¹⁴ Sobre os Grupos Escolares Rurais, ver Moraes (2014), como também, sugere-se o aprofundamento nas pesquisas sobre os Grupos Escolares Rurais de Piracicaba.

previa a criação de escolas experimentais visando introduzir novos modelos escolares e métodos de ensino (São Paulo, 1947, p.29). A lei ainda estabelecia que as instituições escolares seriam administradas por um diretor escolar ou um professor, que apresentaria um plano geral de organização. A fiscalização dessas instituições de ensino era feita de maneira indireta com base nos resultados do sistema escolar e nos procedimentos adotados. O Diretor Geral do Departamento de Educação poderia, a qualquer momento, suspender a licença de funcionamento da escola.

Compreende-se que essas instituições funcionariam de maneira distinta das outras instituições de ensino existentes no estado de São Paulo. A licença permitiria a utilização de diferentes experiências pedagógicas, consoante a perspectiva da modernização do ensino. Ainda que a escola normal rural não tivesse sido criada como uma experiência, sua estrutura e particularidade para o meio rural a caracterizavam como uma experiência inovadora no Estado, já que não havia nenhuma outra instituição que formasse professores primários com essas características. Conclui-se que, o caráter experimental foi usado como estratégia para a sua instalação. Se a experiência não funcionasse, a escola fecharia.

Ao ser instalada, a escola normal rural funcionaria em dois ambientes distintos: um no centro da cidade, no antigo Externato/Ginásio São José, com aulas teóricas, e um segundo espaço na zona rural, no Grupo Escolar Rural “Prof. Côrte Brilho”, em Chicó, com atividades práticas. “Após ponderadas considerações, ficou deliberada a instalação da Escola Normal Rural, a título experimental, no Grupo Tipico Rural “Prof. Corte Brilho”, de Chicó, que apresenta todas as condições necessárias (Deliberada..., 1956, p.1).

Em companhia dos professores José Armando Furlani, Inspetor do Ensino Típico Rural, João Chiarini e o vereador Mario Stolf, o prof. Jair de Andrade, esteve em visita ao Grupo Rural <<Prof. Côrte Brilho>>, em Chicó, onde examinou detidamente as instalações do prédio e das culturas ali existentes, concluindo pelo funcionamento da Escola Normal Rural de Piracicaba naquele estabelecimento, mesmo porque trata-se de uma escola modelar possuindo cerca de um alqueire cultivado e de fácil comunicação (Funcionará..., 1956, p.1).

No entanto, como será demonstrado adiante, a questão física da escola era um grande obstáculo para a organização adequada da instituição.

Nota-se que as reuniões e decisões da Comissão Pró Instalação da Escola Normal Rural de Piracicaba se sucederam em poucos meses. Em apenas três meses, foi estabelecida a instalação da escola, inicialmente como uma experiência. A intenção de Sólon Borges dos Reis e da Comissão era instalar a escola normal rural, uma vez que, desde sua criação (1933)

até a elaboração da Comissão (1956), passaram-se 23 anos e, desde das ações da Comissão Pró Instalação até a instalação da escola em julho de 1956, foram apenas cinco meses. Sólon Borges dos Reis tinha como objetivo, de fato, colocar a normal rural em funcionamento.

A verdade é que, em tempo recorde, os trabalhos levados a efeito pela Comissão designada pelo prof. Sólon Borges dos Reis, diretor Geral do Departamento de Educação, foram concluídos possibilitando, dessa forma, ter pronta solução nas altas esferas do ensino estadual (Escola..., 1956b, p.1).

Na deliberação de abril de 1956, que estabeleceu o funcionamento da normal rural em Piracicaba para o segundo semestre de 1956, firmou-se que o Grupo Escolar Rural “Prof. Côrte Brilho”, no bairro rural Chicó, seria o local ideal para as aulas práticas da normal rural.

É relevante destacar que, no início dos anos 1950, foram encontrados alguns artigos jornalísticos que denunciavam a fragilidade da estrutura física do GER “Prof. Côrte Brilho”, em Chicó. Em 1953, na coluna *Escolas, o professor e os alunos* do jornal *O Tempo*, Francisco Carlos Sodero, escreveu sobre a precária situação do prédio escolar de Chicó. Segundo o autor, a escola estava em ruínas e a direção do estabelecimento de ensino interditou o prédio e determinou que as aulas fossem ministradas ao ar livre. Para Sodero (1953), a situação precária do prédio escolar já havia sido denunciada, mas o governo não tomou nenhuma medida.

Das cinco classes de que se compõe a escola, uma continua ao ar livre: carteiras colocadas sobre o chão duro do terreiro. Outra funciona na capelinha da localidade. Os <<tecnicos>>, talvez desejassem pedir aos santos, cujas imagens ali se encontram, auxilio para a criançada. Naquele lugar sagrado, onde aos domingos, um frade capuchinho celebra o santo sacrificio da Missa, as crianças aprendem a plantar abobora e a cultivar a mandioca. Carlos Magno, criando uma escola junto a cada catedral teria inveja do <<progresso>> do seculo vinte... A terceira classe funciona numa sala de outro predio, acanhada, sem acomodações, de modo que os alunos, cuidando mais do poder assentar-se, não prestam atenção às explicações. O mesmo se diga da quarta unidade.

Mas, a maravilha das maravilhas está na quinta classe. Foi colocada na sala do gabinete medico-dentario. Começa que é uma sala assoalhada de ladrilhos. Mas isso não é tudo. Como não há agua corrente, o esculapio serve-se de uma bacia para atirar os pedaços de algodão, sujos de sangue dos curativos, as gazes purulentas, retiradas dos tratamentos. Sobre uma mesinha colocam-se as latinhas com fezes, que os caboclos levam para exame de verminose (Sodero, 1953, p.[.]).

Sodero salienta que a escola rural era uma escola abandonada, dependendo de seus próprios sacrifícios. Os estudos de Leite (2018) e Garcia (2022), ao entrevistar e reviver as

memórias de professoras e professores primários que lecionaram em diferentes regiões do estado de São Paulo, em escolas primárias rurais, mostram a precariedade e a falta de estrutura presentes nessas escolas. Como a falta de elementos básicos, a exemplo, banheiro com vaso sanitário em péssimas condições de uso.

Ao serem indagadas sobre as condições físicas e materiais das escolas em que lecionaram, as professoras entrevistadas foram unânimes em destacar a precariedade do prédio escolar, a falta de mobiliário e do material pedagógico.

As escolas eram construídas de madeira ou adaptadas em casas de alvenaria, os sanitários estavam quebrados e com falta de encanamento, as lousas eram pequenas ou em péssimas condições e as carteiras eram inadequadas para os alunos (Leite, 2018, p.78).

No ano de 1955, noticiou-se que o prédio escolar do GER “Prof. Côrte Brilho” foi inaugurado, com estrutura apropriada ao ensino. A edificação foi doada pelo Sr. Meneguel e os irmãos Furlani, de acordo com o jornal *Diário de Piracicaba*. O estabelecimento educacional dispunha de quatro salas de aula amplas, uma secretaria, uma sala para o diretor, uma biblioteca e uma residência para o diretor (Será..., 1955, p.1). Havia, também, um Clube Agrícola de número 1539, dirigido por João Chiarini (Clube..., 1951, p.1). As novas instalações do grupo escolar podem ter favorecido a sua escolha pela Comissão, mas não foram encontradas evidências que comprovem essa hipótese.

Apesar de a Comissão não ter escolhido construir o prédio escolar da normal rural, mas sim a utilização de imóveis já existentes, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), sob a supervisão de Anísio Teixeira, concedeu a quantia de um milhão de Cruzeiros¹¹⁵, mobiliários e materiais de implementos agrícolas, para o funcionamento da unidade escolar (Deliberada..., 1956, p.1).

A Comissão também discutiu os problemas com o transporte e das estradas que ligavam Piracicaba à escola rural, dirigindo-se ao prefeito de Piracicaba para relatar as dificuldades e buscar soluções. Luciano Guidotti, prefeito de Piracicaba, na época, prontamente se comprometeu a colaborar com a Comissão, prometendo melhorias nas estradas que ligavam a cidade de Piracicaba ao bairro rural Chicó. Em conformidade com o jornal *O Diário de Piracicaba*, de 13 de abril de 1956, a Auto Viação Riopedrense, responsável pelo transporte na área, concedeu permissão para que sua linha de ônibus também passasse pelo Bairro Chicó e, em conjunto com a Comissão, informou o Prefeito sobre a necessidade de melhorias no trajeto entre as cidades de Piracicaba e Rio das Pedras.

¹¹⁵ Valor referente a moeda atual brasileira: R\$ 363,64.

A prefeitura de Piracicaba, por meio de uma nota, informou que providenciaria as soluções necessárias para o funcionamento do transporte, que levaria os alunos da zona rural para a prática das suas atividades práticas.

Ao que ontem fomos informados, com vistas à solução do problema da reparação da estrada pertencente à municipalidade e pleiteada pela “Auto Viação Riopedrense”, com a finalidade de servir aos futuros alunos de nossa Escola Normal Rural, o comendador Luciano Guidotti, prefeito municipal já determinou os trabalhos que se fizerem necessários, os quais deverão ter início nos próximos dias (Escola..., 1956a, p.1)

A Estrada de Ferro Sorocabana, responsável pelas linhas de trem em Piracicaba, também colaborou com melhorias no transporte, instalando uma plataforma no bairro Chicó. Com essas melhorias, haveria diversos meios de transporte para chegar até o bairro rural, permitindo que alunos da normal rural frequentassem as aulas práticas. O funcionamento da escola rural não se limitava à organização física e pedagógica da escola, era também necessário permitir o acesso à instituição.

No jornal *A Província de Piracicaba*, um ex-aluno do grupo escolar rural de Chicó, ao revisitar as suas memórias, descreve que os alunos iam e voltavam da escola de trem. No período da manhã, viajavam no trem de carga e no período da tarde, voltavam no trem de passageiros. Este caminho era feito juntamente com as professoras. O ex-aluno também contou sobre a utilização da escola de Chicó como um laboratório para a Escola Normal Rural e a época em que João Chiarini foi o diretor do grupo. Memórias que evidenciam a existência da normal rural e o ensino ruralizado em Piracicaba, por descrever que, aprendiam a ler, escrever, fazer horta e cuidar de galinha.

Após examinar e resolver os obstáculos de transporte e acesso à escola, a promessa era instalar a Escola Normal Rural de Piracicaba em julho de 1956. Delimitado o espaço físico do funcionamento da escola, necessitava-se, ainda, definir outras ações para concretizar a existência da instituição de ensino. A Comissão levantou algumas questões e discutiu, intensamente, a organização da escola, de acordo com o jornal *O Estado de São Paulo*. A Comissão discutiu o programa que constituiria a estrutura da Escola Normal Rural de Piracicaba. Abaixo, a descrição do programa:

- 1) — Há condições razoáveis de funcionamento da Escola Normal Rural em Piracicaba; 2) — A Escola Normal Rural de Piracicaba funcionará com um curso de continuação de dois anos; 3) — A condição mínima de inscrição nos exames vestibulares será a seguinte: o candidato deverá ser portador do diploma de professor normalista; 4) — O número de matriculados de cada ano do Curso será de 40 alunos, incluindo-se neste cinco vagas destinadas aos professores titulares de cadeira no magisterio

primario rural comum; 5) — O exames vestibulares, constarão de: provas escritas de Português e Ciencias. Media 5. 6) — Na conclusão do curso conferir-se-ão aos diplomados, as seguintes vantagens e deveres: a) — Preferencia de escolha de cadeiras localizadas na zona rural no concurso de ingresso e, após três anos de exercício, de escolha de cadeira em concurso de remoção. Esta preferencia será absoluta; b) — A escolha realizada nos termos da letra “a”, obriga o candidato a permanecer três anos na escola que escolher, residindo no local do seu funcionamento; c) — Os professores (cinco), nos termos do item 5, parte final, serão postos à disposição da Escola Normal Rural de Piracicaba para estudos, perdendo esta regalia no caso de reprovação; 7) — Curriculo para dois anos; 8) — Estrutura da Escola — A direção da Escola Normal Rural de Piracicaba será confiada a um Diretor, que será coadjuvado por um assistente administrativo e por um secretario. Essas funções e seu recrutamento. Corpo docente e seu recrutamenro. Contrato com duração de dois anos no maximo. Utilização dos monitores agricolas. Regime de trabalho de todo o pessoal (Integral). 9) — Os programas de 1º e 2º anos, serão organizados pelos professores das respectivas cadeiras e submetidos a apreciação do diretor; 10) — Problema dos produtos do trabalho agricola. Sua utilização (Estudos..., 1956, p. []).

No mesmo texto jornalístico divulgado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, ficou registrado que os habitantes do bairro rural Chicó também tinham interesse em participar da implantação da escola normal rural no local, doando um lote de terra para ampliar a área de atividades práticas dos estudantes. Para assegurar o funcionamento da escola, diversos grupos estiveram envolvidos na ação – educadores, políticos, organizações privadas e os moradores do município de Piracicaba. Sendo assim, a Escola Normal Rural de Piracicaba foi instalada.

No dia 27 de abril de 1956, Jânio Quadros, então Governador do Estado de São Paulo, promulgou o Decreto nº. 25.781, instituindo uma Escola Normal Rural em Piracicaba e outras medidas necessárias para o seu funcionamento. A seguir, são apresentadas as razões que levaram à promulgação do decreto. Para Monarcha (2007), a escola foi instalada em um contexto de expansão do parque industrial, com o programa de metas de Juscelino Kubitschek. No momento em que a atividade agrícola não era mais o ponto alto da economia do país.

A seguir, são apresentadas as razões que levaram a promulgação do decreto:

JÂNIO QUADROS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e Considerando que de longa data se debate São Paulo e no país o controvertido problema da formação profissional de professores para às escolas localizadas no meio rural, cuja realidade social e necessidades educacionais diferem sob importantes aspectos das do meio urbano;

Considerando que, apesar de se dividirem as opiniões dos técnicos, ora concluindo em favor da formação especializada, ora sustentando ponto de vista diferente, a matéria é do mais alto interesse público;
 Considerando que as comissões técnicas e o plenário dos congressos normalistas de educação rural, reunidos sucessivamente em Campinas, Piracicaba, Casa Branca e São Carlos, respectivamente em 1945, 1947, 1949 e 1951, não se pronunciaram a favor da instalação de escolas normais rurais no Estado como solução do problema educacional no campo, mas consideraram-na recomendável em termos de experiência,
 Considerando que ao Estado convém seja feita a experiência, a fim de verificar em que medida poderia a Escola Normal Rural contribuir para eventual solução de problemas de educação e ensino no meio rural;
 Considerando que determina o Decreto 6.047, de 19-8-1933, a instalação de uma Escola Normal Rural em Piracicaba;
 Considerando que a Lei n. 881, de 6 de dezembro de 1950 determina o cumprimento do referido Decreto e consequentemente a instalação de uma Escola Normal Rural em Piracicaba;
 Considerando que é de prudente conveniência pedagógica, administrativa e econômica emprestar à instalação dessa Escola a caráter experimental proposto à Secretaria da Educação pelo Departamento da Educação (São Paulo, 1956, p.1).

Monarcha (2007), pontua que o texto do decreto é iniciado com um importante balanço geral das opiniões sobre a criação da instituição, considerando os debates sobre o tema no estado de São Paulo, que começaram no início do século XX e se intensificaram nas décadas de 1930 e 1940. Também foram consideradas as discussões dos Congressos Normalistas de Educação, que tinham como objetivo apresentar soluções para os problemas da educação rural no estado. Nestes Congressos, ficou estabelecido que a escola seria instalada experimentalmente, a fim de avaliar se ela seria eficiente ou não para a formação de professores. Foram considerados, inclusive, os decretos de 1933 e a lei de 1950, que criava uma Escola Normal Rural em Piracicaba.

A normal rural compreenderia: um curso Pré-Normal e o curso Normal, mas o programa de ensino não foi divulgado neste texto da lei. O ingresso na instituição era condicionado à aprovação em exame de admissão, de acordo com o artigo 8º do Decreto nº. 6.047/1933. O candidato precisava ter idade superior a 14 anos e os exames deveriam ser compostos pelas disciplinas do curso complementar, sendo que as provas de Português e Aritmética eram eliminatórias (São Paulo, 1933a, p.2). Ainda haveria uma prova de aptidão para a especialidade de professor rural.

[...] O vestibular era diferente. Eles faziam uma prova de Psicologia. O professor Pérsio e eu formávamos a banca. Nós procurávamos através dos testes de Rorschach e outros, ver a vocação do aluno. Era um vestibular vocacional, para saber das tendências da pessoa. Houve caso em que falamos ao candidato que ele não ia se dar bem na escola, que ele tinha

tendências adequadas. Achávamos que era importante uma habilidade em lidar com o meio rural, de utilizar dos produtos, das coisas que são utilizadas no meio rural (Oliveira, 1997, p.117).¹¹⁶

No mesmo decreto de 1956, estabeleceu-se que os graduados pela Escola Normal Rural gozariam de algumas vantagens, tais como a preferência por grupos escolares rurais e escolas rurais para ocupar cargos de professores ou diretores escolares. Haveria também, caso a lei não o impedisse, a opção de escolher escolas isoladas e grupos escolares comuns, com sede em localidades rurais.

O professor José Armando Furlani, um dos membros da Comissão Pró Instalação e inspetor escolar, foi designado para acompanhar os serviços de instalação da escola rural. Em fontes analisadas, chegou-se à conclusão de que o professor José Armando Furlani foi nomeado para o cargo de diretor da Escola Normal Rural de Piracicaba. Esta informação está no Requerimento n.º 180/56 da Câmara Municipal de Piracicaba.

O documento mencionado acima foi enviado inicialmente à Secretaria de Estado dos Negócios da Educação, sugerindo a nomeação do professor Antonio Oswaldo Ferraz para Diretor da Escola Normal Rural de Piracicaba. A sugestão foi apresentada pelo Vereador Oscar Manoel Schiavon e foi aprovada por unanimidade pelos vereadores da Câmara Municipal de Piracicaba. Dentre as justificativas, destacava-se que o inspetor de ensino, Prof. Antonio Oswaldo Ferraz, era um especialista no tema do ensino rural. Em 1947, publicou o livro “Ensino Típico Rural” (Antônio..., 2010, p.1)¹¹⁷.

Requeremos, seja oficiado ao Exemo. Sr. Governador do Estado e Secretario da Educação, encarecendo a suas Excias. que a Camara Municipal de Piracicaba, se manifesta no sentido de que a nomeação para o alto cargo de Diretor da Escola Normal Rural deste Municipio, recaia na pessoa do distinto e culto Prof. Antonio Oswaldo Ferraz. Não só as suas qualidades de tecnico e especializado no assunto, como ainda de ser um filho de Piracicaba, o recomendam para o alto posto (Piracicaba, 1956, p.5).

No entanto, ao final do requerimento, a Câmara Municipal confirmou que o prof. José Armando Furlani foi o escolhido para o cargo de Diretor da normal rural. “[...] levo ao conhecimento de V.S. que o Sr. José Armando Furlani, designado para instalar a Escola

¹¹⁶ Entrevista realizada por Oliveira (1997) com o professor Cotrim.

¹¹⁷ ANTÔNIO Oswaldo Ferraz. A Província de Piracicaba: Paixão por Piracicaba. <https://www.aprovincia.com.br/memorial-piracicaba/gente-nossa/antonio-oswaldo-ferraz-2930/> Acesso em: 22.out.2023

Normal Rural dessa cidade, foi escolhido dentre os inspetores escolares do ensino [...]” (Piracicaba, 1956, p.8).

Como divulgado pelo jornal *Diário de Piracicaba*, em 20 de julho de 1956, as primeiras medidas tomadas para o funcionamento da normal rural foram a transferência de alunos das escolas normais comuns para a escola normal rural e, em breve, a abertura das inscrições para a admissão dos alunos no Curso Pré-Normal. O jornal informou, ainda, que não havia um número significativo de alunos interessados em fazer a transferência entre o curso normal comum e o curso normal rural. A falta de conhecimento sobre o curso e as vantagens como professor rural prejudicava a escolha dos candidatos pela transferência.

Ao que parece, até agora, não tem sido animador o número de interessados nas transferências e nas próximas inscrições para o ingresso na escola. Segundo supomos, deve-se isso ao desconhecimento das vantagens que podem advir aos futuros mestres diplomados pela nova escola quando quiserem ingressar no magistério (Escola..., 1956c, p.1).

No entanto, não somente a ausência de conhecimento sobre as vantagens de ser um diplomado em uma escola normal rural teve um impacto na escolha dos candidatos. A questão da distância da escola para outras cidades do estado de São Paulo também dificulta a adesão à transferência e matrícula. A Escola Normal Rural de Piracicaba foi a primeira escola desse tipo no estado de São Paulo e atenderia alunos de todo o Estado, e não apenas da cidade de Piracicaba ou da região. Apesar de muitas cidades paulistas estarem distantes de Piracicaba, a Comissão Pró Instalação não considerou a possibilidade de organizar a escola em forma de internato, assim como outras propostas de escolas normais rurais, o que tornaria difícil a locomoção e permanência dos estudantes de outras localidades na escola normal rural.

O jornal *Diário de Piracicaba* também pontuou que o número de alunos por classe da normal rural já era menor que o número de alunos das normais comuns. De acordo com o jornal, cada classe seria lotada com pelo menos dez alunos, número bem inferior às classes de escolas normais comuns.

Em 28 de julho de 1956, a Escola Normal Rural de Piracicaba, publicou no *Diário de Piracicaba* orientações sobre os exames de Puericultura para o ingresso no primeiro ano do curso normal rural. As provas seriam sobre os seguintes temas:

- 1) O que deve entender por Puericultura. Mortalidade infantil. Suas causas e meios de combate. 2) Aspectos do desenvolvimento físico e mental da primeira infância; a) constituição; b) atitudes; c) peso e altura; d) dentição. 3) Alimentação natural. 4) Alimentação artificial. 5) Higiene geral: — banho, vestuário. Regime de vida: — ar puro, luz do sol, exercício,

brinquedos, posição, sono e repouso. 6) — A saúde da criança. Medidas profiláticas: a) Higiene geral e vigilância médica; b) defesa contra moléstias contagiosas e não contagiosas; c) defeitos físicos e irregularidades funcionais. 7) A formação da personalidade sadia (Escola..., 1956d, p.1).

As avaliações para ingressar na instituição de ensino abordavam temas como Puericultura, Profilaxia e Higiene Rural. Os exames foram realizados no dia 04 de agosto de 1956 e, ao todo, 52 candidatos compareceram para a realização da prova. No ano de 1957, ocorreram mudanças na forma como os testes de admissão para a Escola Normal Rural de Piracicaba eram realizados. Os exames passaram a ser similares aos que eram aplicados para ingresso no curso normal comum, seguindo o mesmo programa. As provas foram divididas em três dias, sendo o primeiro dia a prova de português; o segundo dia a prova de matemática; e, finalmente, o terceiro e último dia a prova de história do Brasil. Cada prova tinha a duração de duas horas.

No *Jornal de Piracicaba* de 11 de janeiro de 1957, foram apresentadas as instruções para os exames vestibulares das escolas normais do estado de São Paulo que seriam realizados naquele ano para a admissão de novos normalistas. Abaixo descreve-se os programas para os exames vestibulares do ensino normal paulista:

Português I – Redação: 1. Narração de ocorrências da vida escolar e social; 2. Cartas familiares; 3. Dissertações e diálogos; 4. Correspondência social; 5. Descrição de paisagem, cenas e tipos.

II – Gramática: 1. Ortografia; 2. Concordância verbal; 3. Sintaxe dos verbos haver, ser, estar; 4. Colocação dos pronomes atônos; 5. Crase.

Matemática – I. Aritmética – Razões e proporções. Regra de três. Porcentagem. Juros simples.

II – Álgebra – Equações do 1º grau a uma incógnita. Equações fracionárias redutíveis a 1º grau. Sistema de duas equações do 1º grau a duas incógnitas. Problemas do 1º grau. Equações do 2º grau a uma incógnita. Equações fracionárias redutíveis a 2º grau. Problemas do 2º grau.

III – Geometria – Linhas proporcionais no triângulo. Semelhança de polígonos. Relações métricas num triângulo e num triângulo qualquer. Relações métricas no círculo. Cálculo do lado e do apótema do quadrado, do hexágono regular e do triângulo equilátero em função do raio do círculo circunscrito. Comprimento da circunferência. Áreas das principais figuras planas (retângulo, quadrado, paralelogramo, triângulo, trapézio, losango, polígono regular, círculo).

História do Brasil – 1. O descobrimento: antecedentes históricos. 2. A formação étnica: o branco, o negro e o índio; 3. A obra da catequese; 4. Expedições exploradoras; 5. A colonização: regime das capitanias; 6. A centralização administrativa: o governo geral; 7. A expansão geográfica; 8. A defesa do território; 9. O despertar do sentimento nacional. A Independência; 10. O primeiro reinado e o período regencial; 11. O segundo reinado: lutas internas; 12. O segundo reinado: lutas externas; 13. A evolução nacional no Império; 14. A queda da monarquia: a questão religiosa, a questão militar e a abolição da escravidão; 15. A implantação e consolidação da República; 16. Governos republicanos até a Revolução de 1930; 17. Da Revolução de 1930 às condições atuais do Brasil; 18. As constituições políticas do Brasil (Instruções..., 1957, p.3).

O vestibular da normal rural, inicialmente, tinha um enfoque ruralista, mas a instituição de ensino deveria seguir as resoluções do Departamento de Educação, o que, conseqüentemente, deixava de lado as suas características rurais. Os exames de aptidão para a zona rural, conforme os jornais, eram uma exigência para o ingresso na normal rural, mas não houve informações sobre a aplicação e nem o programa de ensino que determinava a realização do exame.

A Escola Normal Rural de Piracicaba foi oficialmente inaugurada no dia 03 de agosto de 1956.

Nos fatos da Instrução Pública de São Paulo a data de 3 de agosto de 1956 ficará assinalada com especial relevo. Nesse dia foi inaugurada em Piracicaba a primeira Escola Normal Rural do Estado, empreendimento que inicia a marcha do Ensino num sentido mais natural e humano. Velho sonho de Sud Mennucci, talvez não tenha sido realizada com a grandeza esperada; mas, embora modestamente, concretizou-se, e isso é o que importa (Escola..., 1956, p.7).

Figura 15- Escola Normal Rural de Piracicaba, 1956



Fonte: Museu de Piracicaba

Na **Figura 15**, apresenta-se a fachada da Escola Normal Rural de Piracicaba, no Bairro Rural Chicó, primeira sede do estabelecimento de ensino. As primeiras instalações da escola não foram criadas para o propósito de ser uma instituição de ensino para formar professores rurais, mas sim, prédios de diferentes tipos para abrigar diferentes instituições educativas, a Normal Rural, demoraria a ter o seu prédio arquitetado para este fim, formar professores primários rurais. Nesta imagem, a arquitetura do prédio é simples, diferente das primeiras instituições de ensino normal, que, assim como as escolas primárias, era monumentos de representação do progresso das cidades.

A inauguração da escola foi programada para coincidir com as celebrações de 189 anos da cidade de Piracicaba. “Piracicaba, desta maneira, na passagem do 189º aniversário, recebe um régio presente que vem demonstrar do interesse das nossas altas autoridades em servi-la [...]” (Escola..., 1956e, p.6). A aula inaugural contou com a palestra do professor Moacyr Campos, diretor da Revista do Professor (CPP), entusiasta da escola normal rural e

colaborador de Sud Mennucci¹¹⁸. Estavam presentes autoridades do ensino, alunos (presença obrigatória) e toda a comunidade que se interessava pelo assunto.

No Grupo Escolar Rural “Côrte Brilho”, em Chicó, deu-se início às atividades de inauguração da escola, com a presença de Sólon Borges dos Reis, diretor-geral do Departamento de Educação, Jair Neves, assistente geral do Departamento de Educação, Francisco Azevedo, chefe do Ensino Primário, Antonio Oswaldo Ferraz, inspetor do ensino rural, Benedito Ferreira da Costa, Joaquim do Marco, Mário de Melo, Afonso Floravante (membros da Delegacia Regional do Ensino de Piracicaba), Luciano Guidotti, Prefeito de Piracicaba, o Bispo diocesano, diretores e inspetores de Grupos Escolares e Escolas Normais e os professores da Escola Normal Rural de Piracicaba, familiares do patrono do novo estabelecimento — Professor José de Mello Moraes, alunos e os membros da Comissão Pró Instalação.

O patrono da normal rural, José de Mello Moraes, era graduado pela Escola Prática de Agricultura de Piracicaba, tendo sido diretor e professor catedrático desta mesma instituição de ensino entre 1927 e 1954. “Da cadeira de química, passou à direção da escola e nesse posto perdurou por cerca de trinta ano [...]” (José de Mello..., 1957, p.1). A Escola Prática de Agricultura foi nomeada Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” durante sua gestão e, junto com outras seis instituições de ensino superior do estado de São Paulo, se tornou a Universidade de São Paulo (USP).

Figura 16 - Professor José de Mello Moraes



Fonte: Galeria de diretores da ESALQ

¹¹⁸ No período em que Sud Mennucci era o diretor-geral da Revista do Professor, Moacyr Campos, era o diretor artístico da revista. Em 1949, Moacyr Campos publicou um livro intitulado “Sud, o mestre”, em homenagem à memória do educador ruralista.

José de Mello Moraes também ocupou a posição de reitor da Universidade de São Paulo e a secretaria de Agricultura do estado de São Paulo. Mello Moraes participou ativamente dos debates em prol da criação da Escola Normal Rural de Piracicaba. A Primeira Semana de Conferências Ruralistas, promovida pela Sociedade “Luiz Pereira Barreto”, contou com a presença de alguns membros do Movimento pela Ruralização da educação paulista, como os professores Thales de Andrade, Chiquinha Rodrigues, Octacílio Tomanick, Sud Mennucci, J. Orlandi e Cantídio de Moura Campos, titular da pasta da Educação e Saúde Pública do estado de São Paulo, no salão de festas do Centro do Professorado Paulista (CPP). O professor José de Mello Moraes também esteve presente como palestrante.

Mello Moraes proferiu uma palestra sobre o ensino rural, referindo-se à maneira como esse tipo de educação era ensinado em outros países, como nos Estados Unidos da América. O palestrante discutiu as granjas-escolas existentes naquele país e, de acordo com ele, para que o estado de São Paulo tenha um ensino rural nesses moldes, seria necessária uma grande mudança na educação, começando pela formação de professores.

Modificar a escola primaria, da zona rural de São Paulo, de sorte que ella adquira a feição, aqui chamada de ruralista, e nos Estados Unidos de escola-ganha dólar ou de preparo inicial para a vida, implica em profunda transformação. E para isso, antes de mais nada, é necessario preparar o professor para ellas. Dahi surge que é indispensavel que sejam creadas, as escolas normaes ruraes, these que é pacifica, no seio do proprio professorado paulista e da Sociedade “Luiz Pereira Barreto”, estando todos de acordo nesse ponto (O Encerramento..., 1935, p.28).

O educador apresentou a sua opinião sobre as escolas normais rurais, na palestra que proferiu, e mencionou que colaborou com o projeto de Sud Mennucci para a criação da Escola Normal Rural de Piracicaba. Moraes era favorável a criação de um curso na Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, para suprir a falta de professores primários rurais.

Não me posso pronunciar a respeito, porque já fiz e collaborei sinceramente, com Sud Mennucci na organização da Escola Normal Rural, que deveria ser installada em Piracicaba. Collaborei ainda com Sud Mennucci na restrição do primeiro plano dessa mesma escola rural. E ainda sou, em ultimo caso, partidario de se iniciar, em Piracicaba, um curso, com caracter de extensão universitaria, a ser levado a effeito na Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, com reduzidos gastos (O Encerramento..., 1935, p.28).

Em 03 de janeiro de 1956, realizou-se uma mesa-redonda sobre o ensino paulista na TV Tupi, canal 3, sob o tema: “O Estado de São Paulo deverá ou não ter Escola Normal

Rural?¹¹⁹” (Mesa-redonda..., 1956, p.3). No debate, estiveram presentes indivíduos ligados ao ensino rural, ao ensino normal e ao ensino agrícola paulista. Entre eles, estava o professor José de Mello Moraes, ex-secretário da Agricultura e ex-reitor da Universidade de São Paulo e Chiquinha Rodrigues, incentivadores do ensino rural e discutiram sobre o assunto, que foi uma causa a ser realizada a partir de suas reflexões e a participação no Movimento pela Ruralização do Ensino.

As discussões acerca das exigências de um curso para a formação de professores primários rurais atravessaram décadas e abrangeram diversas áreas do ensino. Ficou evidente que o professor José de Mello Moraes esteve envolvido nas discussões do projeto da escola normal rural junto com Sud Mennucci. Portanto, sua nomeação como patrono da escola era uma homenagem aos seus esforços na promoção do ensino agrícola em São Paulo. Mello Moraes faleceu em agosto de 1956, mesmo mês e ano da inauguração da normal rural em Piracicaba.

Em continuidade às comemorações de inauguração da normal rural, o prof. João Chiarini dirigiu o orfeão do Grupo Escolar Rural “Prof. Côrte Brilho”, apresentando um programa de cantos folclóricos e números artísticos variados. Após as exibições, a direção da normal rural serviu um coquetel para os presentes. Conforme o jornal *Diário de Piracicaba* e a *Revista do Professor*, a palestra do prof. Moacyr Campos aconteceu no Instituto Cultural Ítalo-brasileiro. Antes de proferir as suas palavras, Moacyr Campos foi antecedido pelo diretor-geral do Departamento de Educação, Sólon Borges dos Reis, que discorreu sobre a origem da Escola Normal Rural de Piracicaba, lembrando os feitos de Sud Mennucci e relatando sobre a Comissão designada para a instalação da unidade educacional. Após as palavras de Sólon, Moacyr de Campos iniciou a sua aula inaugural.

Em seguida, deu a aula inaugural o prof. Moacir de Campos, que fez uma síntese do ensino típico rural no Brasil, principalmente no Estado de São Paulo através da <<Meca do Ruralismo>>, demonstrando pelo espírito de Luiz de Queiroz, Sud Mennucci, Thales de Andrade, Túlio de Campos, inclusive Noemia Saraiva e Luiza Guerra.

Ao encerrar sua magnífica aula, acentuou o prof. Moacir de Morais: Esta escola é um ato que vale por uma longa injustiça (Instalada..., 1956, p.1).

A inauguração da escola normal rural significou o triunfo da ruralização do ensino no estado de São Paulo e no município de Piracicaba.

“[...] graças, porém, à tenacidade de Valentim Amaral, quando deputado, e à esclarecida percepção dos que no momento se acham à testa da direção do Ensino em São Paulo, pôde a “Meca do Ruralismo Brasileiro”, 23 anos

¹¹⁹ Não foi localizada a notícia sobre a discussão realizada na TV Tupi.

depois, festejar a instalação de sua Escola Normal Rural” (Escola..., 1956, p.7).

Embora o movimento estivesse em declínio, a base das discussões sobre o ensino rural estava se concretizando, o funcionamento da Escola Normal Rural. Portanto, a celebração de inauguração foi um acontecimento, onde participaram indivíduos que se dedicaram à construção do estabelecimento de ensino.

As festividades oficializaram a instalação da Escola Normal Rural de Piracicaba e, para o início das aulas, era necessário realizar os exames de admissão para os alunos da normal rural. Em 11 de agosto de 1956, o jornal *O Estado de S. Paulo* anunciou que os candidatos para a matrícula na escola haviam ultrapassado as expectativas, despertando o interesse de mais de 80 estudantes.

Nas fontes, há, também, menção do baixo número de candidatos e matriculados na normal rural. Os dados não foram exatos, mas indicam que, inicialmente, houve um interesse pela escola. No entanto, como já foi mencionado, a instituição estava localizada em uma cidade do estado de São Paulo e, naquele período da década de 1950, o número de escolas normais comuns era significativo, existindo mais de 270 estabelecimentos de ensino normal. Dessa forma, não era necessário se deslocar para regiões distantes do estado para cursar o ensino normal, apesar de este ser composto por características específicas. Aqui, novamente, percebe-se que, os cursos de especialização e os cursos de férias, foram mais eficientes do que a normal rural.

O governo também já havia providenciado a contratação do corpo docente da escola para a abertura das aulas. Conforme o jornal *O Estado de S. Paulo*, o corpo docente estava assim estruturado:

Quadro 9 - Professores da Escola Normal Rural de Piracicaba, 1956

DOCENTE	DISCIPLINA
Benedito Antonio Cotrim	Português
Maria Cecília de Aguiar Ayres	História Geral e do Brasil
Norman Kerr Jorge	Geografia Geral e do Brasil
Ruy Madsen Barbosa	Matemática
Francisco Godoy	Educação Física
João Fioravanti Junior	Trabalhos Manuais
Lia Perches de Menezes	Trabalhos Manuais e Economia Doméstica
Tercio Espeneto Emerique ¹²⁰	Educação
Cecília de Azevedo Godoy	Desenho Pedagógico
Jaime de Arruda Dias	Professor Primário Padrão
Ciro Godoy Orsi	Professor Primário Padrão

Fonte: Jornal *O Estado de S. Paulo*, 11.ago.1956

Observa-se que, nesta lista de professores para a educação rural, não foram mencionados os docentes encarregados das disciplinas específicas, tais como: técnicas agrícolas, tecnologia agrícola, zootecnia, agricultura geral e especial, higiene, puericultura e profilaxia rural, sociologia educacional e rural e economia rural. A ausência de citação desses professores para essas disciplinas indica que a escola começou as suas atividades negligenciando o alicerce da sua existência, o ensino ruralizado.

As cadeiras de higiene, puericultura, profilaxia rural, agricultura geral e especial e de zootecnia, seriam atribuídas exclusivamente para médicos, engenheiros agrônomos e veterinários (São Paulo, 1950, p.1). Profissionais oriundos, sobretudo, da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, já que essas disciplinas eram consideradas técnicas e deveriam ser ministradas por especialistas com formação no assunto.

Após os procedimentos burocráticos necessários para o ingresso dos alunos, as atividades na escola foram oficialmente iniciadas.

¹²⁰ Foi membro da Comissão Pró Instalação da Escola Normal Rural de Piracicaba.

A seguir, apresentam-se os vestígios do funcionamento da Escola Normal Rural “Prof. José de Mello Moraes”, no município de Piracicaba, que indica uma existência breve, como instituição de formação de professores rurais.

4.2 Escola Normal Rural “Prof. José de Mello Moraes”: vestígios da precariedade

Esta subseção estipula um diálogo entre o programa de ensino estabelecido pela legislação que criou a Escola Normal Rural de Piracicaba e as práticas pedagógicas implementadas durante o seu funcionamento, demonstrando a situação precária da instituição escolar. Nesta análise, utilizou-se o conceito de Cultura Escolar. Para Dominique Julia (2001), a cultura escolar é composta por uma série de normas e práticas que estão presentes no cotidiano escolar e na estruturação do processo educacional da instituição. Os direcionamentos das reflexões desta subseção, tende a analisar a forma de organização da escola normal rural, a partir do currículo prescrito, das práticas de ensino e os rituais, como festividades escolares, para elucidar e depreender o funcionamento da escola.

A instituição escolar, como premissa de existência, necessitava de um currículo que organize e orientasse a prática pedagógica da instituição. Souza (2005, p.76) sustenta que o currículo é o conjunto de conhecimentos produzidos a partir da concepção, seleção e organização dos saberes escolares, dispondo-os em programas de ensino, grades curriculares, conteúdos, disciplinas e horários. Os estudos sobre currículo atribuem três instâncias: o currículo prescrito (recomendado); o currículo real (seleção do conteúdo pelo professor); e o currículo oculto (elementos não descritos no currículo, mas presentes na ação cotidiana do ambiente escolar). Nesta pesquisa, foi viável examinar o programa de ensino recomendado para a escola normal rural paulista e, a partir das fontes, inferir sobre as práticas educacionais da instituição escolar.

De acordo com Almeida (2016), as Escolas Normais no estado de São Paulo dispuseram, ao longo de sua existência, diferentes programas de ensino, termo usado para definir um conjunto de disciplinas escolares que seriam desenvolvidas em um determinado ano/série. As alterações nas grades curriculares dos programas de ensino se deram de acordo com as políticas educacionais estruturadas no período.

Os currículos das Escolas Normais costumavam ser ecléticos e variavam de acordo com as trocas políticas, com constantes aberturas e fechamentos de cursos que ainda se estruturam precariamente. Depois de algumas

décadas, as instituições adquiriram um pouco mais de solidez e as mudanças passaram a processar-se em períodos mais espaçados (Almeida, 2016, p.61).

Os programas de ensino das escolas normais sempre estiveram alinhados ao ensino primário, com a diferença de termos pedagógicos para o desenvolvimento do método de ensino e o preparo prático do aluno para a experiência em sala de aula.

A Escola Normal Rural, dada a sua especificidade, deveria abordar conteúdos específicos do meio rural. Esses elementos pedagógicos rurais diferenciariam o professor urbano e o professor rural. O Movimento pela Ruralização do Ensino sustentava que, ao se ter acesso a disciplinas com enfoque agrícola, os professores primários rurais desenvolveriam uma mentalidade agrícola, superando o problema dos professores sem afeição para ensinar em áreas rurais.

É importante salientar que os conteúdos rurais não se limitaram ao programa de ensino da Escola Normal Rural de Piracicaba. Ao analisar os estudos de Almeida (2016), verificou-se, nas escolas normais paulistas, algumas disciplinas estavam relacionadas à zona rural. Dentre as disciplinas, destacam-se: História natural aplicada à agricultura e à zootécnica; e Noções de higiene, zootecnia e agricultura. Embora essas disciplinas não tenham permanecido por um longo período nos programas de ensino, acredita-se que foram precursoras de um currículo voltado para a formação docente de professores rurais.

As prescrições dos conteúdos, ou seja, o mínimo a ser ensinado para os futuros professores primários rurais, estavam estabelecidas nas leis que criaram e regulamentaram a normal rural. Os conteúdos programáticos compuseram o Decreto n. 6.047/1933 e a Lei n. 881/1950, baseando-se na tríade argumentativa de Sud Mennucci: “o pedagógico, o higiênico ou talvez melhor, o sanitário e o agrícola” (Mennucci, 1946, p.141).

Ao analisar a legislação (Apêndice B) referente à Escola Normal Rural de Piracicaba, foram identificados três textos legislativos que demonstram a organização dos programas de ensino da instituição. Em 1933, a escola era dividida em um Curso Complementar Rural de três anos e um Curso Normal Rural de quatro anos, totalizando sete anos de estudos; na legislação de 1950, previa-se um curso Pré-Normal Rural e um de Formação Profissional Rural; em 1962, determinava a legislação um Curso de Formação de três anos e um de Especialização de Professores do Ensino Primário Rural de um ano.

O programa de ensino da normal rural era baseado em conteúdos gerais, semelhantes ao que era oferecido no ensino normal comum, no estado de São Paulo, e uma parte com

conteúdo rural, caracterizando a especificidade da escola. No **Quadro 10**, estão listados os programas de ensino da normal rural:

Quadro 10 - Programa de ensino da Escola Normal Rural de Piracicaba

Tipo de curso	1933	1950	1962
Complementar Rural (3 anos)* Curso Pré-normal rural**	Geral* Português; Francês e Inglês; Matemática (compreendendo Aritmética, Álgebra e Geometria); Geografia e História do Brasil; Ciências Físicas e Naturais; Desenho; Música; Educação Física Rural Agricultura prática; Aulas de trabalhos manuais femininos rurais.	Geral** Português; História da Civilização Brasileira; Matemática e Noções de Estatística; Ciências Físicas e Naturais; Anatomia e Fisiologia Humanas e Noções de Higiene; Música e Canto Orfeônico; Desenho; Trabalhos Manuais; Educação Física; Rural Práticas Agrícolas.	----- --
Normal Rural (4 anos)* Curso de formação profissional rural** Curso de formação (3 anos)***	Geral* Português; Matemática (compreendendo Trigonometria retilínea e mecânica); Física; Química; Botânica; Geografia Econômica e História da Civilização; Psicologia, pedagogia e didática; Desenho; Música; Educação Física; Rural Tecnologia agrícola; Zootecnia; Agricultura geral, Agricultura especial; Economia rural; Higiene, puericultura e profilaxia rural; aulas de trabalhos manuais femininos rurais.	Geral** Psicologia, Pedagogia, Prática de Ensino; História da Educação; Biologia Educacional; Música; Desenho Pedagógico; Trabalhos Manuais e Economia Doméstica; Rural Tecnologia Agrícola; Zootecnia; Agricultura geral e especial; Higiene, Puericultura e Profilaxia Rural; Sociologia Educacional e Rural; Economia Rural;	Geral*** Metodologia e Prática de Ensino; Psicologia Geral e Educacional; Anatomia e Fisiologia Humanas e Biologia Educacional; Português; Ciências Físicas e Naturais; Desenho Pedagógico; Matemática e Noções de Estatística; Educação Física, Recreação e Jogos; Música e Canto Orfeônico; Trabalhos Manuais e Economia Doméstica; Rural Agricultura Geral e especial; Zootecnia; Higiene, Puericultura e Profilaxia Rural; História da Educação e Ruralismo; Economia Rural; Tecnologia Agrícola.
Curso de Especialização de Professores do Ensino Primário Rural (1 ano)	-----	-----	Sociologia Rural; Higiene e Saneamento rurais; Noções Gerais de Economia Agrária; Noções de Agricultura Geral e Especializada; Noções de Zootecnia; Metodologia do Ensino de Higiene Rural e das atividades agrícolas.

Fonte: Decreto n. 6.047/1933; Lei n. 881/1950; Decreto n. 35.100/1959; Lei n. 6.774/1962.

O programa de ensino das escolas normais comuns, foram organizados em áreas para proporcionar um aprendizado básico (português, matemática, história, geografia e ciências) e uma formação pedagógica abrangente, incluindo disciplinas de fundamentos (psicologia, pedagogia e didática). Os conteúdos foram elaborados com base em princípios teóricos enciclopédicos e, de acordo com Tanuri (1979), a ideia dos programas de ensino das escolas comuns era que para ensinar bastava ter conhecimento do conteúdo a ser ensinado.

Segundo Almeida (2016), as escolas normais eram organizadas por seções e as aulas semanais eram distribuídas conforme o regimento interno. Na legislação da normal rural de Piracicaba, não havia número de aulas para cada disciplina nem distribuição dos conteúdos pelos anos de duração do curso. Não foi possível encontrar o regimento escolar da escola normal rural para verificar a distribuição das disciplinas ao longo do curso. A partir dos estudos de Almeida (2016), foi possível notar que as disciplinas básicas, como português e matemática, perduravam por quase todo o curso, enquanto as disciplinas de fundamento, pedagogia, psicologia e didática, iniciavam-se a partir do segundo ano do curso e permaneciam até o seu término.

Como indício, a partir dos debates a respeito do ensino ruralizado, as disciplinas rurais deveriam permanecer presentes durante toda a formação do futuro professor primário rural. Dessa forma, seria possível desenvolver a consciência agrícola, a identidade pela terra e a representação do professor rural como um missionário.

No decreto de 1933, não há menção à prática de ensino no currículo da escola normal rural. Segundo Bueno (2015), a prática de ensino fazia parte da formação profissional dos professores paulistas desde o fim do século XIX, e foi com os preceitos escolanovistas que a prática de ensino ganhou maior significado, focalizando o trabalho na experimentação dos métodos de ensino, com ênfase no ensino ativo, reflexivo e centrado no interesse da criança, como sujeito construtor de seu próprio aprendizado. A concepção de prática de ensino, conforme a prescrição da Escola Nova, passou a vigorar com o Código de Educação de 1933, no estado de São Paulo. As leis de 1950 e 1962, previam a prática de ensino na normal rural.

Em 1950, ficou evidente que as aulas de trabalhos manuais femininos rurais sofreram alterações na nomenclatura, para, apenas, trabalhos manuais, atrelados ao conteúdo geral. A cadeira de trabalhos manuais era dividida em duas seções: trabalhos manuais para homens (artefatos de couro, trabalhos de serrinha) e trabalhos manuais para mulheres (toalhas, colchas), que estão relacionados à economia doméstica — organização do lar e produção do enxoval para o casamento. As atividades consistiam na produção de objetos confeccionados

artesanalmente, visando à formação de um ofício. No caso das mulheres, na organização do enxoval para o casamento, na decoração das residências e no cuidado com os filhos.

Na ocasião de uma exposição dos trabalhos manuais produzidos pelos alunos da Escola Normal Rural “Prof. José de Mello Moraes”, José Armando Furlani, diretor da instituição educacional, escreveu em sua coluna no *Jornal de Piracicaba* que os trabalhos dos alunos eram propícios para os moradores da zona rural, sobretudo os objetos confeccionados pela seção feminina.

Na demorada visita — que em ocasiões semelhantes sempre fazemos no intuito de esclarecer todas as falhas dessa disciplina nos diversos programas escolares, quer primárias ou secundárias, — ficamos deveras surpresos pela originalidade dos trabalhos expostos, perfeitamente de acordo com as necessidades rurais, esforço e alugencia que foram dos responsáveis pela matéria, uma vez que não há, ainda um programa sequer esboçado nesse sentido. Vassouras, molduras simples, rápidos trabalho de serrinha, serviço de empalhação com as mais diversas matérias primas, escovas, artefatos de couro, serviço de encadernação e uma infinidade de outros utensílios, davam um contorno todo especial a exposição e se completavam ao ficarem juntos com 75 confecções da secção feminina, constantes de toalhas, colchas, sapatos, atoalhados e de outras habilidades manuais próprias a serem usadas nas modestas casas dos habitantes das zonas rurais (Furlani, 1957, p.1).

A disciplina de trabalhos manuais também era oferecida nas escolas primárias, de forma que os futuros professores primários deveriam ter conhecimento do conteúdo a ser trabalhado com as crianças. Novamente, ressalta-se a relação entre o ensino primário e a preparação dos professores.

Outra disciplina presente em todas as legislações analisadas era a Economia Rural. No *jornal de Piracicaba*, do dia 17 de dezembro de 1957, comunicou-se aos alunos da Escola Normal Rural, do 3º ano do curso normal, que a prova da disciplina de Economia Rural seria realizada em segunda época, sobre ponto sorteado do seguinte programa de ensino:

1 – Relação entre população e disponibilidade monetária. 2 – Significado economico-social das “fazendas”. 3 – Influencia dos latifundios da economia rural. 4 – Cooperativismo rural. 5 – Atividade economica do litoral-norte paulista; 6 – A lavoura e a economia brasileira. 7 – Os transportes e a economia rural. 8 – Atividades econonimas do vale do rio Ribeira do Iguape. 9 – O Credito Rural. 10 — Ciclo economico em país agricola. Influencia da industria (Educação..., 1957, p. 5).

A partir do programa mencionado anteriormente, nota-se que a disciplina de Educação Rural se estruturava em conteúdos relacionados à agricultura, à indústria e à região litorânea do estado de São Paulo, bem como à economia do Brasil agrário. Conteúdos relevantes para entender a estrutura agrária do estado de São Paulo e do país. Ao revisar os

programas de ensino, observa-se que a economia rural não era a única disciplina ensinada, pois havia também a economia doméstica destinada às mulheres. Mais uma vez, o objetivo era capacitar as meninas para os cuidados domésticos, tais como mãe, esposa e dona de casa. Era uma concepção de educação feminina que, ao mesmo tempo, profissionalizava a mulher, mas sem esquecer de suas “obrigações”.

Em 1950, foi adicionada a disciplina de Sociologia Educacional e Rural ao curso normal rural, aprimorando os conhecimentos para a análise do meio rural e excluía as disciplinas de português, matemática, física, química, botânica, geografia, história e educação física. Essas disciplinas tornaram-se exclusivas do curso pré-normal rural, retornando ao curso de formação em 1962. No programa de 1962, os estudantes da escola normal rural passaram a cursar a disciplina História da Educação e Ruralismo, enfatizando o processo do ensino ruralizado em São Paulo.

No mês de setembro de 1957, o *Jornal de Piracicaba* criou uma seção dedicada ao ensino e a educação, e o diretor da Escola Normal Rural “Prof. José de Mello Moraes”, o professor José Armando Furlani, assumiu a responsabilidade da coluna. O jornal, descreveu que esta seção tinha como objetivo informar as pessoas interessadas nos assuntos educacionais do estado e do município de Piracicaba, abordando temas relevantes à educação e comunicando portarias da Assembleia Legislativa que consideravam à temática do ensino paulista.

Furlani abriu a seção do jornal com um artigo sobre a normal rural, intitulado - *Ainda a normal rural*. Neste artigo, o educador comentou sobre as críticas recebidas em relação à carência de formação profissional para os futuros professores primários.

De fato, a Escola Normal Rural não é, no momento, a escola que foi autorizada a funcionar em principio do ano passado. Aquela, além das cadeiras comuns às outras normais já nossas conhecidas, tinha por objetivo dar noções bastante desenvolvidas de praticas agrícolas - agricultura geral e especial — tecnologia agrícola, artes culinarias, higiene e profilaxia rurais, etc. Quanto às regalias, o decreto de instalação, baseado na Lei n. 881, dizia que os diplomados teriam preferencia à nomeação para os cargos de diretor e professor de grupos escolares rurais e escolas típicas rurais. Dentro desse principio regimental viveu a “Prof. José de Mello Moraes” até o advento da Lei n. 3.739, de 22 de janeiro do corrente ano, que trouxe substanciais reformas ao ensino normal. Em consequencia do art. 18 dessa Lei revogando expressamente todas as leis referentes à organização do ensino normal do Estado de São Paulo, anularam-se, também, as disposições respeitantes ao ensino normal especializado. A Normal Rural, em que pese a sua parte de especialização ficou, assim, incluída dentro do citado artigo e passou a ser uma escola normal do tipo comum (Furlani, 1957, p.[3]).

Neste artigo, o diretor da escola normal rural forneceu evidências de um funcionamento inadequado em conformidade com os pressupostos estabelecidos pela Comissão Pró Instalação e o pensamento de ruralização do ensino. A reforma do Ensino Normal, de 1957, retirou a especificidade da escola, configurando uma escola normal comum.

O Deputado Estadual Bento Dias Gonzaga apresentou o projeto de lei n.º 562, de 1957, propondo alterações na legislação que regulamentava o ensino normal, visando, dessa forma, restabelecer o ensino normal rural. Durante a assembleia legislativa, o deputado afirmou que a reforma do ensino normal em São Paulo foi conduzida inadequadamente e o resultado não foi satisfatório, já que não houve a preocupação de reorganizar o ensino normal e não desorganizar a escola normal rural de Piracicaba.

Não é, pois, para causar espanto que a reforma tenha suscitado críticas. E uma delas, das mais procedentes e justas, é a que diz respeito à extinção da Escola Normal Rural de Piracicaba. Alguns meses antes, precisamente em 27 de abril de 1956, o governo baixava o Decreto n. 25.781, que dispunha sobre a instalação dessa escola. Em sua justificativa, alegava a conveniência de ser feita a experiência do ensino normal rural. Como, alguns meses depois, era o governo levado a mudar de opinião? Como explicar essa súbita reviravolta de pensamento em assunto de tamanha relevância, quando a escola já estava instalada e começava a consolidar-se? (Gonzaga, 1957, p.49).

A Escola Normal Rural de Piracicaba, precisava, mais uma vez, lutar por sua existência. Após enfrentar décadas de argumentos desfavoráveis ao seu funcionamento, novamente a normal rural estava em discussão e, os adeptos da ruralização do ensino, precisavam defender a necessidade de um programa de ensino com características rurais. Contudo, o projeto de lei n.º 562/1957, saiu vitorioso e aprovado, sem debates, na primeira discussão, com o parecer favorável à normal rural. Essa, retornaria a funcionar com as especificações para o ensino rural. Como consequência dessa liberação, a escola passou a ter apenas o Curso Normal, com duração de três anos. O ingresso na escola far-se-ia por meio de exames vestibulares, com provas de língua portuguesa, aritmética e de avaliação do interesse candidato pelo meio rural. As avaliações seriam aplicadas de forma eliminatória.

O currículo da escola estava estruturado na seguinte grade curricular, segundo a reprodução de José Armando Furlani do projeto de lei n. 562/57:

- I - Metodologia e Prática do Ensino
- II - Pedagogia e Psicologia Geral e Educacional
- III - Anatomia e Fisiologia Humana e Biologia Educacional
- IV - Sociologia Educacional e Rural
- V - Higiene, Puericultura e Profilaxia Rural

VI - História e Filosofia da Educação
 VII - Economia Rural
 VIII - Português
 IX - Ciências Físicas e Naturais
 X - Desenho Pedagógico
 XI - Matemática e Noções de Estatística
 XII - Educação Física, Recreação e Jogos
 XIII - Música e Canto Orfeônico
 XIV - História da Civilização Brasileira
 XV - Trabalhos Manuais
 XVI - Agricultura Geral e Especial
 XVII - Zootecnia
 XVIII - Tecnologia Agrícola

Mais uma vez foi definido um programa de ensino com tópicos específicos para a área rural. No entanto, isso não implicava que a normal rural conseguiria realmente colocar em prática esses conhecimentos. A realização do currículo da escola normal rural, bem como a construção de um prédio para abrigar a escola, foram desafios que a instituição escolar enfrentou ao longo de sua existência.

A instituição iniciou suas atividades em agosto de 1956 e, a partir daí, houve uma série de eventos que a escola foi convidada a participar, tais como a Semana da Pátria, o Dia da Árvore e a Semana Euclidiana. Nestas festividades, notam-se os vestígios das atividades da escola normal rural.

Na comemoração da semana cívica de 7 de setembro, a Escola Normal Rural organizou atividades para a data: hasteamento do pavilhão nacional, com informações sobre a data do professor Norman Kerr Jorge, da cadeira de sociologia e da aluna Rosaly Ortolan; hino nacional, canção “Vida campesina”, “Hei de amar-te até morrer”, pela aluna Aurea de Moraes Libaldi, “Roseas flores d'alvorada”, pela aluna Elza de Assis Nunes (Programação, 1956, p.[3]). No jornal *O Estado de S. Paulo*, registrou-se que a normal rural colaborou com a Rádio Difusora com uma programação especial sobre a data.

Durante o Dia da Árvore, ocorrido no mês de setembro, a Escola Normal Rural “Prof. José de Mello Moraes”, juntamente com a Casa da Lavoura de Piracicaba, o G.E. Barão do Rio Branco e a prefeitura, organizaram um programa de comemorações para o Dia da Árvore, comemorado em todo o país, e teve como objetivo, de acordo com o *Jornal de Piracicaba*, promover os ideais rurais. O evento realizou-se na Praça José Bonifácio, com o plantio de árvores. A programação do evento previa:

- Abertura da sessão cívica com o hasteamento das bandeiras.
- 2 - Hino Nacional.
- 3 - Cavemos a terra - canção.
- 4 - Plantio da árvore.
- 5 - Discurso pelo dr. Heitor Pinto Cesar.
- 6 - Alocução por um aluno do G.E. “Barão do Rio Branco”.
- 7 - Desenvolvimento do programa do grupo acima referido.
- 8 - Discurso do sr. Chefe da Casa da Lavoura, dr. José Francisco de Freitas (Dia 21..., 1956, [3]).

A canção, *Cavemos a terra*, foi recitada pelo Orfeão da Normal Rural e um aluno da instituição pronunciou um discurso sobre o tema rural. Na Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, plantaram-se um exemplar de Ipê na área. O grupo escolar que participou também proferiu um discurso intitulado *rumo à terra* (Comemora-se..., 1956, p.1).

Naquela época, as celebrações e eventos faziam parte da cultura escolar das escolas primárias e secundárias. Nesses eventos, as escolas demonstravam as ações executadas e ensinadas no cotidiano escolar, como as aulas de canto orfeônico, fanfarra, ginástica e outras atividades educativas.

De acordo com Bencostta (2010), às festividades escolares são espaços de interação social que auxiliam na construção de interpretações históricas do universo escolar. Como afirma o autor, o calendário de comemorações das datas cívicas era uma determinação do Estado republicano brasileiro para as escolas públicas celebrarem essas datas. As festas escolares, como evento público, despertavam muitos olhares e, dessa forma, as instituições educativas realizavam uma “propaganda” dos trabalhos e das práticas de ensino desenvolvidas ao longo do ano letivo. “As solenidades eram ocasiões públicas nas quais os alunos poderiam se apropriar de maneiras diferentes dos espaços e dos saberes escolares, ou seja, atribuindo a essas ocasiões, significados diferentes dos rotineiramente vivenciados” (Cândido, 2021, p.2).

Na **Figura 17**, as alunas da Escola Normal Rural “Prof. José Melo Moraes”, ensaiam um jogral¹²¹ para apresentar no bicentenário do município de Piracicaba.

¹²¹ Jogral: recitação de poemas, textos literários, alternando canto e recitativo, em grupo ou individual.

Figura 17 - Alunas do 1º ano da Escola Normal Rural "Prof. José de Mello Moraes" - Jorgal em homenagem ao bicentenário de Piracicaba, 1967



Fonte: Museu de Piracicaba

A fotografia mostra que o grupo era acompanhado por um instrumento de corda, um violão, e o texto cantado pelas alunas era feito em pé. As normalistas estavam em um campo aberto e, ao fundo, havia uma edificação, semelhante a uma estufa, para o cultivo de plantas. Deduz-se que as estudantes estavam nas imediações da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, uma das instituições de ensino que abrigou a Escola Normal Rural “Prof. José de Mello Moraes”.

As estudantes, todas mulheres, ensaiavam para as comemorações do bicentenário de Piracicaba, em 1967, neste período, os cursos normais eram compostos em sua maioria por pessoas do sexo feminino, que conforme os estudos de Almeida (2016), a educação e o ensino era missão para as mulheres. Nesta imagem, nota-se a representação do magistério

da época, composta por estudantes mulheres, sendo que, apenas uma delas, sentada tocando o violão era uma mulher negra.

Além de participar de eventos comemorativos previstos no calendário escolar das escolas paulistas, a Escola Normal Rural “Prof. José de Mello Moraes” também participava de outros eventos, como a maratona intelectual euclidiana, sendo um evento realizado até os dias atuais. Em 15 de agosto de 1957, aconteceu em São José do Rio Pardo, no interior de São Paulo, a XVIII Maratona Intelectual Euclidiana¹²², em homenagem ao escritor Euclides da Cunha. O aluno do 3º ano do curso normal rural, participou da maratona e foi o terceiro colocado, recebendo um cheque no valor de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros)¹²³.

As atividades manuais e as festas escolares eram consideradas práticas de ensino fundamentais para o desenvolvimento do bom cidadão, uma ideia bastante clara no início da República e que persistiu por muito tempo. No entanto, o programa de ensino da Normal Rural se concentrava em aplicar técnicas desenvolvidas há muito tempo nas escolas comuns e, oscilava na realização de atividades que estivessem ligadas ao propósito e à especificidade da escola, o ensino rural.

A existência de um programa de ensino voltado para a área rural não foi concretizada. Em 1957, a reforma do ensino normal em São Paulo propiciou discussões sobre a normal rural. O debate sobre o projeto de lei de Bento Dias perdurou durante todo o ano, como pode ser observado nos periódicos analisados. A temática era recorrente na coluna do Jornal de Piracicaba, escrita por José Furlani do Amaral, diretor da Escola Normal Rural “Prof. José de Mello Moraes”.

O programa de ensino da normal rural, mais uma vez, foi registrado como legislação e a execução no cotidiano escolar, como se pode notar nas festividades escolares e na exposição dos trabalhos manuais, aconteciam superficialmente. A discussão sobre o currículo da normal rural perdurou por toda a sua existência, pois, em 1965, o Conselho Estadual de Educação do estado de São Paulo afirmava que ainda não havia deliberado um currículo para a escola normal rural, ficando a instituição autorizada a usar as prescrições curriculares da Lei nº. 6.792, de 13 de abril de 1962 - a escola oferecia o curso normal rural e o curso de especialização rural (Consulta..., 1968, p.118-124).

¹²² <https://jornalismoehistoria.sites.ufsc.br/2021/12/10/a-prosa-que-terminou-em-verso/> A maratona foi criada no ano de 1940 e ela acontece na Semana Euclidiana, que permanece em funcionamento até os dias atuais.

¹²³ Valor atual de R\$72,73.

Após lutar por sua existência, planejar a comissão e discutir o projeto de lei de Bento Dias, a normal rural formou sua primeira turma em 1958. No entanto, quando a primeira turma é formada, muitos questionamentos surgem: em quais escolas esses professores foram lecionar? Estiveram nas escolas primárias rurais do estado de São Paulo? Ou nos grupos escolares rurais de Piracicaba? Informações não localizadas para responder os questionamentos.

Conforme a legislação, os professores formados pela Escola Normal Rural “Prof. José de Mello Moraes” teriam preferência nas escolhas das escolas rurais. No entanto, este mesmo texto legislativo não exigia que o professor permanecesse na zona rural. Com os conteúdos gerais ministrados na normal rural, os alunos também poderiam lecionar na cidade. Dessa forma, a escola pretendia criar uma identidade para o professor rural, mas não permitia consciência agrícola, como Sud Mennucci desejava.

[...] Acontece que o professor formado na escola normal rural gozava de uma série de privilégios. Eles eram os primeiros a escolher cadeiras. Só podiam escolher escolas rurais e a maioria eram rurais. O cidadão saía do Sud e acabava tendo que ir para Santo André, S. Bernardo. Então, o que aconteceu? Uma procura enorme. As pessoas iam, aprendiam tudo sobre o meio rural e acabavam dando aula na cidade. A escola foi perdendo sua finalidade. Nós fazíamos reuniões com os formandos para ver como estava sendo a aplicação dos conhecimentos. Sabe o que ouvíamos? “Não professor, nós não aproveitamos nada do que foi ensinado” ... “Trabalho em Santo André e lá não tem espaço para isto!” [...] (Oliveira, 1997, p.117).

Segundo Monteiro (1979), na década de 1960, os ruralistas pensavam de outra forma, havia a necessidade de manter o professor rural na escola, o maior tempo possível. Assim, não se necessitava criar uma consciência agrícola e nem uma identidade como professor rural, permanecendo o maior tempo possível na zona rural, era suficiente para afirmar que as escolas primárias rurais eram providas de mestres especializados.

Somente na aparência oferecia favores a seus alunos. Os estudiosos em ruralismo, da década de 1960, afirmavam que o objetivo maior da escola rural não era o da fixação do homem ao campo, mas sim torná-lo atuante em seu meio, enquanto nele permanecesse. Do fruto de um trabalho produzido com sentido humanístico, nasce naturalmente a idéia de maior permanência no campo. A possibilidade dessa permanência estaria condicionada a fatores de ordem econômico-social com consequente crescimento pessoal. Homem e meio ambiente saíam lucrando (Monteiro, 1979, p.82).

Essa informação coloca a hipótese de que a normal rural não conseguiu de fato criar uma mentalidade agrícola em seu alunado, como previa Sud Mennucci, na década de 1930, quando organizou os projetos de criação de escolas normais rurais no estado de São Paulo.

Para o educador, as disciplinas existentes no curso da normal rural seriam suficientes para transformar a concepção dos mestres que eram enviados para a zona rural, entretanto, afirmase que não era o suficiente. As disciplinas trariam conhecimentos para a zona rural, mas não, necessariamente, faria o professor desenvolver uma identidade, seria, na vivência do cotidiano escolar, a construção de uma mentalidade rural.

Contudo, escapando aos limites da competência de uma unidade escolar, o Sistema de Ensino sempre permitiu que os egressos da Rural de Piracicaba pudessem remover-se quando desejassem, logo após a primeira escolha preferencial para a zona rural. Bastava boa classificação no concurso comum (Monteiro, 1979, p.82).

Os dados apresentados no jornal do *Centro do Professorado Paulista* indicam que, pelo menos até 1966, a Escola Normal Rural “Prof. José de Mello Moraes” ainda mantinha a formação de professores primários. No entanto, não há evidências de que a formação desta turma tenha se dado com conteúdo específicos para as áreas rurais e se os professores formados na instituição escolar exerciam o magistério em escolas rurais.

Figura 18 - Formandos da Escola Normal Rural "Prof. José de Mello Moraes", Piracicaba-SP, 1966



Fonte: O portal do professor - Centro do Professorado Paulista (CPP)¹²⁴

¹²⁴ Disponível em: <https://cpp.org.br/professores-se-reuniram-em-piracicaba-paa-comemorar-jublieu-de-ouro/> Acesso em: 10.jan.2024

Na figura 19, nota-se que os diplomados pela Escola Normal Rural “Prof. José de Mello Moraes”, diferenciava-se das outras escolas normais do Estado, pois neste período, o sexo feminino predominava nos cursos para formação de professores, no entanto, na imagem é possível observar a existência de homens, em diferentes posições, como alunos, a minoria deles e como professores formadores de futuros mestres escolares.

Durante a existência da Escola Normal Rural de Piracicaba, a escola enfrentou diversas dificuldades para manter-se em funcionamento. As mudanças de prédios escolares foram um dos fatores que contribuíram para o possível fracasso da escola. A seguir, apresentam-se os fatos do processo de extinção da escola normal rural de Piracicaba e discute-se a hipótese de fracasso da escola.

4.3 O processo de extinção da Escola Normal Rural paulista: uma escola fadada ao fracasso?

A criação e instalação da Escola Normal Rural foram marcadas por uma intensa turbulência. Durante as décadas de 1930 e 1940, um grupo de educadores paulistas se opôs à criação de novas escolas normais, sob a justificativa de que havia muitos professores normalistas no estado. No entanto, percebeu-se que a criação de escolas normais continuou a ocorrer no estado de São Paulo, como observado na **Tabela 1**, seção dois desta tese e a normal rural permanecia no papel. Apenas nos anos 1950, com o diretor-geral de ensino adepto aos ideais rurais, foi possível concretizar o funcionamento da escola normal rural.

Ao analisar o livro de Therezinha de Jesus Penteado Monteiro, *O arco-íris, uma carreira e a professora*, do ano de 1979, observa-se, nos capítulos finais, a descrição de uma diretora de escola aposentada relatando a sua vivência na normal rural, entre as décadas de 1960 e 1970. Com o pseudônimo de Vera, Monteiro (1976), apresenta-nos vestígios de uma existência desordenada e uma extinção rápida de uma instituição de ensino que nasceu, talvez, fadada ao fracasso.

Monteiro (1979) descreve em quatro capítulos, a sua trajetória na Escola Normal Rural “Prof. José de Mello Moraes”, como diretora da instituição. Vera, personagem fictícia da história, esteve em diversas instituições educacionais ao longo de sua carreira no magistério. Ao se remover para a cidade de Piracicaba, escolheu a Escola Normal Rural “Prof. José de Mello Moraes”, que era regida por lei específica e apresentava características

especiais. A educadora foi designada para a função no período em que a instituição era regida pela Lei nº. 6.774, de 30 de janeiro de 1962, determinava o funcionamento definitivo da normal rural.

Conforme a narrativa da personagem, a instituição funcionava em dois períodos, sendo um para os conteúdos teóricos e outro período para os conteúdos práticos, como foi constato anteriormente. Contava com um número reduzido de alunos e mantinha o curso normal e o curso de especialização para a formação de professores rurais.

A escola mudou-se para o prédio da Escola Estadual de 1º grau “Jaçanã Altair Pereira Guerrini”, na rua Dr. Paulo Pinto, às margens do Piracicamirim.

Naquela época o Grupo Escolar ainda não havia ocupado o prédio. Como fora construído para abrigar outra escola, a Rural foi obrigada a aceitar condições, a fim de obter autorização para mudança. Isso acontecia antes da implantação da Lei de Diretrizes e Base da Educação de 1º e 2º graus, de 1971.

Poderia ocupar apenas algumas salas. Funcionaria de manhã e à tarde até instalação do Grupo Escolar. Posteriormente, passaria a funcionar à tarde e à noite.

A escola se deslocou de uma hora para outra de bairro e para a periferia da cidade. Os pais foram obrigados a transferir seus filhos. Houve grande redução no número de alunos.

Quando viu-se obrigada a funcionar à tarde e à noite, novo contingente de alunos veio a perder (Monteiro, 1979, p.89).

Ela relata também que a instituição já havia funcionado em diferentes prédios escolares, como: o grupo escolar rural em Chicó; no antigo prédio da Faculdade de Odontologia; na Escola Superior de Agricultura, no antigo pavilhão de zootecnia e da agricultura; no antigo Isolamento; no prédio da Escola Estadual de 1º grau “Jaçanã Altair Pereira Guerrini; e finalmente, no prédio da Avenida São João, onde se encontrava fixado na época.

A Escola Normal Rural “Prof. José de Mello Moraes” não tem ainda sede própria. Funcionou primeiramente numa ala do antigo Externato São José até o dia em que foi desalojada pelas necessidades das instalações da Faculdade de Odontologia. Hoje está funcionando a título precário em dependências da Escola de Agronomia. Não fosse essa gentileza e essa possibilidade onde estaria a Rural? Para onde irá quando a Escola de Agronomia precisar dessas dependências?

Criada em 1933 por inspirações de Sud Mennucci, foi preciso que decorresse 17 anos de luta para que fosse organizada. Em 1956, após tanta luta, foi reorganizada, mas para funcionar em caráter experimental. Não possuindo sede própria funciona subordinada ao imprevisto. O sr. Deputado Bento Dias Gonzaga apresentou projeto de lei dispondo sobre a sua instalação definitiva. Não basta garantir-lhe sobrevivência; urge que se providencie a construção de edifícios próprios, deixando à margem às soluções transitórias precárias (Correa, 1960, p.3).

O prédio localizado na Avenida São João tinha em sua arquitetura a composição de quatro salas de aula e duas saletas, uma para a direção escolar e outra para os professores. Conforme os estudos de Oliveira (1997), a escola passou a funcionar oficialmente nesse prédio em outubro de 1974. A Escola Estadual “Prof. José de Mello Moraes”, ainda funciona nesse mesmo endereço.

Figura 19 - Escola Estadual "Prof. José de Mello Moraes", 2023



Fonte: Arquivo pessoal, 2023

O curso ginásial foi solicitado em 1966, com a Indicação n.º 90, de autoria do vereador Rubens Leite. Na ocasião, a indicação era para a criação de um ginásio de iniciação agrícola nas dependências da escola normal rural de Piracicaba, mantendo o ensino com especificações ruralistas. Segundo os estudos de Oliveira (1997) as décadas de 1950 e 1960 foi um momento de expansão do ensino secundário na cidade, dessa forma, a criação de um ginásio, mesmo que com especificação agrícola, seria mais uma opção de estudo em Piracicaba.

Foram apresentadas as seguintes justificativas para a criação e instalação do ginásio de iniciação agrícola:

A instalação de um Ginásio de Iniciação Agrícola junto à Escola Normal Rural “Pro. José de Mello Moraes” desta cidade, justifica-se pelos seguintes motivos:

- 1º) - População estudantil em idade de cursar o ciclo ginásial, em número que ultrapassa a capacidade dos ginásios existentes na cidade;
- 2º) - Incorporação de um curso ginásial básico ao Curso Colegial de Formação de Professor Primário com Especialização Rural, já existente, condição que o Governo do Estado vem impondo para permitir a instalação do futuro Instituto de Educação Rural;
- 3º) - O curso Ginásial de Iniciação Agrícola viria atender a uma necessidade local, já que poderá bem orientar, desde cedo, a formação do Agrônomo e de seus auxiliares: o professor rural e a especialista em Ciências Domésticas;
- 4º) - A Escola Normal Rural conta com terreno próprio doado pela Prefeitura e já recebido pelo Estado, onde há um prédio pequeno de 4 salas que, com alguns reparos, poderá ser aproveitado para instalação desse Ginásio;
- 5º) - A despesa que o Estado terá com a instalação desse Ginásio não será muito grande, pois a Escola Normal Rural conta desde já com pessoal administrativo e docente;
- 6º) - A construção definitiva do prédio próprio para instalação dos cursos que serão acrescentados pelo Governo do Estado, será justificada pelo acréscimo da população estudantil frequente aos cursos especializados;
- 7º) - A cidade de Piracicaba constitui o ponto ideal para instalação de cursos com especialização Rural, por possuir uma Escola Superior de Agricultura modelar, onde a Escola Normal Rural desta cidade já vem funcionando e onde as práticas agrícolas vêm recebendo o incentivo e a supervisão técnica dos agrônomos especializados (Piracicaba, 1966, p.5).

Após dois anos, em 1968, a Secretaria de Negócios da Educação do estado de São Paulo, enviou um ofício mencionando que não poderia ser criado um curso ginásial de iniciação agrícola, devido à lei em vigor. Esta lei extinguiu a dualidade do ensino no estado de São Paulo, prevalecendo um ensino básico e comum. Assim, não poderia criar um ginásio com vocação agrícola, apenas o curso ginásial comum.

No ano de 1969, criou-se no Estado um número expressivo de ginásios estaduais (166) de 1º ciclo e o município de Piracicaba foi contemplado com a criação de quatro ginásios¹²⁵, sendo um deles na Escola Normal Rural “Prof. José de Mello Moraes”. Assim, no prédio da Avenida São João funcionou primeiramente o curso ginásial, e, depois, foi transferido o curso normal para este prédio, entretanto, não foi possível localizar a informação do período em que ocorreu a transferência da normal rural para o edifício definitivo.

¹²⁵ Os ginásios foram criados respectivamente no prédio do Grupo Escolar “João Conceição”; no prédio da Escola Normal Rural “Prof. José de Mello Moraes”; no prédio do Grupo Escolar “Barão do Rio Branco”; e no prédio do Grupo Escolar “Profª. Abigail de Azevedo Grillo”.

Com o pedido de instalação de um ginásio e o funcionamento do curso normal, foi solicitado também, pelo Deputado Estadual Domingos José Aldrovandi, no ano de 1965, a transformação da Escola Normal Rural em Instituto de Educação Rural. Conforme os estudos de Labegalini (2009), os Institutos de Educação¹²⁶ eram instituições de ensino específicos para a formação docente, para ser considerado um IE, o estabelecimento de ensino não poderia ministrar apenas o curso normal, deveria ter também um curso de especialização – administração escolar e/ou ensino – e ter, para a regência dos futuros professores, classes de ensino primário e secundário. Com a reforma de 1962, justificava-se o pedido de transformação da escola normal rural em instituto de educação rural, mas a solicitação não se concretizou.

Em 1968, com a reforma do ensino do estado de São Paulo, houve a permanência do ensino comum, considerando apenas as especificidades para as instituições escolares que desenvolviam experiências de ensino, na época. A normal rural, como descrito anteriormente, iniciou o seu funcionamento em caráter experimental, porém, em 1962, a lei nº 10.125, de 04 de junho, determinou o seu funcionamento definitivo, configurando assim, um tipo de escola no estado de São Paulo. Com isso, a normal rural não poderia ter um programa de ensino com conteúdos agrícolas. Desse modo, a Escola Normal Rural “Prof. José de Mello Moraes” passou a ser definida como Escola Normal “Prof. José de Mello Moraes”, uma normal comum, como todas as outras 450 escolas normais existentes no estado paulista.

Entretanto, as mudanças não aconteceram apenas para a normal rural, em 1972, a reforma do ensino de 1º e 2º graus, em nível federal, determinaria a extinção do curso normal no Brasil e passaria a funcionar a Habilitação para o magistério (HEM), findando uma era de instituições educacionais formadoras de professores primários. “A escola Normal Rural foi então fundada em 1956, instalada em primeiro de agosto, aniversário da cidade e foi em 1970 ou 1971 que ela deixou de existir” (Oliveira, 1997, p.118).

Entre os anos de 1977 e 1979, foram ofertados cursos de ensino profissionalizante a partir da 2ª Série do 2º grau, na escola (Oliveira, 1997). Atualmente, a Escola Estadual “Prof. José de Mello Moraes”, atende alunos do Ensino Fundamental II e Ensino Médio, no Programa de Ensino Integral (PEI).

¹²⁶ O primeiro Instituto de Educação criado no estado de São Paulo foi em 1933, no Código de Educação. A Escola Normal “Caetano de Campos”, passou a denominar-se Instituto de Educação “Caetano de Campos”. Segundo Labegaline (2009), a expansão dos Institutos de Educação se deu a partir do ano de 1951.

Assim, a Escola Normal Rural no estado de São Paulo delongou-se a existir e a formar professores primários rurais. A primeira instituição pensada para existir e capacitar os docentes para as áreas rurais, a Escola Normal Rural de Piracicaba enfrentou um processo difícil de criação e instalação, mas, em 1956, conseguiu funcionar como uma experiência educacional. A experiência não foi muito bem-sucedida, se analisada sob a perspectiva e a concepção de escola normal rural idealizada por Sud Mennucci, não conseguiu efetivar o principal objetivo – formar professores com consciência agrícola, se tornando, ao longo do tempo, mais um estabelecimento de ensino que ministrava o curso normal.

A presente tese concluiu que, de fato, a Escola Normal Rural de Piracicaba existiu, no entanto, o projeto idealizado por Sud Mennucci e apoiado pelo Movimento pela Ruralização do Ensino foi atribulado e não conseguiu realizar-se de fato, uma vez que não constituiu uma identidade/consciência agrícola no magistério primário rural paulista.

5 CONSIDERAÇÕES

A conclusão desta tese de doutorado é a consolidação de uma trajetória de estudo iniciada na Iniciação Científica, no curso de graduação em Pedagogia. Ao prosseguir com a dissertação de mestrado, analisando aspecto da profissão docente (formação inicial, o ingresso na carreira, as práticas educativas, a formação em serviço, as condições de trabalho e a relação das professoras com o meio rural), foi possível ampliar o tema abordado - Ensino Rural no estado de São Paulo. Portanto, esta tese foi um exercício exaustivo, mas prazeroso de investigação, que se desenvolveu ao longo de quatro anos (2020-2024).

O estudo sobre a Escola Normal Rural de Piracicaba chega às suas conclusões, não como uma finalização definitiva, mas sim como, desde o início, tive a consciência de que era o ponto de partida para outras histórias da normal rural.

A pesquisa presente nesta tese de doutorado está alinhada aos estudos do campo da História da Educação, sob a perspectiva da História Cultural e do conceito de Representação e Cultura Escolar, particularmente no que diz respeito à História da Educação Rural e à Formação de Professores Rurais no estado de São Paulo. Entre as alternativas para estudar a formação do magistério primário rural (memória, instituição escolar, cultura escolar), optei por interrogar o passado, fazendo uma pesquisa histórica e documental abrangente e inicial da temática, para compreender um processo parcialmente delimitado, pois se entende o ponto inicial (Decreto nº. 6.047/1933), mas há controvérsias do ponto final. Investigar o processo de criação, implementação e extinção da Escola Normal Rural de Piracicaba “Prof. José de Mello Moraes” mostra a complexidade do tema, o pensamento de uma formação específica para a zona rural e o Movimento pela Ruralização do Ensino no Brasil.

Muitas das fontes essenciais para a realização deste estudo não foram encontradas. Ao iniciar o Doutorado em Educação, havia algumas opções de pesquisa, como a História das Instituições Escolares, mas as fontes me levaram a uma escrita que representasse o processo de criação, implementação e extinção da Escola Normal Rural de Piracicaba. Busquei indícios e vestígios, a partir de uma variedade de fontes, como discutido na abordagem teórica e metodológica aqui empregada, mas com algumas limitações em relação ao diálogo proposto. Assim, explorei o que estava acessível no momento e o que foi possível identificar ao longo do processo de quatro anos de doutoramento.

Dessa forma, conseguiu delimitar pontos fundamentais sobre a Escola Normal Rural no estado de São Paulo e a Escola Normal Rural de Piracicaba: a primeira ação/tentativa do

educador Sud Mennucci, foi reformar o ensino rural paulista, criando estabelecimentos de ensino rurais (primários e secundários); o projeto de Sud Mennucci, para a criação de escolas normais rurais foi discutido nacionalmente e apresentava uma organização avançada, sendo considerada ideal, todavia, em seu próprio estado, Mennucci não conseguiu instalar imediatamente o estabelecimento de ensino; a criação e a implementação da normal rural foram atribuladas, levando 23 anos para se concretizar; a criação da normal rural ocorreu em 1933 e Sud Mennucci foi a “cabeça que a idealizou, mas não as mãos que a implementaram”; Sólton Borges dos Reis, um educador contemporâneo, falecido no início do século XXI, conseguiu este feito, depois de tantas outras iniciativas, mas não atingiu o principal objetivo - a criação de uma mentalidade agrícola no professorado paulista; o funcionamento da escola foi precário, com indefinições nos seus programas de ensino e a ineficiência no desenvolvimento dos conteúdos agrícolas. Conclui-se que, a instituição escolar, mesmo com dificuldades para existir, conseguiu funcionar, entretanto, o projeto de transformação do professor rural com mentalidade agrícola, fracassou.

Necessário salientar que, mesmo existindo diversas iniciativas para a criação de escolas normais rurais paulistas, nenhuma delas conseguiu de fato colocar o estabelecimento de ensino em funcionamento, dessa forma, pontua-se que essas iniciativas também foram malsucedidas.

Na apresentação desta tese, foram descritos os antecedentes da pesquisa e as motivações para a realização do estudo, bem como a descrição das seções que se seguiram à apresentação.

A seção de introdução explanou o propósito geral e específico da pesquisa, o problema da pesquisa, a revisão bibliográfica sobre o tema em questão, e destacou que os estudos existentes até então não abordavam a história do processo de criação e funcionamento da instituição, mas sim o projeto de ruralização do ensino de Sud Mennucci; como também, descreveu-se o referencial teórico-metodológico e as fontes utilizadas para o progresso do estudo. Além disso, analisou-se a formação de professores rurais sob a perspectiva nacional, salientando que, no Brasil, a formação do magistério rural se deu, sobretudo, pelos Cursos Normais Regionais e no estado de São Paulo, com algumas peculiaridades. A capacitação do mestre rural paulista foi desenvolvida em cursos de aperfeiçoamento agrícola e cursos rápidos de férias, que funcionaram antes e depois da normal rural em Piracicaba.

Na seção dois, expôs-se o projeto paulista de educação rural, delimitado por Sud Mennucci em 1932, que previa cinco escolas normais rurais (formação de professores hostis a vida citadina) e escolas primárias rurais (grupos escolares rurais e escolas isoladas vocacionais). Nas escolas normais rurais, formar-se-ia um professor diferenciado, com conhecimentos gerais, pedagógico, sanitário e agrícola. As instituições de ensino funcionariam em regime de tempo integral, com duração de sete anos de estudo. O projeto paulista de educação rural não teve êxito imediato. Mennucci, ao retornar ao cargo de diretor-geral de ensino, assinou o Decreto nº. 6.047, de 19 de agosto de 1933, que estabeleceu a criação de uma Escola Normal Rural em Piracicaba, bem como a criação de escolas primárias rurais e do Clube Agrícola. No entanto, apenas os grupos escolares rurais e os clubes agrícolas entraram em funcionamento como estabelecimentos de ensino ruralizado.

A não implementação da escola normal rural foi justificada pelo excesso de escolas normais comuns (Oficiais e Livres) e a onerosidade dos cofres públicos para a construção do estabelecimento de ensino. São Paulo, ao longo do século XX, expandiu a sua rede de escolas normais, chegando a 450 unidades escolares. Mesmo a justificativa sendo o excesso de estabelecimentos de formação de professores, como também, o excesso de normalistas formados, continuou-se a criação de escolas normais comuns e investiu-se nos cursos de especialização agrícola e nos cursos rápidos de férias, como estratégia de capacitação do professor rural. Dessa forma, o número excessivo de escolas normais não configurava uma justificativa fundamentada para a ausência de escolas normais rurais. Entretanto, o grupo contrário à implementação da escola rural, conseguiu que prevalecesse um ensino básico e comum, no estado de São Paulo, configurando o ensino ruralizado apenas como uma experiência e não como um tipo de ensino.

Ainda na segunda seção, foram mencionadas outras iniciativas de criação de escolas normais rurais, como: a Bandeira Paulista de Alfabetização, presidida por Chiquinha Rodrigues, grande entusiasta do Movimento pela Ruralização do ensino, projetou a criação de escolas normais rurais na Capital e em cidades do interior paulista; o grupo Folha, idealizou a criou escolas normais rurais nas Escolas Agrícola Industrial, usando o mesmo corpo docente, alterando a estrutura física e a inclusão de disciplinas de cunho pedagógico; e os Projetos de Lei apresentados na Assembleia Legislativa do estado de São Paulo (ALESP), que previam a criação ou a transformação de 31 escolas normais rurais. Outras iniciativas, embora não tenham sido concretizadas, contribuíram significativamente para os debates em torno da formação de professores primários rurais no estado de São Paulo.

Prosseguindo no desenvolvimento da pesquisa, na seção três, ficou evidente a representação de Piracicaba como a Meca da Ruralização do Ensino no Brasil, cognome construído a partir das instituições de ensino ruralizadas (Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”; Grupos Escolares Rurais) existentes no município e os esforços dos ruralistas na constituição de um município essencialmente agrícola, que ultrapassava a organização econômica agrária, perpassando pela educação e o desenvolvimento social dos habitantes da zona rural. Como também, a construção realizada a partir da exaltação da imagem de Sud Mennucci como principal representante do Movimento. A Escola Prática de Agricultura, hoje a Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ), foi fundada no final do século XIX e posta em funcionamento no início do século XX, como uma proposta de formação da elite agrária paulista. Sud Mennucci acreditava que essa instituição de ensino era o início do avanço da educação rural em Piracicaba, o que foi ampliado nos anos 20 do século passado com a criação de Escolas Reunidas em áreas rurais da cidade de Piracicaba.

A princípio, os Grupos Escolares Rurais de Piracicaba, com 21 unidades em funcionamento, eram denominados como Escolas Reunidas, situadas em bairros rurais do município. Na década de 1930, com o Código da Educação do Estado de São Paulo e o Decreto n. 6.047, de 1933, esses estabelecimentos foram sendo transformados em Grupos Escolares Rurais, visando desenvolver um ensino ruralizado. No entanto, nem todos os grupos rurais foram capazes de desenvolver um ensino com características agrícolas, devido à carência de instalações e profissionais capacitados para as atividades rurais.

Em mapeamento para identificar as escolas ainda existentes, deste período, verificou-se os seguintes estabelecimentos de ensino: GER Campestre; GER Tupi; GER João Alfredo; GER Dois Córregos; GER Santana; GER Tanquinho; e GER Recreio. Atualmente, os grupos escolares rurais possuem outras denominações. Essas unidades de ensino, que configurou Piracicaba como um município que se destacava na educação rural no Brasil, podem apresentar vestígios da cultura escolar ruralizada (normas, festividades, práticas do ensino agrícola, programas de ensino). Assim, entende-se que há a necessidade de aprofundamento na investigação dos Grupos Escolares Rurais de Piracicaba.

Na seção quatro, analisaram-se os processos de funcionamento e extinção da Escola Normal Rural “Prof. José de Mello Moraes”, em Piracicaba, concluindo-se que a escola viveu momentos turbulentos desde sua criação e funcionamento, hora com características rurais, hora como uma escola normal comum, consoante a legislação vigente no período.

Com essas modificações e permissões para o exercício da docência, os alunos da normal rural ensinavam em qualquer estabelecimento de ensino primário, rural ou urbano. Assim sendo, não era necessária uma escola normal rural para formar professores primários rurais, pois os cursos de especialização e os cursos de férias, foram suficientes para capacitar os professores que iniciavam sua carreira nas escolas rurais. Nem todos os docentes que se deslocavam para a zona rural permaneciam. A legislação, por sua vez, não exigia a permanência destes professores nas escolas rurais.

O processo de extinção da Escola Normal Rural de Piracicaba iniciou-se em 1968. A reforma educacional paulista estabeleceu a organização do ensino básico e comum. A normal rural foi transformada em um estabelecimento de ensino, sem a sua característica experimental. Dessa forma, a escola normal rural, de fato, foi perdendo a sua essência e se tornou mais uma Escola Normal no estado de São Paulo.

Ao finalizar esta tese, pode-se concluir que os indivíduos envolvidos no Movimento pela Ruralização do Ensino buscaram estabelecer Piracicaba como a Meca do Ruralismo no Brasil, tendo alcançado esse objetivo em certa medida, mas não conseguiram transformar o professor primário rural em um docente com identidade, afinidade, amor e vocação para o campo. Dessa forma, o discurso de fixação do indivíduo rural à terra não foi implementado, uma vez que o mestre rural, que deveria ser um propagador das boas práticas agrícolas, não demonstrou identificação com o meio em que lecionava, o que resultava em pedidos de remoção e exoneração do cargo. No entanto, ainda é necessário realizar estudos mais aprofundados para determinar em quais escolas os estudantes da escola normal rural estiveram e como realizaram suas práticas de ensino em estabelecimentos rurais.

Por fim, e não menos relevante, faz-se uma análise de Piracicaba como um município essencialmente agrícola, vanguardista do ensino rural e meca do ruralismo, representações construídas e ressignificadas ao longo do tempo e que, ainda reverbera na identidade de Piracicaba.

A memória piracicabana, criada por memorialistas como Cecílio Elias Netto, preserva a cultura caipira do município. O Dicionário do Dialeto Caipiricabano, elaborado por Elias Netto, é uma representação da cultura caipira em sua maneira de se comunicar e viver. Com o Decreto Municipal nº. 16.766, de 25 de agosto de 2016, o dialeto e o sotaque piracicabano tornaram-se patrimônio histórico e cultural imaterial da cidade de Piracicaba. “[...] a linguagem tem sido reconhecida entre as principais referências da identidade cultural batizada como “caipiricabanismo” - neologismo criado pelo escritor Thales de Andrade e

popularizado por João Chiarini” (DICIONÁRIO..., 2016, p.2). Outros elementos, como a pamonha¹²⁷, são considerados típicos do patrimônio cultural de Piracicaba.

*"Pamonhas, pamonhas, pamonhas
Pamonhas de Piracicaba
É o puro creme do milho verde
Venham experimentar estas delícias
Pamonhas quentinhas, pamonhas caseiras, pamonhas de Piracicaba
Temos curau e pamonha
Vamos chegando, vamos levando
É a deliciosa pamonha de Piracicaba
Pamonhas fresquinhas, pamonhas caseiras
Pamonhas de Piracicaba
Pamonhas, pamonhas, pamonhas"*

Piracicaba mantém-se como um município que preserva a memória dos seus habitantes, a partir das características que os definem, como o dialeto caipira. No entanto, ao elaborar esta tese, observou-se a falta de preservação da memória educacional rural de Piracicaba. A Escola Normal Rural não era reconhecida por organizações de preservação documental, tendo em vista que sua breve existência não foi registrada no imaginário popular e na memória coletiva dos habitantes piracicabanos. Este estudo, pretendeu, também, reconstituir a história do ensino normal rural em Piracicaba, para constar como registro de um tempo passado, mas que reverbera atualmente em diferentes perspectivas ao discutir a formação do professor e a organização da Educação do/no campo.

A pesquisa é isso, um processo construído e desconstruído constantemente. Chegou-se ao final deste estudo, mas, no início de tantos outros. Continuamos na luta pelo direito à educação pública e de qualidade, respeitando e valorizando a profissão docente. Esta é a nossa causa, EDUCADORES!

¹²⁷ Segundo Elias Neto (2015), as “peruas de pamonhas” de Piracicaba surgiram nos anos de 1970, com o vereador Dirceu Bigelli, que realizou a gravação do bordão com a sua própria voz e enriqueceu vendendo as pamonhas. A gravação foi vendida para todo o país, mas não são todas as pamonhas que são genuínas de Piracicaba. Atualmente, Tanquinho, distrito de Piracicaba e Charqueada, município próximo, são os principais produtores de milho, pamonha e derivados. Para os moradores do estado de São Paulo e, principalmente nas cidades do interior paulista, ainda é comum escutar a propaganda das pamonhas de Piracicaba. Essa jingle fez parte de minha infância, no município de Rio Claro-SP, cidade vizinha de Piracicaba-SP.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Fernando Luiz. Memória e apropriações da memória: perfis do educador Thales Castanho de Andrade. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 7, n. 1[13], p. 153-191, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38621/20152>. Acesso em: 22 fev. 2023.

ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Memórias da Rural**: narrativas da experiência educativa de uma escola normal rural pública (1950-1960). 2007. 272 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/12184>. Acesso em: 20 jul. 2023.

ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Vozes Esquecidas em Horizontes Rurais**: histórias de professores. 2001. 263 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/1908/000311994.pdf;sequence=1>. Acesso em: 19 jul. 2023.

ALMEIDA, Jane Soares de. **A formação de professores em São Paulo (1846-1996)**: a prática de ensino em questão. Campinas: Autores Associados, 2016. 223 p. Coleção memória da educação.

ALMEIDA JÚNIOR, A.. A Escola Normal de São Paulo e a sua evolução. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 8, n. 20, p. 223-232, fev. 1946. Disponível em: <http://www.rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/1040/779>. Acesso em: 22 jul. 2023.

ALVIM, Gustavo Jacques Dias. **O Diário**: a saga de um jornal de causas. Piracicaba: Editora Unimep, 1998. 267 p.

ANDRADE, Flávio Anício. O Curso Normal Regional e a formação da professora primária rural. In: CHALоба, Rosa Fátima de Souza; CELESTE FILHO, Macioniro; MESQUITA, Ilka Miglio de. **História e memória da educação rural no século XX**. 1.ed. - São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p.163-190.

ARAÚJO, Fátima Maria Leitão. Educação Rural e Formação de Professores no Brasil: gênese de uma experiência pioneira. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 10, n. 2, p. 237-255, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/14624/8310>. Acesso em: 19 jul. 2023.

ARAÚJO, Fátima Maria Leitão. **Mulheres Letradas e Missionárias da Luz**: formação da professora nas escolas normais rurais do Ceará - 1930 a 1960. 2006. 235 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/3160/1/2006_Tese_FMLARAUJO.pdf. Acesso em: 14 jul. 2023.

ASSIS, Danielle Angélica de; LEITE, Kamila Cristina Evaristo; LIMA, Sandra Cristina Fagundes de. Professoras Rurais: formação, ingresso e práticas nas escolas de Uberlândia -

MG e Rio Claro - SP (1950 a 1980). In: **Revista Cadernos de Educação**. Pelotas, n.66, 2022, p.1-23. DOI:[10.15210/educacao.vi66.4743](https://doi.org/10.15210/educacao.vi66.4743) Disponível em: <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/educacao/article/view/4743/4077> Acesso em: 08.jan.2024.

ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva de; SOUZA, Rosa Fátima de. PARA UMA GENEALOGIA DA ESCOLA PRIMÁRIA RURAL: entre o espaço e a configuração pedagógica (São Paulo, 1889-1947)1. **Roteiro**, Joaçaba, v. 40, n. 2, p. 293-309, jul./dez. 2015. Universidade do Oeste de Santa Catarina. <http://dx.doi.org/10.18593/r.v40i2.7462>. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/7462/4928>. Acesso em: 22 fev. 2023.

ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva; SOUZA, Rosa Fátima de. As disputas entorno do ensino primário rural (São Paulo, 1931-1947). **História da Educação**, Porto Alegre, v. 18, n. 43, p. 13-32, maio/ago. 2014. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/39553/pdf_21. Acesso em: 22 fev. 2023.

ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva de. História do ensino primário rural em São Paulo e Santa Catarina (1921-1952): uma abordagem comparada. 2013. 214 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/101504>. Acesso em: 20. jul. 2023.

AZANHA, José Mário Pires. Uma reflexão sobre a formação do professor da escola básica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 369-378, maio/ago. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/y47PZxkGrJrbDvx5hQkHVvF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 jul. 2023.

AZEVEDO, Eliana Oliveira Nunes de; et.al. Políticas de formação de professores primários rurais nos estados do Paraná e de Pernambuco (1930-1960). In: CHALOPA, Rosa Fátima de Souza; CELESTE FILHO, Macioni; MESQUITA, Ilka Miglio de. **História e memória da educação rural no século XX**. 1.ed. - São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p.301-327.

AZEVEDO, Fernando de. **Educação na Encruzilhada**: problemas e discussões. 2. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1960.

BASSO, Jaqueline. OS CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO RURAL NO ESTADO DE SÃO PAULO NAS DÉCADAS DE 1930 E 1940. **Revista Exitus**, [S.L.], v. 11, p. 020124, 27 jan. 2021. Universidade Federal do Oeste do Pará. <http://dx.doi.org/10.24065/2237-9460.2021v11n1id1514>. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/1514>. Acesso em: 29 jun. 2023.

BASSO, Jaqueline Daniela. **O Ruralismo Pedagógico no estado de São Paulo nas Décadas de 1930 e 1940**: as escolas normais, os cursos de especialização, as escolas técnicas e os clubes agrícolas. 2018. 203 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/9843/BASSO_Jaqueline_2018.pdf?sequence=4&isAllowed=y. Acesso em: 14 jul. 2023.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. História da educação e cultura escolar: representações e imagens das festas escolares. In: VIDAL, Diana Gonçalves; SCHWARTZ, Cleonara Maria (org.). **História das culturas escolares no Brasil**. Vitória: Edufes, 2010. p. 245-268.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. **Conferências Interamericanas de Educação: recomendações (1943-1963)**. Brasília, DF: INEP, 1965. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001999.pdf> Acesso em: 23.abr.2023.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Anuário Estatístico do Brasil 1971. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 1972.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Anuário Estatístico do Brasil 1969. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 1970.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Anuário Estatístico do Brasil 1961. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 1962.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. **A Educação nas Mensagens Presidenciais (1890-1986)**. Brasília, DF: Inep, 1987. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002962.pdf> Acesso em: 23.abr.2023.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Sinopse Estatística do Ensino Médio – 1964/1963**. Serviço de Estatística da Educação e Cultura. Brasília, DF: MEC, 1964.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Sinopse Estatística do Ensino Médio**. Serviço de Estatística da Educação e Cultura. Brasília, DF: MEC, 1963. Disponível em: https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/educacao/1963/educacao_1963m_aeb_38_1.pdf Acesso em: 14. março. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Sinopse Estatística do Ensino Médio**. Serviço de Estatística da Educação e Cultura. Brasília, DF: MEC, 1962. Disponível em: https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/educacao/1962/educacao_1962aeb_14.pdf Acesso em: 14. março.2023.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Sinopse Estatística do Ensino Médio**. Serviço de Estatística da Educação e Cultura. Brasília, DF: MEC, 1954.

BUENO, Manuela Priscila de Lima. **Manuais pedagógicos e programas de ensino: interpretações da escola nova sobre a prática de ensino na formação de professores (1946-1961)**. 2015. 166f. Dissertação (Mestrado em Educação). Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2015. Disponível em: <https://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/cathedra/13-01-2016/000857034.pdf> Acesso em: 21.jan.2024.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 7-38.

CACHIONI, Marcelo (org.). **Catálogo da Exposição Itinerante: desenhando o patrimônio cultural de Piracicaba**. Piracicaba, SP: IPPLAP, 2011. Disponível em:

<https://ipplap.com.br/site/publica/catalogo-da-exposicao-itinerante-desenhando-o-patrimonio-cultural-de-piracicaba/> Acesso em: 23.jan.2024.

CÂNDIDO, Renata Marcílio. Garantir o interesse e a atividade da criança: as festas escolares e o ideário renovado de ensino (finais do século XIX e primeiras décadas do século XX). In: **Horizontes**, Itatiba/SP. n.1, 2021. p.1-15. Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/1077/536> Acesso em: 16.nov.2023.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. **O Bravo Matutino**: imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980.

CARDOSO, Maria Angelica. Escolas isoladas paulistas: um modelo desajustado?. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 14, n. 27, p. 201-233, jul/dez. 2013. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723814272013201/2816>. Acesso em: 20 jul. 2023.

CELESTE FILHO, Macioniro. O espírito de horror à vida educativa nos campos: a educação rural paulista nas décadas de 1930 e 1940. **História da Educação**, [S.L.], v. 18, n. 43, p. 49-70, set. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s2236-34592014000200004>. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2236-34592014000200049&script=sci_abstract. Acesso em: 20 jul. 2023.

CHALOA, Rosa Fátima de Souza; SILVA, Tarcísio dos Santos da. Um clube agrícola no grupo escolar rural: práticas de formação da mentalidade ruralista na escola primária (São Paulo, 1953 – 1969). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 22, p. e022023. 2022. <https://doi.org/10.20396/rho.v22i00.8663949>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8663949>. Acesso em: 10.abr.2023.

CHALOA, Rosa Fátima de Souza; CELESTE FILHO, Macioniro; MESQUITA, Ilka Miglio de (org.). **História e memória da Educação Rural no Século XX**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. 491 p.

CHALOA, Rosa Fátima Souza. A formação de professores primários rurais no estado de São Paulo (1930 – 1971). **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 18, n. 37, p. 179-209, 9 jun. 2017. Universidade do Estado de Santa Catarina. <http://dx.doi.org/10.5965/1984723818372017179>. Disponível em: [file:///E:/Downloads/8993-Texto%20do%20artigo-32009-1-10-20170606%20\(1\).pdf](file:///E:/Downloads/8993-Texto%20do%20artigo-32009-1-10-20170606%20(1).pdf). Acesso em: 20 jul. 2023.

CHARTIER, Roger. Defesa e Ilustração da Noção de Representação. **Fronteiras**, Dourados, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/1598/955>. Acesso em: 22 jul. 2023.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. 2. ed. Miraflores: Difel, 2002. Tradução de Maria Manuela Galhardo.

COELHO, Fabiano. Conceitos “cultura” e “representação”: contribuições para os estudos históricos. **Fronteiras: Revista de História**, Dourados, v. 28, n. 16, p. 87-99, 23 out. 2014. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/4544/2324> Acesso em: 16 fev. 2024.

COSTA, Marina Mendes da; LUGLI, Rosario Silvana Genta. Representações das emoções do trabalho docente em uma perspectiva histórica. **Educação e Pesquisa**, [S.L.], v. 46, p. 1-19, dez. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1678-4634202046217120>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/DCrW5LHQfGdH8CttNBXQLbJ/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023.

COSTA, Odaléia Alves da; CHALOPA, Rosa Fátima de Souza. A produção sobre formação e trabalho de professores rurais em dissertações e teses (2001-201). In: CHALOPA, Rosa Fátima de Souza; CELESTE FILHO, Macioniro; MESQUITA, Ilka Miglio de. **História e memória da educação rural no século XX**. 1.ed. - São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p.81-111.

ELIAS NETTO, Cecílio. **Piracicaba que amamos tanto**. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, 2015. Disponível em: <https://www.aprovincia.com.br/core/wp-content/uploads/antigo/2016/11/c7dd363fdb3fcb96eaf0b9c71c624ab.pdf> Acesso em: 13.fev.2024.

ELIAS NETTO, Cecílio. **Almanaque 2000**: memorial de piracicaba - século xx. Piracicaba: Editora Unimep, 2000. 416 p. Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba; Jornal de Piracicaba.

FARIA, Thais Bento. **Paraná, Território de "Vocação Agrícola"?!: Interiozação do curso normal regional (1946-1948)**. 2017. 292 f. Tese (Doutorado) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/dissertacoes_teses/tese_thais_bento_faria.pdf. Acesso em: 14 jun. 2023.

FARIA NETTO, Francisco. **Relatório da Delegacia Regional de Ensino de Piracicaba**. Piracicaba, 1938. Disponível em: https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/bibliografico_periodico/relatorios_e_duacao Acesso em: 24.ago.2021.

FARIA NETTO, Francisco. **Relatório da Delegacia Regional de Ensino de Piracicaba**. Piracicaba, 1933. Disponível em: https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/bibliografico_periodico/relatorios_e_duacao Acesso em: 24.ago.2021.

FERREIRA, Jurandyr Pires (org.). **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. 29. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1957. Municípios do estado de São Paulo. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=227295&view=detalhes>. Acesso em: 22 jul. 2023.

FERREIRA, Nilce Vieira Campos; LIMA, Sandra Cristina Fagundes de. Uma formação intelectual e social convenientes [...]: formação de professores rurais (brasil, 1942-

1963). **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 19, n. 3, p. 942-960, 21 ago. 2020. EDUFU - Editora da Universidade Federal de Uberlândia. <http://dx.doi.org/10.14393/che-v19n3-2020-17>. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/56867/29694>. Acesso em: 20 jul. 2023.

FLORES, Ana Flávia. **Grupos Escolares Rurais na Antiga Usina Tamoio (Araraquara/SP)**. 2016. 164 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/7604/DissAFF.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 23.jan.2024.

FONSECA, Henrique de Oliveira. **Em Defesa da Ruralização do Ensino: Sud Mennucci e o debate político e educacional entre 1920 e 1930**. 2014. 159 f. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-9UKQG6/1/disserta__o_vers_o_final__henrique_de_oliveira_fonseca_1.pdf. Acesso em: 22 fev. 2023.

FURTADO, Alessandra Cristina. O ensino normal no nordeste paulista: implantação e consolidação das escolas normais em Ribeirão Preto (1928-1946). In: SOUZA, Sauloéber Tarsio de; Furtado, Alessandra Cristina. (Orgs.). **História da Educação no Nordeste Paulista**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

GARCIA, Noely Costa Dias. **Vozes Esquecidas do Sertão Paulista: formação e trabalho de professoras e professores de escolas primárias rurais da região de São José do Rio Preto/SP (1940-1970)**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2024. Disponível em: https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog/download/433/4172/7732?inline=1 Acesso em: 16.fev.2024.

GARCIA, Noely Costa Dias. **Vozes Esquecidas do Sertão Paulista: formação e trabalho de professoras e professores de escolas primárias rurais da região de São José do Rio Preto/SP (1940-1970)**. 2022. 263 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Marília, 2022. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/234770/garcia_ncd_dr_mar.pdf?sequence=5&isAllowed=y. Acesso em: 14 jul. 2023.

HONORATO, Tony. **Escola Complementar e Normal de Piracicaba: formação, poder e civilidade (1897-1921)**. 2011. 254 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Araraquara, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/154602>. Acesso em: 28 ago. 2021.

INOUE, Leila Maria. **Entre livres e oficiais: a expansão do ensino normal em São Paulo (1927-1933)**. 2015. 156 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/124527> . Acesso em: 28 ago. 2022.

IVASHITA, Simone Burioli. As pesquisas sobre educação rural nos periódicos especializados (1997-2019). In: CHALOPA, Rosa Fátima de Souza; CELESTE FILHO,

Macioniro; MESQUITA, Ilka Miglio de. **História e memória da educação rural no século XX**. 1.ed. - São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p.113-134.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. In: **Revista Brasileira de História da Educação**. n. 1. jan/jun., 2001. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38749/20279> Acesso em: 21.jan.2024.

LABEGALINI, Andréia Cristina Fregate Baraldi. **A formação de professores nos Institutos de Educação do estado de São Paulo (1933-1975)**. Marília, UNIMAR, São Paulo: Arte & Ciências, 2009. Disponível em: <https://www.unimar.br/biblioteca/publicacoes/2010/professor.pdf> Acesso em: 01.fev.2024.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. A imprensa como fonte: apontamentos teóricos-metodológicos iniciais acerca da utilização do periódico impresso na pesquisa histórica. **Bilros**, Fortaleza, v. 4, n. 6, p. 11-29, 2016. Disponível em: <http://seer.uece.br/?journal=bilros&page=article&op=view&path%5B%5D=1938&path%5B%5D=1656> . Acesso em: 17 jun. 2023.

LARA, João Teixeira de. **Relatório da Delegacia Regional de Ensino de Piracicaba**. Piracicaba, 1940. Disponível em: https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/bibliografico_periodico/relatorios_e_ducacao Acesso em: 26. maio.2021.

LE GOFF, Jacques. **A história deve ser dividida em pedaços?** São Paulo: Editora Unesp, 2015. 149 p. Tradução: Nícia Adan Bonatti.

LE GOFF, Jacques. Prefácio. In: BLOCH, Marc. **Apologia da história ou O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 15-34. Apresentação à edição brasileira, Lilia Moritz Schwarcz; tradução, André Telles.

LEITE, Kamila Cristina Evaristo. **Memórias de Professoras de Escolas Rurais (Rio Claro - SP, 1950 a 1992)**. 2018. 174 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Programa de Pós-Graduação, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Marília, 2018. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/Educacao/Dissertacoes/leite_kce_me_mar.pdf . Acesso em: 22 fev. 2023.

LIMA, Sandra Cristina Fagundes de. Balanço da produção sobre o tema Formação e trabalho de professores rurais nos anais do Congresso Brasileiro de História da Educação (CBHE): 2000-2017. In: CHALоба, Rosa Fátima de Souza; CELESTE FILHO, Macioniro; MESQUITA, Ilka Miglio de. **História e memória da educação rural no século XX**. 1.ed. - São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p.45-80.

LOPES, Antonio de Pádua Carvalho; FURTADO, Alessandra Cristina; AMORIM, Rômulo Pinheiro de. O professor rural como professor leigo: políticas de formação e o ofício no Piauí e Mato Grosso (1940-1970) In: CHALоба, Rosa Fátima de Souza; CELESTE FILHO, Macioniro; MESQUITA, Ilka Miglio de. **História e memória da educação rural no século XX**. 1.ed. - São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p.271-300.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. **A formação de professores:** da escola normal à escola de educação. Brasília: Inep/Mec, 2001. 127 p. Organização Ruy Lourenço Filho. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/historia_da_educacao/a_formacao_de_professores_da_escola_normal_a_escola_de_educacao.pdf . Acesso em: 21 jul. 2023.

LOVE, Joseph. **A Locomotiva:** São Paulo na federação brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. Tradução de Vera Alice Cardoso da Silva.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2018. p.111-153.

MAGALHÃES JÚNIOR, Antonio Germano; VARELA, Sarah Bezerra. O mito do Ruralismo Pedagógico – sua concretização nos ritos vivenciados na Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte. **Cadernos de História da Educação**, [S.L.], v. 15, n. 2, p. 614-633, 25 ago. 2016. EDUFU - Editora da Universidade Federal de Uberlândia. <http://dx.doi.org/10.14393/che-v15n2-2016-9>. Disponível em:

<file:///E:/Downloads/admin,+Art+--+2+--+Antonio+Germano+Magalh%C3%A3es+Junior+-+Sarah+Bezerra+Luna+Varela.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2024.

MASCARO, Carlos Corrêa. **O Ensino Normal no Estado de São Paulo:** subsídios para o estudo de sua reforma. São Paulo: USP, 1956. Cadernos da Faculdade n.10.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **O Ruralismo Brasileiro (1888 – 1931)**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.

MENEZES, Lis Angelis Padilha. **Sud Mennucci - Educador Paulista:** arcaico ou profeta?. 2015. 114 f. Tese (Doutorado) - Curso de 1, Faculdade de Educação, Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2015. Disponível em:

<https://bibliotecatede.uninove.br/bitstream/tede/1018/2/Lis%20Angelis%20Padilha%20de%20Menezes.pdf> . Acesso em: 14 jul. 2023.

MENNUCCI, Sud. **Discursos e Conferências Ruralistas**. São Paulo: São Paulo, 1946.

MENNUCCI, Sud. **Aspétos Piracicabanos do Ensino Rural**. São Paulo: Empresa Gráfica da "Revista dos Tribunais", 1934.

MENNUCCI, Sud. **A Crise Brasileira da Educação**. 2. ed. São Paulo: Editora Piratininga, 1934. Versão para eBook - ebooksBrasil. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/sudeducacao.html>. Acesso em: 14 fev. 2023.

MENNUCCI, Sud. **O que fiz e pretendia fazer:** defesa e fundamentação da reforma do ensino de 1932. São Paulo: Editora Piratininga, 1932.

MENNUCCI, Sud. **A Crise Brasileira da Educação**. São Paulo: Oficinas Graphicas Irmãos Ferraz, 1930.

MOLINA, Rodrigo Sarruge. As contribuições de Luiz de Queiroz aos 110 anos da ESALQ/USP. **Revista Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba**, Piracicaba, v. 18, p. 83-98, jan./dez. 2011b. Disponível em: <https://www.ihgp.org.br/wp-content/uploads/2014/09/Revista-do-IHGP-Vol.18.pdf> . Acesso em: 22 fev. 2023.

MOLINA, Rodrigo Sarruge. **Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz" (ESALQ/USP):** sua gênese, projetos e primeiras experiências - 1881-1903. 2011a. 209 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/296863908.pdf> . Acesso em: 22 fev. 2023.

MONARCHA, Carlos. Cânon da reflexão ruralista no Brasil: Sud Mennucci. In: WERLE, Flávia Obino Corrêa (org.). **Educação rural em perspectiva internacional:** instituições, práticas e formação de professores. Ijuí: Unijuí, 2007. p. 19-51.

MONTEIRO, Moacir Nazareno. Recordando Thales. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba**, Piracicaba, v. 1, n. 21, p. 37-52, jan./dez. 2014. Disponível em: <https://www.ihgp.org.br/wp-content/uploads/2023/07/Revista-IHGP-21.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2024.

MONTEIRO, Noedi. **Piracicaba:** "a cidade das escolas". Piracicaba: IHGP, 1988. 16 p.

MONTEIRO, Therezinha de Jesus Penteado. **O arco-íris, uma carreira e a professora.** Piracicaba: Franciscana - do Lar Francisco de Menores, 1979. 102 p.

MORAES, Agnes Iara Domingos. **A Circulação das Ideias do Movimento pela Ruralização do Ensino no Brasil (1930-1950).** 2019. 272 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Marília, 2019. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/181945/moraes_aid_dr_mar.pdf?sequence=7&isAllowed=y . Acesso em: 20 jul. 2023.

MORAES, Agnes Iara Domingos. **Ensino Primário Tipicamente Rural no Estado de São Paulo:** um estudo sobre as granjas escolares, os grupos escolares rurais e as escolas típicas rurais (1933-1968). 2014. 183 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Marília, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/110482> . Acesso em: 22 mar. 2023.

MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. **História da Folha de S. Paulo (1921 - 1981).** São Paulo: Impres, 1980.

MOURA, Denise A. Soares de. A Nova História Cultural. **Revista de História**, [S.L.], n. 133, p. 147, 30 dez. 1995. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i133p147-151> Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18780>. Acesso em: 16 fev. 2024.

NEME, Mário. **Um Município Agrícola:** aspectos sociais e econômicos da organização agrária de Piracicaba. Piracicaba, SP: Equilíbrio, 2010. 108 p.

NERY, Ana Clara Bortoleto. **A Sociedade de Educação de São Paulo:** embates no campo educacional (1922-1931). São Paulo: Editora Unesp, 2009.

NEVES, Sylvio da Costa. Relatório da Delegacia Regional de Ensino de Casa Branca. Casa Branca, 1942. Disponível em:

https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/bibliografico_periodico/relatorios_e_educacao Acesso em: 18.jun.2022.

NÓVOA, Antonio. A Imprensa de Educação e Ensino: concepções e organização do repertório português. In: CATANI, Denise Barbara; BASTOS, Maria Helena Camara (org.). **Educação em Revista: a imprensa periódica e a história da educação**. São Paulo: Escrituras, 2002. p. 11-31.

OLIVEIRA, Lindamir Cardoso Vieira. **Lembranças Escolares dos Mestres do Ensino Secundário de Piracicaba nos anos 50 e 60**. 1997. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 1997.

ORIANI, Angélica Pall. "**A Célula Viva do Bom Aparelho Escolar**": expansão das escolas isoladas pelo estado de São Paulo (1917-1945). 2015. 277 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Marília, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/128104/000850171.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso em: 19 jul. 2023.

PACANO, Fábio Augusto. **O Forjar da Modernidade: Piracicaba e a belle époque caipira (1889-1930)**. 2018. 208 f. Tese (Doutorado) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Rio Claro, 2018. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/154554/pacano_fa_dr_rcla.pdf . Acesso em: 22 jul. 2023.

PIRACICABA, Instituto de Pesquisa e Planejamento de (org.). **Macrorregiões Satélites de Piracicaba**. Piracicaba: IPPLAP, 2014. 75 p. Disponível em: https://ipplap.com.br/site/wp-content/uploads/2016/09/CADUS-7-Macrorregi%C3%B5es-Sat%C3%A9lites-de-Piracicaba_Vers%C3%A3o-final-para-PDF.pdf . Acesso em: 22 jul. 2023.

PIRACICABA. Instituto de Pesquisa e Planejamento de Piracicaba. (ed.). **Escolas - Piracicaba**. Piracicaba: Ipplap, 2012. 80 p. (Patrimônio Cultural de Piracicaba). Disponível em: <http://ipplap.com.br/site/publica/escolas/> . Acesso em: 22 fev. 2023.

PIRACICABA (Município). **Livro de atas de exames finais dos grupos escolares rurais de Piracicaba**. Piracicaba: Delegacia Regional de Ensino de Piracicaba, 1934. (Acervo da Diretoria de Ensino de Piracicaba).

PIRACICABA (Município). **Livro de atas de exames finais dos grupos escolares rurais de Piracicaba**. Piracicaba: Delegacia Regional de Ensino de Piracicaba, 1932. (Acervo da Diretoria de Ensino de Piracicaba).

PIRES, Cibélia Renata da Silva. A Instrução Pública em Piracicaba no século XIX: o papel da escola. **Histórica - Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, São Paulo, n. 34, p. 1-8, jan. 2009. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao34/materia02/> . Acesso em: 22 fev. 2023.

RAMAL, Camila Timpani. "**Ruralismo Pedagógico versus Concepção de Educador do MST: abordagens divergentes de projetos de educação do campo no Brasil**". 2016. 154 f. Tese

(Doutorado) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Araraquara, 2016. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/146681/ramal_ct_dr_ararcl.pdf?sequence=4&isAllowed=y . Acesso em: 14 jul. 2023.

REIS, Eliana de Jesus. **O Parlamento Paulista e a Questão Educacional**: uma análise dos discursos de Chiquinha Rodrigues (1935-1937). 2006. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/10555/1/ElianaDeJesusReis.pdf> . Acesso em: 22 jul. 2023.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. Cultura escolar e práticas de higienização da infância na escola primária paulista. In: VIDAL, Diana Gonçalves; SCHWARTZ, Cleonara Maria (org.). **Histórias das Culturas Escolares no Brasil**. Vitória: Edufus, 2010. p. 159-195. Coleção Horizontes da pesquisa em história da educação no Brasil.

SANGENIS, Luiz Fernando Conde; CONSIDERA, Marcela Loivos. Formação de Professores para Escolas Rurais: o curso normal rural de Cantagalo (1952-1962). **Pesquiseduca**, Santos, v. 5, n. 9, p. 63-87, jan./jul. 2013. Disponível em: <https://periodicos.unisantos.br/pesquiseduca/article/view/293/pdf> . Acesso em: 20 jul. 2023.

SANTOS, Fernando Henrique Tisque dos. **A vida do pensamento e o pensamento da vida**: Sud Mennucci e a formação de professores rurais. 2015. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-14122015-152741/> . Acesso em: 22 fev. 2023.

SERRA, Áurea Esteves; LEITE, Kamila Cristina Evaristo; GARCIA, Noely Costa Dias. Narrativas de Professoras Paulistas: contribuições para a formação e a prática de ensino no meio rural. In: EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação, Porto Velho, v.07, p.1133-1156, jan./dez. 2020. DOI: 10.26568/2359-2087.2020.5522 . Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/5522/3727> Acesso em: 08.jan.2024.

SILVA, Denise Guilherme da. Ilhas de saber: prescrições e práticas das escolas isoladas do estado de São Paulo (1933-1943). 2004. 127f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

SOUZA, Rosa Fátima de; LEITE, Kamila Cristina Evaristo. Prescrições para a prática docente: estratégias de uniformização do ensino primário nas escolas isoladas paulistas (rio claro, 1946-1966). In: LIMA, Sandra Cristina Fagundes; MUSIAL, Gilvanice Barbosa da Silva (org.). **Histórias e Memórias da Escolarização das Populações Rurais**: sujeitos, instituições, práticas, fontes e conflitos. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. Cap. 11. p. 321-348.

SOUZA, Rosa Fátima de. As escolas públicas paulistas na Primeira República: subsídios para a história comparada da escola primária no Brasil. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; SOUZA, Rosa Fátima de; PINTO, Rubia-Mar Nunes. **Escola Primária na Primeira República (1889-1930)**: subsídios para uma história comparada. Araraquara: Junqueira&Marin, 2012. p. 23-77.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Alicerces da Pátria**: história da escola primária no estado de São Paulo (1890-1976). Campinas: Mercado de Letras, 2009. 408 p.

SOUZA, Rosa Fátima de. Cultura escolar e currículo: aproximações e inflexões nas pesquisas históricas sobre conhecimentos e práticas escolares. In: XAVIER, Libânia Nacif; CARVALHO, Marta Maria Chagas de; MENDONÇA, Ana Waleska; CUNHA, Jorge Luiz da. (orgs.). **Escola, Cultura e Saberes**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p.74-91.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de Civilização**: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Fundação Editora Unesp, 1998.

TANURI, Leonor Maria. **O ensino normal no Estado de São Paulo 1890-1930**. São Paulo: Faculdade de Educação, 1979.

TEIXEIRA, Reginaldo Anselmo. **Escolas do Campo de Araraquara (2001/2012)**: histórias, memórias e experiência percebida. 2019. 204 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Marília, 2019. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/Educacao/Dissertacoes/teixeira_ra_do_mar.pdf . Acesso em: 20 jul. 2023.

TEIXEIRA, Reginaldo Anselmo. **Grupo escolar Comendador Pedro Morganti**: estudo histórico sobre a cultura escolar de uma escola primária do meio rural - 1942/1988. 2010. 95 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2010. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93174/teixeira_ra_me_arafcl.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 20. jul. 2023.

THALASSA, Ângela. **Correio Paulistano**: o primeiro diário de São Paulo e a cobertura da semana de arte moderna - "o jornal que não ladra, não cacareja e não morde". 2007. 168 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/4860/1/Angela%20Thalassa.pdf> . Acesso em: 17 maio. 2023.

TIETÊ (Município). Relatório encaminhado ao Presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra, solicitando a construção de escola rural normal na Região do Tietê em São Paulo. Disponível em: http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-2/9/4/2/94226ec76cb4def1d4623fea5988e80e80f376ac0e9938f65ddc6344ffd88e28/CODIM035p05_SolicitacaoParaOPresidenteDaRepublicaFeitaPeloPovoDeTieteParaCriacaoDeUmaEscolaRuralSaoPaulo_1949.pdf Acesso em: 23.jul.2023.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920. In: OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. **Cinco estudos em História e Historiografia da educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. P.11-40.

VICENTINI, Paula Perin; GALLEGOS, Rita de Cassia. A Escola Nova em xeque na reforma de Sud Mennucci (São Paulo - 1932): exaltação do trabalho dos professores brasileiros e ruralismo pedagógico. In: MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; VIDAL, Diana Gonçalves;

ARAUJO, José Carlos Souza (org.). **Reformas Educacionais**: as manifestações da escola nova no brasil (1920 a 1946). Uberlândia: Edufu/Autores Associados, 2011. p. 315-335. Coleção memória da educação.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. Tradução Paulo Henrique Britto.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. Lei nº 5692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 18 fev. 2024.

BRASIL. Decreto-Lei nº 8530, de 2 de janeiro de 1946. **Decreto-Lei N. 8.530**: Lei-orgânica do Ensino Normal. Brasília, Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html> . Acesso em: 22 jul. 2023.

PIRACICABA. Indicação n.º 90, de 13 de setembro de 1966. **Criação de um ginásio de iniciação agrícola, junto a Escola Normal Rural**. (Acervo da Câmara Municipal de Piracicaba).

PIRACICABA. Requerimento n.º 180, de 11 de junho de 1956. **Sugere a nomeação do prof. Antonio Oswaldo Ferraz para diretor da Escola Normal Rural**. (Acervo da Câmara Municipal de Piracicaba).

PIRACICABA. Indicação n.º 33, de 27 de abril de 1953. **Ao Governador, Prof. Lucas Nogueira Garcez, para providências imediatas na instalação da Escola Normal Rural**. (Acervo da Câmara Municipal de Piracicaba).

PIRACICABA. Lei n.º 329, de 16 de outubro de 1952. **Dispõe sobre doação de terreno ao Governo do Estado**. (Acervo da Câmara Municipal de Piracicaba).

SÃO PAULO (Estado). Decreto n.º 29499, de 5 de janeiro de 1989. **Dispõe Sobre A Reestruturação e Agrupamentos de Escolas da Zona Rural**. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1989/decreto-29499-05.01.1989.html> . Acesso em: 22 fev. 2023.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 51.334, de 29 de janeiro de 1969. Cria os estabelecimentos de ensino médio que especifica e dá outras providências. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1969/decreto-51334-29.01.1969.html> Acesso em: 05.jan.2024.

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 10.125, de 04 de junho de 1968. **Institui o Código de Educação do Estado de São Paulo**. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1968/lei-10125-04.06.1968.html> Acesso em: 08.jan.2024.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 35.100, de 17 de junho de 1959. **Regulamenta a Lei n.º 3.739, de 22 de Janeiro de 1957, que dispõe sobre a organização do Ensino Normal no Estado de São Paulo, modificada pela Lei n.º 5.304, de 15 de abril de 1959, e dá outras providências.** Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1959/decreto-35100-17.06.1959.html> Acesso em: 13.jun.2023.

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 3922, de 28 de junho de 1957. **Dá Nova Denominação À Escola Normal Rural de Piracicaba.** Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1957/lei-3922-28.06.1957.html> . Acesso em: 22 jul. 2023.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 25.781, de 27 de abril de 1956. **Dispõe Sobre A Instalação de Uma Escola Normal Rural em Piracicaba, nos Termos da Lei Nº 881, de 6 de dezembro de 1950.** São Paulo–SP, Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/108255> . Acesso em: 22 jul. 2023.

SÃO PAULO (Estado). Projeto de Lei n. 59, de 1953. Diário Oficial do Estado de São Paulo. Imprensa Oficial: São Paulo, ano 63, n. 76, 07.abr.1953. Disponível em: https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f1953%2fexecutivo%2fabril%2f07%2fpag_0031_59OUG9I5AT05Ve3IBKO0T5LG398.pdf&pagina=31&data=07/04/1953&caderno=Executivo&paginaordenacao=100031 Acesso em: 12.jan.2024.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 17698, de 26 de novembro de 1947. **Aprova A Consolidação Mandada Elaborar Pelo Decreto N. 17.211, de 13 de maio de 1947.** São Paulo–SP, Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1947/decreto-17698-26.11.1947.html> . Acesso em: 22 fev. 2023.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 15.142, de 18 de outubro de 1945. **Aprova o regimento dos cursos de Especialização Agrícola na Escola Profissional Agrícola-Industrial Mista de Pinhal .** São Paulo–SP. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto.lei/1944/decreto.lei-13992-23.05.1944.html> Acesso em: 25.jul.2023.

SÃO PAULO (Estado). Decreto-Lei nº 13.992, de 23 de maio de 1944. **Dispõe sobre criação do curso de Especialização agrícola na Escola Profissional Agrícola Industrial Mista de Pinhal.** São Paulo–SP. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1945/decreto-15142-18.10.1945.html> Acesso em: 12.jan.2024.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 10.210, de 22 de maio de 1939. **Cria uma Escola Profissional Agrícola-Industrial Mista em São Manuel, e introduz modificações nas escolas profissionais agrícolas-industriais mistas de Pinhal e Jacaréí.** São Paulo, SP, Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1939/decreto-10210-22.05.1939.html> . Acesso em: 12. jan. 2024.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 7.319, de 05 de julho de 1935. **Cria uma Escola Profissional Agrícola-Industrial Mista em Jacareí.** São Paulo, SP, Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/122956> . Acesso em: 22 jul. 2023.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 7.073, de 06 de abril de 1935. **Cria uma Escola Profissional Agrícola-Industrial Mista em Espírito Santo do Pinhal.** São Paulo, SP, Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/122709> . Acesso em: 22 jul. 2023.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 6047, de 19 de agosto de 1933b. **Instala Uma Escola Normal Rural em Piracicaba e Dá Outras Providências.** São Paulo, SP, Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1933/decreto-6047-19.08.1933.html>. Acesso em: 22 fev. 2023.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 5884, de 21 de abril de 1933a. **Institue o Código de Educação do Estado de São Paulo.** São Paulo, SP, Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1933/decreto-5884-21.04.1933.html#:~:text=TITULO%20III&text=Departamento%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o-,Art.,do%20sistema%20educacional%20do%20Estado> Acesso em: 22 fev. 2023.

IMPRESSOS

1ª ESCOLA Normal Rural. **O Estado de S. Paulo.** São Paulo. ano LXVIII, n. 22.[.]48. 17.jul.1942. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19420717-22348-nac-0004-999-4-not> Acesso em: 23.jul.2023.

24º ANIVERSÁRIO da Bandeira Paulista de Alfabetização. **O Estado de S. Paulo.** São Paulo. ano LXXVIII, n. 25.097. 24.fev.1957. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19570226-25098-nac-0013-999-13-not> Acesso em: 23.jul.2023.

A ESCOLA Normal Rural de Piracicaba. **Jornal de Piracicaba.** Piracicaba. ano LII, n. 17.030. 24.04.1953. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba).

A ESCOLA Normal Rural. **Folha da Manhã.** São Paulo. ano XV, n. 4.895 22.fev.1940. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=21597&anchor=141653&origem=busca&originURL=&maxTouch=5&pd=998099f45de9900198988f8b9fc5239e> Acesso em: 22.jul.2023.

A ESCOLA Normal Rural. **Folha da Manhã.** São Paulo. ano XV, n.4.879 2.fev.1940. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=21581&anchor=141386&origem=busca&originURL=&maxTouch=5&pd=923be7369486fb10630e79e4e1e1957a> Acesso em: 22.jul.2023.

A ESCOLA Normal Rural (de um observador pedagógico). **Folha da Manhã.** São Paulo. ano XV, n. 21.573. 24.jan.1940b. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=21573&anchor=141244&origem=busca>

[ca&originURL=&maxTouch=5&pd=2dab8fa78554285ec54397405608c87b](#) Acesso em: 22.jul.2023.

A FALTA de energia elétrica e a situação aflitiva da industria botucatuense. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo. ano LXXI, n. 23.089. 19.ago.1950. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19500819-23089-nac-0002-999-2-not> Acesso em: 17.maio.2022.

A “NOIVA da Colina” e o véu. **A Província – Paixão por Piracicaba**. Piracicaba. 16. abr. 2013. Disponível em: <https://www.aprovincia.com.br/memorial-piracicaba/almanaque/a-noiva-da-colina-e-o-veu-2182/> Acesso em: 22. jul. 2023.

A PASSAGEM de nível em Mirassol. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo. ano LXXIV, n. 23.947. 6.jun.1953. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19530606-23947-nac-0008-999-8-not> Acesso em: 23.jul.2023.

A PROPOSITO da instalação de uma Escola Normal Rural em Botucatu. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo. ano LXXI n.23.148. 28.out.1950. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19501028-23148-nac-0004-999-4-not> Acesso em: 23.jul.2023.

A PROJECTADA Escola Normal Rural de Piracicaba. **Folha da Manhã**. São Paulo. ano XV, n. 4.796. 26.out.1939. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=21498&anchor=215315&origem=busca&originURL=&maxTouch=5&pd=72058f59802546aaa43076f0e8a5edb7> Acesso em: 22.jul.2023.

AMARAL, Rubens do. Inflação de normalistas, um erro que não quiseram evitar. **Jornal de Piracicaba**. Piracicaba. ano LVII, n.18.163. 28.fev.1957. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba).

ANTÔNIO Oswaldo Ferraz. **A Província de Piracicaba – Paixão por Piracicaba**. 20.jan.2010. Disponível em: <https://www.aprovincia.com.br/memorial-piracicaba/gente-nossa/antonio-oswaldo-ferraz-2930/> Acesso em: 12.jan.2024.

AS FESTIVIDADES de 7 de setembro em diversas cidades do interior. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo. ano LXXVII, n. 24.959. 13.set.1956. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19560913-24959-nac-0013-999-13-not> Acesso em: 28.jan.2024.

AUTORIZA a funcionar em caráter experimental a Escola Normal Rural de Piracicaba. **Jornal de Piracicaba**. Piracicaba. ano LVI. 29.abr.1956. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba).

CHIARINI, João. O “grupo” do Lulu. **Diário de Piracicaba**. Piracicaba. 06.jun.1960. (Acervo do Professor João Chiarini).

CLUBE agrícola de Chicó. **Jornal de Piracicaba**. Piracicaba. 26.ago.1951. (Acervo do Professor João Chiarini).

COMEMORA-SE hoje a “Festa da árvore”. **Jornal de Piracicaba**. Piracicaba. ano LVII, n.18.083. 21.set.1956. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba).

CORREA, Demonsthenes Santos. Até quando essa situação? **Jornal de Piracicaba**. Piracicaba. 06.jan.1960. (Acervo da Biblioteca Municipal de Piracicaba).

CRIANÇAS iam e voltavam de trem para ter aulas no Chicó. **A Província de Piracicaba – Paixão por Piracicaba**. 22.nov.2012. Disponível em: <https://www.aprovincia.com.br/memorial-piracicaba/depoimentos/criancas-iam-e-voltavam-de-trem-para-ter-aulas-no-chico-2315/#:~:text=As%20crian%C3%A7as%20daquele%20bairro%20embarcavam,em%20frente%20do%20Grupo%20Escolar>. Acesso em: 12.jan.2024.

CRIAÇÃO de Escolas Normais Rurais. **Folha da Manhã**. São Paulo. ano XXVIII, n. 8.902. 5.abr.1953. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=29496&anchor=4564186&origem=bussca&originURL=&maxTouch=5&pd=d8fae7653292bd2ddfbb87ba031bb9d8> Acesso em: 21.jul.2023.

CURSO de férias. **Jornal de Piracicaba**. Piracicaba. ano LVII, n.18.127. 16.jan.1957c. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba).

CURSO de férias. **Jornal de Piracicaba**. Piracicaba. ano LVII, n.18.117. 04.jan.1957b. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba).

CURSO de férias em Piracicaba. **Jornal de Piracicaba**. Piracicaba. ano LVII, n.18.115. 01.jan.1957a. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba).

CURSO de férias no Clube de Ciências. **Jornal de Piracicaba**. Piracicaba. ano LII, n.16.945. 03.jan.1953. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba).

DELIBERADA a instalação da Escola Normal Rural de Piracicaba. **Jornal de Piracicaba**. Piracicaba. ano LVI. 05.abr.1956. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba).

DIA 21 será festejado o “Dia da árvore”. **Jornal de Piracicaba**. Piracicaba. ano LVII, n.18.082. 20.set.1956. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba).

DICIONÁRIO do dialeto caipiracicabano. **A Província – Paixão por Piracicaba**. Piracicaba. 05.dez.2016. Disponível em: <https://www.aprovincia.com.br/icen/publicacoes/o-dicionario-do-dialeto-caipiracicabano-arco-tarco-e-verva-18771/> Acesso em: 07.fev.2024.

DOIS CÓRREGOS - notável exemplo de ruralismo. **Jornal de Piracicaba**. Piracicaba, 14.dez. 1949. (Acervo do Prof. João Chiarini – Centro Cultural Martha Watts).

ENCERRAMENTO do curso de férias do Clube de Ciências de Piracicaba. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo. ano LXXVIII, n. 25.074. 29.jan.1957. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19570129-25074-nac-0015-999-16-not> Acesso em: 12.jan.2024.

ENSERRAMENTO (sic) dos cursos de férias do Clube de Ciências e do 2º curso de Higiene e Profilaxia Rural. **Jornal de Piracicaba**. Piracicaba. ano LVII, n.18.129. 18.jan.1957. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba).

ENSINO Rural. **Folha da Manhã**. São Paulo. ano XIII, n. 4.214. 8.dez.1937. Disponível em:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=29089&anchor=4624677&origem=busca&originURL=&maxTouch=5&pd=feffd59dbdde5b3618a93aecdf23c3b5> acesso em: 22.jul.2023.

ESCOLA Normal Rural. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, Imprensa Oficial. Ano LXVII, n.60. 15.mar.1957. Disponível em: Acesso em: https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f1957%2fexecutivo%2fmarco%2f15%2fpag_0001_11TDH5EIBLN3LeBVT6NCNKOBM4C.pdf&pagina=1&data=15/03/1957&caderno=Executivo&paginaordenacao=100001 Acesso em: 31.jan.2024.

ESCOLA Normal Rural “Esperança”. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo. ano LXXVII, n. 24.985. 13.out.1956. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19561013-24985-nac-0008-999-8-not> Acesso em: 21.jul.2023.

ESCOLA Normal Rural. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo. ano LXXVII, n. 24.854. 13.maio.1956. disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19560513-24854-nac-0022-999-22-not> Acesso em: 21.jul.2023.

ESCOLA Normal Rural em S. Paulo. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo. ano LXXVII, n. 24.750. 10.jan.1956. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19560110-24750-nac-0001-999-1-not> Acesso em: 21.jul.2023.

ESCOLA Normal Rural. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo. ano LXXVI, n. 24.652. 16.set.1955. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19550916-24652-nac-0007-999-7-not> Acesso em: 21. jul. 2023.

ESCOLA Normal Rural de Bauru. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo. ano LXXVII, n. 24.871. 02.jun.1956. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19560602-24871-nac-0005-999-5-not> Acesso em: 28.jan.2024.

ESCOLA Normal Rural de Piracicaba. **Diário de Piracicaba**. Piracicaba. ano XXI, n.5.676. 01.ago.1956e. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba).

ESCOLA Normal Rural de Piracicaba. **Diário de Piracicaba**. Piracicaba. ano XXI, n.5.673. 28.jul.1956d. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba).

ESCOLA Normal Rural de Piracicaba. **Diário de Piracicaba**. Piracicaba. ano XXI, n.5.566. 20.jul.1956c. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba).

ESCOLA Normal Rural de Piracicaba. **Diário de Piracicaba**. Piracicaba. ano XXI, n.5.601. 28.abr.1956b. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba).

ESCOLA Normal Rural de Piracicaba. **Diário de Piracicaba**. Piracicaba. ano XXI, n.5.589. 13.abr.1956a. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba).

ESCOLA Normal Rural em Piracicaba. **Jornal de Piracicaba**. Piracicaba. Ano LVI, n.17.867. 29.fev.1956. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba).

ESCOLAS Normais Rurais. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo. ano LXX, n. 22.697. 15.maio.1949. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19490515-22697-nac-0003-999-3-not> Acesso em: 17.jul.2023.

ESTUDOS para a instalação de uma Escola Normal Rural em Piracicaba. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo. Ano LXXVII, n. 24.831. 15.abr.1956. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19560415-24831-nac-0064-999-64-not> Acesso em: 12.jan.2024.

FERRAZ, Antonio Osvaldo. Ruralismo. **Revista do Professor**. São Paulo. ano XVI, n. 38. Jan.1958.

FUNCIONARÁ em Chicó a Escola Normal Rural de Piracicaba. **Diário de Piracicaba**. Piracicaba. ano XXI, n. 5.582. 05.abr.1956. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba).

FURLANI, José Armando. Escola Normal Rural “Prof. José de Mello Moraes”. **Jornal de Piracicaba**. Piracicaba. seção Educação e Ensino. ano LVIII, n. 18.408. 17.dez.1957. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba).

FURLANI, José Armando. Exposição de trabalhos manuais. **Jornal de Piracicaba**. Piracicaba. seção Educação e Ensino. ano LVIII, n. 18.401. 10.dez.1957. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba).

FURLANI, José Armando. Sancionada a lei da Normal Rural. **Jornal de Piracicaba**. Piracicaba. seção Educação e Ensino. ano LVIII, n. 18.395. 04.dez.1957. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba).

FURLANI, José Armando. Ecos da ultima maratona intelectual Euclidiana. **Jornal de Piracicaba**. Piracicaba. seção Educação e Ensino. ano LVIII, n. 18.391. 29.nov.1957. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba).

FURLANI, José Armando. Programas para exame vestibulares na Normal Rural. **Jornal de Piracicaba**. Piracicaba. seção Educação e Ensino. ano LVIII, n. 18.397. 24.nov.1957. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba).

FURLANI, José Armando. Vestibulares para a Normal Rural. **Jornal de Piracicaba**. Piracicaba. seção Educação e Ensino. ano LVIII, n. 18.396. 23.nov.1957. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba).

FURLANI, José Armando. Ainda a Normal Rural. **Jornal de Piracicaba**. Piracicaba. seção Educação e Ensino. ano LVIII, n. 18.364. 25.out.1957. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba).

FURLANI, José Armando. Ainda a Normal Rural. **Jornal de Piracicaba**. Piracicaba. seção Educação e Ensino. ano LVIII, n. 18.353. 13.out.1957. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba).

FURLANI, José Armando. Ainda a Normal Rural. **Jornal de Piracicaba**. Piracicaba. seção Educação e Ensino. ano LVIII, n. 18.339. 25.set.1957. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba).

FURLANI, José Armando. Educação e Ensino. **Jornal de Piracicaba**. Piracicaba. seção Educação e Ensino. ano LVIII, n. 18.324. 10.set.1957. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba).

FURLANI, José Armando. Ainda a Normal Rural. **Jornal de Piracicaba**. Piracicaba. seção Educação e Ensino. ano LVIII, n. 18.324. 10.set.1957. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba).

GONZAGA, Bento Dias. Pequeno expediente. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo. ano LVII, n. 192. 28.ago.1957. Disponível em: https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f1957%2fexecutivo%2fagosto%2f28%2fpag_0049_5SJBQ7C8QMESHe5M4T8RKPCI40C.pdf&pagina=49&data=28/08/1957&caderno=Executivo&paginaordenacao=100049. Acesso em: 05.jan.2024.

INAUGURADA em Piracicaba a 1ª Escola Normal Rural do Estado. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo. ano LXXVII, n. 24.931. 11.ago.1956. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19560811-24931-nac-0009-999-9-not>. Acesso em: 28.jan.2024.

INSPETORIA do Ensino Rural. **Jornal de Piracicaba**. Piracicaba. ano LVII, n.18.126. 15.jan.1957. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba).

INSTALADA ontem a Escola Normal Rural de Piracicaba. **Diário de Piracicaba**. Piracicaba. ano XXI, n.5.676. 04.ago.1956. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba).

INSTALOU-SE ontem, com grande solenidade, o Curso Rápido de Agricultura. **Jornal de Piracicaba**. Piracicaba. ano LII, n.16.796. 05.jul.1952. (Acervo Histórico e Geográfico de Piracicaba).

INSTRUÇÕES para os exames vestibulares as escolas normais. **Jornal de Piracicaba**. Piracicaba. ano LVII, n. 18.123. 11.jan.1957. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba).

JOSÉ de Mello Moraes – uma expressão da cultura brasileira. **Jornal de Piracicaba**. Piracicaba. ano LVII, n.18.118. 05.jan.1957. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba).

MESA-REDONDA sobre ensino na TV - 3. **Diário da Noite**. São Paulo. ano XXX, n. 9.498. 03.jan.1956. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093351&pasta=ano%20195&pesq=Escola%20Normal%20Rural&pagfis=38024>. Acesso em: 28.jan.2024.

NA ASSEMBLEIA Legislativa Estadual. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo. ano LXX, n. 22.675. 20.abr.1949. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19490420-22675-nac-0008-999-8-not>. Acesso em: 17.jul.2023.

NOMEADA a comissão que vai examinar a possibilidade da instalação da Escola Normal Rural de Piracicaba. **Jornal de Piracicaba**. Piracicaba. ano LVI. 07.fev.1956. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba).

NOTÍCIAS diversas – ensino rural: a prefeitura de Jaboticabal oferece ao governo do Estado dois prédios para uma Escola Normal Rural. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo. ano 57, n. 19.040.13.dez.1931. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19311213-19040-nac-0005-999-5-not> Acesso em: 22.jul.2023.

NOVO curso ginasial em Piracicaba. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo. ano LXVII, n.24.820. 03.abr.1956. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19560403-24820-nac-0016-999-16-not> Acesso em: 12.jan.2024.

O CONGRESSO Normalista de Educação Rural, em Piracicaba. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo. ano LXVIII, n. 22.224. 29.out.1949. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19471029-22224-nac-0002-999-2-not> Acesso em: 12.jan.2024.

O CONGRESSO Pedagógico de Piracicaba. **Revista do Professor**. São Paulo, ano I, n. 3, maio.1934.

O TERCEIRO Congresso Normalista a reunir-se em Casa Branca - Delegações inscritas. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo. ano LXX, n. 22.826. 13.out.1949. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19491013-22826-nac-0010-999-10-not> Acesso em: 12.jan.2024.

O ENCERRAMENTO da primeira “Semana de Conferências Ruralistas” patrocinada pela Sociedade “Luiz Pereira Barreto”. **Folha da Manhã**. São Paulo. ano X, n.3.455. 29.jun.1935. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=28329&anchor=4582006&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=f2a6657e6d8b2eb24b7818dd22844495> Acesso em: 31.jan.2024.

O NOVO DIRECTOR da instrução pública. **Jornal de Piracicaba**. Piracicaba. n. 11.085. 13.jan.1933. (Disponível no acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba).

OBSERVADOR pedagógico. **Folha da Manhã**. São Paulo. ano XX, n. 21.565. 14.jan.1940a. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=21565&anchor=141102&origem=busca&originURL=&maxTouch=5&pd=365d4b53e41d372535ae9cd96bba8938> Acesso em: 22.jul.2023.

OLIVEIRA, Mario Marques de. Processo n. 65.192-53 da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo. ano LXVI, n. 81. 10.abr.1954. Disponível em: https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f1954%2fexecutivo%2fabril%2f10%2fpag_0011_CBED6KIK38OPAeCVAVRJE2RL0VN.pdf&pagina=11&data=10/04/1954&caderno=Executivo&paginaordenacao=100011 Acesso em: 16.fev.2024. (parte 2).

OLIVEIRA, Mario Marques de. Processo n. 65.192-53 da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo. ano LXVI, n. 81. 10.abr.1954. Disponível em:

https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f1954%2fexecutivo%2fabril%2f10%2fpag_0011_CBED6KIK38OPAeCVAVRJE2RL0VN.pdf&pagina=11&data=10/04/1954&caderno=Executivo&paginaordenacao=100011

Acesso em: 16.fev.2024. (parte 1).

PIRASSUNUNGA. **Folha da Manhã**. São Paulo. Seção-Notícias do Interior. Ano XXVII, n. 8.626. 14.maio.1952. Disponível em:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=29220&anchor=4583261&origem=busca&originURL=&maxTouch=5&pd=f65cb3a24f6a9bc39d4105748f876444>

Acesso em: 23.jul.2023.

PLANO da primeira Escola Normal Rural. **Folha da Manhã**. São Paulo. ano. XVIII, n. 5.627. 15.jul.1942. Disponível em:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=22330&anchor=185630&origem=busca&originURL=&maxTouch=5&pd=571e53872f241918f5df59dcb2454e94>

Acesso em: 19.jul.2023.

POUSA, Angela Sodero. A propósito da educação em meio rural. Revista do Professor. CPP: São Paulo, maio de 1953, n. 16. Disponível em:

<https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=145335&pesq=Pousa&pagfis=1339>

Acesso em: 01.set.2023.

PROBLEMAS do Ensino – Escola Normal Rural em Piracicaba. **Jornal de Piracicaba**. Piracicaba. Ano LVI. 12.fev.1956. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba).

PROBLEMAS do Ensino em Piracicaba. **Jornal de Piracicaba**. Piracicaba, 27 jan. 1950 (Acervo do Prof. João Chiarini – Centro Cultural Martha Watts).

PROFESSOR rural. **Folha da Manhã**. São Paulo. ano XI, n. 3.503. 24.agosto.1935. Disponível em:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=28377&anchor=4653762&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=042f73d8c23ad7af6de2145e56c5a574>

Acesso em: 17.jul.2023.

PROGRAMA a realizar. **Folha de manhã**. São Paulo. ano XVI, n. 5.041. 13.agosto.1940. Disponível em:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=21743&anchor=212094&origem=busca&originURL=&maxTouch=5&pd=8fa82e4e0cb43301dbdbe69b3e2c0938>

Acesso em: 23.jul.2023.

PROGRAMAÇÃO da comemoração cívica do dia 7 de setembro, na Escola Normal Rural. **Jornal de Piracicaba**. Piracicaba. ano LVII, n.18.026. 07.set.1956. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba).

PROJETO de Lei n. 442, de 21 de abril de 1950. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo. Imprensa Oficial. Ano[], n.[] 22.abr.1950. Disponível em: <http://www.diariooficial.sp.gov.br/> Acesso em 23.jul.2023.

REALIZADA ontem a cerimônia de posse do novo prefeito de Jaboticabal. **Folha da Manhã**. São Paulo. ano XIX, n. 6.206., 8.jun.1944 <https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=22908&anchor=236730&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=3765b5de90b86f9802a9f66af73c5561> Acesso em: 17.jul.2023.

RUMO a terra. **Folha da Manhã**. São Paulo. ano XV, n. 4.780. 7.out.1939. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=21482&anchor=215052&origem=busca&originURL=&maxTouch=5&pd=80deec7286805559cc13cc7808629e8c> Acesso em: 23.jul.2023.

SACHS, Alberto Vollet. A evolução do ensino em Piracicaba. **Revista do Professor**. São Paulo. ano XI, n. 15, fev.1953.

SÃO PAULO. Conselho Estadual da Educação. Consulta a respeito de normas aplicáveis ao ensino rural. **Revista ACTA**. ano IV, n.8. São Paulo, SP: 1968. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba).

SAWAYA, Paulo. Voto. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo. ano LXVI, n. 81. 10.abr.1954. Disponível em: https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f1954%2fexecutivo%2fabril%2f10%2fpag_0011_CBED6KIK38OPAeCVAVRJE2RL0VN.pdf&pagina=11&data=10/04/1954&caderno=Executivo&paginaordenacao=100011 Acesso em: 16.fev.2024. (parte 2).

SAWAYA, Paulo. Voto. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo. ano LXVI, n. 81. 10.abr.1954. Disponível em: https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f1954%2fexecutivo%2fabril%2f10%2fpag_0011_CBED6KIK38OPAeCVAVRJE2RL0VN.pdf&pagina=11&data=10/04/1954&caderno=Executivo&paginaordenacao=100011 Acesso em 16.fev.2024. (parte 1).

SERÁ inaugurado hoje o novo prédio do GE Rural <<Prof. Côrte Brilho>>. **Diário de Piracicaba**. Piracicaba. 29.jun.1955. (Acervo João Chiarini).

SYLOS, Honório. Essencialmente agrícola... **Folha da Manhã**. São Paulo. ano XIII, n.4.265. 6.fev.1938. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=20968&anchor=216549&origem=busca&originURL=&maxTouch=5&pd=a330d6522c8713109c5e91236d8e15a3> Acesso em: 22.jul.2023.

SODERO, Francisco Carlos. Voltemos a Chicó. **O Tempo**. São Paulo. Seção: Escolas, Professores e alunos. 1953. (Acervo João Chiarini).

TELES, J.F. de Sá. Problemas básicos da Escola Rural. In: **Revista do Professor**. Ed.23. fev.1955 – São Paulo. ano XIII. Disponível em: Acesso em: 27.out.2023.

UM PROBLEMA a resolver. **Folha da Manhã**. São Paulo. ano XIV, n. 4.543. 1.jan.1939. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=21247&anchor=137889&origem=busca&originURL=&maxTouch=5&pd=e00c7e1a1d5063dcddd6ce20fdb57cec> Acesso em: 23.jul.2023.

VIDA rural. **Folha da Manhã**. São Paulo. ano XV, n. 4.761. 15.set.1939. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=21463&anchor=214746&origem=busca&originURL=&maxTouch=5&pd=f8bcb952f97ec1be554744dfc9f1a35d> Acesso em: 22.jul.2023.

APÊNDICE A - CRONOLOGIA DA ESCOLA NORMAL RURAL E FORMAÇÃO DE PROFESSORES RURAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO

O objetivo deste apêndice é apresentar uma cronologia da Escola Normal Rural no estado de São Paulo. Este instrumento de pesquisa foi organizado com o propósito de temporalizar os acontecimentos históricos sobre o tema e, assim, contribuir para a escrita do texto.

Quadro 11 - Cronologia da Formação de Professores Rurais e da Escola Normal Rural no estado de São Paulo

ANO	ACONTECIMENTO HISTÓRICO	OBSERVAÇÕES
1931	Proposta de Reforma do Ensino Rural paulista	Sud Mennucci – criação de cinco escolas normais rurais
1931	Iniciativa de criação de ENR	Jaboticabal
1932	Decreto n. 5.335, de 7 de janeiro	Reorganização da Instrução Pública paulista – Sud Mennucci
1933	Decreto n. 6.047, de 19 de agosto de 1933	Cria uma Escola Normal Rural em Piracicaba
1933	Suspensão do Decreto n. 6.047/1933	Suspende a criação da Escola Normal Rural de Piracicaba
1934	Congresso Pedagógico de Piracicaba	Evento organizado pelo Delegado de ensino de Piracicaba – Discurso de Sud Mennucci em defesa pela criação da primeira Escola Normal Rural paulista no município de Piracicaba
1934	Livro - Aspectos do Ensino Rural em Piracicaba	Defesa de Sud Mennucci
1935	Criação da Escola Profissional Agrícola-Industrial Mista de Pinhal	Decreto n. 7.073, de 06 de abril
1935	Criação da Escola Profissional Agrícola-Industrial Mista de Jacaré	Decreto n. 7.319, de 05 de julho
1935	1ª Semana de Conferência Ruralista	Discurso do professor José de Mello Moraes, em defesa pela criação da normal rural
1935	Iniciativa de criação de ENR	São José dos Campos
1936	Curso de Especialização Agrícola	São Carlos
1936	Curso de férias	Casa Branca e Guaratinguetá
1937	I Congresso Brasileiro de Educação Rural	Discurso da Sra. Francisca Rodrigues, em defesa pela criação da normal rural

1939	Criação da Escola Profissional Agrícola-Industrial Mista de São Manoel	Decreto n. 10.210, de 22 de maio
1939	Iniciativa de criação de ENR	Folha da Manhã/ Pinhal e Jacareí
1940	Iniciativa de criação de ENR	Bragança Paulista
1942	Iniciativa de criação de ENR	Bandeira Paulista de Alfabetização
1942	VIII Congresso Brasileiro de Educação	Sud Mennucci realiza uma palestra sobre o professor rural e a sua formação
1944	Criação de um Curso de Especialização Agrícola na Escola Profissional Agrícola-Industrial Mista de Pinhal	Decreto-Lei n. 13.992, de 23 de maio
1945	I Congresso Normalista de Educação Rural	Campinas
1946	Lei Orgânica do Ensino Normal	Curso Normal Regional e Escolas Normais
1947	II Congresso Normalista de Educação Rural	Piracicaba
1949	Iniciativa de criação de ENR	Botucatu
1949	Iniciativa de criação de ENR	Tietê
1949	III Congresso Normalista de Educação Rural	Casa Branca
1949	Projeto de Lei do Deputado Estadual Valentim do Amaral	Instalação da Escola Normal Rural de Piracicaba
1950	Projeto de Lei n. 442/1950	Criação de disciplina nas escolas normais para estudar os problemas brasileiros, incluindo conhecimentos rudimentares de agronomia. A disciplina não foi acrescentada ao programa de ensino das normais paulista
1950	Lei n. 881, de 06 de dezembro	Instalação da Escola Normal Rural de Piracicaba
1951	IV Congresso Normalista de Educação Rural	São Carlos
1952	Doação de terreno ao Governo do Estado para a instalação da ENR	Lei n. 329 - Samuel de Castro Neves, Prefeito de Piracicaba
1952	Curso Rápido de Agricultura	Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” - ESALQ
1953	Iniciativa de criação de ENR	Mirassol
1953	O Estado de São Paulo aceita a doação de um terreno para a construção da ENR	Doação realizada pela Prefeitura de Piracicaba
1953	Indicação de instalação imediata da Escola Normal Rural de Piracicaba	A Câmara Municipal de Piracicaba, organiza um documento pedindo a instalação da ENR para Governador do Estado, Prof. Lucas Nogueira Garcez
1953	Curso de Férias	Clube de Ciências de Piracicaba

1953	Projeto de Lei n. 1.173/53	Criação de escolas normais rurais, anexas às escolas profissionais agrícolas subordinadas ao Departamento do Ensino profissional, da Secretaria da Educação
1954	Parecer técnico da Secretaria da Educação do estado de São Paulo	Negativa de criação de Escola Normal Rural
1954	A Câmara Municipal de Piracicaba solicita informações ao Executivo sobre o andamento do contrato de construção da ENR	Requerimento n. 26/54, da Câmara Municipal de Piracicaba
1954	Requerimento de abertura de concorrência para a construção da ENR	Requerimento n.33/54 - João Chiarini
1954	Ofícios ao governador do estado, ao secretário dos negócios da educação, ao diretor geral do departamento de educação e aos deputados estaduais Valentim Amaral, Athiê Jorge Coury e Luiz Dias Gonzaga para defesa da lei que criou a Escola Normal Rural de Piracicaba	Requerimento n. 47/54 - João Chiarini
1956	Instaurada uma Comissão Pró Instalação da Escola Normal Rural de Piracicaba	Comissão designada por Sólon Borges dos Reis
1956	Instalação da Escola Normal Rural em Piracicaba	Decreto n. 25.781, de 27 de abril
1956	Requerimento de indicação do Prof. Antonio Oswaldo Ferraz para diretor da ENR	Requerimento n. 180/56 - Oscar Manoel Schiavon
1957	Lei n. 3.922, de 28 de junho	Denominação de Escola Normal Rural “Prof. José de Mello Moraes”
1957	Reforma do Ensino Normal - A Escola Normal Rural de Piracicaba perde as suas especificações	Lei n. 3.739, de 22 de janeiro de 1957
1957	Projeto de Lei - Deputado Estadual Cunha Bueno	Retomada do programa de ensino específico para a zona rural na ENRP
1957	Curso de férias - Agricultura, Higiene e Profilaxia Rural	Clube de Ciências de Piracicaba
1958	Primeira turma formada	
1959	Projeto de Lei n. 54	Funcionamento da Escola Normal Rural “Prof. José de Mello Moraes” em caráter definitivo
1961	Curso de Especialização de Professor Primário Rural	Nova organização do Ensino Normal no estado de São Paulo

1961	A Câmara Municipal de Piracicaba sugere emendas ao P.L. n.348 da Assembleia Legislativa sobre o ingresso de alunos da ENR	Requerimento n. 204/61 - Manoel Rodrigues Lourenço
1962	Lei n. 6.774, de 30 de janeiro	A Escola Normal Rural “Prof. José de Mello Moraes”, passa a funcionar em caráter definitivo
1964	Requerimento 32/1964	A Câmara Municipal de Piracicaba realiza um requerimento para o Prefeito Municipal intervir junto ao Governador Estadual na construção do prédio da ENR
1966	Indicação de criação de um Ginásio de iniciação agrícola, juntamente com a ENRP	Solicitação realizada pela Câmara Municipal de Piracicaba
1968	Lei n. 10.125, de 04 de junho	Reforma da Educação Paulista - Definição de um ensino básico e comum
1969	Decreto n. 51.334, de 29 de janeiro	Criou um curso ginásial na Escola Normal Rural “Prof. José de Mello Moraes”
1971	Lei n. 5.692, de 11 de agosto	Extinção do Ensino Normal e a criação da Habilitação Específica para o Magistério (HEM)

Fonte: Câmara Municipal de Piracicaba; jornais: *O Estado de S.Paulo*; *Folha da Manhã*; *Jornal de Piracicaba*; *Diário de Piracicaba*; *Diário Oficial do Estado de São Paulo*;

APÊNDICE B - LEVANTAMENTOS DE FONTES: LEGISLAÇÃO SOBRE A ESCOLA NORMAL RURAL NO ESTADO DE SÃO PAULO E NO MUNICÍPIO DE PIRACICABA

PIRACICABA (Município). Indicação n.º 90, de 13 de setembro de 1966. Criação de um ginásio de iniciação agrícola, junto a Escola Normal Rural.

PIRACICABA (Município). Requerimento n. 32, de 02 de março de 1964. Construção do prédio da Escola Normal Rural “Prof. José de Mello Moraes”.

PIRACICABA (Município). Requerimento n. 204, de 12 de setembro de 1961. Sugere emendas no P.L. n. 348 da Assembleia Legislativa sobre ingresso de alunos da Escola Normal Rural.

PIRACICABA (Município). Requerimento n.º 180, de 11 de junho de 1956. Sugere a nomeação do prof. Antonio Oswaldo Ferraz para diretor da Escola Normal Rural.

PIRACICABA (Município). Requerimento n. 47, de 12 de abril de 1954. Ofício ao Governador do Estado, ao Secretário dos Negócios da Educação, ao Diretor Geral do Departamento de Educação e aos Deputados Valentim Amaral, Athiê Jorge Coury e Luiz Dias Gonzaga, para defesa da lei que criou a Escola Normal Rural de Piracicaba.

PIRACICABA (Município). Requerimento n. 33, de 29 de março de 1954. Ofício aos Deputados Valentim Amaral, Athiê Jorge Coury e Luiz Dias Gonzaga, para providenciarem abertura de concorrência para construção da Escola Normal Rural

PIRACICABA (Município). Requerimento n. 26, de 29 de março de 1954. Pede informações do Executivo sobre andamento do contrato para a construção da Escola Normal Rural.

PIRACICABA (Município). Indicação n.º 33, de 27 de abril de 1953. Ao Governador, Prof. Lucas Nogueira Garcez, para providências imediatas na instalação da Escola Normal Rural.

PIRACICABA (Município). Lei n.º 329, de 16 de outubro de 1952. Dispõe sobre doação de terreno ao Governo do Estado.

PIRACICABA (Município). Projeto de Lei n. 103, de 11 de setembro de 1952. Doa terreno ao Governo Estadual para a construção de prédio destinado à Escola Normal Rural.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 51.334, de 29 de janeiro de 1969. Cria os estabelecimentos de ensino médio que especifica e dá outras providências.

SÃO PAULO (Estado). Ementa de Discurso, de 1965. Transforma em Instituto de Educação a Escola Normal Rural de Piracicaba.

SÃO PAULO (Estado). Lei n. 7.378, de 31 de outubro de 1962 – Dispõe sobre o ingresso e reingresso no Magistério Público Primário do Estado e dá outras providências.

SÃO PAULO (Estado). Lei n. 6.774, de 30 de janeiro de 1962 – Introduce modificações na Lei n. 4.420/1957.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 38.026, de 02 de fevereiro de 1961. Dá nova redação ao Decreto n.35.100, de 17 de junho de 1959, que regulamenta a Lei n.3.739, de 22 de janeiro de 1957, que dispõe sobre a organização no ensino normal, no Estado de São Paulo, modificada pela Lei n.5.304, de 15 de abril de 1959, e dá outras providências.

SÃO PAULO (Estado). Projeto de Lei 54/59 autorizando a funcionar em caráter definitivo a Escola Normal Rural Prof. José de Mello Moraes, de Piracicaba.

SÃO PAULO (Estado). Projeto de Lei n.562/57, que introduz modificações na lei que instala a Escola Rural de Piracicaba

SÃO PAULO (Estado). Lei n. 4.420, de 28 de novembro de 1957. Dispõe sobre a Instalação de Escola Normal Rural em Piracicaba, criada pela Lei n. 881, de 06 de dezembro de 1950.

SÃO PAULO (Estado). Lei n. 3.922, de 28 de junho de 1957 – Denomina Prof. José de Mello Moraes à Escola Normal Rural de Piracicaba.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 25.781, de 27 de abril de 1956 – Dispõe sobre a instalação de uma Escola Normal Rural em Piracicaba, nos termos da Lei n.881/1950.

SÃO PAULO (Estado). Lei n. 2.236, de 11 de agosto de 1953 – Dispõe sobre aquisição de imóvel, por doação.

SÃO PAULO (Estado). Lei n. 993, de 06 de abril de 1951 – Dá nova redação ao artigo 2º da Lei n. 881, de 06 de dezembro de 1950.

SÃO PAULO (Estado). Lei n. 881, de 06 de dezembro de 1950. Dispõe sobre instalação de uma escola normal rural em Piracicaba, de acordo com o Decreto n. 6.047, de 19 de agosto de 1933, e dá outras providências.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 6.225, de 18 de dezembro de 1933. Susta a execução do decreto n. 6.04, de 19 de agosto de 1933.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 6.047, de 19 de agosto de 1933. Instala uma Escola Normal Rural, em Piracicaba, a serem realizadas no Curso Rápido de Férias, promovido pelo Clube de Ciências no ano de 1957.